

Bárbara Figueiredo  
Maria Clara Ezequiel Marinho  
Moema Amélia Serpa  
Nívea Souto Maior  
Organizadoras

# 10 ANOS DE PESQUISAS DO GETRAPS

Diálogos sobre formação, trabalho e  
fundamentos do Serviço Social



## **Universidade Estadual da Paraíba**

Prof<sup>a</sup>. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof<sup>a</sup>. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



## **Editora da Universidade Estadual da Paraíba**

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

### **Conselho Editorial**

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

## **EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500  
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: [eduepb@uepb.edu.br](mailto:eduepb@uepb.edu.br)

Bárbara Figueiredo  
Maria Clara Ezequiel Marinho  
Moema Amélia Serpa  
Nívea Souto Maior  
(Organizadoras)

# 10 ANOS DE PESQUISAS DO GETRAPS

Diálogos sobre formação, trabalho e  
fundamentos do Serviço Social



Campina Grande-PB  
2024



**Editora da Universidade Estadual da Paraíba**

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

**Expediente EDUEPB**

***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral  
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes  
Leonardo Ramos Araujo

***Revisão Linguística e Normalização***

Antonio de Brito Freire  
Elizete Amaral de Medeiros

***Assessoria Técnica***

Carlos Alberto de Araujo Nacre  
Thaise Cabral Arruda  
Walter Vasconcelos

***Divulgação***

Danielle Correia Gomes

***Comunicação***

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

D532 10 anos de pesquisa do GETRAPs [recurso eletrônico] : diálogos sobre formação, trabalho e fundamentos do Serviço Social / organização de Bárbara Figueiredo ... [et al.] ; apresentação de Moema Amélia Serpa. - Campina Grande : EDUEPB, 2024.  
397 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-268-0033-1 (Impresso)

ISBN: 978-65-268-0030-0 (PDF)

ISBN: 978-65-268-0034-8 (Epub)

1. Serviço Social. 2. Fundamentos do Serviço Social. 3. Formação Profissional do Assistente Social. 4. Mercado de Trabalho do Assistente Social. I. Figueiredo, Bárbara. II. Marinho, Maria Clara Ezequiel. III. Serpa, Moema Amélia. IV. Maior, Nívea Souto. V. Título.

21. ed. CDD 361.3

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

*A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.*

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<i>Moema Amélia Serpa</i>	
<b>MEMÓRIAS DO GETRAPS</b> .....	<b>19</b>

## Parte I

### **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL**

---

#### CAPÍTULO 1

<b>NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA LUKACSIANA NO DEBATE TEÓRICO CLÁSSICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	<b>27</b>
---	-----------

*Liliane Santos Tobias*

*Jamerson Murillo Anunciação de Souza*

#### CAPÍTULO 2

<b>FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: REFLETINDO SOBRE A RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANA E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA</b> .....	<b>49</b>
---	-----------

*Yanca Virgínia Araújo Moraes*

*Moema Amélia Serpa*

<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA CRÍTICA SOBRE A “LÓGICA DA COISA” DOS PROCESSOS DE CONTINUIDADE E RUPTURAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....</b>	<b>75</b>
<i>Thauan José Pastrello Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O COMPLEXO SOCIAL DA RELIGIÃO E O SERVIÇO SOCIAL: É POSSÍVEL CUTUCAR ESSE VESPEIRO?.....</b>	<b>99</b>
<i>Maria Aparecida Nunes dos Santos</i>	

<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: INFLEXÕES À CULTURA CRÍTICO-PROFISSIONAL A PARTIR DO APROFUNDAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO.....</b>	<b>121</b>
<i>Flávio José Souza Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>CONSERVADORISMO E “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR.....</b>	<b>149</b>
<i>Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas</i>	
<i>Clara Emanuely Santos Victor</i>	
<i>Maria Clara Ezequiel Marinho</i>	

Parte II  
**SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E  
PESQUISA**

---

**CAPÍTULO 7**  
**OS CONHECIMENTOS INDISSOCIÁVEIS DA FORMAÇÃO  
E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DETERMINANTES  
PARA UMA AUTOIMAGEM ANTIRRACISTA DO SERVIÇO  
SOCIAL..... 173**

*Eliane Santos de Assis*

**CAPÍTULO 8**  
**CAPITALISMO DE PLATAFORMAS, ENSINO REMOTO E  
O SOLAPAMENTO DE DIREITOS SOCIAIS ..... 197**

*Géssica Tamires da Silva Anselmo*

*Mônica Barros da Nóbrega*

**CAPÍTULO 9**  
**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE  
TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PARAÍBA:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROFISSIONAIS  
EGRESSOS DO ENSINO A DISTÂNCIA E PRESENCIAL..... 217**

*Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas*

*André Monteiro Moraes*

**CAPÍTULO 10**  
**A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DA PARAÍBA: VINCULAÇÃO ORGÂNICA  
ENTRE A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO ..... 241**

*Risoneide Soares da Silva*

*Sandra Amélia Sampaio Silveira*

CAPÍTULO 11

**CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A SUPERVISÃO  
DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: A  
REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
NA MODALIDADE EAD NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA  
(PB).....**

**265**

*Francisco Alyson de Lima Silva*

*Mônica Barros da Nóbrega*

Parte III

**SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E MERCADO DE  
TRABALHO**

---

CAPÍTULO 12

**A FUNCIONALIDADE DO DIREITO PARA O  
CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DESAFIOS À  
ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.....**

**295**

*Isaura Barbosa de Oliveira Lanza*

*Nivea Maria Santos Souto Maior*

CAPÍTULO 13

**O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL: A  
PARTICULARIDADE DA INSERÇÃO DOS/AS EGRESSOS/  
AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA  
PARAÍBA.....**

**315**

*Anna Raquel Andrade Gonzaga*

*Mikaele de Vêras Matias*

*Moema Amélia Serpa*

*Risoneide Soares da Silva*

<b>CAPÍTULO 14</b>	
<b>SERVIÇO SOCIAL E RELATIVA AUTONOMIA: OS LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>337</b>
<i>Maria Clara Ezequiel Marinho</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b>	
<b>OS TENSIONAMENTOS AO EXERCÍCIO DA RELATIVA AUTONOMIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE.....</b>	<b>365</b>
<i>Milca Oliveira Clementino</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>391</b>



## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea registra o esforço de construção e consolidação de um grupo de pesquisa numa instituição pública estadual de ensino superior do Nordeste, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Depois de dez anos, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) enfrenta o desafio de trazer à comunidade acadêmica uma publicação que espelha o produto de sua produção bibliográfica.

Criado no Curso de Serviço Social no ano de 2010 para fortalecer a estruturação do programa de pós-graduação, o GETRAPS comemora a história de um grupo que, ao longo dos anos, foi se consolidando pela qualificada realização de pesquisas que investigam o Serviço Social, seus fundamentos, a formação e o trabalho profissional, o que revela o firme compromisso com a formação de assistentes sociais na Universidade Estadual da Paraíba.

Em sua trajetória, o GETRAPS tem colocado no centro de seus estudos o Serviço Social, estratégia que fortalece e amplia esse debate na formação profissional, mas que, estrategicamente, vem fortalecendo também a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), criado em 2013, aprofundando e consolidando os estudos dos fundamentos desse campo. O grupo acaba por agregar docentes e discentes da graduação e pós-graduação em Serviço Social da UEPB, como também assistentes sociais e egressos/as do PPGSS. É um grupo que estabeleceu uma dinâmica de estudos sistemáticos e que vem promovendo eventos, grupos de estudos e atividades de iniciação científica junto ao Programa de Iniciação Científica (Pibic), possibilitando

a publicação de artigos em eventos nacionais e internacionais, em revistas científicas de circulação nacional e em livros.

As temáticas apresentadas nesta coletânea revelam, em parte, essa produção científica construída pelos seus membros, ora como resultado de dissertações e trabalhos de conclusão de curso, como também produtos das pesquisas desenvolvidas no âmbito da iniciação científica, no doutoramento e nas pesquisas financiadas pelas agências de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq).

Esta coletânea é publicada para além dos dez anos de existência do GETRAPS, pois o período pandêmico impossibilitou a sua produção, frente aos momentos desafiadores impostos pelo ensino remoto e as próprias adversidades advindas do adoecimento pela covid-19. A coletânea também celebra o primeiro decênio do PPGSS da UEPB, que tem contribuído significativamente para o debate do Serviço Social brasileiro na direção do fortalecimento do projeto ético-político e profissional.

Neste momento, apresentamos à comunidade universitária a produção **“10 anos de pesquisas do GETRAPS: diálogos sobre formação, trabalho e fundamentos do Serviço Social”**, que busca adensar a produção do conhecimento na área do Serviço Social, através de artigos que versam sobre os fundamentos do Serviço Social, a formação profissional e o trabalho na cena contemporânea.

Enquanto produto coletivo, esta coletânea condensa pesquisas realizadas por integrantes do GETRAPS e demais pesquisadores na área do Serviço Social. Composta por 15 capítulos, encontra-se estruturada em três eixos: Fundamentos do Serviço Social; Serviço Social, Formação Profissional e Pesquisa; e Serviço Social, Trabalho e Mercado de Trabalho.

O primeiro eixo é composto por um conjunto de artigos que abordam o tema dos Fundamentos do Serviço Social. O primeiro capítulo, “Notas sobre as contribuições da ontologia lukacsiana no debate teórico clássico do Serviço Social brasileiro”, de autoria de Liliane Santos Tobias e Jamerson Murillo Anunciação de Souza, apresenta uma análise da presença da ontologia lukacsiana no debate teórico clássico do Serviço Social brasileiro, refletindo sobre a relevância da *perspectiva ontológica* para o direcionamento crítico do projeto ético-político profissional.

Na sequência, temos a produção de Yanca Virgínia Araújo Morais e Moema Amélia Serpa, intitulado “Fundamentos do Serviço Social: refletindo sobre a reconceituação latino-americana e a particularidade brasileira”, que oferece elementos caros à trajetória histórica do Serviço Social, que permitam a compreensão de seus *fundamentos*, tendo o Movimento de Reconceituação como ponto de partida. Na apreensão das bases de fundamentação da profissão, as autoras discutem os fundamentos ontológicos da realidade e, nesta, a profissão na contemporaneidade.

No artigo “Contribuição para crítica sobre a ‘lógica da coisa’ dos processos de continuidade e rupturas no Serviço Social brasileiro”, Thauan José Pastrello Silva analisa a manifestação fenomênica dos movimentos das forças políticas que se precipitaram, manifestaram e desdobraram na realidade brasileira no chamado processo de renovação e as particularidades da reconceituação do Serviço Social no Brasil.

A contribuição de Maria Aparecida Nunes apresenta a instigante discussão sobre “O complexo da religião e o Serviço Social: é possível cutucar esse vespeiro?”, texto no qual a autora tece reflexões, ainda em processo embrionário, sobre o complexo social da religião, a partir da teoria social de Marx, e sua relação com a profissão de Serviço Social.

Em “Serviço Social na contemporaneidade: inflexões à cultura crítico-profissional a partir do aprofundamento da reestruturação produtiva do capitalismo”, Flávio José Souza Silva discute as transformações societárias em curso e as inflexões para o Serviço Social. Ao apresentar uma breve retrospectiva histórica do Serviço Social no Brasil, o autor particulariza a constituição da cultura profissional crítica, ressaltando também as tendências contemporâneas que expressam o seu tensionamento.

Finalizando o primeiro eixo, Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Clara Emanuely Santos Victor e Maria Clara Ezequiel Marinho apresentam o artigo “Conservadorismo e ‘questão social’: uma análise da produção de conhecimento do Serviço Social na UEPB no período da ditadura militar”, que analisa a apreensão da “questão social” no curso de Serviço Social da UEPB, nos anos 1960 e 1970, e a maneira como tal temática se encontra atravessada pelo pensamento conservador e suas expressões.

O segundo eixo da coletânea nos brinda com o debate “Serviço Social, Formação Profissional e Pesquisa”, que apresenta de início o artigo “Os conhecimentos indissociáveis da formação e do exercício profissional: determinantes para uma autoimagem antirracista do Serviço Social” de Eliane Santos de Assis, que propõe uma reflexão sobre o racismo por entendê-lo com um dos conhecimentos indissociáveis da formação profissional em Serviço Social. Enfrenta o debate da ausência de aprofundamento das reflexões dos fundamentos com o debate étnico-racial.

Na sequência, a contribuição de Géssica Tamires da Silva Anselmo e Mônica Barros da Nóbrega, no artigo “Capitalismo de plataformas, ensino remoto e solapamento de direitos sociais”, apresenta reflexões de como as plataformas digitais estão reconfigurando as relações de trabalho e minando os direitos sociais, com um foco especial no direito à educação, que foi afetado com a adoção do ensino remoto, por ocasião do período pandêmico.

Outro artigo desse eixo, “Formação profissional e condições de trabalho de assistentes sociais na Paraíba: uma análise comparativa entre profissionais egressos do ensino a distância e presencial”, produzido por Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas e André Monteiro Moraes, analisa aspectos da formação profissional e inserção no mercado de trabalho de assistentes sociais em exercício profissional no estado da Paraíba, identificando as diferenças entre egressos do ensino a distância e do ensino presencial.

Em “A pesquisa em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba: vinculação orgânica entre a graduação e a pós-graduação”, escrito por Risoneide Soares da Silva e Sandra Amélia Sampaio Silveira, discute-se a importância da pesquisa na formação em Serviço Social, em particular na UEPB.

Finalizando este eixo apresentamos o artigo “Contribuições e desafios para a supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social: a realidade das instituições de ensino superior na modalidade EAD no município de Itaporanga (PB)”, de Francisco Alyson de Lima Silva e Mônica Barros da Nóbrega, que apresentam apontamentos sobre a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no ensino a distância, a partir das aproximações sucessivas com a realidade da supervisão de estágio no município de Itaporanga.

O terceiro e último eixo, “Serviço Social, Trabalho e Mercado de Trabalho”, condensa artigos do relevante debate, com a primeira abordagem intitulada “A funcionalidade do Direito ao capitalismo de plataforma: desafios à organização coletiva do trabalho”, de Isaura Barbosa de Oliveira Lanza e Nivea Maria Santos Souto Maior, que analisam, da crítica marxista à concepção conservadora do Direito, a abordagem da uberização como continuidade da crise estrutural do capital e a insurgência dos trabalhadores pelos novos movimentos sociais.

Com o enfoque direcionado para o Serviço Social, apresentamos o artigo “O mercado de trabalho profissional: a particularidade

da inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social na Paraíba”, escrito por Anna Raquel Andrade Gonzaga, Mikaele de Vêras Matias, Moema Amélia Serpa e Risoneide Soares da Silva, que analisa a dinâmica de inserção dos/as assistentes sociais egressos/as do PPGSS da UEPB no mercado de trabalho, frente ao processo de contrarreforma das relações de trabalho no Brasil.

Apresentando um outro debate no âmbito da profissão, o artigo “Serviço social e relativa autonomia: os limites e possibilidades para o trabalho profissional do/a assistente social”, de Maria Clara Ezequiel Marinho, destaca os diferentes contornos do conceito de autonomia, dialogando, sobretudo, com as formulações de Karl Marx e Immanuel Kant, apresentando, ainda, como o debate da autonomia profissional, em sua condição relativa, está posto na literatura do Serviço Social.

Outra contribuição neste debate é apresentada no artigo “Os tensionamentos ao exercício da Relativa autonomia do/a assistente social na área da saúde”, de Milca Oliveira Clementino, que sistematiza algumas análises acerca da relativa autonomia, destacando os principais tensionamentos ao seu exercício no trabalho profissional na área da saúde.

O conjunto das produções aqui publicadas apresenta uma direção teórico-metodológica assentada numa perspectiva crítica, tendo como referência a crítica dialética marxiana e a tradição marxista. Dessa forma, embora com enfoques particulares, os textos constituem uma contribuição importante às reflexões desenvolvidas no âmbito do Serviço Social, assumindo relevância pela possibilidade de qualificar, problematizar e socializar um debate sobre a atual ofensiva contra o trabalho, as políticas sociais, as profissões e as configurações assumidas pela formação profissional e pelo mercado de trabalho do/as assistentes sociais. Além do exposto, a presente coletânea também subsidiará

o debate e o interesse pelo tema, que envolve tanto os trabalhadores em geral, quanto os/as assistentes sociais e suas organizações representativas.

Campina Grande, 10 de setembro de 2024

***Moema Amélia Serpa***



## Memórias do GETRAPS

Primeiras alunas de PIBIC, 2011/2012.



Participação no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio Grande do Norte, 2014.



ABEPSS Itinerante, Campina Grande, 2018.



Mobilização em defesa da Educação, João Pessoa 2019.



Confraternização do GETRAPS, Campina Grande, 2019.



Reunião virtual durante Pandemia da COVID-19, 2020.



Retorno das atividades presenciais, Campina Grande, 2022.



Dia do/a Assistente Social, Campina Grande, 2023.



Reunião de estudos, “Quintas do GETRAPS”, Campina Grande, 2024.





PARTE I

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL**



## CAPÍTULO 1

# NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA LUKACSIANA NO DEBATE TEÓRICO CLÁSSICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

*Liliane Santos Tobias*  
*Jamerson Murillo Anunciação de Souza*

### Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar a presença da ontologia lukacsiana no debate teórico clássico do Serviço Social brasileiro, refletindo sobre a relevância da *perspectiva ontológica* para o direcionamento crítico do projeto ético-político profissional.

Para tanto, apresentamos neste ensaio alguns resultados de um trabalho de dissertação de mestrado apresentado em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que teve por título *A relação teoria e prática na perspectiva ontológica e suas repercussões na produção intelectual do Serviço Social brasileiro* (Tobias, 2019)<sup>1</sup>. Na oportunidade, realizou-se uma pesquisa bibliográfica,

---

1 Os resultados também foram sistematizados em um artigo intitulado: *Contribuições da Ontologia do ser social para uma concepção dialética acerca*

de abordagem qualitativa, buscando analisar a *perspectiva ontológica* materializada em textos clássicos da literatura do Serviço Social que tinham como subsídio as reflexões empreendidas pelo filósofo Georg Lukács, em sua obra de maturidade *Para uma Ontologia do Ser Social I*.

A pesquisa pautou-se na identificação das categorias ontológicas, em três obras clássicas do Serviço Social brasileiro que estão sob clara inspiração lukacsiana: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto (2011), *A instrumentalidade do Serviço Social*, de Yolanda Guerra (2009), e *Ética: fundamentos sócio-históricos*, de Maria Lucia Barroco (2010) – esta última como resultante da discussão apresentada em *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*, da mesma autora. A escolha dessas obras se justifica pela relevância e originalidade que adquiriram na tradição intelectual, por apresentar categorias importantes que promoveram reflexões acerca das dimensões *teórico-metodológica*, *técnico-operativa* e *ético-política*, respectivamente, pilares que estruturam os fundamentos do Serviço Social brasileiro.

Esperamos que esta breve síntese do estudo possa despertar interesse pela temática, evidenciando a importância do resgate do pensamento lukacsiano nas pesquisas, tendo em vista as significativas contribuições que o universo categorial da *ontologia do ser social* fornece para o enfrentamento dos discursos fragmentários que se apresentam na atualidade. Também almejamos evidenciar a necessidade do retorno aos fundamentos, tendo em vista as requisições de aprofundamento do debate teórico para o fortalecimento da perspectiva crítica.

---

*da relação teoria e prática no Serviço Social brasileiro* (Tobias; Souza, 2020). Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38788>.

## **Contribuições da ontologia lukacsiana para o debate teórico clássico do Serviço Social brasileiro: algumas aproximações**

Georg Lukács foi um pensador húngaro considerado um dos mais polêmicos e importantes intelectuais marxistas do século XX. A dupla articulação de conhecimento e intervenção/transformação da realidade, mais precisamente a atitude política do seu pensamento, gerou críticas de diversos âmbitos do conhecimento, inclusive da própria tradição marxista ortodoxa. De acordo com Sousa (2010, p. 79), “A crítica radical direcionada aos ideólogos da burguesia e às vulgarizações do pensamento marxiano explicam um lado da sua rejeição contemporânea”.

A trajetória de Lukács é marcada por autocríticas que o levaram a reconsiderar determinadas categorias filosóficas, culminando em rupturas que projetaram no seu pensamento um movimento dialético de reconstrução e de aproximações cada vez mais densas do complexo categorial marxiano: a “impostação ontológica” lukacsiana expressou-se num giro intelectual do autor, “[...] que configuraria tanto a base para a sua crítica da herança filosófica de que se beneficiou a tradição marxista, quanto da crítica do pensamento contemporâneo” (Netto 2004, p. 145-146). Netto (2012) lembra que, nos anos 1960, Lukács se dedicou especificamente aos fundamentos ontológicos da obra de Marx com o propósito de buscar “o renascimento do marxismo”, que teria por função a restituição da teoria marxiana à sua condição de ontologia.

Assim, objetivava construir uma *Ética* do materialismo histórico-dialético que permitisse à tradição marxista explorar questões necessárias para se cumprir a tarefa de uma teoria social revolucionária que subsidiasse a intervenção sobre a realidade. Em face do exposto, considerou necessária a elaboração de uma “introdução”, resultando na sua densa sistematização ontológica, obra que

consumiu os últimos dez anos de sua vida, fazendo com que a *Ética* não fosse redigida: “[...] uma formulação histórico-sistemática efetivamente materialista e dialética, rigorosamente fiel à inspiração de Marx – na especificidade do ser social” (Netto, 2012, p. 16), ensejando contribuições originais nos debates do campo marxista.

Como lembra Lessa (1999, p. 141), ao contrário das formulações do jovem Lukács, na Ontologia “o método surge como a sistematização – a elevação ao para-si – das experiências com o desconhecido que, em última análise, brotam da necessidade de desvelamento do real intrínseca à práxis social”. Em linhas gerais, a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais daquilo que existe. O ser do conhecimento só se revela na sua máxima profundidade na sua função ontológico-prática (Tonet, 2013, p. 12). O ato fundante do ser social para Lukács é o trabalho, e neste, há uma unidade indissolúvel entre a objetividade e a subjetividade, sendo a práxis o momento de mediação entre um e outro (Tonet, 1997). O trabalho é a categoria fundante do ser social, através da qual conseguimos apreender a origem ontológica do conhecimento no processo de entificação do ser social, composto por teleologia e causalidade: “[...] para atingir o fim desejado (teleologia) é preciso conhecer a causalidade, isto é o objeto (natural) a ser transformado” (Tonet, 2013, p. 101).

Assim, o caminho percorrido pela ontologia busca analisar o ser social (e os pores teleológicos decorrentes de sua atividade prática), nas suas cadeias causais reais, na essência dos fenômenos e de suas categorias concretas, entendidas na processualidade histórica de seu desenvolvimento. Ao longo de sua elaboração, Lukács analisa o trabalho como o modelo de toda práxis social. Através de categorias ontológicas que constituem o ser social, reflete sobre a relação sujeito-objeto e suas consequências para a mediação entre consciência e realidade que vão culminar nos complexos de reprodução.

Ao analisar o nível de maior complexidade dos pores teleológicos – que não são apenas aqueles decorrentes da mediação imediata do homem com a natureza –, o autor identifica os *pores teleológicos secundários*, resultantes de uma consciência de grupo, dos pores singulares que se generalizaram, ao longo desenvolvimento do ser orgânico para o ser social. Lembra que “[...] nos pores de causalidade de tipo superior, [...] é inevitável uma intervenção, uma influência do pôr do fim teleológico sobre as suas reproduções espirituais” (Lukács, 2013, p. 91). Assim, a partir da interação dos homens entre si e destes com a sociedade, os interesses sociais vão se complexificando e passam a intervir no *espelhamento* da realidade, no modo pelo qual os sujeitos referendam a sua “visão de mundo”, implicando dimensões ideais que passam a orientar as suas intervenções e representações simbólicas.

O exame da categoria trabalho e da práxis como mediação entre sujeito e objeto e as determinações dos pores teleológicos secundários (especialmente as categorias ideologia e cotidiano), que apontam para os complexos de reprodução a partir dos processos de constituição da consciência, são determinações retomadas por alguns autores da literatura clássica do Serviço Social, que utilizam o pensamento ontológico lukacsiano como subsídio para reflexões sobre o desenvolvimento da profissão, aspectos que analisaremos a seguir.

### **O saldo ontológico no debate teórico clássico e suas repercussões no projeto profissional**

Ao examinarmos a trajetória do Serviço Social brasileiro, podemos identificar diversas formas de racionalidade legitimando diferentes saberes e epistemologias que passam a orientar a práxis de seus agentes. No contexto de expansão monopólica do capital, a localização dessa profissão no âmbito interventivo e a inserção

no circuito de reprodução das relações sociais operaram mudanças em suas apropriações ideoteóricas, diante da necessidade de racionalização da prática para intervenção nas expressões da “questão social” que se apresentavam como demandas.

Essa exigência imputou à profissão o recurso a arcabouços teórico-metodológicos e filosóficos que permitissem a instrumentalização das suas atividades, com vistas à identificação de seus específicos objetos e técnicas. A resultante desse processo operou uma mudança no seu papel exclusivamente interventivo, de receptor de conhecimentos para também o de produzir reflexões sobre a realidade, haja vista que a profissão se coloca como objeto de investigação e passa a buscar compreender a sua função nas relações sociais capitalistas.

Nesse contexto, a *ontologia do ser social* se colocou como horizonte teórico-político e filosófico para o Serviço Social, entre as décadas de 1980 e 1990, como resultante do amadurecimento teórico da categoria e do espraiamento da tradição marxista – especialmente a partir do fomento das atividades de pesquisa e da ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação, decorrentes da expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais.

Foi a aproximação dos conteúdos da teoria social crítica marxista – como também a correta apropriação de uma ontologia do ser social, como lembra Guerra (2004) – que permitiu à profissão fazer a revisão dos traços conservadores que lhe serviam de orientação ideológica, teórica e prática. Assim, as formas de racionalidade que se gestaram no Serviço Social (desde o processo de erosão de suas bases tradicionais de legitimação, no processo renovador, até os dias correntes) colocam em confronto posições progressistas/renovadoras e conservadoras, disputando a direção ideopolítica do projeto profissional.

Escapa ao nosso objetivo perscrutar a literatura produzida pelos intelectuais nos momentos de revisão crítica e nos debates

promovidos nos seminários e organizações da categoria (como a ABESS, que teve protagonismo nessas discussões na década de 1970), que expressa a trajetória da profissão em direção ao pensamento materialista-dialético. Diante disso, nos debruçamos sobre três obras clássicas da tradição intelectual, buscando identificar a influência da ontologia do ser social e a presença de suas categorias centrais. São elas: *Capitalismo monopolista e Serviço Social; Instrumentalidade do Serviço Social*; e *Ética: fundamentos sócio-históricos*. Ao proceder à análise dos textos, observamos que cada um apresenta adensamentos teóricos importantes para a identificação da natureza da profissão, entre os quais podemos destacar: a tese da *estrutura sincrética* (e nesta a reflexão sobre *práxis, ideologia e cotidiano*); e a análise da *razão* e dos fundamentos ontológicos da *ética* profissional, elementos sobre os quais dedicaremos atenção especial.

A obra *Capitalismo monopolista e Serviço Social* foi publicada pela primeira vez em 1992. Seu conteúdo é parte da tese de doutorado de José Paulo Netto<sup>2</sup>, cujo objetivo, segundo o autor, era fornecer um quadro da constituição do Serviço Social até a década de 1960, identificando os substratos ideoculturais que repercutiam na profissão, em seus aspectos teórico-práticos, antes do processo de renovação: “[...] o objetivo da análise é a emersão do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio e o desvendamento do seu sincretismo teórico e ideológico” (Netto, 2011, p. 13).

Ao se analisar a tese do *sincretismo* de José Paulo Netto, cuja ênfase consideramos estar especialmente na *dimensão teórico-metodológica*, vê-se que o autor problematiza a estrutura sincrética

---

2 Consideramos que é este trabalho de tese de doutoramento que faz com que o pensamento lukacsiano comece a ganhar notoriedade nos meios profissionais, a partir da década de 1990.

que perpassa a profissão desde a sua gênese. O traço sincrético da profissão apresenta-se, segundo Netto (2011), nos três âmbitos que se articulam ao seu compósito referencial: teórico-científico, ideológico e prático.

O sincretismo é, nos termos de Netto (2011, p. 92), “[...] o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação”. Sendo assim, identifica o traço sincrético como *princípio constitutivo do Serviço Social*, uma expressão/manifestação das suas contradições imanentes. Assim, o autor chama a atenção para uma questão de fundo: a própria dinâmica complexa, múltipla e infundável das refrações societárias da “questão social”, que repercute na intervenção profissional, acaba requisitando modelos formal-abstratos de intervenção, repondo novas causalidades e dificultando a apreensão dos sistemas de mediações (Netto, 2011, p. 95). Diante disso, ao resolver a reificação, seria possível ao pesquisador entender as bases sincréticas do seu exercício, entretanto, estas não cessariam, uma vez que fazem parte da realidade capitalista.

No âmbito da prática profissional, sinaliza que, embora a profissionalização tenha instaurado um quadro ideal que cortou com as protoformas – ancorado em um sistema de saber e enquadrado em uma rede institucional –, não redundou em diferenças significativas no âmbito da prática, permanecendo as intervenções de caráter assistencialistas: “[...] a profissionalização permanece um circuito *ideal* que não se traduz *operacionalmente*” (Netto, 2011, p. 104).

Há na análise do autor, portanto, um argumento de maior relevância, necessário para localizar o sincretismo na realidade sócio-histórica burguesa: a própria “questão social” e a modalidade de intervenção sobre esta, tendo por substrato as políticas sociais

do Estado burguês, configuram organicamente traços sincréticos. Isso posto, mesmo superando-se o ecletismo nas análises profissionais, ultrapassando-se do ponto de vista da reflexão teórica a fenomenalidade do cotidiano, no âmbito da intervenção profissional, continuam sendo repostos os condicionantes sincréticos da *prática indiferenciada*. Desse modo: “[...] a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético; *a sua fenomenalidade é o sincretismo*” (Netto, 2011, p. 95).

Segundo o autor, *o sincretismo prático condiciona o sincretismo de representações*, assim, o *sincretismo ideológico*, que acompanha a *inteira evolução* do Serviço Social é um dos traços constitutivos da profissão. As peculiaridades dos *caldos culturais* gestados vinculam a profissão a uma ampla perspectiva teórico-cultural: o pensamento conservador.

A localização do cariz receptor do Serviço Social quanto aos saberes especializados advindos das ciências sociais e o desenvolvimento de um sistema de saber de segundo grau, “[...] obtido pela acumulação seletiva de subsídios das ciências sociais conforme as necessidades da própria profissão” (Netto, 2011, p. 146), são traços eminentemente sincréticos, que têm no ecletismo o seu ser constitutivo: “[...] o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber” (Netto, 2011, p. 147). Para o autor, isso figura um caráter ativo da profissão, no que tange à busca de referenciais interpretativos, que sempre estiveram travejados pelo sincretismo ideológico conservador.

Essa constatação – diga-se de passagem ontológica – do autor é fruto de algumas críticas. Iamamoto (2014, p. 267) identifica que é na problemática da “reificação” que Netto considera o sincretismo como princípio constitutivo da natureza da profissão, e com isso, o autor parte da: “[...] aparência em que se manifesta sem

antes decifrar o que se oculta por traz da forma reificada”. Com isso, critica a tese do sincretismo de se contentar com a aparência mistificadora com a qual se apresentam os processos sociais, restringindo o universo da análise às formas reificadas de manifestação dos processos sociais: “[...] ainda que esse procedimento possa prevalecer no universo profissional, denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e se mostra encoberto o sincretismo” (Iamamoto, 2014, p. 267-268).

Porém, é necessário enfatizar que, como vimos, o sincretismo não é um aspecto exclusivo do modo de ser do Serviço Social. Netto localiza a natureza sócio-histórica dos traços sincréticos, que perpassam as demandas do cotidiano profissional considerando a sua particularidade de inserção nos espaços sócio-ocupacionais e a multiplicidade de refrações do seu eixo central de atuação. Também problematiza o âmbito das respostas profissionais mediatizadas pelas políticas sociais – focalizadas e fragmentadas – que imputam a recorrência a formas de racionalidades formal-abs-tratas na intervenção profissional. Considerando esses aspectos, independentemente da “suspensão criativa do cotidiano” que o profissional possa direcionar, sempre acabará tendo que, em algum momento, dar respostas a determinadas situações de forma imediata, pois não há como romper o sincretismo que constitui o modo de ser da ideologia burguesa.

Portanto, a nosso ver, o autor não coloca em xeque a capacidade crítica dos profissionais, nem a sua “relativa autonomia” em reconstruir as demandas de forma crítica, muito menos desconhece as formas de reificação – inclusive, por entendê-las ontologicamente, identifica-as na totalidade da realidade concreta, para além da profissão. Assim sendo: “O sincretismo não é somente reflexo da profissão ou das políticas sociais. Se expressa, antes, na distensão, imanente ao modo de produção capitalista” (Wellen, 2018, p. 130).

Outra categoria extraída da ontologia do ser social que podemos identificar na elaboração de Netto (2011), é o *cotidiano*. Para Lukács (2013), a *vida cotidiana* é uma área pouco considerada pelos marxistas, mas que se configura como um aspecto necessário para a análise do ser social. Nesta, encontram-se elementos significativos para a reprodução da totalidade, uma vez que a “concepção de mundo”, como “imagem ideal e sentimental” da consciência dos homens, exerce grande influência sobre a sua reprodução. Comporta o caráter imediato, fenomênico, massivo da realidade, mas, também, é no cotidiano que “[...] as tendências para o ser-em-si, para a autoconsciência, via de regra, ganham validade” (Lukács, 2013, p. 442), portanto, há que se considerar a importância desta esfera para o processo de conhecimento e para a ideologia.

Tomando por base essas análises, Netto (2011, p. 96) reconhece que o cotidiano é o *horizonte* real que baliza a intervenção profissional. Aqui localiza a funcionalidade da profissão na *organização dos componentes heterogêneos do cotidiano*, ressituaando-os através de *uma manipulação planejada* das refrações da “questão social” que requisitam a sua intervenção. Na *manipulação de variáveis empíricas* do cotidiano – nos conhecimentos instrumentais e paradigmas explicativos que direcionam os processos sociais – e na *reposição intelectual do sincretismo*, estão dados os meios de análise formal-abstratas que legitimam o exercício manipulador (Netto, 2011, p. 98-99).

Assim sendo, as manifestações ideoculturais cotidianas também impactam na produção de conhecimento, direcionando a busca de referenciais de matrizes teóricas diversas, capazes de “(res)significar” o objeto de estudo em sua “generalidade” (mas não como totalidade), restringindo-o ao complexo valorativo que se atém à superficialidade de problemáticas que atravessam as temáticas analisadas. Essas questões contribuem com

a reposição do sincretismo ideológico e científico na profissão, tomando formas ecléticas que trazem implicações para a mediação teórico-prática.

A necessidade posta de “paradigmas explicativos” que instrumentalizem ações na realidade social, tomando os processos sociais como particularidades segmentadas e os complexos que envolvem a “questão social” de forma isolada, comparece nas requisições burocráticas no cotidiano profissional, que continuam legitimando a racionalidade formal-abstrata de feição positivista. A ênfase é no pragmatismo e no instrumentalismo, no *saber-operar-aplicar*.

A práxis, portanto, é reduzida à *burocratização* da vida humana, perdendo a sua dimensão ontológica de atividade transformadora do real, para meramente reproduzir instrumentalmente a realidade. Negam-se a historicidade, as múltiplas determinações que compõem o objeto, a essência, a totalidade e as mediações que permeiam o conhecimento da realidade, para se ater aos “dados”, às vivências imediatas, ao aparente. As exigências de “respostas” pelas políticas sociais, assim como as alienações e ideologias divergentes presentes no cotidiano profissional, resultam em análises ecléticas sobre os espaços de inserção profissional.

Yolanda Guerra (2009), na tese da instrumentalidade do Serviço Social, cujo direcionamento contempla a *dimensão técnico-operativa*, traz a reflexão de que apenas o conhecimento dos instrumentos e técnicas por si só não é a prática do assistente social. Há uma instrumentalidade que perpassa por todo o processo de desenvolvimento das mediações necessárias para a intervenção profissional, pautada em uma racionalidade reproduzida nas ações dos assistentes sociais que se expressa nas suas representações ideais e no conjunto de valores apropriados pelos profissionais que acabam repercutindo no seu exercício. Assim, a *razão* acaba sendo uma questão central da sua investigação.

A autora vai buscando desmistificar desde a configuração da razão moderna até as implicações da racionalidade formal-abstrata requisitada pelo desenvolvimento capitalista, demonstrando como isso impacta o âmbito ideológico e as representações profissionais. Identifica o caráter imediatista desse tipo de racionalidade, que tende ao processo manipulatório e alienador, não permitindo uma complexidade do pensamento a partir da totalidade. Assim, o seu superdimensionamento gera implicações para o processo de conhecimento e para as possibilidades de superação da realidade aparente.

No que tange à referencialidade teórica na profissão, a autora elenca três tendências que se manifestam nos discursos da categoria: uma *primeira tendência* mais pragmática, segundo a qual os profissionais têm na prática a determinação de suas ações, considerando as teorias como construções abstratas que apenas direcionam a formulação de procedimentos que são transformados em modelos de intervenção; uma *segunda tendência* enquadradora, em que a prática deve corresponder aos modelos de ação profissional; e uma *terceira tendência* que reconhece as teorias como processos de reconstrução da realidade, na busca de determinados métodos de análise que viabilizem a vinculação a determinados projetos de sociedade (Guerra, 2009, p. 25).

Percebe-se, pois, que a autora considera a dimensão teórica no corpo da profissão, localizando o seu *valor instrumental*. Com isso, propõe-se a analisar a vinculação medular entre as construções analíticas/teóricas e as atividades práticas. Aqui está radicado o seu contributo pioneiro no exame da instrumentalidade, superando as concepções imediatas de arcabouços metodológicos técnico-manipulatórios. Dada a natureza interventiva do Serviço Social, esse entendimento da autora permite problematizar a relação entre teoria e prática, atingindo a problemática do debate através da análise fundamentada em torno da *razão moderna*, das formas

de racionalidade dela derivadas (*a racionalidade formal-abstrata e a racionalidade ontológica*) e das suas repercussões para a instrumentalidade dessa profissão.

Gostaríamos apenas de tratar de um elemento que identificamos ao longo dessa investigação como ontologicamente relevante e que, a nosso ver, foi pouco desenvolvido pela autora, dado o seu objeto de pesquisa: a dimensão do *cotidiano*. Esse tópico aparece apenas na última parte de sua elaboração, onde a autora trata da *cotidianidade* definindo brevemente essa dimensão e sugerindo aos leitores, em uma nota de rodapé, o aprofundamento da “estrutura da vida cotidiana” nas obras de Agnes Heller *O cotidiano e a história* e de Lukács *Introdução a uma Estética Marxista* (Guerra, 2009, p. 180, nota de rodapé 132).

Por ser o cotidiano o espaço de reprodução imediata da consciência, onde se espraiam as ideologias, alienações e a racionalidade formal-abstrata, sentimos a falta de um desenvolvimento maior dessa dimensão, no entanto, entendemos que isso não prejudica a análise proposta pela autora, que sinalizou as *suspensões* dessa *cotidianidade* como “matéria-prima” para as elaborações teóricas (Guerra, 2009, p. 181) – portanto, a ausência conceitual não retirou a importância do seu significado.

No que tange à dicotomização entre teoria e prática na instrumentalidade, a autora identifica que, para uma profissão como o Serviço Social, a forma de conceber a *práxis* enquanto prática instrumental/procedimental, apenas como um conjunto de metodologias, um guia para a ação, retira da intervenção profissional qualquer pretensão analítica, ou seja, reproduz-se imediatamente o cotidiano para responder às demandas apresentadas, sem se tecer alguma análise mais profunda do contexto social em que o profissional se insere. Limitando-se as possibilidades de mediação teórica, fragmenta-se a articulação entre teoria e prática.

A falta de uma reflexão ontológica e de uma perspectiva de totalidade na análise que permitam captar a funcionalidade da profissão às determinações do capitalismo [...] toma como novas [...] aquelas atribuições e competências já reconhecidas como portadoras dos interesses de manutenção da “ordem e do progresso” do capitalismo: como uma receita nova para o velho pudim. Vistas como algo novo, essas práticas escondem as linhas que as vinculam àquelas que ora modernizavam, ora reatualizavam o histórico conservadorismo na profissão (Guerra, 2004, p. 39).

Essa reatualização de posturas conservadoras tensiona os avanços críticos e especialmente a direção estratégica ético-política. Nos termos da autora, a profissão passa a ser vista como “ajuda psicossocial e/ou técnica de solução de problemas”, operando uma “clara “regressão idealista” na profissão” (Guerra, 2004, p.40). Do ponto de vista da prática, reatualiza-se a tendência de compreender a *questão social* de um ponto de vista moral. No âmbito teórico-ideológico, obstaculiza-se a análise do contexto mais amplo de onde emanam as demandas.

A autora afirma que há a necessidade de instrumentais técnicos para a execução das atividades profissionais, que são essenciais para um dado momento da intervenção profissional. No entanto, apenas os conhecimentos operativos não refletem as possibilidades da prática de seus agentes. As intervenções cujo enfoque se estabelece apenas nas apropriações técnico-operativas, razão instrumental, não comportam a totalidade das dimensões que constituem a profissão, como sua capacidade analítico-ontológica e seu direcionamento ideopolítico, frente aos desafios postos pela ordem burguesa.

No plano ideológico, os tensionamentos na mediação entre teoria e prática têm como resultantes os *irracionalismos*, que implicam em uma reatualização das formas de conceber as demandas do cotidiano profissional, através de características com enfoque nas individualidades, na psicologização das relações sociais, nas teorias comportamentais e na linguagem, como formas de compreender o real, reduzindo-se ao micro, ao aparente, à “significação” que os sujeitos dão às suas ações. Não se parte mais do empírico, da “positividade”, mas da abstração, do superdimensionamento da subjetividade (desprovida da mediação com o concreto, com a objetividade dos fenômenos).

As implicações desse processo para o projeto ético-político são evidentes. Na construção de Maria Lúcia Barroco (2010), que trata diretamente da *dimensão ético-política*, percebemos a vinculação direta da teoria à prática social dos sujeitos, nos pressupostos ontológicos que orientam o *Código de ética* de 1993 e o atual projeto ético-político profissional. A autora se aprofunda nas categorias do pensamento ontológico lukacsiano, tratando da constituição ontogenética da *ética* no processo de *autoconstrução do ser social*. Essa análise contempla o reconhecimento do cariz político da prática, como âmbito das possibilidades de realização do ser ético. É na discussão da ética que identificamos a maior influência do pensamento de Lukács na profissão, apropriando-se de muitas de suas categorias centrais.

Para além de um conjunto normativo de regras de conduta profissional, os valores contidos nesse código identificam uma clara perspectiva de classe, como norte orientador de princípios humano-genéricos. Assim, é um instrumento técnico, ideoteórico e político. Fundamenta-se na centralidade da categoria trabalho e sua importância para o processo de gênese e socialização do ser social; analisa o papel da consciência, subjetividade e da capacidade teleológica na projeção e pré-idealização das finalidades

e dos meios para efetivação da *práxis*; aponta as alternativas e possibilidades de escolhas, que resultam nas concepções de valoração dos aportes teleológicos e na gênese da liberdade; bem como tece considerações acerca da *ideologia* e da *vida cotidiana*.

A apropriação de Lukács no Código de ética profissional foi feita quase que de forma direta. Como lembra Barroco (2010), o recurso à ontologia do ser social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, tendo em vista a natureza política do pensamento lukacsiano, na busca de alternativas para a construção de uma *práxis* revolucionária e emancipatória, orientada pelo princípio da liberdade. O autor sintetiza o objetivo de sua ontologia, inspirada na teoria social crítica marxiana – de subsidiar as bases teóricas capazes de fomentar o pensamento crítico, não bastando apenas interpretar a realidade, uma vez que é preciso transformá-la –, tornando-se fundamento orientador da luta de classes. Assim sendo: a construção teórica fornece os elementos para subsidiar uma intervenção prático-crítica sobre a realidade.

Retomados esses elementos identificados na pesquisa, é possível observar que a apropriação do pensamento de Lukács trouxe para o Serviço Social especialmente duas contribuições centrais: a primeira delas se relaciona à análise sobre a *natureza* da profissão; e a segunda, à análise do *ser ético*.

A instrumentalidade de Guerra (2009) e o exame da razão instrumental e da razão ontológica, bem como as reflexões de Barroco (2010) sobre os fundamentos ontológicos da ética no Serviço Social, resultam da maturação da teoria social crítica na década de 1990, compondo o arsenal de elaborações que se dedicaram a robustecer o debate sobre os fundamentos da profissão. Retomam as categorias do pensamento lukacsiano, realizando mediações com os seus objetos de estudo, inaugurando e aprofundando significativamente os debates, abrindo horizontes importantes no Serviço Social.

Já a elaboração de Netto (2011) é, a nosso ver, a expressão ontometodológica no Serviço Social, haja vista o percurso de problematização e investigação do seu objeto de pesquisa, bem como a forma de exposição das sínteses extraídas. Desse modo, além da identificação das categorias, analisa as suas origens e constituições na dinâmica macroscópica, traçando um quadro das contradições que se apresentam no processo de constituição e intervenção profissional, na particularidade histórico-cultural brasileira, em uma perspectiva de totalidade. Sendo assim, tece uma análise sobre o *movimento real* do seu objeto de pesquisa, extraindo consequências que até hoje estão presentes como elementos medulares da profissão.

### **Considerações finais**

Para identificar o saldo ontológico na literatura clássica do Serviço Social brasileiro, faz-se necessário entender primeiramente que há um elemento em comum nas obras analisadas que justifica o resgate da ontologia do ser social, como alicerce filosófico, nas apropriações teóricas que versam sobre os fundamentos da profissão: a necessidade de superação do conservadorismo nos meios profissionais.

Como demonstramos, cada forma de abordagem das respectivas temáticas estudadas e suas relações com os objetos de pesquisa específicos forneceram interpretações fiéis à riqueza categorial do pensamento lukacsiano, problematizando questões até então inéditas e ensejando novas contribuições. Os resultados obtidos com a investigação nos permitiram localizar a importância da *perspectiva ontológica* para o Serviço Social e o modo como tal viés viabilizou a apreensão de questões intrínsecas à profissão, especialmente localizadas nas análises das categorias: *trabalho* e *ideologia* (nesta o *pensamento científico* e o *cotidiano*) e *práxis*. A

reflexão pela via ontológica contribuiu com a busca ontogenética dos fundamentos da profissão, sob auspícios do sistema capitalista monopólico e de toda a gama de contradições e complexos que acabaram rebatendo nas respostas materiais (prático-interventivas) e ideológicas hipotecadas ao exercício profissional.

A análise sobre a estrutura sincrética permitiu ao Serviço Social problematizar questões sobre a sua *natureza* como profissão interventiva e sobre as determinações que particularizam a sua inserção na dinâmica das relações sociais no capitalismo monopolista, sendo, a nosso ver, a expressão ontometodológica nos fundamentos do Serviço Social. As categorias da *razão*, dos *valores*, da *alienação* e da *subjetividade* comparecem nas reflexões de Guerra e Barroco. Fundadas a partir dos desdobramentos da categoria trabalho, como dimensões ontológicas do ser social, todas essas categorias estão atreladas teoricamente ao complexo da reprodução social, entendido no contexto da perspectiva ontológica como síntese das tendências histórico-universais e das singularidades dos atos individuais. A reprodução social articula, portanto, totalidade e indivíduo, expressando as categorias do ser social no *cotidiano*. Os autores, portanto, recuperam da *Ontologia do ser social* o conteúdo das suas reflexões.

Foi possível verificar, portanto, a mediação direta entre as categorias ontológicas lukacsianas e as questões teórico-culturais do Serviço Social brasileiro. O pensamento ontológico contribuiu com o direcionamento crítico da profissão, subsidiando as bases para a construção do seu projeto ético-político, que teve, no Código de ética de 1993, a sua máxima expressão, identificando o seu pertencimento de classe e as projeções rumo à emancipação humana (e aos valores humano-genéricos), como horizonte das lutas e bandeiras defendidas pela categoria.

No atual contexto, são fatores que reatualizam ideologias fragmentadas e antiontológicas: a lógica do individualismo, a

descartabilidade dos valores humano-genéricos essenciais, a mercantilização e o fetichismo que impregna todos os âmbitos da vida social, a fragmentação do pensar no hiperdimensionamento do subjetivismo imediatista (em detrimento da razão histórico-crítica), o conservadorismo como elemento de tensão e as disputas ideais e simbólicas permanentes.

De posse desses termos, pensamos que é inegável a importância do resgate dos fundamentos e especialmente da perspectiva ontológica para uma profissão que se insere na dinâmica do *cotidiano* das relações sociais, podendo contribuir com reflexões sobre ideologia, cultura, alienação, reificação e contradições presentes nesse âmbito da vida social sob o qual se estabelece o exercício profissional.

Em face do exposto, percebemos que o pensamento de G. Lukács está presente nas três dimensões que perpassam a profissão e seu desenvolvimento crítico – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O reconhecimento da sua contribuição no deciframento dos complexos categoriais essenciais ao Serviço Social, como os que analisamos, permite-nos entender que, para compreender o projeto ético-político, o recurso ao pensamento de Lukács é quase uma requisição obrigatória.

## Referências

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 12-45, 1º sem. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sergio. Lukács, Ontologia e Método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a). **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 141-173, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nelo Shneider, Ivo Tonnet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Prefácio. *In*: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUSA, Adrianice Angélica Silva de. **Lukács no debate do Serviço Social brasileiro**. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TOBIAS, Liliane Santos. **A relação teoria e prática na perspectiva ontológica e suas repercussões na produção intelectual do serviço social brasileiro**. 2019. 129 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

TOBIAS, Liliane Santos; SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Contribuições da Ontologia do ser social para uma concepção dialética acerca da relação teoria e prática no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 300-319, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38788>. Acesso em: 20 set. 2023.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: falso caminho. In: TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

WELLEN, Henrique. Marxismo e Serviço Social: mediações e contradições entre teoria e prática. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 10, n. 2, p. 122-134, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19530>. Acesso em: 20 jan. 2019.

## CAPÍTULO 2

# FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: REFLETINDO SOBRE A RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANA E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

*Yanca Virgínia Araújo Moraes  
Moema Amélia Serpa*

### **Introdução**

A compreensão que perpassa o Serviço Social na contemporaneidade, enquanto especialização do trabalho rica de determinações, demanda a capacidade teleológica de “realizar a viagem de retorno à profissão” (Iamamoto, 2008, p. 240), como premissa para a apreensão de seus fundamentos sócio-históricos.

Não se trata de um mero retorno às suas memórias passadas, mas busca-se aproximar-se do que está posto no presente e da qualificação de um futuro ainda em construção. É na apreensão das suas bases de fundamentação que se alcançam os fundamentos ontológicos da realidade, e, nesta, visualiza-se o modo de ser, de pensar e de intervir da profissão, frente ao tempo presente.

Seguramente, “situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão” (Iamamoto, 2014, p. 621). Apreender, portanto, os elementos da

trajetória histórica, tendo como ponto de partida a reconceituação e seus desdobramentos nos permite compreender “que o Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para *re-nascer* novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 30).

Nosso objetivo neste ensaio é oferecer elementos caros à trajetória histórica do Serviço Social que permitam a compreensão de seus *fundamentos*, cujo marco se encontra no Movimento de Reconceituação (MR), “*etapa mais relevante da história do Serviço Social na América Latina*” (Netto, 1976 *apud* Iamamoto; Santos, 2021, p. 28, grifos das autoras).

Os apontamentos que se seguem têm na teoria social crítica a sua base de sustentação, cujo propósito é revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo, no sentido de apreender o real em suas múltiplas determinações. Essa teoria adota o método de análise pautado na razão crítico-dialética, imprescindível para a apreensão da dimensão ontológica do real.

## **Reafirmando os marcos da reconceituação do Serviço Social latino-americano**

O desenvolvimento da profissão é produto histórico que se modifica permanentemente, na busca de uma legitimidade teórica e prática, capaz de manter a contemporaneidade da profissão, frente aos desafios que cada momento histórico apresenta. Isto porque, a profissão “só existe em condições historicamente determinadas” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 20). A realidade, portanto, em suas manifestações contraditórias, constitui-se na principal determinação para a constituição e o desenvolvimento profissionais.

Para Guerra (2020), é condição *sine qua non* de toda análise que se pretende materialista, histórica e crítico-dialética buscar

os fundamentos ontológicos na realidade social, examinando-a no seu processo de totalização, considerando-a como uma totalidade em processo. Aprender, portanto, o processo de constituição dos fundamentos da profissão, particularmente, o Movimento de Reconceituação (MR), pressupõe traçar alguns condicionantes que deram sentido e significado a essa profissão.

Do solo improvável que se desenhava em meados da década de 1960, no contexto latino-americano, suscitaram-se grandes embates e resistências de uma geração de assistentes sociais que respira luta, sem restar dúvidas de que foram sujeitos atuantes na contramão da regressiva conservadora. O período em questão marca a radicalização acadêmica e técnico-profissional do Serviço Social, ou, como afirma Santos (2007, p. 164), “o sacudir da poeira do passado [...] por meio de uma notável articulação latino-americana”.

A emergência do Movimento de Reconceituação situa-se, segundo Netto (2005), no quadro das transformações mundiais operadas na transição da década de 1960 para e de 1970, período que marca a reestruturação do processo de acumulação capitalista. Com duração de aproximadamente uma década, de acordo com a literatura da área, a experiência da *reconceptualização* (ou *reconceituação*) do Serviço Social emergiu do cenário de contestações latino-americanas ao padrão de dominação burguês, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial sinalizava o esgotamento das ondas longas de crescimento capitalista.

O contexto de crise orgânica que assolava os países latino-americanos (Netto, 1981), somado à Guerra Fria e à experiência da Revolução Cubana na década de 1950, gestou nessas nações um quadro sociopolítico favorável, tendo como motor pulsões de movimentos sociais organizados por trabalhadores(as), estudantes e intelectuais, negros(as) e mulheres, em defesa dos seus interesses enquanto classe que vive do trabalho. Nas palavras de Netto

(2005, p. 8), “o quadro conjuntural balizado por 1968 constituía, em si mesmo, o cenário adequado para fomentar a contestação de práticas profissionais como as do ‘Serviço Social tradicional’”.

Nessa quadra histórica, três vetores caracterizaram as mediações entre o cenário mencionado e o movimento de crítica aos fundamentos tradicionais<sup>1</sup> da profissão (Netto, 2005; 2015). O primeiro deles diz respeito à revisão crítica conferida na fronteira das Ciências Sociais, que respingava na profissão na medida em que questionava a fonte primária de sustentação teórico-metodológica de que se valia e que embasava as disciplinas sociais acadêmicas – funcionalismo, quantitativismo e a superficialidade (Netto, 2015). Em segundo lugar, estava o deslocamento sociopolítico de instituições vinculadas ao Serviço Social, especialmente a Igreja Católica, através de posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas. Nas palavras de Netto (2015, p. 189), tais mudanças afetaram o Serviço Social de várias formas, entre as quais destaca:

No quadro da formação (sensibilizando setores docentes por outras vias menos vulneráveis às pressões sociais), no quadro da ação (mediante a sua relação com as militâncias laicas e suas ‘obras sociais’) e no quadro da sua visão de mundo (coroando-se um clima de diálogo vocacionado para debilitação do velho sectarismo vaticano).

---

1 Oferecendo uma linha explicativa sobre a discussão do tradicionalismo que se seguirá, retomamos os apontamentos de Santos (2007, p. 166): “Quando falávamos do esquema tradicional do Serviço Social, referíamos-nos ao legado europeu de assistência e beneficência aos necessitados como parte de uma nobre atitude cristã frente à dor humana. E também aludíamos à corrente norte-americana que considerava que os problemas e desajustes dos indivíduos, grupos ou comunidades eram desvios de conduta e de comportamento, em que as pessoas eram os únicos e principais responsáveis, já que se assumia que o sistema capitalista dava iguais oportunidades a todos”.

O terceiro e último vetor se refere ao protagonismo do movimento estudantil, que, de acordo com Netto (2015), condensou todas as alterações assinaladas e as inseriu no universo da reprodução da categoria profissional (as agências de formação e as escolas).

Tais vetores resultantes de um movimento continental externo à profissão se desdobraram em uma série de elementos, que serão aqui apontados, e impulsionaram a erosão das formas tradicionais do Serviço Social organicamente pautadas pela influência do pensamento conservador, cuja essência transitava sob a ótica liberal-burguesa por meio de práticas empiristas, reiterativas, paliativas e burocratizadas, realizadas pelos seus agentes (Netto, 1981).

Desde o seu nascimento, “como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários”, a reconceitualização tinha “como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos” (Iamamoto, 2008, p. 207). Foi esse cenário de inquietude e explosão contestatória que impulsionou o Serviço Social a uma revisão crítica das bases conceituais, da práxis e do arsenal ideológico-filosófico que até então o embasava e lhe dava substância.

Ander Egg, Fernandez e Barreix (1975 *apud* Machado; Closs; Zacarias, 2019) afirmam que a chamada “Geração 65”<sup>2</sup> despontou articulada às forças do Cone Sul, a partir do I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, realizado em 1965, em Porto Alegre (RS), como iniciativa autônoma da Argentina, Brasil e Uruguai. Outro grande marco da reconceitualização foi a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS).

---

2 Referência aos sujeitos históricos que vivenciaram e impulsionaram os processos históricos a partir de 1965. Para outras notas, cf. Ander Egg, Fernandez e Barreix (1975 *apud* Machado; Closs; Zacarias, 2019).

Em análise fecunda, o argumento central partia da recusa ao transplante dos modelos europeu e norte-americano (positivistas/funcionalistas), de modo a repensar a profissão em face das expressões da “questão social”. Nesse sentido, construiu-se uma frente de profissionais latino-americanos no sentido de rever e ultrapassar as limitações apresentadas pelos pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social alicerçados na sua tradição, nos quais a necessidade do controle social sobre a classe trabalhadora, expressa por uma intervenção profissional seletiva, assistencialista e focada no indivíduo, fosse reconceitualizada.

Isso posto, empenhados(as) na renovação profissional, assistentes indagavam-se sobre:

[...] o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social (Netto, 2005, p. 9).

Denunciava-se, assim, “a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo estadunidense” (Iamamoto; Santos, 2021 p. 44), com o objetivo de criar um Serviço Social voltado, sobretudo, à realidade continental “subdesenvolvida” e dependente, de modo a considerar as particularidades da formação sócio-histórica do continente.

Não por acaso, na sua gênese imediata, a questão-chave do MR buscava explicar “qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento” (Netto, 2005, p. 9).

Em se tratando desse pressuposto, Ortiz (2010, p. 162) destaca:

A Reconceituação questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição do subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses da população [...] Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional.

Cornely (2002, p. 16) afirma:

O método funcionalista, de forte inspiração positivista, mostrava-se simplesmente ineficaz na nossa realidade, onde um sistema injusto gerava a maioria dos problemas que “desajustavam” grandes segmentos da população. Sentiam, estes grupos, a urgente necessidade de intercambiar idéias entre si.

É diante dessa problemática que surge uma grande e heterogênea união de assistentes sociais contra o tradicionalismo, convencidos e dispostos a colaborar para as “mudanças sociais” necessárias, com vistas à superação do quadro de subdesenvolvimento econômico e social (Netto, 2005).

Ao recuperar os fundamentos sócio-históricos da profissão, Netto (2005; 2015) assinala duas grandes tendências heteróclitas compondo a frente de reconceptualizadores. A primeira delas vinculava-se aos projetos nacional-desenvolvimentistas de planejamento social, inspirados no debate cepalino (da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas), que “apostava numa espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de modernizá-lo

a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrossocietárias” (Netto, 2005, p. 10).

A premissa ideológica da proposta nacional-desenvolvimentista residia na defesa do desenvolvimento nacional a partir da industrialização, tendo o Estado como o agente central de mudança (Moljo *et al.* 2021) para atuar na superação da pobreza e do subdesenvolvimento. A intervenção estatal era considerada indispensável para redimensionar os recursos públicos e investir em setores estratégicos, sobretudo, aqueles ligados ao grande capital, contribuindo, assim, com o processo de acumulação e com a suposta modernização da indústria nacional, numa combinação entre o “arcaico” e o “moderno” (Fernandes, 2005; Oliveira, 2006).

Nota-se que, apesar de contrapor-se ao imperialismo, essa perspectiva modernizante não rompe com os gargalos do desenvolvimento social e econômico desigual e periférico, próprios do sistema capitalista de produção. De igual forma, as proposições incorporadas pelo Serviço Social não estabelecem uma superação das suas ações tradicionais, uma vez que a ruptura só “[...] se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987, p. 51).

Em face do exposto, importa-nos, tão somente, destacar que:

Não há aqui uma afronta à propriedade privada, mas ao contrário a defesa de setores da classe burguesa comprometidos com o desenvolvimento nacional, empreendedores dessa dinâmica, de uma “autêntica revolução burguesa” e de uma ampliação das camadas médias urbanas e de setores do proletariado urbano e rural representados na coalizão governamental (Moljo *et al.* 2021, p. 138).

No que tange à segunda tendência do Movimento de Reconceituação apontada por Netto (2005), constituída por setores mais jovens e radicalizados da sociedade, ela, por sua vez, “[...] jogava numa inteira *ruptura* com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os *projetos de ultrapassagem das estruturas sociais* de exploração e dominação” (Netto, 2005, p. 10, grifos do autor).

Essa tradição reuniu diversas orientações de esquerda como forma de dar uma nova condução à organização política da classe trabalhadora. Para esse propósito, relacionou diferentes caminhos e frentes de lutas, entre os quais destacamos: “desenvolvimento, anti-imperialismo, ruptura com a dependência e um forte ‘espírito’ anticapitalista, como transição socialista, amplamente ancorada na tradição marxista” (Moljo *et al.* 2021, p. 139).

Foi através da reconceituação que o Serviço Social latino-americano se aproximou de perspectivas teóricas progressistas e da própria tradição marxista, ainda que essa aproximação tenha se dado, inicialmente, de forma pouco sistemática e através de manuais partidários e/ou de fontes secundárias (Netto, 2015), resultando em uma “*aproximação a um marxismo sem Marx*” (Iamamoto, 2015, p. 211, grifos da autora).

Iamamoto e Santos (2021) registram, nesse lapso temporal, três correntes teórico-políticas do pensamento de esquerda assentadas na tradição marxista que floresceram no Serviço Social latino-americano e que reverberaram de forma incisiva na Reconceituação, necessárias para a compreensão da sua processualidade.

A primeira delas diz respeito à teologia da libertação da Igreja Católica, com uma virada à esquerda, embasada nas Ciências Humanas, no marxismo e na tradição marxista, tendo como principal espectro teórico influenciador Althusser, além de outros teóricos de grande relevância como: Guevara, Gramsci, Lukács, Korsch e Marcuse (Iamamoto; Santos, 2021). Essa esquerda se

insere nas lutas sociais do continente, realizando “forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural” (Löwy, 2000, p. 61).

Outra corrente analítica diz respeito à teoria da dependência, que, em seu debate interior, contrapunha-se fortemente aos argumentos do imperialismo, sob as contribuições de autores(a) emblemáticos(as) como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, entre outros.

Por fim, destaca-se a proposta do educador brasileiro Paulo Freire de uma educação como prática da liberdade, conformando a terceira corrente, que é transversal em todo o Serviço Social latino-americano, como recurso “à formação da consciência crítica e ao protagonismo dos sujeitos” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 40-41).

Para Iamamoto e Santos (2021, p. 43), essa “ambiência teórica e política da esquerda latino-americana” que penetrou a profissão explicitava uma clara recusa aos ideários tradicionais, condensados “no Serviço Social de casos (SSC), no Serviço Social de Grupos (SSG) e na Organização e Desenvolvimento de Comunidade (OC e DC), balizados pela ONU”, com o propósito de atribuir um caráter científico às suas ações e avançar na compreensão dos seus fundamentos.

Tais correntes cumpriram (e cumprem), a seu modo, um papel fundamental de subsidiar criticamente a profissão frente às formas de exploração e dominação do sistema capitalista de produção, no contexto das economias periféricas e dependentes, de modo a superar essa sociabilidade e os problemas estruturais a ela inerentes, em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Destarte, essa *grande união de reconceptuadores*, ainda em expansão, foi interrompida, dadas as condições objetivas e conjunturais processadas no território latino-americano, tornando-se,

segundo Netto (2005), um movimento inconcluso. Seu desenvolvimento foi suprimido, e, com ele, os espaços democráticos de discussão, em razão de uma “maré montante das ditaduras latino-americanas” (Netto, 2005) que se espalhavam nesse mesmo decênio.

No Brasil, o Serviço Social só pode defrontar-se com o legado da reconceitualização no final da década de 1970, em descompasso com o cenário latino-americano (Batistoni, 2021), isso porque o país vivenciava desde 1964 uma ditadura empresarial-militar (Netto, 2014), que abortou a ressonância e a difusão de ideais e forças progressistas que se encontravam na esteira do movimento nacional e latino-americano, impactando, veementemente, a perspectiva de ruptura do MR.

As reflexões a seguir buscam demarcar as expressões desse movimento latino-americano na particularidade brasileira, delineando o rico processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Partiremos das contribuições de José Paulo Netto (2015), com a qualificada orientação da perspectiva teórico-crítica marxista, que inaugura o entendimento de diferentes vertentes profissionais que emergiram no período de renovação do Serviço Social brasileiro, essenciais para a compreensão dos seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ideopolíticos.

### **A renovação do Serviço Social brasileiro: desenhando o caminho da ruptura**

Em paralelo à experiência *reconceptualizadora*, como vimos, processava-se, na conjuntura brasileira, o regime empresarial-militar, erguido com o golpe de Estado de 1º de abril de 1964, que fez cessar por 21 anos os direitos políticos e as liberdades democráticas de brasileiros e brasileiras.

Se, por um lado, o livre desenvolvimento do MR no país fora abortado por essa “página infeliz da nossa história”<sup>3</sup>, condicionando-o à existência de um cenário democrático (Scheffer *et al.*, 2021), por outro, evidenciou “o caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos” (Netto, 2015, p. 169), porque:

[...] *instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava* (Netto, 2015, p. 169-170, grifos do autor).

Na particularidade brasileira, Batistoni (2021) aponta que a problemática ao tradicionalismo profissional assumiu a perspectiva hegemônica de uma face modernizadora e tecnocrática, atualizando a herança conservadora. Para a autora, esse lapso temporal foi marcado por “[...] fortes traços de funcionalidade ao regime autocrático, demarcando as *diferenciações* entre *projeto em oposição* na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na Renovação do Serviço Social brasileiro” (Batistoni, 2021, p. 73, grifos da autora).

As requisições postas pela autocracia burguesa à formação e ao exercício profissional conduziram ao que Netto (2015) designou como *laicização do Serviço Social*, um dos elementos essenciais do processo de renovação, que expõe a diferenciação entre a categoria profissional. Vale salientar que, até a primeira metade da década de 1960, a profissão gozava de certa unidade no seio

---

3 Verso da canção “Vai Passar” de Chico Buarque de Holanda, que faz referência aos anos sombrios da ditadura empresarial-militar de 1964.

profissional, no que diz respeito às suas projeções interventivas, suas propostas e sua participação político-partidária (Netto, 2015).

Sob o comando do grande capital, essa tendência foi expressa nas formulações de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)<sup>4</sup> (embora não se esgote nelas), restringindo-se no âmbito acadêmico<sup>5</sup>, resultado dos Seminários de Teorização promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social – CBCISS (Netto, 2015).

Assentava-se, portanto, em abordagens de cunho positivista/funcionalista, estruturalista e sistêmico, operando “a manutenção, sem alterações de monta, das modalidades de intervenção e (auto)representações que matrizesavam a profissão desde o início dos anos 1950” (Netto, 2015, p. 156).

Seu enfoque principal estava no desenvolvimento social e no enfrentamento da pobreza pelo prisma da integração social, sendo incorporada pela profissão sem maiores críticas e/ou reflexões, configurando-se a partir de propostas de trabalho ajustadoras e manipulatórias, cuja base de sustentação encontra-se em um racionalismo formalista, reduzido a regras formais, técnicas e instrumentos para a intervenção (Yazbek, 2018).

As bases do processo de erosão do Serviço Social tradicional respondem, pois, a uma característica da formação sócio-histórica

---

4 “A hipótese é de que os seminários de teorização do Serviço Social — especialmente os de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1975) —, iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento e a modernização do Serviço Social “tradicional”, são uma resposta às articulações progressistas do Serviço Social no Cone Sul” (Iamamoto, 2019, p. 443).

5 Santos (2007, p. 170) ressalta que: “À medida que as ditaduras militares foram afirmando-se em vários países da América Latina, as experiências de renovação do Serviço Social ficaram cativas da esfera acadêmica, graças à relativa autonomia de que estas gozavam. Os espaços democráticos nos organismos de Estado eram, por seu lado, bem restringidos”.

brasileira, em que as forças conservadoras promovem mudanças “pelo alto” (Coutinho, 2008), reafirmando, assim, a subalternidade da periferia em relação aos países capitalistas centrais (Netto, 1991).

O período que se segue registra o deslocamento da perspectiva modernizadora para uma outra tendência do processo de renovação, cujo aporte teórico-metodológico foi buscado junto à fenomenologia. Essa vertente, apontada por Netto (2015), não por acaso de *reatualização do conservadorismo* pretendia dar uma “nova” roupagem à profissão e expressava uma profunda recusa aos padrões teórico-metodológicos da herança positivista. A tônica das insatisfações se fez presente nos registros de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), onde se questionavam a validade e a causalidade do trato positivista, uma vez que este não levava em consideração a subjetividade humana, que conduziria os sujeitos a uma suposta “transformação social” (Netto, 2015).

Por outro lado, ao invocar valores e princípios humanistas (dignidade humana, diálogo, ajuda psicossocial)<sup>6</sup>, essa tendência estaria também salvaguardando componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, como mostra Netto (2015, p. 282):

Ao final da operação, a resultante deste empreendimento fenomenológico é a mais tranquila e explícita recuperação da autodeterminação constituída na tradição conservadora: o “princípio” é (re) legitimado e, com ele, a constelação de postulados e demais “princípios universais” do Serviço Social é revalorizada acriticamente.

---

6 Aprofundamentos da discussão comparecem em Almeida (1978) e Pavão (1988).

Nota-se que as formulações de ambas as tendências destacadas até aqui (modernização conservadora e reatualização do conservadorismo), embora se situassem em face de uma renovação teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, desaguavam na extensão do tradicionalismo e do conservadorismo profissionais. E aqui cabe destacar as palavras de Netto (2015, p. 314): “a culpa, se existe, não é de seus formuladores: é da dinâmica mesma das relações sociais tomadas na sua teimosa objetividade”.

Destarte, foi somente com a vertente da *intenção de ruptura* que o Serviço Social pôde, de fato, vivenciar uma crítica radical do tradicionalismo até então arraigado na profissão, sendo capaz de explicitar uma crítica sistemática aos seus fundamentos teóricos, metodológicos, filosóficos e ideológicos.

Lembre-mos dos apontamentos traçados no início deste ensaio: “a realidade, em suas manifestações contraditórias é a principal determinação para a constituição e o desenvolvimento profissionais”. Pois bem, o fato é que, embora o processo de renovação tenha expressado a sua fagulha no pré-1964 com o MR, só encontrará as condições necessárias para o seu desenvolvimento com a crise da autocracia burguesa.

Sobre esse aspecto, Netto (2015) é enfático: “[...] a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrictões do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise” (Netto, 2015, p. 154).

Nesses termos:

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam

para uma crítica radical do tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional (Netto, 2005, p. 17).

A perspectiva de ruptura, mais significativa dentre as demais tendências, dado o seu alcance e extensão no seio da categoria profissional, forneceria a estrutura teórico-metodológica e ideopolítica para a consolidação da laicização, fortalecimento de um pensamento progressista fundamentado na teoria social marxista e superação do projeto societário da ordem burguesa.

As primeiras aproximações dessa tendência no país emergem no quadro da estrutura universitária, “integrada aos rumos do movimento de reconceitualização latino-americano” (Iamamoto, 2019, p. 444), a partir da experiência coletiva do grupo de jovens docentes, sob o protagonismo de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG). Netto (2015, p. 333) afirma que é a abrangência da atividade desse grupo mineiro que explicita a intenção de ruptura no país, de modo que até os dias atuais revela uma arquitetura única.

Não por acaso, na dinâmica da capital mineira, conjugava-se um caldo cultural de “[...] importantes movimentos sindicais e populares [...]”, bem como, “[...] uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas [...]”, que tornaram Belo Horizonte “um *topus* adequado à expressão inicial do projeto de profissão da ruptura” (Netto, 2015, p. 333-334).

Os pressupostos teóricos dessa alternativa resultaram na elaboração do documento “A Relação Teoria-Prática no Trabalho Social: Método BH”, um instrumento vital para a profissão, cujo

objetivo era a formação de profissionais críticos e comprometidos com a população (Santos, 1983).

O método BH representa um grande avanço para o Serviço Social, pois provocou questionamentos às bases tradicionais e aos modelos explicativos da realidade até então presentes na profissão, e inovou interrelacionando o conhecimento, a pesquisa e a intervenção direta com instituições ou grupos de população.

Conforme aponta Santos (2007, p. 166), a proposta na Escola visou, sobretudo:

[...] romper com o esquema “tradicional” do Serviço Social, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar muita ênfase na busca de novos campos de trabalho e práticas profissionais que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialistas da profissão.

Para essa autora, a ruptura com o tradicionalismo da profissão significava ultrapassar as barreiras teórico-metodológicas do legado europeu e norte-americano, que ignoravam a gênese da “questão social” e os seus determinantes, ao passo que focalizavam-se em abordagens pragmáticas, individualistas, assistencialistas e psicologizantes dos problemas sociais (Santos, 2007).

Em contraposição às práticas importadas, a formulação de BH partia da perspectiva da totalidade, própria da teoria social marxista, para a compreensão dos fenômenos sociais da realidade, apreendendo-os no seu contexto histórico, suas variáveis econômicas, sociais e de classe (Santos, 2007). De acordo com a autora pioneira da experiência de BH, Leila Lima Santos, o grupo buscava com o método “novas alternativas de formação profissional;

queríamos formar profissionais críticos, comprometidos com seu povo” (Santos, 1983, p. 8).

A elaboração também apresentou profundos equívocos e limitações, em que pese certo ecletismo, no qual mesclavam referenciais teóricos, concepções ideológicas e prático-profissionais, consequência de um acesso deficitário às fontes originais do pensamento marxista e marxiano. No contexto da autocracia burguesa, isso favoreceu uma visão reducionista dessa corrente, culminando no que Quiroga (1991) designou como “invasão positivista no marxismo”.

Sobre esse aspecto a autora aponta:

[...] os desdobramentos da contribuição de Marx significaram uma possibilidade não só de enriquecimentos, mas também de distorções e empobrecimento, quando se tornaram produto de influências reducionistas, que minaram algumas leituras que se fizeram de sua obra. Entre essas, relembre-se, encontra-se a influência do Positivismo. (Quiroga, 1991, p. 93).

Como podemos observar, apesar do grande avanço teórico-metodológico e ético-político a partir da interlocução com o marxismo, o Serviço Social, a princípio, não conseguiu uma efetiva ruptura com o tradicionalismo, acabando por reforçar a influência da primeira abordagem presente no Movimento de Reconceituação Latino-Americano, de cunho conservador.

Contudo, as sementes para a uma suposta renovação do Serviço Social já estavam dadas no seio da profissão. Sobre esse aspecto Netto (2015, p. 350) é enfático:

Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia

burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.

Precisamente, foi a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979, na cidade de São Paulo, que o Serviço Social brasileiro pôde mirar na direção da virada profissional, “[...] quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetida a maioria da população no cenário ditatorial” (Iamamoto, 2015, p. 215).

### **“Aqui se respira luta”:** algumas considerações finais

Fazer esse resgate da história da nossa profissão, ou como sugere Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo” (*apud* Löwy, 2011), é ter mais certeza sobre os avanços, conquistas e limites. É compreender e reconhecer o protagonismo desses sujeitos históricos que, empenhados na luta por uma renovação, alçaram novos voos mesmo em tempos tão adversos. E, nesse processo, a intenção de ruptura foi a chave para a crítica das próprias “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão” (Guerra, 2004, p. 26).

Assumindo a relevância dos fios que tecem a teia deste ensaio, não restam dúvidas de que a experiência mineira, inspirada pelos ventos latino-americanos, logrou quantitativos e qualitativos avanços na busca por uma ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social.

A partir dessa profícua interlocução com a tradição marxista e com Marx, foi possível apreender a forma de ser do Serviço Social na realidade, ultrapassando suas expressões imediatas e aparentes, ou mesmo explicações endógenas, para alcançar a apreensão do seu significado social, da sua funcionalidade (Guerra, 2004).

E foi a partir desse movimento de recusa e crítica aos fundamentos conservadores, tal como explicitamos, que brotaram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando como projeto ético-político (Netto, 1999), calcado em valores e princípios ético-políticos universais comprometidos com a emancipação humana, que materializa um conjunto de elementos construídos<sup>7</sup> coletivamente e subsidiam a formação, a intervenção e a organização político-organizativa do Serviço Social.

## Referências

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABESS, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

---

7 Os espaços de formação, discussão e organização política (fóruns, congressos e entidades representativas), bem como os marcos legais da profissão, expressos na Lei N<sup>o</sup> 8.662/1993, que regulamenta a profissão, e na Resolução do CFESS N<sup>o</sup> 273/1993, que institui o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Gerais Curriculares de 1996.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p. 71-93.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 273 de 13/03/1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_273-93.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

CORNELY, S. A. Crônicas de uma história recente: alguns avanços que deram maior visibilidade ao serviço social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2002.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, a. VIII, n. 24, 1987.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GUERRA, Y. D. A. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.

GUERRA, Y. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Coletânea fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2020.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461,

2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2022.

LÖWY, M. “A contrapelo”: concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2011.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, G. S; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. R. Reconceituação latino-americana do serviço social: as ideias cepalinas e da teoria dependência. In: JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (JOINPP), 11., 2019, São Luís. **Anais** [...]. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_353\\_3535cba2ba8936b6.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_353_3535cba2ba8936b6.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

MOLJO, C. B. *et al.* Tendências teórico-políticas no Serviço Social argentino nas décadas de 1960 e 1970: a Reconceituação em debate. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p. 135-156.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) *et al.* (org). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS; CEAS; UnB, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/>

[anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf](#). Acesso em: 27 out. 2022.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 59-75, 1981.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, a. XXVI, n. 84, p. 5-19, 2005.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ORTIZ, M. F. G. Legado da Reconceituação para o Serviço Social brasileiro. In: ORTIZ, M. F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010. p. 155-161.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de autodeterminação no serviço social**: visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1988.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações do ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 163-179, 2007.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHEFFER, Graziela *et al.* O reformismo reconceituador entre articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social. *In*: IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo avesso**: a reconceituação na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

VAI passar. Intérprete: Chico Buarque. Compositores: Francis Hime e Chico Buarque. *In*: CHICO Buarque - 1984. [S. l.]: Barclay; Polygram; Philips, 1984. 1 LP, faixa 10.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas do Serviço Social. *In*: GUERRA, Y. *et al.* (org.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.



## CAPÍTULO 3

# CONTRIBUIÇÃO PARA CRÍTICA SOBRE A “LÓGICA DA COISA” DOS PROCESSOS DE CONTINUIDADE E RUPTURAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

*Thauan José Pastrello Silva*

### **Introdução**

Este artigo busca expor as aproximações, resultados parciais e análises sobre a manifestação fenomênica dos movimentos das forças políticas que se precipitaram, manifestaram e desdobraram na realidade brasileira no chamado processo de renovação, e as particularidades da reconceituação do Serviço Social no Brasil.

Levando em consideração que a partir de 1980 a movimentação dos fenômenos em tela desdobrou-se em realidade diversa, dinâmica e contraditória, essa complexa movimentação política solicitou o estudo e a pesquisa em torno do seguinte objeto: as forças políticas e a movimentação de tendências tradicionais, conservadoras e rupturistas no Serviço Social brasileiro no deságua do processo de renovação, denominado transitivamente como uma fase, etapa ou momento “ad-renovação”<sup>1</sup>. Qualquer

---

1 Utilizaremos o termo “ad-renovação” para demarcar o período inaugurado após o fim da ditadura militar no Brasil e suas implicações no Serviço

investigação nesse sentido solicitaria a leitura atenta de autores e autoras que revigoraram a pesquisa, a partir do método crítico, materialista, histórico e dialético da teoria social de Karl Marx. O entendimento dessa problemática só pode ser conhecida na realidade por meio de uma racionalidade que aponte *a compreensão da lógica dos processos históricos de transformação profissional do Serviço Social brasileiro* que, por sua vez, particularizam as determinantes sociais universais que enquadram a conjuntura de dado processo histórico na luta de classes.

Nesse sentido, localizamos a validade desta análise pela necessária compreensão dos impactos particulares no Serviço Social brasileiro proporcionados pelas determinações mais gerais e atuais do modo de produção capitalista, diante da existência de uma movimentação diversa e complexa gestada paulatinamente pela incidência das chamadas forças produtivo-destrutivas<sup>2</sup>. Estas,

---

Social brasileiro no desdobramento do processo de renovação. O termo não indica que a renovação do Serviço Social teve fim. O prefixo “ad”, originário do latim, pode ter vários significados, mas aqui será utilizado no sentido de desdobramento, aproximação, direção, tendência, movimento, adjunção. Indica que permanecemos sob a vigência daquele processo e dos desdobramentos posteriores ao seu início. Essa constatação é fundamental para compreendermos mais à frente o que estamos entendendo como os dois processos fundamentais de desenvolvimento da profissão no país até então, a sua gênese e sua renovação. Além disso, o termo “ad-renovação” indica o período proposto neste estudo, partindo de 1980 até a atualidade. Destacamos que há falta de acúmulo e consenso acerca da afirmação.

- 2 Concordamos que a afirmação de que: “No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas destrutivas... No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes. não somente para realizar sua própria atividade mas também para simplesmente salvaguardar a própria

por sua vez, são fundadas na exacerbação dos níveis de exploração e opressão responsáveis por impor a barbárie às relações de produção e reprodução da vida social no contexto histórico da luta de classes atravessado pela crise de direção revolucionária<sup>3</sup>.

Essas manifestações de alteração de qualidade de novo tipo na história contemporânea da luta de classes impactam o Serviço Social brasileiro de modo particular, sobretudo nos últimos 20 anos. Destaca-se que essa constatação tem sido identificada a partir de estudos dos mais diversos matizes teórico-metodológicos. Ainda que disformes e acéfalos, é preciso indicar a saliência precária e oportunista da sistematização desse fenômeno em tela a partir de profissionais ou pesquisadores polemistas de viés eclético, conservador ou reacionário. À parte a decadência ideológica, pesquisadoras de diversas gerações vinculadas à tendência rupturista da “ad-renovação” têm se aprofundado no estudo dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social

---

existência [...] a contínua expansão do sistema do capital [é inseparável] do exercício irrestrito das ‘forças produtivo-destrutivas unilateralmente desenvolvidas’ que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro” (Mészáros, 2015, p. 58-59).

- 3 O conceito está no chamado Programa de Transição e em tantas outras obras. Mas utilizamos aqui outra referência do mesmo autor, conhecido também com o título “A Atualidade do Manifesto do Partido Comunista”, que foi escrito por Leon Trotsky como prefácio à primeira edição do clássico de Marx e Engels publicado na África do Sul. Diz o autor que: “A degeneração burguesa da social-democracia e a degeneração fascista da pequena burguesia estão entrelaçadas como causa e efeito. Em nossos dias, a IV Internacional Comunista leva a cabo, em todos os países, com uma obscenidade ainda maior, a obra de engodo e desmoralização dos trabalhadores. Massacrando a vanguarda do proletariado espanhol, os mercenários sem escrúpulos de Moscou não apenas abrem caminho para o fascismo, como também realizam uma boa parte de seu trabalho. A longa crise da revolução internacional, que cada vez mais se transforma em crise da cultura humana, reduz-se, no fundo, à crise da direção revolucionária do proletariado” (Trotsky, 1937).

brasileiro e reconhecido a vigência de tais alterações (para citar apenas uma: Guerra, 2004).

O estudo atento das obras de interlocutores mais ou menos conhecidos que vivenciaram e constituíram o processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina é sempre um exercício que pensamos ser de extrema importância. Consolidou-se no senso comum da categoria profissional que tais bibliografias relacionadas aos fundamentos do Serviço Social brasileiro seriam apenas responsáveis por reafirmar a história (normalmente esvaziada de seu conteúdo materialista, histórico e dialético e compreendida superficialmente como passado) do Serviço Social<sup>4</sup>.

Sendo assim, a constatação da movimentação de tendências conservadoras e reacionárias reafirma a permanência da implacável determinação material e concreta do real sobre a vida cotidiana, ainda que limite tais pensamentos à superficialidade, imediatividade e heterogeneidade extensiva. Mesmo assim, é necessário afirmar que até a mais falsa das “ideo falsificações” da realidade resguarda e manifesta alguma dimensão limitadamente verdadeira do real. Estamos diante de visíveis expressões caóticas de fragmentos fenomênicos aparentes e singulares que simulam uma sistematização precária e reatualizada do pensamento tradicional da profissão na atualidade. Essa digressão nos alerta para o fato de que a dinâmica das relações sociais do tempo presente tem retirado da inércia e submetido a rotação as mais variadas tendências ou “prototendências” ético-políticas de diversos espectros na referida profissão.

---

4 Veja aqui as considerações da obra: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo avesso**: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

Essa reflexão nos permite validar o desdobramento de uma segunda, ainda que óbvia, constatação. Fica ainda mais evidente que as produções, investigações e sistematizações oriundas dessa categoria não nos servem apenas como mero retrovisor de uma profissão em constante e intenso movimento. As determinações históricas são a própria substância que aglutina a integração de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos<sup>5</sup>, cumprindo a finalidade de apontar caminhos, identificando evidências que se apresentam como resultados parciais e aproximativos da compreensão sobre a luta de classes e a disputa política pela direção dos rumos do Serviço Social no país.

É essencial que se identifiquem com excelência os vetores conservadores que incidem na *desintegração* de seus princípios éticos vinculados à fundamentação materialista, histórica e dialética, bem como a tendência à *desagregação* na relação “direção-vanguarda-base”, diante da evidente crise de direção revolucionária na luta de classes<sup>6</sup>. Esse mapeamento, entre outros tantos que podem ser efetivados a partir da dinâmica da realidade, deve ser precedido pelo questionamento sobre como se dão tais processos de movimentação de forças que podem mudar os rumos da própria realidade, tal qual observamos no processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

---

5 A partir das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996) (ABEPSS, 1996).

6 Com o perdão do esquematismo, entendemos que a correspondente particular da chamada crise de direção revolucionária no âmbito do Serviço Social brasileiro se expressa pela i) cooptação “ideoburocrática” funcionalista de sua direção, ii) acomodação reformista e messiânica de sua vanguarda e o iii) oportunismo corporativo comum aos agrupamentos profissionais no âmbito da divisão social do trabalho.

## **“O processo dos processos” de continuidades e rupturas no Serviço Social brasileiro**

Para nos auxiliar nesta exposição iremos nos basear na prodigiosa obra de José Paulo Netto (2011), intitulada *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, publicada inicialmente em 1991. É óbvio que recorrer a essas obras não é uma tarefa que encerra em si mesma sua finalidade, nem mesmo nos permite realizar ultrageneralizações ou conceber suas convicções como traços estáticos e lineares de análise de um processo amplamente contraditório, dinâmico e nada retilíneo.

Contudo, a busca pela compreensão dessa realidade social não pode nos furtar das contribuições daqueles que caminharam trajetórias ásperas para produzir uma matéria na qual nós nos apoiamos para, ao menos intencionalmente, avançar. É fato que as categorias apresentadas na obra de Netto foram de certo modo, ao longo desses anos, ultrageneralizadas, tratadas como estanques e até mesmo como permanentes e fixas. Os avanços revelados por Netto (2011) na compreensão sobre as perspectivas e as direções contidas no processo de renovação do Serviço Social brasileiro foram alguns dos aspectos da obra que se cristalizaram e, não raras vezes, transportados anacronicamente, sem mediações, para a atualidade ou ainda para outras realidades sociais distintas da brasileira.

Quem nunca tentou decorar de algum modo, às vezes por força “didática”, as três vertentes/perspectivas daquele movimento de renovação? Esse esforço, apesar de reconhecer a excelência e rigor com que o autor apresenta essas categorias que se manifestaram fenomenicamente na realidade do Serviço Social brasileiro, não pode também deixar de esconder que, de certo modo, operou-se uma cristalização dessas categorias como pretensamente permanentes. E a responsabilidade disso nada tem a ver com o autor.

Essa responsabilidade, ou melhor, essa reprodução acrítica, opera-se por força da manifestação da racionalidade formal abstrata (Guerra, 2022) na utilização de conceitos e na manipulação de categorias que não partem necessariamente da crítica, mas, sim, de uma “concepção fundamentalista dos fundamentos”<sup>7</sup> históricos dessa profissão. Aqui o erro de anacronizar e generalizar as categorias de modo a-histórico implica também no correlato equívoco de eximir de crítica às produções e seus autores, impu-tando certa imunidade intelectual, as tão importantes e basilares obras clássicas do Serviço Social brasileiro. Afinal, quem poderia criticar um clássico? Se nos perguntassem, a questão poderia ser assim respondida: afinal, como avançar sem criticar (no sentido marxiano) os clássicos?

---

7 Parece que há algo sobre o qual se deva chamar a atenção na relação entre a ênfase dada ao estudo ou reivindicação dos chamados fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social na atualidade. Sua abordagem superficial indica a reedição de uma tendência à redução romântica, de cunho messiânico, da compreensão da base rupturista sobre seu real significado. Por outro lado, há também uma implicação sobre a temática a partir do pensamento de base tradicional na profissão. Ambos os vieses são limitados e parecem compartilhar uma reivindicação formal, abstrata, subjetivista e, por que não dizer, gnosiológica da ideia de fundamentos da profissão. Veja que, a partir da teoria social e do método materialista, histórico e dialético que a sustenta, a compreensão de fundamentos está ancorada naquilo que Marx considerou essencial no processo de reprodução do capital. O título dos comentários realizados pelo autor para consolidar a ideia de mais-valia e anteceder sua obra-prima, “O Capital” (1867), indica a compreensão que queremos reivindicar sobre o que chamamos de fundamentos. Referimo-nos aos “Grundrisse” (1858), que em português significa fundamentos. Por outro lado, a abordagem pragmática e superficial pode facilmente ser definida como o que chamamos de “fundamentalismo ou fundamentalização dos fundamentos” históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro. A análise e a melhor definição estão em processo de consolidação no âmbito da pesquisa de doutorado em Serviço Social da qual este autor participa.

O que se quer com esta reflexão é partir de uma compressão da realidade como um processo que é constitutivo de uma totalidade dinâmica e contraditória. Portanto, compreender a continuidade/descontinuidade e inconstância/constância das categorias que ali se manifestaram em determinado momento histórico nos parece fundamental. Desse modo, poderíamos reafirmar o clássico, partindo não apenas do concreto pensado (Netto, 2009) limitado a exposição cronológica da obra, mas, também, desde que concretamente vinculado a realidade social, um clássico só pode ser assim denominado se suas reflexões nos permitirem identificar as categorias que, mesmo após sua publicação, ainda são pertinentes atualmente. Isto pois, as categorias e conceitos apresentados ainda se manifestam e ecoam em estágios de permanências e rupturas com aquelas informadas pela obra independentemente de sua secularidade.

Nesse sentido, podemos inferir que, em se tratando das relações sociais nas quais o Serviço Social está inscrito, a última palavra dada nunca é suficiente. E aqui se revela a contraditória pertinência de um clássico como a obra em questão. Ela se habilita a responder não só pela história ou pelos fundamentos destinados a disciplinas “a” ou “b”. Essa obra se habilita como um clássico, pois detém a capacidade de desvendar na contemporaneidade algumas tendências que se manifestam nessa realidade. Sendo assim, ela é, ou deveria ser, constante objeto de crítica como única forma de produzir algo novo que se destaca no antigo (não arcaico) no devir da profissão no Brasil.

Ao contrário do engessamento que se possa forçosamente indicar, os movimentos de reconceituação do Serviço Social na América Latina e de renovação do Serviço Social brasileiro se iniciam marcadamente antes de 1979 e permanecem e se espraiam sobremaneira depois desse ano. Este marco cronológico pode ser considerado relevante, mas não limitante, para explicar esses dois

processos. Isso nos permite dizer que a procura por um projeto profissional alternativo ao tradicional no âmbito do Serviço Social brasileiro se iniciou já a partir dos anos de 1950, atravessando a ditadura militar, saltando na sua influência a partir de 1979 e só conseguindo assumir a direção hegemônica das diversas entidades dessa categoria profissional a partir de 1990. E tal processo/movimento apresenta uma constante mudança numa esteira de permanências históricas.

A hipótese que carregamos se refere à constatação de que a obra de Netto é a primeira produção do Serviço Social brasileiro a tratar de um momento de transformação aguda e de reversão da direção hegemônica e histórica desse campo profissional no país<sup>8</sup>. Ou seja, ela não apenas revela aquele processo particular, como desvela o primeiro processo concreto e intencional de alteração do projeto profissional dessa categoria desde sua institucionalização no país. Se estivermos corretos, a identificação e racionalização do “processo deste processo” pode nos oferecer a lente de aumento capaz de enxergar algumas aparentemente

---

8 Importante marcar que Netto só pôde alcançar tal empreendimento porque teve como base, além das diversas produções de então, as análises mais gerais sobre o processo de gênese, legitimidade e crise, apontadas inicialmente no estudo de Yamamoto, intitulado *Legitimidade e crise do Serviço Social*, e na publicação do livro de Yamamoto e Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico metodológica*, de 1982. Esta última e a obra de Netto sobre o Serviço Social pós-64 são duas publicações que marcam os principais processos de alteração de qualidade da profissão no país, i) da protoforma à gênese e ii) sua renovação. Revelam-se para nós como estudos que se dedicaram à tentativa de compreender tais alterações, dando as pistas sobre a profissão na atualidade. Iremos destacar, entre tantos aspectos, a dimensão política dessas análises. É evidente que a citada obra de Yamamoto e Carvalho (1982) é a que pioneiramente desbrava a reflexão crítica, de viés marxiano do Serviço Social brasileiro, ainda que necessite ser submetida a crítica na atualidade.

distintas manifestações que se desdobram na conjuntura atual e no interior do Serviço Social.

Se Netto (2011) realmente conseguiu consolidar em categorias as mediações e determinações de um processo de alteração e movimentação daquele novo fenômeno manifesto no interior do Serviço Social por meio do método materialista, histórico, dialético, é possível afirmar que, por meio desse mesmo método e do movimento da própria realidade, podemos enxergar *como se dá o processo dos processos* de alteração de qualidade diante das novas movimentações que estão sendo gestadas nesta categoria profissional atualmente. E este é o real sentido de reverberar o estudo e a pesquisa acerca dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro, já que, ainda que dinamizado e em movimento, esta profissão ainda está inscrita sob o mesmo modo de (re)produção das relações sociais que caracterizam sua gênese e institucionalização.

Portanto, Netto (2011) não apreendeu apenas um processo histórico, mas nos apresentou uma chave categorial que pode nos informar a respeito dessa profissão na atualidade, evidenciando as mudanças que nela se inter-relacionam neste momento na história. Qualquer movimento novo, mesmo que ainda pouco desenvolvido, mais ou menos complexo e que se apresenta nesta realidade (sob este modo de produção das relações sociais), manifesta-se, para nós, como uma dissidência contraditória e dinâmica daquele processo histórico de renovação que se deu/dá como incidente neste tempo histórico que vivemos.

Nesse sentido, há nessa obra algo maior e tão interessante quanto a identificação das categorias encontradas por Netto (2011) que se manifestaram no devir do processo de renovação do Serviço Social e que foram por ele denominadas como perspectivas ou direções distintas no processo de renovação (intenção de ruptura, reatualização do conservadorismo e perspectiva modernizadora).

Para nós, há algo pouco abordado, mas de essencial importância, que o autor destaca e que vale a pena retomarmos para uma apreciação atual da manifestação do Serviço Social brasileiro que por vezes é relegado, sobretudo na matéria responsável por abordar este tema na formação, em nível de graduação.

*Afirmamos que há nessa obra um descortinamento não apenas do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, mas, também, um desvendamento de como se dão os processos particulares de alteração ou deslocamento de forças que incidem sobre os rumos e a direção dessa profissão no país.* Ou seja, em termos marxianos, o autor parece não só revelar a “coisa da lógica” do movimento de renovação profissional historicamente datado, mas, sobretudo, “a lógica da coisa”<sup>9</sup> ao abordar como se dão, se deram e, ousamos

---

9 Marx utiliza essa reflexão no até então manuscrito denominado *Crítica ao direito de Hegel*, escrito em 1843, mas publicado posteriormente. A interlocação é com a obra *Princípios da filosofia do Direito*, escrita por Hegel em 1820. Há uma implicação fundamental para nós a partir desse texto, pois nele Marx impõe uma inflexão entre sua perspectiva e o idealismo hegeliano. Marx vai dizer que, na obra de Hegel, “[...] o conteúdo concreto, a determinação real, aparece como formal; a forma inteiramente abstrata de determinação aparece como o conteúdo concreto. A essência das determinações do Estado não consiste em que possam ser consideradas como determinações do Estado, mas sim como determinações lógico-metafísicas em sua forma mais abstrata” (Marx, 2015, p. 38). Ou seja, Marx revela o interesse do estudo de Hegel e aponta a necessidade de superá-lo. “O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizam no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica” (Marx, 2015, p. 38). Para nós essa análise serve para evidenciar a necessidade de compreensão das determinações políticas concretas, realmente existentes. Ao apontar tal reflexão, Marx indica a necessidade do sentido concreto da investigação, ou seja, partir da determinação da lógica da coisa, de como ela é, de como ela está, de como se movimenta e de como se relaciona. Netto (2011) realiza essa operação com maestria e permite

dizer, se darão os possíveis processos de continuidade/ruptura dos rearranjos dessa profissão na realidade brasileira, sob a vigência do capital, suas crises e revoluções.

Portanto, além de uma preocupação apenas *retrospectiva* de constituição concreta pensada do objeto que concerne ao Serviço Social brasileiro nessa determinada quadra histórica (pós-1964), o que se apresenta é uma chave de análise *prospectiva* desse mesmo objeto constituído na realidade social e suas manifestações (pró-2024). Por essa razão, efetuamos críticas à cristalização mecânica das distintas categorias da direção da renovação no país e a identificamos como exemplo de uma reprodução acrítica da obra do autor que oculta seu real significado. Chegou-se, inclusive, na ânsia de aplicar a análise fática de Netto (2011) como um manual, a tentar exportá-la e generalizá-la em países vizinhos numa busca idealista de enquadrar a realidade latino-americana com as análises do autor sobre a particularidade do Serviço Social no Brasil.

Sendo assim, a densidade do objeto sobre o qual Netto se debruça e suas incontáveis mediações capturadas conduzem seu trabalho à capacidade intelectual de revelar a dinâmica das alterações dos rumos dessa categoria profissional no país.

---

que sua análise se diferencie das inúmeras abordagens sobre o processo de renovação e também de reconceituação do Serviço Social, pois utiliza o método de Marx para descobrir a premissa das movimentações e alterações que ocorreram nesse contexto e, assim, chegou às tendências que ali se manifestavam. Portanto, as tendências são produto das relações identificadas pela lógica. Para evidenciar essa afirmativa, valemo-nos da própria realidade que aponta a real reverberação das categorias apresentadas por Netto (2011). Enquanto isso, outras análises não puderam senão falsificar o processo de renovação em tela. Veja que adeptas do Serviço Social tradicional ou conservador reivindicavam o processo de renovação sob suas bases de dominação, negando a existência de uma nova força política que já estava a operar uma reversão de sua direção. Para citar apenas um caso, vejam-se as considerações de Iracy Junqueira (1980) e a resposta fundamental de Netto (1981) na Revista Serviço Social & Sociedade a respeito dessa compreensão.

Essa capacidade intelectual possibilita uma melhor localização ética para uma incidência política diante das ameaças que rondam e podem rondar o projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo.

A abordagem pragmática desta contribuição de Netto está no trato secundário que se dá aos itens relacionados ao que estamos chamando de compreensão da lógica dos processos históricos de transformação profissional do Serviço Social. Nossa afirmação não significa que esses processos de alteração e mudanças substanciais na e da profissão ao longo da história se dão ou darão da mesma forma com que se dispuseram naquele período de renovação do Serviço Social brasileiro. Não se trata de uma mimética ultrageneralização ou previsão mecânica.

Sinteticamente poderíamos indicar que aquele processo identificado pelo autor passa pela (i) erosão do bloco tradicional da profissão, amparado pela (ii) infiltração de pensamentos distintos em relação aos clássicos e tradicionais, sustentando a base processual e dinâmica pela qual se pôde (iii) reverter a direção histórica dessa profissão. Portanto, é por este processo também que se pode operar ou intensificar a influência das tendências, não necessariamente organizadas, capazes de promover a reversão da direção histórica da profissão.

Se nos reservarmos a primeira mediação apresentada por Netto sobre a “erosão do bloco tradicional” dirigente da categoria até então, podemos conceber que esse movimento se deu pela integração de novos sujeitos profissionais e de uma alteração profunda no mercado de trabalho que solicitou uma ampliação dos postos de trabalho e empreendeu a requisição de “novas” atribuições aos assistentes sociais. Esse movimento precipitou essa chamada erosão e foi revelado por Netto (2011). Logo, fica evidente que antes de descobrir “como” ocorreu o processo de renovação do Serviço Social no país, o autor teve que descobrir

“o que” ocorreu nesse processo, apresentando tais mediações e organizando-as em categorias.

Essa parece ser uma substância determinante revelada por Netto (2011) de tal modo que sua obra pode ser facilmente entendida como a primeira publicação sistematizada que apreendeu um particular movimento de renovação da profissão. Trata-se de movimento inédito que ainda se encontra em dialético processo, pois o autor, para nós, não apenas tratou do modo pelo qual o Serviço Social atravessou um momento de renovação. Ele pôde apreender e ratificar que, em primeiro lugar, as direções da profissão e das demais organizações podem ser revertidas; em segundo lugar, que elas são revertidas por um processo mais ou menos regular; e, em terceiro lugar, que tais processos são assumidos por seu coletivo partindo de um movimento amparado pela diversidade, mas também orientado por determinada unidade, passível de apreensão racional, crítica e dialética.

Esta unidade na diversidade pode ser assim descrita, partindo do: a) questionamento da legitimidade de sua direção, seguido b) da erosão do seu bloco dominante, com uma posterior c) infiltração de pensamentos alternativos e culminando d) na reversão (ou virada) de sua direção até então dominante. É óbvio que essas determinações são dadas a partir e por meio das relações sociais estabelecidas e manifestadas na conjuntura econômica e política vigente em cada momento histórico, determinadas, sobretudo, pela luta de classes. Porém, pensá-las como categorias, sem cristalizá-las a ponto de causar ultrageneralizações, pode auxiliar a responder diversas questões e dilemas que recaem sobre a direção crítica dessa categoria profissional na atualidade.

Compreendendo mais ou menos os processos pelos quais se levantam as alterações históricas no interior particular dessa profissão, pode-se também estar melhor preparado para detectar tais mudanças e intervir sobre elas. Vejamos: se, diante do calor

daquele momento histórico, a direção tradicional do Serviço Social mal respondeu àquele quadro conjuntural que se concretizou posteriormente na chamada virada do Serviço Social brasileiro em 1979, esse fato se deu pela “subestimação consciente” ou “ignorância sectária” daquela vertente tradicional diante das evidências de erosão e infiltração de tendências que ali se manifestavam e que, mais tarde, Netto (2011) apontaria com perspicácia.

Outrossim, não significa que as evidências apontadas como “a”, “b”, “c” e “d” neste texto sejam também cronológicas ou lineares. Ou seja, não se pode prever o momento e a velocidade com que esses elementos podem se pôr e sobrepor, organizando-se como de fato uma ameaça ao projeto profissional vigente. Mas podemos, sim, e isso não é pouco, compreendê-los científica e politicamente em pleno movimento para atuar sobre suas determinações mais salientes com vistas à preservação de sua direção rupturista baseados na lógica crítica dialética.

O fato é que essas tendências tradicionais modernizadas nunca deixaram de se acossar no interior dessa e de demais profissões. A particularidade do Serviço Social brasileiro é que essas tendências foram revertidas e destituídas de sua direção, por meio de um processo também particular, que denominamos de virada (1979), dirigida pela chamada intenção de ruptura,, enformadas num processo mais amplo de renovação, na totalidade histórica da luta de classes. Não temos notícias de outra profissão que tenha alcançado esse estatuto. Sendo assim, o autor apresentou não apenas um estudo sobre o Serviço Social na ditadura militar: Netto (2011) consolidou as categorias que identificou em um processo de alteração de direção histórica tradicional de uma profissão em pleno devir. O que resta é aprender e apreender essas categorias e suas modificações no processo histórico como única forma de antepor-se a tendências regressivas e assegurar sua direção ética e política.

Essa reversão da direção profissional a partir dos anos 1980 esteve combinada com uma mudança democrática burguesa de abertura da conjuntura nacional até então autocrática. Nesse sentido, não queremos dizer que estamos diante de uma operação de reversão ou mesmo de crise desse projeto profissional. Mas podemos verificar, como afirmamos inicialmente, que há uma rotação diversa e intensa na luta de classes sob o modo de produção capitalista que indica mutações que se dão tanto “entre” forças políticas divergentes quanto “nas” forças políticas convergentes. Se no início deste artigo citamos tendências conservadoras antagônicas à sua direção, no próximo item apontaremos, como considerações finais, as expressões das disparidades na relação contraditória das chamadas forças políticas convergentes vinculadas à tendência rupturista oriunda do processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

### **Considerações finais**

Neste item, iremos apontar a relação de unidade-diversidade expressa pelas forças políticas no âmbito do pluralismo democrático no Serviço Social brasileiro. Essa composição do que se convencionou denominar de direção hegemônica da categoria profissional (isso não se reduz apenas às entidades CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) jamais foi homogênea, mas, sim, diversa e plural, consolidada pela *unidade* contrária ao conservadorismo do Serviço Social tradicional, mantendo a *diversidade* na disputa de posições, concepções e ações levadas por esse coletivo. Essa unidade das variadas forças políticas rupturistas salientes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro conformou-se no que chamamos indiscriminadamente de força ou tendência política de intenção de ruptura, aqui definida como “tendência, força ou direção rupturista”. Essa força política rupturista herdada da renovação

não é nada mais que um compósito contraditório, diverso e plural (a depender da luta de classes, até mesmo antagônico) que se assenta numa unidade colocada como dirigente dessa categoria profissional em tela no determinado tempo histórico.

Fazer essa ressalva é fundamental, sob pena de dissolver a realidade numa idealização fetichizada daquele processo de renovação. As lentes capazes de identificar as diversidades dos espectros políticos que conformam o conjunto da direção rupturista da categoria profissional se encontram, contraditoriamente, não na própria profissão, ou seja, não estão limitadas ao próprio Serviço Social (caso fossem, ensejariam uma análise enviesada pelo endogenismo). Tais diversidades só podem ser vistas se observadas com as lentes da contradição e correlação de forças na luta de classes, o que significa dizer que, para verificar as forças políticas diversamente manifestas que compõem o conjunto da força política rupturista derivada do processo de renovação, é preciso identificar os projetos societários que as sintonizam na luta de classes.

Esses projetos societários, por sua vez, apresentam-se na particularidade profissional sob as vestes das diversas concepções e entendimentos sobre os aspectos históricos, teóricos e metodológicos da própria profissão, ou seja, são mediatizados para conformação dos chamados projetos profissionais e estabelecem a partir daí uma relação dinâmica e retroalimentada, sob prevalência e determinação do primeiro sobre o segundo. De modo que, parece antidialético e a-histórico falarmos do projeto profissional, e até mesmo do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, senão, dos projetos profissionais em plena disputa pela direção ética e política do Serviço Social brasileiro.

Secundarizar a necessária identificação das diferenças das forças políticas que conformam a direção dessa categoria pode custar a esse agrupamento político a sua própria legitimidade dirigente.

Isto, pois, sob o véu da unidade emanada pelo mito do acúmulo de forças contra um suposto inimigo comum, desespecifica-se a particularidade (responsável pela identificação da situação atual da correlação de forças e legitimidade de sua direção), generalizando (às vistas da sua base) uma identificação caricaturada pelo discurso messiânico (tido como teoria), supostamente apartada da realidade social concreta enfrentada pelas assistentes sociais nos espaços de trabalho (atividade tida como prática). Essa generalização inespecífica é um dos diversos fatores que parecem reduzir o *concreto complexo* projeto ético-político a um *abstrato complexo* que tudo e nada explica, dificultando a adesão de sua base ao engajamento de sua organização política.

E não há outra forma de garantir a compreensão materialista, histórica e dialética desse projeto profissional que não seja intensificando a compreensão da realidade que cada projeto societário reivindica. Logo, ao enriquecer os projetos profissionais de concretude e materialidade a partir do aprofundamento do debate democrático da sua diversidade (projetos societários), pode-se, ao contrário do que possa aparentar, consolidar sua unidade (projetos profissionais) de viés rupturista advindo de seu processo de renovação.

Feito este esforço, podemos indicar a conformação de três forças políticas diversas que interagem contraditoriamente entre si, no que chamamos de força política rupturista na atualidade da profissão na sua fase de “ad-renovação”<sup>10</sup>. Uma primeira força

---

10 Para nós, parece evidente que o Serviço Social brasileiro, naquela complexa conjuntura de redemocratização e reelaboração de seu projeto profissional pós-1964, teve uma influência determinante do projeto societário que orientou as forças políticas do PT durante e após o período de redemocratização do país. Nossa hipótese de análise é de que o projeto profissional do Serviço Social brasileiro se amparou e se fortaleceu, sobretudo, mas não somente, com base naquele projeto societário denominado Projeto

política se estabelece a partir de uma concepção profissional baseada numa visão de mundo – programa (projeto) societário – que não reconhece ou reconhece de modo residual os limites do chamado Projeto Democrático Popular e das experiências políticas levadas a cabo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa tendência reivindica sua vigência até os dias de hoje, salvo pequenas e raras autocríticas, reivindicando o alinhamento da profissão a tais concepções. No que se refere ao projeto societário, essa tendência parece superestimar o projeto societário democrático popular petista reivindicando-o como mediação particular para a atuação programática da classe trabalhadora, sua organização e luta. Logo, essa concepção irá retroalimentar as assistentes sociais que a reivindicam na disputa da localização e ação tática de sua dimensão ético-política profissional na luta de classes. Passa-se a forjar sua intencionalidade defendendo legitimamente que a categoria profissional esteja alinhada a tais valores, princípios e diretrizes estratégicas.

Há, entretanto, uma segunda força política cuja característica é marcada pela ruptura com a força citada acima. Essa composição surge como dissidente da primeira e levanta críticas à concepção e à ação política levada a cabo por aqueles que programaticamente, até então, são plenos defensores do chamado Projeto (Societário) Democrático Popular. Essa tendência aparenta

---

Democrático Popular. Em razão das limitações, destacamos três elementos que corroboram essa afirmação: a súmula do VI CBAS de 1989, que marcou os 10 anos do congresso da virada; o V CBAS, de 1985, decisivo para a categoria e também hegemônico pelo PT; e o CBAS de 1992, quando estávamos diante do saldo político das eleições de 1989, justamente quando o PT jogava com mais força na disseminação daquele projeto democrático popular firmado categoricamente em 1987. Por essa razão, apresentamos a identificação das três tendências que integram a força política rupturista que dirige a categoria na atualidade vinculadas à sua origem, adesão e avaliação a respeito do referido projeto societário democrático popular.

elaborar sua crítica ao viés transformista e de conciliação de classes atribuída à primeira tendência. Para este grupo é necessário reivindicar um suposto inventário daquele Projeto Democrático Popular. Buscando supostamente a unidade de forças políticas progressistas mantendo a aliança e, ao mesmo tempo a independência entre si. Do mesmo modo, sua atuação na disputa da direção do Serviço Social brasileiro irá repercutir na categoria subsidiada pela ideia de recuperação ou reciclagem daquele projeto societário popular.

Por último, é visível a manifestação minoritária de uma força política que afirma que as condições estratégicas de luta da classe trabalhadora passam necessariamente pela superação do Projeto Democrático Popular responsável, a partir dessa perspectiva, por conduzir um dos processos mais agudos de conciliação de classes na atualidade. Seu pressuposto fundante do projeto societário atribui as consequências da exploração e das alterações do mundo do trabalho e a cooptação e burocratização de movimentos, sindicatos e forças políticas à modernização do Estado burguês e à ampliação de seus ataques mais severos.

O leitor atento poderá ter notado que há uma correlação entre essas forças localizadas na órbita de específico projeto societário vinculado à estratégia democrático-popular. Nota-se nos últimos anos, junto às alterações vivenciadas no interior dessa profissão, uma carência de debates acerca da temática dos projetos profissionais a partir dos projetos societários e uma visível secundarização nos fóruns e temários mais reconhecidos da categoria profissional sobre o debate dos projetos societários explicitamente abordados como alternativas à barbárie. Isso possibilita afirmar também que não se trata de uma dominação total, nos idos dos anos 1990/2000, e nem uma separação completa, a partir dos anos 2000, do projeto profissional em relação ao projeto democrático-popular. Acreditamos que esse balanço ainda esteja pendente na história

profissional e que tem sido atualmente levado ou velado em condições particulares por essa categoria profissional.

Em outras palavras, parece-nos que estamos, nesses últimos 20 anos, diante de uma transformação no interior da categoria profissional que solicita o fortalecimento de sua direção a partir da unidade conformada pelas forças políticas que a integram. Esta por sua vez necessita ser delineada em suas nuances e diversidade sob a égide do pluralismo democrático. Vejamos que, se estivermos certos, há uma correlação de forças entre essas tendências em plena conflagração no interior e na direção da categoria profissional atualmente. Parece se manifestar nessa realidade uma disputa de projetos pela herança rupturista iniciada nos anos de 1970 por essa profissão no país. Essas três tendências que se supõem do “mesmo campo” se colocam no páreo juntamente e contrapostas às tendências reacionárias que teimam em pautar essa categoria profissional em busca de sua direção. Em síntese, as diferentes tendências no bojo da direção da categoria profissional forjam o projeto ético-político a partir de projetos profissionais distintos, cuja definição e direcionamento se darão pelas condições da luta de classes e pela localização de determinada força político-partidária na sua vanguarda.

Esta, por sua vez, dependerá do nível de acerto político (práxis) expresso prioritariamente por determinado projeto societário, revelando-se como uma discussão central para o Serviço Social brasileiro. Essas constatações e elaborações aqui brevemente apresentadas só reafirmam que a produção de conhecimento e a atuação política organizada têm sido respectivamente o escudo e a espada com os quais seus trabalhadores podem enfrentar em melhores condições os ataques que vêm sofrendo cotidianamente com o fechamento cada vez mais agudo do regime democrático burguês.

E indicam, sobretudo, que não estamos de modo algum perdidos. Ao contrário, temos chaves de análise suficientes para alimentar táticas de resistência e reação para identificar e confrontar a situação dessas tendências tradicionais e conservadoras que nunca deixaram de assombrar nossas fileiras e que estão à baila sob nossos olhos. Afinal, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro já nos deram “régua e compasso”.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

GUERRA, Yolanda. **Algumas reflexões sobre o Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1820].

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Legitimidade e crise do Serviço Social**: um ensaio de interpretação sociológica da profissão. 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11145/>



ESERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 668-700.

TROTSKY, Leon. 90 Anos do Manifesto Comunista. 1937.

## CAPÍTULO 4

# O COMPLEXO SOCIAL DA RELIGIÃO E O SERVIÇO SOCIAL: É POSSÍVEL CUTUCAR ESSE VESPEIRO?

*Maria Aparecida Nunes dos Santos*

### **Introdução**

Historicamente, da sua gênese aos dias em curso, o Serviço Social brasileiro carrega as marcas da influência da religião, especialmente do catolicismo, seja na formação, seja no exercício profissional. Dos registros histórico-documentais às observações de campo, dos primeiros códigos de ética da profissão aos infindáveis relatos dos(as) estudantes de Serviço Social, sobretudo, quando ingressam em campos de estágio – a saber os famosos “círculos de oração” realizados nos espaços ocupacionais junto aos grupos de socialização de idosos ou o “acolhimento” confessional dos(as) usuários(as) nos hospitais, em situações de óbito – expressam-se o “espectro” da sombra religiosa no Serviço Social.

Na esteira de críticas ao denominado “Serviço Social Tradicional”, no contexto latino-americano do final dos anos de 1950 e na década de 1960, especialmente, no Brasil, tem-se as possibilidades de questionamento dos traços confessionais que conformam o referido “Serviço Social Tradicional. Porém, tais possibilidades são

abortadas com a instauração do golpe civil-militar de 1964. Aquelas “sementes da crítica” do final dos anos de 1950 só terão condições históricas e teórico-políticas de germinar no contexto de meados de 1970 e na década de 1980, no processo denominado por um de seus analíticos de “intenção de ruptura” com o conservadorismo na profissão (Netto, 2010), do qual faz parte o complexo da religião. Mas parece que, ao ingressarmos no processo de maturidade teórico-política, a partir da aproximação da teoria social de Marx, demos por encerrado, “silenciamos” ou tangenciamos a influência (histórico-concreta) religiosa no Serviço Social, como se a eleição de uma determinada perspectiva teórica blindasse a profissão contra aquilo que foi tão expressivo na sua gênese.

Partindo-se do real pressuposto de que a presença da religião na profissão não se constitui como uma “peça de museu” e que esse debate, necessariamente, deve passar pelos ganhos do processo de maioria intelectual da profissão, a exemplo das discussões sobre ontologia, subjetividade, mercadoria, alienação e formação histórica, inquieta-nos, neste registro, tecer algumas reflexões, ainda em processo embrionário, sobre o complexo social da religião, a partir da teoria social de Marx, e sua relação com a profissão de Serviço Social.

### **Aproximação aproximada às raízes ontológico-sociais do complexo da religião**

Como nos ensina a teoria social marxiana, o pensamento, as ideias e a forma de apreender o real não surgem do “vale do nada”, pois eles têm um chão histórico social/concreto. Num texto escrito, entre 1845 e 1846, para ser inicialmente apreciado pela “crítica roedora dos ratos”, Marx e Engels (2009, p. 31) deixam evidente que “a produção material da vida social” constitui-se como o ponto de partida mais seguro para a apreensão da complexidade de

qualquer objeto do real que o pesquisador se aventure a conhecer. Portanto, as premissas desses autores para apreender a história em sua totalidade são “[...] reais e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação [...]” (Marx; Engels, 2009, p. 23).

Se o caminho a ser trilhado para apreender a complexidade da religião e sua relação com o Serviço Social brasileiro é o materialismo histórico-dialético, então, uma das principais questões a serem desvendadas refere-se ao questionamento sobre as bases do surgimento do complexo social da religião, ao longo do desenvolvimento do ser social.

Seguindo os passos de Marx e Lukács, Tonet (2016) sustenta que, para apreender a origem, a natureza e a função social da religiosidade<sup>1</sup>, o ponto de partida deve estar ancorado na gênese daquilo que funda o ser social, qual seja, o trabalho. Esse complexo social, conforme analisa Marx (1983), é a base ineliminável de qualquer modelo de sociabilidade. Ou seja, o intercâmbio orgânico do homem com a natureza para produzir meios de produção (matérias-primas, ferramentas, fábricas, energia) e meios de subsistência (alimentação, casa, remédio, vestimentas) é a condição *sine qua non* de existência humana no globo terrestre. Nas palavras do nosso autor:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media [*sic*], regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se

---

1 O autor opta pela utilização do termo “religiosidade”, e não “religião”, por entender que aquele é mais amplo; “a palavra religião carrega um forte sentido de algo sistematizado e institucionalizado” (Tonet, 2016, p. 17).

defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1983, p. 197).

Nessa direção, aprendemos com a teoria marxiana que, enquanto categoria universal e histórica, o (ato do) trabalho não se resume ao movimento incessante de transformação da natureza em meios de produção e meios de subsistência necessários à (re) produção biológico-social, à satisfação das necessidades humanas. Trata-se de um complexo movimento que se lança para além disso, pois, a cada ato do trabalho, a cada nova objetivação, não temos “apenas” a transformação da natureza em (mais) alimentos, sapatos, bicicletas, automóveis, usinas, armas, remédios, livros, etc.; mas, concomitantemente, temos um processo de transformação do próprio homem prenhe de possibilidades historicamente determinadas. Nesse sentido, o trabalho funda o homem e conforma a base de criação para o surgimento dos demais complexos sociais, como a linguagem, a arte, o direito, a ideologia e a religião. Aqui cabe, por exemplo, referenciar o clássico filme *A guerra do fogo*, no qual os atos da descoberta e da produção do fogo pelos primeiros grupos humanos os remetem para além das necessidades em si sob as quais as chamas foram produzidas. Noutras palavras, pintar sobre o cotidiano nas paredes das cavernas sob a luz de tochas ou fazer rituais ao redor das fogueiras não são processos idênticos à produção do fogo, mas estão dialeticamente relacionados à necessidade (primeira) de transformar a natureza para a sobrevivência humana.

Para Tonet (2016), é na relação entre os homens e a natureza e entre os próprios homens que se tem as bases para a criação de um mundo transcendente. Nessa rota de análise, ainda que os estudos paleontológicos, etnográficos e antropológicos não identifiquem o momento exato do surgimento das primeiras formas de religiosidade, expressas, por exemplo, em traços de rituais de sepultamento dos mortos, a origem de práticas religiosas estaria relacionada ao estágio primitivo de desenvolvimento do ser social, uma vez que, dado o baixo recuo das barreiras naturais, sob um incipiente nível de consciência sobre o mundo e sobre si mesmos/suas subjetividades, homens e mulheres buscavam explicações para determinados fenômenos (tempestades, furacões, doenças, nascimento, morte, etc.) numa esfera extramundana. A religiosidade constitui-se, aqui e nos demais contextos históricos, feitas as devidas mediações, como acentua Tonet (2016), enquanto uma das respostas a determinadas necessidades humanas sobre as quais se debruçam as indagações a respeito da origem do universo e do sentido da vida humana. Sua especificidade, como traz Tonet (2016), estaria na fé, na crença em um mundo transcendente/espiritual e em sua função social: “[...] conferir sentido à vida humana, providenciar orientação, segurança, amparo e conforto; situar o mundo humano em um contexto maior” (Tonet, 2016, p. 66).

Se nesse trilhar crítico cada forma de sociabilidade dá origem a formas específicas de religiosidade, com o surgimento da propriedade privada, das classes sociais e da exploração do homem pelo homem, o complexo da religião passa por expressivas transformações, como acentua o referido autor, a exemplo da exclusividade da ocupação de funções religiosas por um grupo específico de indivíduos composto por membros das próprias classes dominantes ou por seus auxiliares.

Outra transformação refere-se à função social da religiosidade, que, com a exploração do homem pelo homem, passa a ter papel

de aceitação da realidade intramundana, da qual a desigualdade social se constituiria como parte integrante. E, por último, Tonet (2016) destaca com significativo relevo a dimensão da função de controle social especificamente voltado às classes dominadas. Ao lado da violência e de outros complexos ideológicos,

A ideologia religiosa tem um papel importante de manter as classes dominadas submissas a uma ordem social extremamente prejudicial a elas [...]. A invenção do céu e do inferno, de determinados códigos de conduta, de castigos e recompensas, são exemplos dessa função de controle da religiosidade (Tonet, 2016, p. 73).

Se durante o estágio primitivo de desenvolvimento do ser social, a história humana parecia estar submetida às forças sobrenaturais, a partir das revoluções industrial e burguesa, o ser social passa a compreender a história humana como resultado exclusivo da ação humana e, com isso, imprime-se a possibilidade de apreender o complexo da religião enquanto uma criação humana.

### **O que nos ensina Ludwig Feuerbach em *A essência do Cristianismo*?**

O teórico alemão Ludwig Andreas Feuerbach ergue um dos maiores edifícios de crítica à religião, sobretudo, na sua obra *A essência do cristianismo*, na primeira metade do século XIX. Ele escreve com os pés num determinado solo histórico. Sob um ângulo universal, trata-se do momento histórico no qual o capitalismo finca suas bases como modo de produção dominante mediante a constituição das revoluções nos campos econômico (Revolução Industrial) e político (Revolução Francesa). Na particularidade do solo germânico, trata-se de um contexto no qual a Alemanha

ainda não se constitui como um Estado-nação, mas, enquanto um espaço socioterritorial fragmentado/dividido em pequenos reinos e ducados, contexto marcado pela denominada “miséria alemã”.

Segundo Netto (2009), esse traço “miserável” do solo germânico não está relacionado apenas à condição de penúria material da população (com uma economia de base agrária e 75% da população vivendo no campo), mas, sobretudo, ao atraso sociopolítico das suas instituições. “Enquanto a Inglaterra e a França liquidavam o Ancien Régime, praticamente só uma das unidades políticas da Alemanha, a Renânia [...] experimentou um processo de/ modernização” (Netto, 2009, p. 10), a partir da influência da ocupação napoleônica. Porém, logo após a derrota de Napoleão no território germânico e a anexação da Renânia à Prússia, os avanços em favor da modernização são travados especialmente com a política reacionária do rei prussiano Frederico Guilherme III (1770-1840), na década de 1820 (Netto, 2009).

Seguindo seu movimento ininterrupto de transformar tudo à sua imagem e semelhança, o capital vai sendo gestado na particularidade das condições concretas da Alemanha, onde o complexo social da religião, como parte constitutiva/medular do modo de produzir/ser feudal, coloca-se como uma das questões centrais no debate da chamada esquerda hegeliana.

Ora, mas, por que o debate da religião ocupa tal centralidade entre filósofos como Feuerbach? Longe de esgotar as mediações sobre a eleição da religião como alvo da crítica alemã, nosso autor encontra-se diante de um contexto marcado por intermináveis guerras para demarcação do território alemão, condições miseráveis de vida e de trabalho para os trabalhadores camponeses e para aqueles que viriam a constituir o proletariado urbano e, sobretudo, um Estado com ramificações feudais e, portanto, expressivamente religioso voltado para perseguir/reprimir vozes dissonantes (liberais/democratizantes) que defendiam um Estado profano.

Na primeira metade do século XIX, o atraso político-econômico da Alemanha, em relação a vizinhos como Inglaterra e França, e a aparente (im)possibilidade de os homens e as mulheres agarrarem a história e construir suas próprias histórias livres de qualquer amarra do Antigo Regime são explicados a partir da alienação que a religião exerce sobre as cabeças do povo germânico.

Nesse sentido, Feuerbach (2013) abre o caminho da crítica à religião, no século XIX, na Alemanha, o que influenciará as reflexões de Marx e Engels na direção da particularidade do ser social burguês. Sendo fiel ao espírito do seu tempo, Feuerbach quer mostrar que a suposta força divina/sobrenatural – que fornece uma explicação sobre o mundo e dita uma determinada forma de homens e mulheres se comportarem/intervirem na realidade – é uma criação humana.

Para nosso autor, diferentemente dos animais, os homens possuem consciência, mas “consciência no sentido rigoroso”. Essa forma de consciência está relacionada à consciência do gênero, isto é, quando o gênero (a essência) é objeto para seu ser. Dito em outras palavras, só os homens questionam sobre si mesmos, a sua origem e os possíveis caminhos da humanidade. Reforça essa diferença afirmando que os animais, por exemplo, são apenas atingidos pelo raio de luz necessário à sua vida, enquanto os homens não só contemplam o brilho da mais distante estrela, como questionam sobre a origem dessa luz e da sua relação com o surgimento da vida na Terra.

Se o fundamento e o objeto da religião são a essência do homem, questiona o próprio autor: qual seria essa essência? A essência humana estaria inscrita naquilo que Feuerbach (2013) denomina ironicamente como a “trindade divina do homem” composta por razão, vontade e coração. Nesse sentido, com um desenho de escrita que nos brinda com tons poéticos, afirma que “[...] o homem existe para conhecer, para amar e para querer

[...]” (Feuerbach, 2013, p. 36). No entanto, nosso autor explica que a religião retira/sequestra os “poderes, as qualidades e as essências do homem de dentro do próprio homem e as diviniza como se fossem seres separados” (Feuerbach, 2013, p. 37). Aqui, o autor nos conduz à imagem de que, separados da sua essência, os homens se tornam ociosos, sem luz, incapacitados para o “amor de humanidade” posto que aquilo lhes pertence é entregue a “outro” ser (superior/absoluto/sobrenatural).

Cada tijolo da obra de Feuerbach contém parte do seu esforço intelectual em mostrar que esse ser (absoluto) constitui uma invenção/criação humana. O objeto religioso com o qual o homem se depara é sua própria “essência objetivada” e expressa num ser superior e externo. Aqui se encontra uma das principais pedras angulares do estudo de Feuerbach: imprimir sentido antropológico à religião – o objeto da religião (cristã) é inteiramente humano e não uma força sobrenatural, uma divindade – e trazer à luz a categoria da alienação (religiosa). Nesse processo de evidenciar a dimensão antropológica do objeto da religião, nosso autor argumenta que, se as qualidades da essência divina são qualidades humanas (Deus é bom; Deus é inteligente), como o sujeito desses predicados/qualidades não poderia ser humano? Ainda nessa direção de buscar a autoria das mãos humanas na divinização do mundo, Feuerbach exemplifica como os templos religiosos são, na verdade, a “manifestação do valor que o homem atribui às belas construções”, uma homenagem à arquitetura (Feuerbach, 2013, p. 51).

Ora, mas, por que os homens depositam/transferem seus poderes, qualidades, essência para um outro ser? Noutras palavras, o que explicaria essa alienação (religiosa)? Uma das possíveis chaves de resposta para tal questionamento, segundo Feuerbach (2013), está relacionada à falsa apreensão dos homens de que as limitações da individualidade se igualariam às limitações do gênero

humano. Porém, como explica nosso filósofo, o fato, por exemplo, de um homem não dominar genialmente a particularidade das cifras musicais não significa que isso seja uma limitação do gênero humano, mas de determinadas individualidades. Outros homens, diferentes de mim, podem ser gênios musicais.

Afirma Feuerbach (2013) que, para se libertar desse suposto “sentimento de vergonha”, tal incapacidade/limitação é vista como algo não exclusivamente seu, mas do gênero humano. Esse engano dos homens em apreender a relação entre gênero e indivíduo como uma relação de identidade estaria relacionada ao “comodismo, preguiça, vaidade e ambição do indivíduo” (Feuerbach, 2013, p. 40). Explica ainda que, para dificultar a apreensão de que homem e Deus (essência humana) constituem uma unidade, recorre-se à teoria segundo a qual Deus, “como ser infinito, é uma infinita quantidade de diversos predicados os quais nós aqui só conhecemos alguns” (Feuerbach, 2013, p. 53). Para Feuerbach (2013), essa suposta quantidade inesgotável dos atributos divinos, apenas alguns por nós conhecidos, “nada mais é que o mistério da essência humana infinitamente diversa [...] Quantos homens existem, tantas forças, tantas qualidades têm a humanidade” (Feuerbach, 2013, p. 53).

Concomitante ao seu esforço em mostrar a cada tijolo de sua obra que Deus é uma criação humana, Feuerbach (2013) expressa sua herança iluminista de exaltação da capacidade humana, das infinitas possibilidades dos homens de construir sua própria história, livres da “escravidão espiritual”. Assim, para ele, “todo ser se basta a si mesmo [...]; nenhum ser é limitado para si mesmo. Todo ser [...] tem o seu Deus, a sua mais elevada essência em si mesmo” (Feuerbach, 2013, p. 40).

Como afirma o próprio autor, seu objetivo com o livro, entregue ao solo germânico, é “[...] provar que a oposição entre o divino e o humano é apenas ilusória; nada mais é do que a oposição entre a essência humana e o indivíduo humano [...] a religião é o

relacionamento do homem consigo mesmo ou, mais corretamente: com sua essência; mas, o relacionamento com a sua essência com outra essência” (Feuerbach, 2013, p. 45).

Não é nenhum segredo que as reflexões do referido filósofo constituem parte da caminhada teórico-metodológica de Marx e Engels rumo ao desvendamento da particularidade do ser social burguês. Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel – introdução*, em 1843, por exemplo, Marx, que no ano seguinte envia uma cópia desse escrito acompanhada de uma carta endereçada ao próprio Feuerbach expressando seu respeito por esse pensador, destaca os esforços teóricos feuerbachianos em descobrir que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem”. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (Marx, 2010, p. 146). Porém, já aqui, ao acrescentar que esse o homem “não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo”, Marx (2010, p. 146). já deixa algumas possíveis pistas quanto à busca das bases reais que geram a necessidade religiosa.

Ainda no referido escrito, afirma que tão importante quanto identificar determinadas ilusões que permeiam o real, entre elas, a religião, é apreender e eliminar as bases que pedem tais ilusões. Embora, a parte da reflexão de Marx especificamente sobre a religião não ocupe infindáveis linhas, é nesse artigo que nosso pensador já aponta a dimensão da contradição presente no fenômeno da religião, pois, ao tempo em que ela tende a ser parte constitutiva da legitimação da ordem, pode, também, expressar uma possibilidade de protesto. Nas suas palavras, “a miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (Marx, 2010, p. 145).

É nas famosas “teses sobre Feuerbach”, escritas em, meados de 1845, especificamente, nas VI e VII teses, que Marx, sem desconsiderar os importantes passos dados por Feuerbach em direção ao materialismo, deixa evidente os limites do filósofo na sua apreensão quanto à essência humana e à relação dialética entre formas de consciência social e realidade social. Se Feuerbach (2013) humaniza Deus ou o faz descer do céu a terra, cabe identificar as bases reais/sociais que criam a necessidade das várias formas de religiosidade, isto é, há que se buscar a gênese histórico-ontológica dessas formas de consciência social.

Marx não defende, numa sociedade classista, que a religião e/ou aqueles(as) que se abrigam no manto religioso sejam perseguidos e extirpados da vida terrena. Nos seus escritos *Sobre a questão judaica*, por exemplo, Marx tece críticas a Bruno Bauer por concentrar todos os problemas da Alemanha na crítica à religião em si; por advogar que as possibilidades de emancipação (política) e liberdade estariam essencialmente inscritas na bandeira da extinção da religião. É certo que, entre outras questões, por conta daquilo que constitui a experiência do socialismo real e sua relação com a religião, bem como pela difusão de frases soltas como “a religião é o ópio do povo”, a teoria marxiana tende a ser vista com certo descrédito, para não dizer aversão, por aqueles que confessionalmente lutam pelo fim de qualquer forma de exploração do homem pelo homem.

Aqui cabe um ligeiro comentário de Tonet (2016), ao destacar que, se há divergências radicais (teóricas) entre marxistas e crentes, a exemplo da “prioridade da matéria sobre o espírito ou vice-versa”; “da origem do ser social: criação divina ou evolução?”, da “origem e natureza última do mal”, tais divergências, longe de serem diminuídas ou desconsideradas, não inviabilizam a possibilidade de “junção de forças na luta por um mundo autenticamente humano” (Tonet, 2016, p. 80). Nessa esteira, uma das questões a

serem enfrentadas diz respeito ao tratamento/enfrentamento da estreita relação entre religiosidade e propriedade privada, posto que, como afirma Tonet (2016, p. 80): embora, haja alguma forma de crítica à propriedade privada, pelas formas de religiosidade, ela “nunca é atacada em seus fundamentos e também nunca é defendida a sua extinção”.

Se se recorda, por exemplo, das Encíclicas Papais que terão ampla e demorada circulação/moradia na história do Serviço Social, no Brasil, como a *Rerum Novarum*, não é difícil identificar essa intocabilidade da propriedade privada.

### **Serviço Social:** “imagem e semelhança”... da contradição

Embebida da cabeça aos pés, a influência da religião é parte constitutiva do surgimento da profissão na particularidade brasileira. Como escreve Netto (1989) sobre algumas questões que separam a profissão de Marx, na gênese da profissão, o pensamento conservador clássico e o lugar debitado à religião constituem-se como alguns desses elementos que afastam a léguas o Serviço Social de uma apreensão crítica de mundo. Na sua versão clássica, o pensamento conservador debita à religião um lugar de destaque, seja na apreensão e explicação de um determinado “mundo profano”, seja na constituição de uma programática para condução do comportamento humano. E, mesmo na sua composição dita moderna, o complexo da religião não sai de cena, não perde o seu lugar.

Esse pensamento que tem um solo histórico, um tempo e uma sociedade específicos, como discorre Escorsim Netto (2011), expressa-se inicialmente em 1790, na obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke<sup>2</sup>. Como parlamentar

---

2 Embora, numa primeira leitura, como adverte Sousa (2016, p. 113), os escritos de Edmund Burke tenham um “tom panfletário, irracional e irascível” e não

defensor dos interesses da aristocracia rural, Burke sustenta que todos os problemas da França, como pobreza, crimes, fome e calamidades, seriam resultados da Revolução Francesa por ter contrariado uma suposta natureza humana que não rimaria, nem de longe, com a igualdade (Burke, 2017, p. 115). Para este, “em todas as sociedades, constituídas de todo tipo de cidadãos, alguns devem estar mais elevados” (Burke, 2017, p. 89). Nessa direção, sustenta que a essência da propriedade é ser desigual e que as grandes faixas de terra e as riquezas “devem ser resguardadas de qualquer perigo” (Burke, 2017, p. 91), por excitarem a inveja. Assim, a luta por igualdade e liberdade expressa na Revolução Francesa, por exemplo, seria a expressão de uma luta infundada, pois atentaria contra à natureza humana.

Nesse desenho de natureza humana a-histórica e imutável, a religião tem intrinsecamente seu lugar garantido. Não em vão, Burke dedica várias páginas do livro para discorrer sobre a religião, leia-se cristianismo, como um dos pilares do conservadorismo. Burke (2017, p. 146) assegura: “[...] é nosso orgulho saber que o homem é por constituição um animal religioso”. Uma das primeiras críticas feitas pelo autor como desencadeamento em relação às ideias iluministas refere-se à defesa da superioridade da ciência frente à religião ou ao fim da “união indissolúvel” entre esses complexos com a Revolução Francesa. Assim, diz que: “junto com seus protetores e guardiões naturais, a ciência será lançada na

---

constituam uma “teoria conservadora geral”, como defendem alguns conservadores, “seria um erro subestimar a influência política e a importância de Edmund Burke na base da formação do pensamento conservador e do conservadorismo como vertente política” (Sousa, 2016, p. 130). Mais que uma resposta à Revolução Francesa, Burke lança mão de princípios, valores, ideias e conceitos que constituirão o berço do pensamento conservador. É flagrante, da primeira à última linha da obra do autor, sua entonação moralizante e sentimental na análise do contexto revolucionário francês.

lama e pisoteada sob os cascos de uma multidão de suínos” (Burke, 2017, p. 129).

Nessa direção, a religião, para Burke (2017, p. 145), é tida como “a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e todo o conforto”. Levando em consideração tais apontamentos, não seria estranho dizer que, para o referido autor, o Estado não pode ser laico, seus agentes políticos devem saber que “todas as pessoas que possuem qualquer parcela de poder devem ter forte e terrivelmente impressa a ideia de que agem como mandatários e que devem prestar contas de sua conduta nesse mandato ao único grande mestre, tutor e fundador da sociedade (Burke, 2017, p. 149).

Tecidas as devidas mediações, os raios de alcance do pensamento conservador (na sua versão clássica ou moderna) numa profissão como a do Serviço Social, em terras brasileiras, tem sua “porta de entrada”, se é possível afirmar assim, pela via do complexo da religião, leia-se catolicismo.

Na tentativa de apreensão dessa relação histórica entre o complexo da religião e a profissão de Serviço Social, Pedro Simões, em *Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil/Inglaterra*, busca analisar, em pleno século XXI, a influência da religião entre profissionais e estudantes, tanto brasileiros quanto ingleses, partindo do pressuposto de que a presença da religião na profissão de Serviço Social, sobretudo, pela via valorativa, não se dá apenas na sua origem, pois permanece nos dias em curso. Daí a importância, segundo o autor, da necessidade de investigação da mediação religiosa na atualidade. Nas suas palavras, “[...] os estudos realizados até aqui circunscrevem a influência da religião na profissão no período de sua gênese, deixando de tratar de possíveis traços de continuidade entre a gênese e o período atual (Simões, 2005, p. 15).

A presença da religião na gênese da profissão de Serviço Social, especialmente, no Brasil, como argumenta Simões (2005),

é inseparável da história da profissão. O autor vai além na sua análise, ao afirmar que tal influência religiosa no surgimento da profissão teria se dado em todos os recantos do globo. No Brasil, expressa-se tanto na formação mediante a fundação das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 1930, e, por conseguinte, com conteúdos curriculares baseados na Doutrina Social da Igreja Católica, quanto na dimensão do exercício profissional através da constituição de campos de intervenção, a exemplo da Fundação Leão XIII.

De fato, trata-se de uma relação tão “umbilical” que, aparentemente, para um observador desavisado, o movimento interno da Igreja Católica, no processo de recristianização da sociedade brasileira, tende a ser visto como o eixo fundante, e não parte constitutiva, do surgimento e inscrição do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Porém, seguindo os passos de Netto (2005) sobre os determinantes que ajudam a compreender a necessidade histórico concreta de uma nova profissão, faz-se necessária a “abertura de um pequeno parênteses”, pois, como nos ensina o referido autor, a religião é parte constituinte no processo de surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil, mas não parte exclusiva ou fundante.

A questão-chave está na apreensão das condições histórico-concretas nas quais se dá esse processo, durante o estágio monopolista do capital, com a intensificação das suas contradições estruturais, desenho político da organização do trabalho e mudanças ou refuncionalização do papel Estado, principalmente, quanto ao enfrentamento das expressões da questão social pela via de políticas sociais. De posse desse “caldeirão histórico”, tem-se a possibilidade de apreender o devido movimento de continuidade e ruptura com as denominadas protoformas do Serviço Social no seu processo de profissionalização e, como isso, pode-se, na particularidade brasileira, situar o devido lugar da Igreja Católica nesse processo.

Tecidos esse parênteses, a “marginalidade” da temática da religião nas investigações em Serviço Social, para Simões (2005), seja na literatura nacional, seja na literatura internacional, deve-se, entre outras questões, à secularização da profissão, porém defende que “[...] o fato de a prática profissional obedecer a ordenamentos legais e o ensino estar fundamentado em teorias, como o marxismo e a psicanálise, não impede que conteúdos valóricos, oriundos de [...] marcas religiosas, não estejam a ela agregados, quando a maioria dos profissionais detém tal perfil” (Simões, 2005, p. 15-16). Nessa direção, o autor adverte sobre outras questões delicadas que envolvem o estudo da referida temática, a exemplo de, “[...] como abordar o tema da religião na prática profissional, sem derivar para questões de fundo teológico?” (Simões, 2005, p. 18). De acordo com sua análise, um dos pontos-chave que ajudam a explicar o porquê da reprodução religiosa na profissão estaria na própria natureza religiosa das ações assistenciais<sup>3</sup>, historicamente destinadas a enfrentar os “males sociais”, uma vez que tais ações têm suas raízes fincadas na moral, nas crenças e nos valores religiosos, de “ajuda ao próximo”, sobretudo, no que diz respeito ao cristianismo (catolicismo e protestantismo).

O autor traz a reflexão acerca da influência dos valores religiosos no processo de intervenção profissional e, por conseguinte, sobre a supressão das orientações e perspectivas teóricas que norteiam o exercício profissional. Nesse ponto, o autor faz referências aos possíveis caminhos trilhados por alguns países/universidades para enfrentar tal problemática. Um desses caminhos seria a inclusão do tema da religião no currículo profissional. E aqui o

---

3 Traço importante a destacar na obra de Simões (2005) e que tende, se não feitas as devidas mediações, a dificultar a apreensão do leitor sobre as principais questões do livro refere-se à utilização de alguns termos como “ações assistenciais”, “assistência social” e “profissionais da assistência”.

autor também parece defender que a ausência de reflexão sobre o tema de forma geral e/ou a falta de introdução dessa reflexão no processo de formação tendem a alimentar ainda mais a interferência dos valores religiosos na intervenção profissional. O autor considera importante tais iniciativas para que “outros cursos possam também incorporar, ainda que a partir de disciplinas eletivas, o tema da religião” (Simões, 2005, p. 189). Na sua análise, se os estudantes não discutem tal temática durante a formação – a relação intrínseca entre religião e ações assistenciais, com foco no fato de a religião ser um traço que perpassa sua subjetividade e a dos usuários – como poderão intervir enquanto futuros profissionais sem cair na “tentação religiosa”?

### **Algumas considerações**

A reflexão sobre o complexo da religião e suas expressões na formação e no exercício profissional do Serviço Social é um caminho que precisamos (re)trilhar, sobretudo, no tempo presente. Pensamos que não basta afirmar que tal debate está sendo feito, por exemplo, nas discussões sobre o conservadorismo. A influência de uma concepção de mundo religiosa na profissão não constitui uma “peça de museu”, ainda que não flagremos, como nos anos de 1960 e 1970, num determinado espaço de formação, versículos bíblicos como parte do referencial de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)<sup>4</sup> dos estudantes de Serviço Social. Porém, ao mesmo tempo que tal investigação mostra-se necessária/urgente,

---

4 Mediante o desenvolvimento de pesquisas sobre as expressões do conservadorismo nos TCCs, durante a ditadura militar, no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi possível identificar, nos referidos trabalhos, referências tanto aos documentos das encíclicas papais como às passagens bíblicas para explicar, por exemplo, a questão social e a suposta “missão” do(a) assistente social.

constitui-se como um desafio hercúleo para que a sua condução não deságue no campo conservador ou reedite as disciplinas de “religião” nos currículos profissionais. Se precisamos mexer nesse “vespeiro”, nossas ferramentas de análise, levando-se em consideração o processo de maturidade teórico-política da profissão, expresso no nosso Projeto Ético-Político, nos debates sobre a formação, devem estar ancoradas no materialismo histórico-dialético.

Caminhar nessa direção requer, entre outras condições, a apreensão das bases histórico-ontológicas do complexo da religião, a gênese dessa forma de consciência social numa perspectiva universal e na particularidade brasileira; a captação da sua intrínseca relação com o processo de alienação na particularidade do modo de produção capitalista, sobretudo, em momentos de crise do capital; e o entendimento de que se trata de um componente da subjetividade humana, do universo ideocultural de usuários e de profissionais de Serviço Social sob determinadas condições históricas. Mas o que constitui essa subjetividade humana? Como o Serviço Social tem se aproximado desse debate? E qual sua relação com o debate da religião enquanto uma forma de alienação? Se procede, em qual momento histórico e por que a discussão sobre o debate da religião parece ter sido “apagado” da história da profissão? Em que momento da formação esse debate tende a aparecer? Se sim, como deve dar-se sua abordagem?

Se estamos apostando nossas fichas na teoria marxiana de que a realidade é sempre mais complexa do que qualquer aproximação que venhamos a ter sobre ela, e se nos guiamos por um projeto profissional (laico) que mira e se expressa na luta por uma forma de sociabilidade livre de todas as formas de exploração e opressão, não podemos ladear a discussão da religião ou partir do pressuposto de que os desencadeamentos das formas de religiosidade na profissão não se constituem como um problema, posto que supostamente seria apenas uma questão de foro privado ou que

bastaria realizar sua menção em algum momento da formação, a exemplo das disciplinas de ética.

## **Referências**

A GUERRA do fogo. Direção: Jean-Jacques Annaud. Roteiro: Gérard Brach e J. H. Rosny. Elenco: Everett McGill, Rae Dawn Chong, Ron Perlman. Aventura. Cor. Som. 100 minutos. França, Canadá, 1981.

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**. Campinas: Vide Editorial, 2017.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. l. 1, t. I.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, José Paulo. Prólogo à edição brasileira. *In*: MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários**. Roma, 15 de maio de 1891, no décimo quarto ano do Nosso Pontificado. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 20 mar. 2024.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.



## CAPÍTULO 5

# SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: INFLEXÕES À CULTURA CRÍTICO-PROFISSIONAL A PARTIR DO APROFUNDAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO

*Flávio José Souza Silva*

### Introdução

“A muitos os poetas lembrariam  
Que o homem não é para ser engolido.”  
Hilda Hilst<sup>1</sup>

A contemporaneidade tem expressado, para o conjunto da sociedade, uma série de paradoxos, fruto direto do contexto de aprofundamento da crise do capital. A crise capitalista em curso emerge na década de 1970, reconfigurando as expressões da questão social<sup>2</sup>, relocando o seu caráter cultural, ideológico e

---

1 Todos os fragmentos de poemas de Hilda Hilst utilizados ao longo deste texto são da primeira edição do livro “Da poesia”, publicado em São Paulo, em 2017, pela Companhia das Letras (Hilst, 2017).

2 “[...] a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações

político, numa crise que persiste há mais de meio século. Em nossa particularidade, com a confluência da crise capitalista, com a crise sanitária (causada pela pandemia de covid-19<sup>3</sup>) e a crise política (iniciada com o *impeachment* da presidenta Dilma e aprofundada com o desgoverno Bolsonaro), os impactos reforçam as características fundantes da formação social e histórica do nosso país, que possuem matrizes num capitalismo escravocrata, patrimonialista, patriarcal e genocida (Raichelis; Arregui, 2021).

Essa crise, como todas as crises do sistema capitalista, foi gestada na economia, como resultado direto da contradição que estrutura esse sistema social (produção coletiva, em contrapartida à apropriação privada dos meios socialmente produzidos). No entanto, essa crise transitou para o ambiente cultural, ampliando as suas expressões nas relações ideológicas e políticas, assumindo o caráter de uma crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia (Gramsci, 2015; Mandel, 1982), repercutindo, a partir do seu agravamento, no contexto de confluência com a crise sanitária e da crise política, no aviltamento das camadas mais pauperizadas e periféricas da classe trabalhadora, configurando um cenário de mortes e incertezas. A partir dessa devastadora experiência, afirmam-se as configurações antissociais do sociometabolismo do capital (Antunes, 2020).

---

de gênero, características étnico-raciais e formação regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania” (Iamamoto, 2012, p. 160).

- 3 “A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 12 de março de 2020, fez saber a todas as civilizações do planeta que, coletivamente, vivia-se uma pandemia denominada de “*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2*” (SARS-CoV-2). A doença trouxe o maior problema de saúde pública no mundo atual e seus reflexos foram percebidos em áreas importantes da sociedade. O novo coronavírus desencadeia uma crise multidimensional, de ampla envergadura sanitária, humanitária, política, econômica e educacional” (Brennand, 2022, p. 9).

Assim, essa nova temporalidade histórica do capitalismo demanda mais um processo de reestruturação produtiva, externalizando uma ofensiva direta ao mundo do trabalho, que atinge as dimensões da materialidade e da subjetividade, na perspectiva de estabelecer renovadas bases materiais e espirituais de dominação (Gramsci, 2015). Uma tendência direta desses mecanismos é que “[...] a partir da década de 1970, o sistema [impulsiona] uma verdadeira ‘revolução cultural’ com o pós-modernismo e a disseminação dos valores neoliberais” (Alves, 2022, p. 43).

A fúria do processo de reestruturação do capital externa-se enquanto uma reação às mais diversas esferas da vida social, repercutindo em profundos impactos na morfologia da classe operária. A crise sanitária, portanto, é responsável por desnudar as respostas que o capital vinha dando às suas crises “[...] como estratégia [...] para reverter a queda tendencial das taxas de lucro, em um movimento estrutural de superprodução e subconsumo” (Raichelis; Arregui, 2021, p. 139).

É certo que essa crise capitalista se expressa primeiro na economia, tendo em vista a contradição fundamental que sustenta esse modelo de produção. Mas também é certo que ela transita para a esfera ideológica, ampliando as suas expressões nas relações sociais de reprodução desse sistema. Essa crise assume a dimensão de crise orgânica do capitalismo<sup>4</sup>, demandando a construção de processos ideológicos que sejam capazes de “esconder mostrando” tais contradições, constituindo um verdadeiro muro de pedras (Iasi, 2022).

---

4 Segundo Gramsci (2015), a crise orgânica do capitalismo exige um processo permanente de reestruturação que é expresso tanto na construção de um novo padrão de acumulação quanto na elaboração de estratégias de dominação que demandam a instauração de novos aparelhos privados de hegemonia.

Estruturalmente, a precarização do trabalho assume novas configurações na atualidade, atingindo frontalmente o conjunto da classe trabalhadora, externando-se, com diferentes tonalidades, a partir da inserção da divisão social e técnica, sexual e étnico-racial do trabalho (Raichelis; Arregui, 2021). O processo de erosão do trabalho contratado, regulado e protegido dominante no século XX, vem sendo realizado, na realidade brasileira, desde os anos 1990, demandando a necessidade da construção de um novo trabalhador, adaptável e flexível.

Assim, o trabalho é reorganizado e há a combinação do velho com o arcaico (Oliveira, 2013), buscando a recomposição das taxas de lucro que, nesse contexto, só é possível por meio das massas de lucro (Mandel, 1982). A financeirização da economia, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos postos e dos direitos da classe trabalhadora, como expressão da crise, atingem “[...] diretamente a subjetividade do trabalho, a sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação dos quais os sindicatos e os partidos são expressão” (Antunes, 1997, p. 148). Assim, a crise expressa à classe trabalhadora uma ofensiva econômica, cultural, ideológica e política.

Tais transformações no mundo do trabalho impactam os diversos campos profissionais que, à sua medida, irão responder às novas requisições que o Estado burguês elabora, como solução para a crise do sistema capitalista. Na realidade brasileira, de economia dependente, mas combinada à lógica de produção do capitalismo internacional, há mudanças significativas que são sentidas pelo conjunto da sociedade, no que diz respeito à organização e gestão das classes sociais, externando, portanto, às categorias profissionais novas determinações e inflexões.

A nossa democracia blindada (Demier, 2017) externa a sua impermeabilidade às demandas populares, orientando o aparato estatal a uma intensificação da “[...] criminalização da pobreza, na

judicialização do protesto social, na repressão política aberta e na militarização” (Demier; Duriguetto, 2012, p. 11). O controle penal do Estado é o projeto que deve ser levado a cabo, mas cabe registrar que na reconfiguração das políticas sociais externa estratégias que combinam mecanismos de coerção e de consenso (Gramsci, 2015).

Segundo Mota e Amaral (2016), os últimos trinta anos possibilitaram ao Serviço Social a consolidação de uma referência teórico-metodológica e política que é responsável por nutrir uma cultura profissional crítica, assim como um ideário profissional que rompe com as bases confessionais que marcam a origem da profissão (Iamamoto, 2013), o que a categoria profissional convencionou chamar de: projeto ético-político profissional.

Mas é também durante esses trinta anos que o Serviço Social na América Latina e no Caribe tem sido polarizado por uma dupla inflexão. A primeira diz respeito ao esforço coletivo da categoria profissional que, a partir da década de 1970, busca construir uma ruptura teórica e política com o lastro liberal-conservador, que se caracterizava como hegemônico no surgimento e no desenvolvimento da profissão, mas convivendo com ele (Iamamoto, 2019). No que diz respeito à segunda inflexão, Netto (1996) brilhantemente já nos apontava, em sua análise prospectiva da profissão, a constituição de uma reação conservadora vigorosa e/ou disfarçada que buscaria reatualizar o Serviço Social à funcionalidade do capitalismo, nas décadas seguintes.

Nesse sentido, o propósito do nosso texto é apreender as transformações societárias em curso e as inflexões para o Serviço Social, no que diz respeito ao tensionamento da cultura profissional crítica. Trata-se, pois, de uma revisão de literatura, que será orientada por uma perspectiva teórica capaz de desvelar o real, buscando a essência dos fenômenos, possibilitando a sua reconstituição, enquanto concreto pensado. Nosso artigo, assim, está dividido em três partes: no primeiro momento, faremos breves considerações

em torno da crise do capital, compreendendo as transformações societárias e a constituição de mecanismos ideológicos. No segundo momento, apresentaremos uma breve retrospectiva histórica do Serviço Social no Brasil, particularizando a constituição da cultura profissional crítica. No terceiro momento, iremos apresentar tendências que expressam o tensionamento à cultura profissional crítica. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

Ainda cabe mencionar, mesmo que ligeiramente, o quanto estamos felizes em compor, com este artigo, esta coletânea que marca os dez anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Sem dúvida, esses dez anos carregam consigo um compromisso de uma categoria profissional que é materializado no exercício profissional de um corpo docente aguerrido e comprometido com a formação profissional crítica. Pensamos, humildemente, que o resultado desse compromisso é externado nas páginas que seguem, tendo em vista que a nossa formação profissional é fruto direto desse perfil profissional, formado pelo Departamento de Serviço Social (DSS) da UEPB.

### **A crise capitalista contemporânea: a fúria da reestruturação produtiva em curso**

“Há um incêndio de angústias e de sons  
Sobre os intentos.”  
Hilda Hilst

Como já mencionamos, a pandemia de covid-19 não é responsável pela crise contemporânea em curso. Sua origem se dá muito antes, a partir do metabolismo social do capital (Antunes, 2020). Marx (1978) já nos chamava a atenção para a necessidade primeira da ordem do capital, que é a manutenção da taxa de lucro em patamares que possibilitem aos capitalistas o acúmulo

exponencial de riquezas. As crises, portanto, devem ser apreendidas como fenômenos constituintes do metabolismo do capital, sendo causadas quando a manutenção da taxa de lucro não pode ser mantida. Nesse sentido, o metabolismo do capital é cada vez mais autofágico, buscando cada vez mais a produção de mais capital (Antunes, 2020). Trata-se, todavia, de uma engrenagem econômica que não possui limites para sua expansão, exarando para o conjunto da sociedade uma série de processos altamente destrutivos à existência da própria humanidade.

Ao final da década de 1960, depois de vivenciar a era “gloriosa de ouro”, o capital adentra em um longo período de crise. Essa crise traz consigo novas configurações, externando uma profundidade e uma amplitude inéditas, em comparação às demais crises conjunturais do capitalismo (Castelo, 2013). Segundo Antunes (2020), essa crise não se trata de uma crise do sistema capitalista, mas do próprio capital. Nesse sentido, a crise orgânica do capital, o que Gramsci (2015) categorizou como crise de grandes proporções, surge quando as grandes contradições do capitalismo são expostas, tendo em vista o descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a manutenção de antigas formas de relações sociais de produção.

A partir das contribuições de Gramsci (2015), podemos aferir que as transformações operadas na estrutura (base material de produção) precisam também acontecer na superestrutura (reprodução social) para consolidação da hegemonia. Nesse sentido, a cultura nasce na materialidade e se expressa nas subjetividades – que são ideologicamente orientadas aos interesses do capitalismo – a fim de reafirmar as transformações que são operadas na materialidade, mostrando que as brilhantes reflexões que Marx e Engels (2009) fizeram a respeito da ideologia alemã estão atualíssimas. A partir desse horizonte analítico, podemos compreender as estratégias gestadas pelo capitalismo em crise no pós-1970, a

fim de possibilitar a reversão da sua própria crise, por meio da destruição do bloco histórico fordista-keynesiano.

Essas estratégias gestadas pelo capitalismo com fim de reversão nada mais são do que a permanente necessidade de elaboração de respostas do capital às suas próprias crises, o que conceitualmente conhecemos como reestruturação produtiva. A direção do atual processo de reestruturação produtiva está fincada no projeto neoliberal. O receituário desse projeto propõe que o Estado continue forte, possibilitando o combate às organizações da classe trabalhadora, mas também o reorienta na diminuição das suas ações sobre as expressões da questão social que, por meio de políticas sociais focalizadas, substituirão as ações universais do período do *welfare state*.

Nesse sentido, o receituário neoliberal expressa-se enquanto uma furiosa ofensiva do capitalismo na busca, a todo custo, de apropriar-se de novas formas de valorização do valor, que devem estar em sintonia com as atuais configurações da sua expansão, ocorrendo na esfera da materialidade e da subjetividade, constituindo um ideário funcional à reestruturação produtiva do capital. A fúria da reestruturação produtiva em curso tem como propósito a construção de um “[...] projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos” (Harvey, 2011, p. 34). Incide, portanto, diretamente nas conquistas civilizatórias da classe trabalhadora, que foram frutos de lutas históricas e não da benemerência do Estado.

A tendência posta, no atual contexto sócio-histórico, é de uma profunda regressão civilizatória, que é amplificada pela crise sanitária da covid-19. No entanto, Marx (1978, p. 598) já nos afirmara que o “[...] capital é contradição em processo”. Ao mesmo passo que a ofensiva neoliberal expressa a sua fúria, ela também

externa, a partir da experiência pandêmica, as fragilidades e as limitações das políticas públicas neoliberais. Apesar da externalização dessas contradições, nota-se que há uma “[...] duradora ofensiva do pensamento burguês no que se refere à fragmentação e à fetichização da vida social, por um lado, e à reatualização das práticas e ideologias conservadoras, necessárias à reprodução do capitalismo contemporâneo” (Mota; Amaral, 2016, p. 31).

Segundo Alves (2022), a partir das reflexões lukacsianas, presenciamos um aprofundamento da decadência ideológica da burguesia, que se revela, desde 1848, como um traço histórico da reprodução social capitalista. No entanto, a partir da década de 1960, temos a decadência ideológica do capital, que ora é referendado pelo novo espírito do tempo (Lyotard, 2009), repercutindo nas formulações de “teorias” – ditas – pós-modernas.

Vejamos: o processo de reestruturação produtiva, orientado pelo ideário neoliberal, expressa a sua fúria em processos materiais e imateriais que incidem, diretamente, nas conquistas da classe trabalhadora, como, também, na naturalização e na negação dos fundamentos da crise desse sistema social, externando, assim, essa nova temporalidade histórica do capital, sendo a fase do capitalismo tardio manipulatório (Alves, 2022).

A era da manipulação (Alves, 2022), assim, é uma peça-chave para compreendermos os mecanismos ideológicos do capitalismo para a conformação dos atuais processos de reestruturação em curso. Sobretudo, porque o capitalismo “[...] tornou-se proprietário de toda a indústria de produção, de toda a indústria de bens de consumo e de todos os serviços” (Alves, 2022, p. 49). O capitalismo, assim, amplia, intensifica e aperfeiçoa os meios de produção, possibilitando a falsa ideia do desaparecimento do trabalho vivo e a sua pronta substituição pelo trabalho morto. O sujeito trabalhador vai sendo substituído pela imagem do empreendedor que,

em suma, carrega consigo a autorresponsabilização do sujeito pela sua própria reprodução. Temos, assim, a externalização da função da ideologia, que é mostrar-se negando-se.

O resultado concreto desses mecanismos ideológicos é a constituição de complexo novo mundo do trabalho, sustentado pela “[...] uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios” (Antunes, 2020, p. 11). Esse novo mundo do trabalho, na verdade, externa uma nova morfologia da classe trabalhadora, que se expande e se desenvolve nessa era da manipulação de informações e de plataformas e aplicativos digitais. Temos não só a constituição de um novo mundo de trabalho, mas de um novo trabalhador, ou seja, de um novo *éthos* do trabalho.

A contemporaneidade, assim, expressa a tendência furiosa do processo de reestruturação do capital, externando uma totalidade que é completamente deformada (Antunes, 2020). A hegemonia do capital financeiro concebe o trabalho enquanto custo, demandado a construção de uma cultura que deve orientar, ideologicamente, o trabalho para uma produtividade cada vez mais destrutiva e intensificada, sendo vendida como caminho para alcançar a autorrealização. Na verdade, esses mecanismos ideológicos escondem a descartabilidade da força de trabalho pelo capitalismo contemporâneo. Soma-se a essa temporalidade histórica a incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que se “[...] encontram plasmadas, impulsionadas e comandadas pelas relações capitalistas em sua forma mais destrutiva, [...] quadro [que] vem se agravando sobremaneira” (Antunes, 2020, p. 11).

## **A cultura crítico-profissional do Serviço Social brasileiro: um legado que externa um compromisso de classe**

“Mortos? O mundo.  
Mas ainda podes acordá-lo.”  
Hilda Hilst

Como já sinalizado, vivenciamos um contexto sócio-histórico adverso à organização da classe trabalhadora, fruto da crise orgânica do capitalismo em curso, tendo como expressão desse contexto a fúria reestruturadora do capitalismo que carrega consigo expressões ampliadas do conservadorismo, constituindo um bloco histórico neoliberal que é espreado para todas as dimensões da vida social.

No entanto, é nessa contemporaneidade que o Serviço Social brasileiro vem “[...] robustecendo seu protagonismo intelectual e político na formação de uma cultura (teórico-metodológica, ideológica e política) que se contrapõe à hegemonia dominante, em articulação com a esquerda marxista em nosso país” (Mota, 2016, p. 166). A profissão, assim, consolida-se enquanto uma referência teórico-metodológica e política que é capaz de alimentar uma cultura crítico-profissional e um ideário da profissão, conhecidos por nós como projeto ético-político profissional (Mota; Amaral, 2016).

O projeto ético-político profissional carrega consigo elementos que dizem respeito aos instrumentais formais e legais que o comportam, como a Lei que Regulamenta a Profissão (1993), O Código de Ética Profissional (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e os mecanismos de fiscalização do exercício profissional (resoluções, orientações e outros mecanismos elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Porém esse projeto não se limita a essa dimensão, pois:

[...] possui uma força material que, para além de favorecer as condições da prática e da formação profissional, contribui decisivamente para consolidar uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, os quais fundamentam, articulam e medeiam – sob condições históricas precisas – a relação entre a realidade e a profissão (Mota; Amaral, 2016, p. 30).

Em suma, essa cultura crítico-profissional é enfaixada em quatro dimensões que se alimentam organicamente, sendo elas a formação, a intervenção, a produção de conhecimento e a organização política da categoria, dando sustentação ao projeto ético-político profissional (Lopes; Abreu; Cardoso *apud* Mota, 2016). Esse processo, como se sabe, tem clara filiação teórico-metodológica com a matriz marxiana de pensamento – e com a tradição marxista –, sendo responsável por plasmar “[...] uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que é uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão” (Mota, 2016, p. 167).

As transformações societárias decorrentes da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista gestam as condições materiais, na divisão social e técnica do trabalho, para a constituição de uma profissão que possa intervir no agravamento das expressões da questão social, na perspectiva de conservar as relações sociais existentes. O Serviço Social surge, assim, como “[...] prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” para intervir nas mazelas produzidas pela ordem burguesa, a partir dos seus interesses de classe (Netto, 2011a, p. 17).

O Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho da sociedade, sendo inscrito na divisão social e técnica do trabalho social (Iamamoto; Carvalho, 2011), surge, na realidade brasileira, como parte de um “[...] movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30”, no bojo do reformismo conservador (Iamamoto, 2013, p. 20).

A profissão surge e reafirma-se, na realidade, superdimensionando a prática profissional, através da aplicação de conhecimentos práticos e funcionais à ordem social posta. Em nossa particularidade, a profissão surge amalgamada à reação católica, emergindo “[...] como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (Iamamoto, 2013, p. 23). O arranjo teórico-doutrinário, composto pela junção do discurso humanista, sustentado pela filosofia aristotélica-tomista, com os princípios da teoria da modernização, presentes nas Ciências Sociais, oferece ao profissional um suporte técnico-científico, no mesmo passo que possibilita a preservação de uma profissão que surge voltada para os elevados ideais de serviço ao homem, tendo como foco o Serviço Social de influência franco-belga (Iamamoto, 2013).

A partir do seu desenvolvimento, em nossa realidade, a profissão vai se filiando, e afinando a sua funcionalidade, à reprodução dos interesses do capitalismo, sustentados pelo pensamento conservador. A institucionalização da profissão acrescenta ao arranjo teórico-doutrinário a operacionalização do fazer profissional, por meio da busca e da integração expressas no Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade, sendo a orientação à formação o Serviço Social de base estadunidense na década de 1940 (Iamamoto, 2013).

Essas bases só serão questionadas a partir do final da década de 1950, tendo em vista a efervescência das lutas sociais que repercutem nas diversas dimensões da vida social, a partir da experiência da Revolução Cubana em 1959. Essas lutas sociais instauram, na América Latina e no Caribe, o questionamento e a recusa da incorporação de teorias estrangeiras, sobretudo, aquelas de bases estadunidense e europeia, que eram responsáveis por pensar a questão social e a nossa realidade, demandando a necessidade da construção de teorias próprias, sendo responsáveis por pensar e elaborar respostas para as particularidades da nossa questão social a partir da nossa realidade. O Serviço Social, como partícipe da história, não fica imune a esse processo e responde a tal momento histórico elaborando um Movimento de Reconceituação, que coroa a erosão do Serviço Social tradicional, que, pelo contexto histórico, já seria tensionado pelas requisições do Estado burguês (Netto, 2011b).

O primeiro Seminário de Reconceituação do Serviço Social latino-americano acontece no Brasil, em Porto Alegre, em 1965. Foi, portanto, o primeiro marco “[...] público da busca de um Serviço Social latino-americano. Denuncia-se [sic] a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano” (Iamamoto, 2019, p. 443). No entanto, como o Brasil vivenciava o auge da ditadura civil-militar, e o Movimento de Reconceituação carregava o “espírito contestador da época”, ele não encontrou o terreno fértil em nossa realidade, sendo, assim, descontinuado no Brasil (Netto, 2011b).

No entanto, a instauração da ditadura da autocracia burguesa cria as condições sociais para a erosão do Serviço Social tradicional (Netto, 2011b). Já que o Movimento de Reconceituação não encontrou terreno fértil para disseminação, mas o real demandou que a profissão e os seus profissionais também reagissem à experiência reconceituadora, constitui-se um Processo de Renovação

do Serviço Social brasileiro. A renovação expressou-se em três direções: a modernização conservadora, sendo funcional aos interesses da burguesia e sustentada pelo positivismo-estrutural-funcionalista, como a primeira direção; a Reatualização do Conservadorismo, que propunha a crítica à primeira e à terceira direção, sustentada pela fenomenologia, propondo o retorno às práticas que marcam o surgimento da profissão – a segunda direção; e a Intenção de Ruptura, que denuncia e busca romper com o conservadorismo, na construção de um projeto profissional em sintonia com as lutas sociais – a terceira direção (Netto, 2011b).

Cada direção do Processo de Renovação expressa um projeto profissional que está diretamente vinculado a um projeto societário. Essa é a chave analítica que justifica a funcionalidade e a adesão específica de cada direção da renovação e a possibilidade do seu desenvolvimento na realidade. A intenção de ruptura só emerge para a categoria profissional em 1979, no emblemático Congresso da Virada, tendo em vista o lento processo de enfraquecimento da ditadura civil-militar brasileira. Sua gestação se dá durante toda a década de 1970, na Universidade Católica de Minas Gerais (UC-MG), de forma marginal (Netto, 2011b).

A Intenção de Ruptura marca a apropriação, pela categoria profissional, da tradição de pensamento marxista. No primeiro momento da emersão, essa apropriação aconteceu de forma ideopolítica, atendendo aos interesses conjunturais daquela época, ocorrendo diversos equívocos, principalmente a utilização de fontes questionáveis nessa tradição de pensamento; já na fase de consolidação acadêmica da direção de ruptura, a apropriação da tradição de pensamento marxista se dá epistemologicamente, de tal modo que há busca das obras originais de Marx<sup>5</sup>, possibilitando

---

5 E da tradição de pensamento marxista, com a incorporação de referências importantíssimas dessa tradição, como é o caso de Gramsci e de Lukács.

a constituição de uma vanguarda acadêmico-profissional<sup>6</sup>; no momento de espraiamento da categoria profissional, na década de 1990, dá-se ontologicamente a apropriação do método crítico-histórico-dialético, expressando-se no Código de Ética profissional (1993), na Lei que Regulamenta a Profissão (1993), nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e em produções teóricas importantíssimas para nossa área (Netto, 2011b; Santos, 2007).

O balanço histórico-crítico das conquistas da apropriação da tradição de pensamento marxista pela categoria aponta que são muitas, mas destacamos as seguintes, como já fizeram Mota e Amaral (2016, p. 32):

[...] recordemo-nos de que o exaurimento da ditadura nos fortaleceu com o Congresso da Virada; a organização política da categoria nos logrou a politização da ABESS (posteriormente ABEPSS); e a reforma curricular de 1982 implicou na resignificação do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistente Sociais (CRAS) (o atual conjunto CFESS/CRESS), transformando uma organização burocrática em espaço de exercício da política, permitindo-nos construir novos e renovados meios de afirmação do projeto profissional crítico que prima por combater as dimensões do conservadorismo da sociedade brasileira e do Serviço Social.

---

6 Um dos produtos dessa apropriação que expressa a constituição dessa vanguarda intelectual é a brilhante obra de Marilda Vilela Yamamoto e Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, publicada originalmente em 1982.

Soma-se a essas conquistas a constituição de uma vanguarda intelectual que, na busca de elaboração de conhecimento, a fim de apreender a dinâmica da sociedade brasileira, compreendendo-a como parte do movimento real das classes e da relação que é estabelecida com o Estado, possibilita à grande parte da categoria profissional “[...] sintonizar-se com as necessidades das classes subalternas e, portanto, mobilizar referências e propostas críticas para enfrentar as expressões da questão social” (Mota; Amaral, 2016, p. 32).

A partir do movimento da história, podemos compreender que a constituição da cultura crítico-profissional, responsável por alimentar o Projeto Ético-Político – e um ideário crítico à/na profissão – externa um compromisso de classe, avanços significativos para o Serviço Social brasileiro e, sobretudo, os embates contra o conservadorismo que orientava a profissão a ser subordinada à reprodução da ordem burguesa.

Esse processo é dinâmico e vivo, como é próprio do movimento da história. A Intenção de Ruptura rompe com o conservadorismo, mas vive a dialética da convivência com este. Netto (1996), ao prospectar a profissão, já nos alertava que uma conjuntura conservadora poderá inflexionar a profissão com uma reação neoconservadora a fim de reatualizar o conservadorismo que nunca deixou de constituir o Serviço Social. Nesse sentido, precisamos apreender o tempo presente a fim de compreendermos as inflexões no Serviço Social, na perspectiva não apenas da sua denúncia, mas também da elaboração de resistências.

Nesse sentido, a profissão não está imune às transformações societárias em curso. Pelo contrário, a profissão é inflexionada por elas e a elas responde. Cabe, portanto, a reflexão de como – e sobretudo, qual a direção – a profissão tem respondido às novas requisições postas pelo Estado, na atual fase de reestruturação produtiva.

## **Serviço Social brasileiro na contemporaneidade: desafios e inflexões**

“Senhoras e senhores, olhai-nos.  
Repensamos a tarefa de pensar o mundo.  
Hilda Hilst

O tempo presente é marcado pela aridez de projetos, consubstanciado por um mar de individualidade e pelo aumento expressivo das desigualdades, das violências, do ódio, do horror e da fúria reestruturadora do capital. A pandemia de covid-19 externou, ainda mais, os horrores do capitalismo. Passada a sua fase aguda, no momento em que escrevemos este texto, o mundo vivencia as atrocidades de uma guerra que, na verdade, é um genocídio de uma população inteira. O conflito – desigual, desumano e atroz – entre Israel e a Palestina externa a necessidade primária do capital de valorizar-se por meio do financiamento de guerras e da manipulação midiática que nos induz, a todo custo, a acreditar que o bombardeio a um hospital, vitimando centenas de crianças, mulheres, enfermos, profissionais da saúde e demais cidadãos, é um “simples dano colateral da guerra.”

É um momento de conformação e de naturalização, tendo em vista que a perspectiva crítica tem sido minada, desacreditada e refutada por pressupostos teóricos que possuem uma clara função: a reificação do real. A totalidade social tem se apresentado caótica, fragmentada e deformada (Antunes, 2020). A produção de conhecimento, que deveria captar a essencialidade dos fenômenos, foca nas superficialidades, e temos a constituição de um conhecimento funcional para o atual contexto sócio-histórico do capitalismo.

A cultura é subsumida pela economia e reproduz a fragilidade, a fragmentação e o consumo imediato, a fim de impossibilitar a reflexão sobre o cotidiano. No mesmo passo, amplia-se a esfera

da manipulação que orienta os sujeitos a um determinado modo de ser cada vez mais anti-humano. Alarga-se, nesse contexto, a elaboração de Inteligências Artificiais (AI), que são responsáveis por pensar, produzir músicas, poesias, pintar quadros, enfim, por todas as produções artísticas capazes de elevar o homem a sua condição mais humana. Contraditoriamente, o trabalho escravo, precário, desumano e destrutivo tem sido a direção dessa sociabilidade. Em suma, demos às máquinas as condições da humanidade e nos desumanizamos pelo trabalho.

As investidas conservadoras expressam-se na política que, por meio da democracia e do voto popular, tem levado protofascistas aos governos. Preocupa-nos a adesão popular a esse ideário, mas tal movimento reafirma os traços fundamentais da nossa formação social e histórica. Apesar da vitória de força contrária no Executivo Federal, o Parlamento brasileiro fora constituído, nas últimas eleições, por representantes expressivos do que há de pior na nossa política, com traços reacionários e conservadores<sup>7</sup> e com delírios negacionistas<sup>8</sup>. A História carrega consigo contradição e não podemos deixar de exarar os avanços que tivemos no Parlamento, nas últimas eleições, com as candidaturas de duas mulheres transexuais e da primeira indígena a ocupar um cargo no Legislativo. São poucos os avanços, mas são importantes.

---

7 Para ilustrar as investidas conservadoras, no último mês de outubro de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (Júnior; Hage, 2023).

8 O negacionismo é um fenômeno que consiste em negar, minimizar ou distorcer fatos históricos, científicos e sociais, muitas vezes com o intuito de justificar ideologias ou comportamentos controversos e perpetuar preconceitos e discriminações. O termo é frequentemente utilizado em relação a negações do holocausto, da escravidão, do racismo estrutural e das mudanças climáticas, entre outros temas sensíveis (Szwako; Rattton, 2022).

Frente a essa conjuntura, o Serviço Social brasileiro resiste, preservando e estimulando a formação de profissionais capazes de se indignarem com as injustiças sociais, nutrindo a esperança por dias mais humanos. Ainda presenciamos profissionais que buscam o aperfeiçoamento permanente, demonstrando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados. A autoimagem da profissão representa os caminhos trilhados pela intenção de ruptura, externando o Projeto Ético-Político Profissional.

É uma categoria profissional exclusivamente de nível superior. A pós-graduação da área está consolidada, contando, com 37 (trinta e sete) Programas de Pós-Graduação em 2023 (Cursos [...], c2022), sendo que 15 (quinze) deles ofertam cursos de mestrado e 22 (vinte e dois), cursos de mestrado e de doutorado. A prevalência da pós-graduação em Serviço Social se dá em universidades públicas, com ênfase em Serviço Social, Políticas Públicas e Políticas Sociais.

Apesar das resistências, a profissão é inflexionada por esse contexto sócio-histórico, tendo em vista as metamorfoses no mundo do trabalho, incidindo vigorosamente no mercado de trabalho e no exercício profissional das Assistentes Sociais, como nos dos demais profissionais. Essa temporalidade histórica de “[...] degradação do trabalho e precarização das condições em que ele é exercido, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, mas também suas sociabilidades individual e coletiva” (Raichelis; Arregui, 2021, p. 143). O ideário neoliberal corrói os sistemas públicos, sendo o foco a destruição das políticas de proteção social, eliminando, assim, postos de trabalho.

Em relação às condições de trabalho, como trabalhadoras assalariadas, a profissão vive os mesmos processos de degradação e de violação de direitos, como de inserção de profissionais nas políticas de Assistência Social, tendo em vista a precariedade dos salários. As contratações acabam sendo as mais diversas,

construindo um perfil heterogêneo de profissionais do serviço público, contratados, terceirizados, estatutários etc. Impacta, assim, na compreensão, por parte de algumas profissionais, da coletividade da luta, repercutindo em posturas isoladas, competitivas e que alimentam o horizonte do neoliberalismo, em contramão ao horizonte do Projeto Ético-Político.

No campo da formação profissional, acreditamos que já estejam consolidados os estudos e as pesquisas que sinalizam a ameaça que o ensino privado, com prevalência do ensino a distância (EaD), representa para a cultura crítico-profissional, tendo em vista a clara direção pragmático-instrumental-funcionalista aos interesses do capitalismo. No entanto, passado o período de isolamento da pandemia, as universidades públicas têm presenciado um novo perfil de alunado: descompromissado, desinteressado e desestimulado. Há uma busca pelo diploma, mas não há uma preocupação com uma formação de qualidade e comprometida com esse projeto que fora construído pela categoria. Há de se questionar quais as respostas, encaminhamentos e resistências que as instituições públicas têm dado a essas inflexões.

Os ataques às universidades públicas são o norte do receituário neoliberal, certamente. A pandemia trouxe uma série de consequências à classe trabalhadora, sobretudo, no que diz respeito ao rebaixamento da cultura e de uma formação tecnicista e empobrecida, tendo como carro-chefe a reforma do Ensino Médio. São tendências universais que conformam e constroem um perfil de sujeito específico e funcional, mas essa tendência tem sido compreendida, por segmentos profissionais, como determinismo social, sendo, portanto, impossível de se superar, levando-nos para um processo de conformação e de aceitação que repercute na cultura crítico-profissional da categoria, negando-a. Temos, assim, uma tendência que exara uma falsa crença de que o projeto de eversão não daria conta de apreender – na perspectiva de transformar – o real.

## Considerações finais

“Falemos de amor, Senhores.  
Sem rodeios.”  
Hilda Hilst

As atuais configurações contemporâneas são desalentadoras e expressam um verdadeiro descontentamento do mundo. No entanto, ao insistirmos em ir mais fundo, apreendemos as contradições e somos surpreendidos pela resistência da classe trabalhadora. Querem nos iludir de modo a acreditarmos que o trabalho acabou e que, dessa forma, nos resta a conformação com esse mundo. Assim como Drummond (2012), não queremos ser poetas de um mundo caduco. No entanto, nas contradições, percebemos que esse sistema social é incompatível com a vida humana e com a humanidade; ele exara processos que negam a civilização e que encaminham a humanidade para sua destruição.

Reforçamos, a partir do real, que a História da humanidade só será iniciada com o fim do capitalismo, como já afirmara Marx (1978). Pensamos que as experiências de resistência, de denúncia e de organização de fragmentos da classe trabalhadora externam não só o descontentamento com esse sistema social, mas a possibilidade da construção de uma nova manhã, que, como João Cabral de Melo Neto (1966) já nos indicou, não será tecida por um galo apenas. O grande desafio é espriar a necessidade da construção, a fim de barrar a barbárie do capital.

Soma-se a essas preocupações a resistência à direção crítica, externada ao conjunto da profissão, pelo Projeto Ético-Político Profissional. Há, na contemporaneidade, uma tendência que se expressa como um terreno fértil para o retorno e o fortalecimento de práticas conservadoras, reacionárias e autoritárias que colidem com a propositura do projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro. Mais do que nunca: “[...] é preciso estar atento

e forte. Não temos tempo de temer a morte”, como já cantou a saudosa Gal Costa<sup>9</sup>.

## Referências

ALVES, Giovani. O triunfo da manipulação. *In*: ALVES, Giovani; SANTOS, Ariovaldo. **O Espectro de Lukács**: política, estética e estranhamento na era da barbárie social. 1. ed. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2022.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Mãos dadas. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo: 2020.

BRENNAND, E. G. de G. Prefácio. *In*: XAVIER, M. M.; SERAFIM, M. L.; SILVA, M. P. B. da; ALMEIDA, S. N. C. B. (org.). **Professor, cadê o link?**: dossiê ensino remoto emergencial. São Paulo: Mentis Abertas, 2022. p. 9-15.

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

---

9 “Divino, Maravilhoso” de Caetano Veloso e Gilberto Gil, interpretada por Gal Costa (1969).

CURSOS Avaliados e Reconhecidos (Serviço Social). **Plataforma Sucupira**, c2022.

DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo capitalismo (Portugal-Brasil). **Libertas**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2017.

DEMIER, Felipe; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracias blindadas, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**. Vitória, v. 9, n. 2, 2012.

DIVINO, Maravilhoso. Compositores: Caetano Veloso; Gilberto Gil. Intérprete: Gal Costa. Canção do álbum Tropicália ou Panis et Circencis (Phonogram/Philips, 1969).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

HILST, Hilda. **Da Poesia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoA-reaConhecimento.jsf;jsessionid=ishj8d1s9h3ZojhaCzOhffII.sucupira-203?areaAvaliacao=32>

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, Mauro Luis. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedras: ensaios**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

JÚNIOR, Janary; HAJE, Lara. Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. **Agência Câmara de Notícias**, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento=-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/#:~:text=Comiss%C3%A3o%20aprova%20projeto%20que%20pro%C3%ADbe%20o%20casamento%20entre%20pessoas%20do%20mesmo%20sexo,-Texto%20ainda%20precisa&text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20>

Previd%C3%Aancia%2C%20Assist%C3%Aancia,entre%20pessoas%20do%20mesmo%20sexo. Acesso em: 20 mar. 2024.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos; Régis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundise) 1857-1858**. 7. ed. México: Siglo XXI Ed., 1978. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. *In*: MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In*: SILVA, Maria Linduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. *In*: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Cenários**,

**contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro.** 1. ed.  
São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil no pós- 64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-129, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista:** o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo, Cortez, 2007.

SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.) **Dicionário dos negacionismos no Brasil.** Recife: Cepe, 2022.



## CAPÍTULO 6

# **CONSERVADORISMO E “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

*Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas  
Clara Emanuely Santos Victor  
Maria Clara Ezequiel Marinho*

### **Introdução**

O presente artigo encontra-se relacionado aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, tendo como principal objetivo a análise da apreensão da “questão social” no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nos anos 1960 e 1970, e a maneira como tal temática se encontra atravessada pelo pensamento conservador e suas expressões<sup>1</sup>.

---

1 A aproximação com o objeto de estudo e a base da pesquisa documental e bibliográfica deriva principalmente de uma experiência de quase dois anos (cotas 2017-2018 e 2018-2019) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), em um projeto idealizado, estruturado e orientado pela Professora Mestra Maria Aparecida Nunes dos Santos, intitulado

Tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, experimentou-se a viabilidade de uma crítica ao designado “Serviço Social tradicional” na abertura dos anos 1960. Mas, ao ser instaurado o golpe de 1964, são majoritariamente interrompidas as possibilidades desse processo e tem-se, principalmente da metade da década de 1960 a 1970, um momento de acentuação do conservadorismo na profissão sob novas roupagens. Assim, a pesquisa em questão tem seu empenho em analisar esse conservadorismo, que, sendo um traço constitutivo da profissão, no contexto da ditadura encontra solo fértil para germinar e para invadir a formação profissional, com foco na particularidade do Curso de Serviço Social da UEPB.

No marco do capitalismo em seu estágio monopolista, as sequelas da “questão social”, enfrentadas pelo Estado burguês através das políticas públicas, propiciaram a profissionalização do Serviço Social, num processo no qual se configurou o seu espaço na divisão social e técnica do trabalho enquanto categoria profissional (Netto, 1996), o que coloca a temática da apreensão da concepção de “questão social” para a formação profissional como de significativa relevância, visto que aparece como um dos elementos fundamentais para sinalizar a emergência da profissão e o objeto da sua intervenção.

Nesse sentido, com uma análise centrada no materialismo histórico-dialético, o objetivo deste trabalho condensa a necessidade

---

“A invasão do conservadorismo na formação em Serviço Social da UEPB durante a ditadura militar”. O projeto teve como eixo as expressões do pensamento conservador na produção de conhecimento do Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, mediante a análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos nas décadas de 1960 e 1970. E assim, de acordo com tais critérios, foi delimitada uma amostra correspondente a 100 trabalhos, tendo sido possível analisar, na cota 2017-2018, 36 TCCs, e 39 na cota 2018-2019, correspondendo ao total de 75 TCCs.

de aproximações sucessivas do conservadorismo, seus elementos histórico-conceituais e principais expressões, bem como sua relação com o Serviço Social e com o eixo principal de sua atuação – as expressões da “questão social” – e seu entendimento, além de visar um aprofundamento quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e aos direcionamentos político-ideológicos que, historicamente, atravessaram a profissão, levando em consideração o caráter vasto e heterogêneo – distante de ser saturado – dos estudos acerca do que foi norteador para os projetos profissionais.

### **Pensamento conservador e apreensão de “questão social”: gênese do conservadorismo clássico e do positivismo**

#### ***Conservadorismo clássico: elementos histórico-conceituais***

A manifestação do conservadorismo clássico, conforme estudos de Escorsim (2011), encontra-se historicamente situada entre o final do século XVIII, mais especificamente, no contexto do período pós-Revolução Francesa, e início do século XX. Contudo, no tocante a essa quadra histórica que cobre mais de um século, a autora atenta para os processos político-econômicos e socioculturais vivenciados pela sociedade burguesa que soldava sua hegemonia com a derrocada da ordem feudal, fatores que implicaram numa refuncionalização cultural desse estilo de pensamento.

Nessa direção, o conservadorismo clássico está dividido em dois momentos. O primeiro tem como marco inaugural a obra do parlamentar inglês Edmund Burke, intitulada “Reflexões sobre a revolução na França”, publicada em 1790, que sistematiza um repúdio vigoroso ao processo revolucionário que derrubou o Antigo Regime e o feudalismo, numa perspectiva restauradora, em defesa de um capitalismo sem a ruptura com as instituições

sociais tradicionais; o segundo momento, que vai do pós-1848 até a entrada do século XX, é marcado por uma reformulação desse pensamento que vai de restaurador e antiburguês a contrarrevolucionário, tornando-se subsidiário da ordem burguesa frente à ameaça revolucionária socialista (Escorsim, 2011).

Edmund Burke, protestante e fundador do conservadorismo, em sua crítica aos feitos que resultaram na Revolução Francesa, defende um estilo de processo revolucionário intencionado a reformar, conservando as tradições, como expressa ao afirmar: “A Revolução foi feita para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis” (Burke, 2017, p. 64). Seu repúdio se encontra direcionado às mudanças inerentes ao ideário iluminista. Não há no conservadorismo burkiano intenções de oposição ao modo de produção emergente. Burke não representa uma perspectiva anticapitalista, mas, sim, uma defesa ao preeminente modo de pensar e explicar a realidade que outrora estava calcado na religião católica e em suas concepções, bem como, na monarquia e no inteiro arranjo político-cultural que compunha o Antigo Regime.

Para além desse caráter contrarrevolucionário, alguns outros traços são constitutivos dessa fase clássica do conservadorismo, como: a restrição da liberdade dos homens, a defesa da legitimidade das tradições, o repúdio à laicização e à democracia considerada perigosa, o antirracionalismo e a naturalização da desigualdade social (Escorsim, 2011).

A naturalização da desigualdade social, entre todos os traços, é o que mais elucida uma apreensão da “questão social” pelo pensamento conservador clássico. O porta-voz do conservadorismo clássico ainda expressa desprezo pelo modo de vida da classe subalterna e a coloca numa posição invejosa perante a detenção de poder e riqueza pela classe dominante, advogando, assim, uma concepção moralizante do que seria a insatisfação dos pobres em relação à desigualdade socioeconômica.

Dessa forma, direciona à dimensão moral toda a responsabilidade da iniquidade social e das suas expressões nas condições de vida dos que não acessam a riqueza, considerando que “[...] rastrea e imputa a ‘culpa’ pela ‘degradação da sociedade’ às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua ‘origem’ ou condição socioeconômica [...]” (Souza, 2016, p. 127). E ao tratarmos, no momento seguinte, da fase do conservadorismo clássico, em que assume características essencialmente burguesas, veremos como esse e outros elementos seguem sendo centrais para nos fornecer traços que exprimem a apreensão da “questão social” pela ótica desse pensamento.

***Conservadorismo burguês: traços constitutivos que encontram expressividade no positivismo***

A segunda fase do pensamento conservador clássico situa-se no contexto que precede 1848, que é de consolidação da ordem burguesa, nas dimensões social, econômica, política e cultural, e que evidencia o caráter inexequível das proposições restauradoras advogadas por Burke. Nesse momento, “o que se manifesta, na Europa Ocidental, é a irreversibilidade das transformações que o desenvolvimento do capitalismo impõe às instituições sociais” (Escorsim, 2011, p. 46). E o conjunto das transformações que marcam esse processo altera o papel da burguesia enquanto classe dominante que passa a organizar-se, exclusivamente, em torno de seus próprios interesses.

Se em Burke e seus apoiadores, o conservadorismo clássico tem sua formação ideológica agarrada ao irracionalismo, nesse segundo momento, o surgimento de novas fontes de saber relativiza essa particularidade (Souza, 2016). Patenteia-se o que Coutinho (2010) vem a chamar de “tendência ideologizante da decadência”, período que condensa o rompimento da burguesia com sua

tradição progressista e a necessidade de limitar e empobrecer o papel da razão, em favor da manutenção da sua hegemonia.

Para Guerra (2009), trata-se de uma nova racionalidade, “formal-abstrata”, uma resposta à ameaça que a embrionária classe trabalhadora simbolizava, naquele período, para o Estado burguês. Ou seja, trata-se de um conhecimento que se “restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência” (Guerra, 2009, p. 6).

Surge, então, o positivismo, fundamentado na concepção de uma sociedade regida por leis naturais e invariáveis, a ser estudada pelos mesmos métodos utilizados pelas ciências da natureza, de forma neutra e objetiva, supostamente “liberta” da influência das dimensões moral e ideológica.

É com o filósofo francês Augusto Comte que a “luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, crítica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora” (Löwy, 1991, p. 39). Muito embora Comte seja considerado o criador do termo “sociologia” e fundador do positivismo, é Émile Durkheim que é tido como pai da sociologia e, assim, do positivismo com seu caráter científico. Para Escorsim (2011), o referido pensador caracteriza-se como principal representante do pensamento conservador clássico em sua segunda fase. Nas palavras da autora, o conservadorismo durkheimiano “tipifica exemplarmente a maturação plena do pensamento conservador refuncionalizado – isto é, sem colisões com a ordem burguesa” (Escorsim, 2011, p. 54). Nessa direção, o positivismo se apresenta como a sofisticação do pensamento burkiano.

Conforme Netto (1996, p. 44), “em Durkheim surgem explícitas as duas faces da moeda positivista e conservadora, a naturalização e a psicologização social”. A primeira expressa a negação da possibilidade de mudança nos determinantes da estrutura

da sociedade capitalista, que, nas palavras do autor, trata-se de considerar “eternos e a-históricos certos mecanismos básicos que determinam a estratificação social que tem sua culminação na sociedade burguesa” (Netto, 1996, p. 44). E a segunda atua, sob a forma de moralização da “questão social”, com vistas a advogar por uma intervenção nos conflitos presentes na sociedade via normas que contribuam para a coesão social (Netto, 1996).

Nesse sentido, a perspectiva positivista, nas suas respectivas abordagens ou derivações, exhibe traços do pensamento conservador, ao formular explicações da realidade que naturalizam a desigualdade social e o conjunto das relações sociais inerentes ao sistema capitalista, atribuindo à dimensão moral o conjunto das sequelas da “questão social”, isentando, assim, o sistema de dominação e exploração que, em sua essência, determina as condições de produção e reprodução social frente a esse modelo de sociabilidade. Tal análise aparecerá com mais evidência nos dados a serem abordados no tópico seguinte, onde apresentaremos a predominância do positivismo (estrutural-funcionalista) como norteador para a apreensão da categoria “questão social” nos TCCS produzidos no Curso do Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nas décadas de 60 e 70.

### **Serviço Social, conservadorismo e questão social:**

fundamentos teórico-metodológicos na trajetória histórica da profissão

Para tecer uma análise aproximativa da influência do conservadorismo na apreensão da questão social pelo Serviço Social nos anos de 1960 e 1970, tem-se a necessidade de compreendermos de que maneira a profissão se relaciona com esse estilo de pensamento, desde sua emergência até o referido contexto histórico. E para tanto, faremos um breve mergulho em sua trajetória histórica, a fim

de situarmos, ainda em sua fase embrionária, a incorporação de vertentes teórico-metodológicas, nas quais esse conservadorismo encontra espaço e imprime concepções de mundo e de sociedade para a profissão, impregnando sua atuação, sua formação e suas reflexões profissionais de uma leitura conservadora da realidade.

### ***Gênese do Serviço Social no Brasil e sua relação com o conservadorismo***

Em nível global, o contexto dos anos de 1920 é marcado por um quadro que evidencia um conjunto de esforços em torno da busca por uma solução, ou amenização, para a “questão social”, que teve sua existência sinalizada pela ascensão do movimento operário na Europa, pelo seu cariz socialista e suas reivindicações em torno de políticas que alcançassem a classe trabalhadora (Iamamoto; Carvalho; 2006). Tais elementos se apresentam em um cenário de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, que acirra as contradições continuamente representadas pela dominação burguesa e por seu modelo de sociabilidade, bem como revela seu caráter político antagônico e de exploração em relação ao operariado, desencadeando a necessidade da intervenção do Estado, que assume um papel significativo nas respostas demandadas pelo conflito entre as duas classes (Netto, 1996).

De acordo com Netto (1996, p. 25): “É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a questão social se põe como alvo de políticas sociais”. Mas tal enfrentamento dá-se de forma fragmentada, constituindo-se como uma premissa da funcionalidade dessas políticas. Com vista a ocultar o processo do qual resultam, ainda segundo o referido autor, “são recortadas como problemáticas

particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (Netto, 1996, p. 28).

O Brasil vivencia, posteriormente à década de 1930, um quadro de acirramento de reivindicações por parte da Igreja e do proletariado, todas direcionadas ao Estado. Mediante a pressão realizada pelo movimento de Reação Católica, são encontradas, na iniciativa de uma Ação Social, como parte do mesmo movimento, as possibilidades de uma pacificação da classe trabalhadora através de uma “assistência” essencialmente caritativa e semeadora de valores cristãos.

Torna-se essa intervenção atravessada pela moral religiosa, um dos traços mais conservadores germinados no Serviço Social brasileiro. Foram absorvidos pela profissão “agentes” que estavam envolvidos nessa caridade (“damas de caridade”) e concepções que passam a ser norteadoras das primeiras instituições de formação profissional, fincadas no arcabouço teórico da doutrina social da Igreja Católica.

Às primeiras assistentes sociais, coube a finalidade de remediar as questões tidas como “problemas sociais” e educar ou instruir com vistas a uma reforma de comportamento, na busca pelo ajustamento de indivíduos ou coletividades na dinâmica da sociedade (Iamamoto; Carvalho; 2006). Há aqui os passos da profissão no caminho de uma visão moralizante acerca dos rebatimentos das “sequelas” da “questão social” nas condições de vida das classes subalternas, ao considerá-los como “desvios” de uma ordem natural.

Contudo, a formação dos profissionais em Serviço Social não contava tão somente com suas concepções de cunho profissional. Ainda com aporte nas considerações de Iamamoto e Carvalho (2006) acerca do que constava em produções teóricas dos grupos pioneiros de profissionais, vê-se que “a formação

do Assistente Social se dividia, geralmente em quatro aspectos principais: científica, moral, técnica e doutrinária” (Iamamoto; Carvalho; 2006, p. 223). Essa composição se converte em uma mescla de perspectivas, teorias e métodos, reunidos através da incorporação de conteúdos de distintas áreas do conhecimento, como é o caso da sociologia, com o positivismo e suas derivações que encontram solo fértil para reforçar um conservadorismo, todavia, já enraizado na profissão.

Nessa direção, pode-se aventurar a dizer que, se as “pegadas” do conservadorismo na profissão, por um lado, podem ser rastreadas no movimento de continuidade com suas “protoformas”, tal conservadorismo, no movimento do “vir a ser profissão” inserido na divisão sociotécnica do trabalho, vai se tornando ainda mais avistado, sobretudo, quando se encontra com o conhecimento (técnico-científico) advindo das ciências sociais.

### **O Serviço Social na Paraíba e a questão social nos TCCs da Escola de Serviço Social de Campina Grande nas décadas de 1960 e 1970**

O processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil até década de 1940, sinalizado no tópico anterior, estende-se pela década seguinte, em um contexto no qual o desenvolvimentismo se apresenta como o motor das mudanças socioeconômicas experimentadas, de modo que seus rebatimentos criam as condições para um avolumamento de profissionais através da difusão das Escolas de Serviço Social pelo país.

No período em que passou a sediar a Escola de Serviço Social, Campina Grande destacava-se, na Paraíba, tanto na dimensão industrial quanto política, dada sua posição de centro industrial em ascensão, com o maior núcleo eleitoral do estado (Fonseca; Nóbrega; Silveira, 2014, p. 80).

Nesse sentido, os determinantes da conjuntura nacional, somados às características locais, intensificam, no município, um processo de urbanização, que ainda segundo nossas autoras, “por sua vez, trouxe consigo o crescimento da população, que passou em sua grande parte a habitar nas periferias da cidade, em precárias condições, acentuando as desigualdades sociais” (Fonseca; Nóbrega; Silveira, 2014, p. 81). Isso se constituiu como ensejo para iniciativas que se gestam em torno do “trato” dessas desigualdades e da manifestação do que delas resultam.

Assim, alinhada a esses objetivos, foi criada a primeira Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que, conforme ressaltam Fonseca, Nóbrega e Silveira (2014, p. 82), “fez parte de um jogo de relações que envolveram o Estado e a Igreja Católica, com o apoio do empresariado local, sob a amálgama da Doutrina Social Cristã e do pensamento conservador”.

Tais características da formação, em Campina Grande, correspondem ao denominado arranjo teórico-doutrinário, sendo este, como vimos, um traço constitutivo na formação dos primeiros assistentes sociais no país, próprio de um momento da profissão, assinalado por Netto (2008) como “Serviço Social tradicional”, que condensa os aspectos mais conservadores manifestados em sua trajetória histórica. Contudo, embora siga traçando os primeiros passos da formação profissional, em algumas Escolas de Serviço Social do país no final dos anos 1950 e na entrada de 1960 — como é o caso de Campina Grande —, essa tendência experimental, nesse mesmo período, as possibilidades de uma erosão de suas características mais essenciais.

O cenário desse momento de “erosão” dessas bases é o do Golpe Civil Militar de 1964. Trata-se de um contexto que impõe novas condições para a profissão, principalmente, no que se refere às suas concepções e à sua atuação mediante o objeto de sua intervenção, a “questão social”.

A reorganização do Estado no período ditatorial, ao impulsionar uma série de reformas nas instituições governamentais e promover uma ampliação das políticas sociais nas quais os assistentes sociais passaram a atuar, somando-se à requisição do Serviço Social no meio empresarial, numa atuação de vigiar e controlar a força de trabalho no âmbito da produção, representa o fator que consolida o mercado de trabalho da profissão naquele momento (Netto, 2008). E frente a isso, surge a demanda por um profissional “moderno”, adaptado às exigências que o contexto apresenta, incluindo a laicização da formação no processo de renovação em curso na profissão.

Não obstante, na mesma medida em que emergem os condicionantes das referidas mudanças, alguns mecanismos, próprios do contexto pós-golpe de 1964, contribuem para robustecer as mais substanciais expressões do conservadorismo no Serviço Social. Por essa razão, Netto (2008) considera uma “modernização conservadora” o que tem como primeira direção da renovação do Serviço Social.

Tendo isso em vista, não poderíamos partir para a análise da particularidade das obras produzidas na formação em Serviço Social, em Campina Grande, durante as referidas décadas, sem destacar que, embora possam ser encontradas referências pertencentes ao quadro da renovação que esse momento impulsiona na profissão, o analisado traço de continuidade ou reforço das suas bases tradicionais é o que mais se evidencia.

Em algumas produções estão situados os denominados “problemas sociais”, aparecendo, por vezes, uma delimitação de quais eram as “necessidades” de determinada comunidade ou grupo”, como podemos destacar na seguinte citação de um TCC: “Há um grande número de desempregados [...] Muitas famílias passam fome. Outras vivem em estado de extrema pobreza proveniente de invalidez (cegos, paralíticos) etc.” (TCC, 1965). E, em algumas

passagens de outros trabalhos, ainda há destaques para a dimensão “socioeconômica” no que se refere aos determinantes dos citados problemas, como se pode observar no seguinte excerto:

Estes problemas são decorrentes do baixo nível sócio-econômico-financeiro, sendo os mesmos que atingem em grande escala vastas regiões do Nordeste, envolvendo aqueles que situam o ser humano, como sejam: o profissional, educacional, familiar, analfabetismo, desemprego, má alimentação, mínimos recursos higiênicos, alta natalidade e elevado índice de mortalidade infantil, todas coexistindo numa íntima ligação, tornando-se complexo diferenciá-los (TCC, 1969).

Contudo, a análise do que origina a existência das “carências” está impregnada de marcas/traços de culpabilização/responsabilização individual pelas suas precárias condições de vida e de trabalho, como encontramos nesse trecho que parece centralizar a problemática do desemprego como ausência de qualificação da força de trabalho:

O problema da mão de obra ociosa e a desqualificação profissional, ainda constituem um dos graves entraves a elevação do nível de vida de grande parte da população brasileira [...] contudo há de se considerar o incentivo que se vem dando aos programas que visem prioritariamente o aproveitamento da mão de obra existente e o aperfeiçoamento profissional” (TCC, 1977).

A percepção da ausência de uma política para intervir até pode ser encontrada nos TCCs. No entanto, as propostas de

enfrentamento também estão orientadas para uma perspectiva de promover ou incentivar um redirecionamento moral e comportamental para indivíduos e famílias, fruto de uma psicologização das relações sociais que configura uma perspectiva estrutural-funcionalista da “questão-social”. Esse modelo de intervenção pode ser identificado em considerações como:

O problema econômico reflete profundamente na vida dos comunitários, inclusive no seu comportamento grupal, como podemos observar vários casos de pessoas nervosas, irritadiças, angustiadas, outras utilizando-se de meios ilícitos e ainda outras descarregando suas tensões nervosas sobre o grupo social a que pertence, tudo isto, de acordo com que podemos analisar, decorrente de problemas de ordem socioeconômica. Vê-se assim, o quanto é importante o estudo do aspecto econômico de uma comunidade quando se pensa em trabalhar com ela, desde que este exerce influência marcante no comportamento social dos seus habitantes (TCC, 1971).

Essa moralização dos “desajustados”, em outro trabalho, é direcionada à estrutura familiar, no que se refere às condições dos “menores”, especificamente nos TCCs que tratam da problemática da criança e do adolescente, fundamentando-se em um modelo “tradicional” de família:

Verificamos, que a influência da família e da sociedade em geral, é decisiva no processo de marginalização [...] surge da ausência de formação social e moral, carência de condições dos pais para função educativa, paupérrimo, miséria econômica familiar e abandono da família por parte de um dos cônjuges” (TCC, 1977, p. 14).

Tais características expressam uma apreensão da “questão social” que aparta da estrutura da sociedade capitalista o papel de genitora desses “problemas”, imputando à dimensão subjetiva a responsabilidade da ausência de harmonia e integração social que deles decorrem. Trata-se de uma análise de cunho positivista que aparece, por exemplo, no documento de Araxá, sistematização realizada por assistentes sociais e que é referenciada por alguns TCCs, no tocante ao papel do Serviço Social frente às referidas questões:

O Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social, deve orientar-se no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo, também, para o estabelecimento de formas de integração popular para o desenvolvimento do país (TCC, 1986, p. 26).

Tanto o documento de Araxá quanto o de Teresópolis foram produzidos na primeira fase do que já mencionamos como momento de “renovação” do Serviço Social. Atrelados a uma “perspectiva modernizadora”, ambas as produções dispõem de um direcionamento conservador que é requisitado pelo cenário em que os assistentes sociais estão inseridos nas décadas de 1960 e 1970.

A *Rerum Novarum*, encíclica papal de 1891 sobre a condição dos operários, que também compõe o referencial de algumas das produções de TCC, expressa uma orientação para o trato da “questão social”, que consiste em difundir a ideia de uma conciliação de classes, e ainda naturaliza o domínio de uma classe sobre a outra, atribuindo a essa estrutura uma proveniência divina.

Assim, também carrega uma direção conservadora pautada na defesa de uma harmonia social, bem como uma moralização da “questão social” no modo como determina o papel do capital

e do operário na estrutura da sociedade, subjugando a classe subalterna a uma conformação com sua posição de dominada e incitando uma oposição em relação aos mecanismos de luta pelos seus próprios direitos.

Com isso, em vista do que analisamos junto aos trabalhos, bem como dos referenciais que orientaram as produções, logramos sinalizar que, seja numa perspectiva atrelada ao confessionalismo, seja através de uma base científico-positivista, a apreensão que aparece nas produções de TCC da UEPB, nas décadas de 1960 e 1970, revela a orientação segundo o prisma do pensamento conservador.

### **A ruptura com o conservadorismo e as contribuições marxistas para o entendimento da “questão social”**

Embora o Serviço Social só venha a incorporar uma perspectiva crítica à sua formação profissional após a década de 1980, encontra-se, em um momento precedente à renovação da profissão — que começamos a situar no item anterior — o marco da primeira tentativa em adotar as concepções advindas dessa criticidade, de modo a romper com o tão enraizado conservadorismo. No contexto da abertura dos anos 1960, um movimento tido como “reconceituação” do Serviço Social, com rebatimentos não somente no Brasil, mas também para a profissão no âmbito dos demais países da América Latina, impulsionou as primeiras aproximações da profissão com o marxismo e sua apreensão crítica da realidade.

O referido movimento foi de grandiosa importância para o que estava posto ao assistente social até então, visto que propiciou um avanço com relação aos estigmas de mero executor e de subordinação da profissão até ali hegemônicos. No Brasil, como foi situado no nosso segundo item, o Golpe de 1964 foi determinante no processo de renovação que se gestava no Serviço Social, mais

ainda em sua primeira vertente, modernizadora e positivista, que, embora tenha representado algumas mudanças para a profissão, foi reforço das expressões conservadoras com as quais a Reconceituação tinha aspirações de romper — com aporte no viés crítico que somente logrou experimentar.

O segundo momento da referida renovação — para o qual não encontramos referências nos TCCs analisados no item anterior — aparece como uma recusa tanto à contígua matriz do positivismo como às possibilidades de uma nova aproximação do marxismo. Com embasamento de inspiração fenomenológica e centrada na ajuda psicossocial, a profissão mergulha em uma perspectiva que beira o irracionalismo e que representou o que se denomina como “reatualização do conservadorismo”.

É somente nos fins da década de 1970, que os anseios experimentados no período da Reconceituação ganham espaço no processo de renovação da profissão. O terceiro vetor da renovação, “intenção de ruptura”, representa o resgate das possibilidades de um “Serviço Social crítico” (Netto, 2005), como “herdeiro do espírito da Reconceituação” (Netto, 2005).

O período é de grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de queda nos salários e de baixa em investimentos nas políticas públicas, o que rebateu fortemente nas condições de vida da classe trabalhadora e favoreceu o alargamento da visibilidade dos movimentos sociais e sindicais na resistência e no enfrentamento da ditadura (Martinelli, 2009). Esse conjunto de mudanças ampliou as bases políticas para a “intenção de ruptura”, na medida em que possibilitou delimitar as classes sociais e seus interesses, contribuindo para robustecer o ajuntamento dos trabalhadores, permitindo, assim, aos assistentes sociais vincular-se às lutas dessas camadas exploradas da sociedade, através da aproximação das suas condições e da possibilidade de analisá-las criticamente (Netto, 2005).

Embora na entrada dos anos 1980 o Serviço Social esteja em uma dinâmica que retoma a crítica ao tradicionalismo, a superação dos equívocos presentes no encontro com a tradição marxista só vem a acontecer na década seguinte, em um processo que Santos (2007, p. 8) denomina de “apropriação ontológica da vertente crítico-dialética”. O aprofundamento na teoria social crítica oportuniza as condições para o significativo redirecionamento da profissão, que debate seu papel em todas as suas dimensões, “tornando-se capaz de realizar a ruptura teórica com a herança conservadora e intervir de forma qualitativamente superior na garantia do projeto ético-político profissional” (Santos, 2007, p. 9).

É somente no contexto dos anos 1990 que a profissão alcança os principais avanços que a aproximação do marxismo e o envolvimento com as lutas da classe trabalhadora concederam à profissão, através de um conjunto de processos e esforços materializados no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação (1993) e na revisão do currículo pelas Diretrizes de 1996 para o curso de Serviço Social.

Com aporte nas novas direções tomadas pela formação profissional, a “questão social” passa a ser pautada pelo Serviço Social como “fundamento básico de sua existência” (ABEPSS, 1996, p. 5), sendo suas expressões e multifaces, objetos de intervenção da profissão. Essa relevância para a profissão é reforçada e bem colocada no Projeto Pedagógico do Serviço Social da UEPB, ao denominar tal categoria como “eixo da profissão” (UEPB, 2016).

No tocante à apreensão crítica, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) apresentam núcleos de fundamentação que propõem direções e conteúdos voltados para os fundamentos da profissão e a leitura crítica das relações sociais na sociedade burguesa, entre eles a temática da categoria “questão social” e a necessidade de entender a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, a dinâmica das classes sociais e o acirramento

das desigualdades como desdobramento do modo de produção capitalista, bem como a vinculação ou alinhamento do Serviço Social ao projeto societário dos trabalhadores, a inserção de seus profissionais no mercado de trabalho e a percepção destes acerca de seu pertencimento ao conjunto das necessidades e lutas da referida classe explorada.

### **Considerações finais**

Com base no que foi problematizado, podemos concluir que a apreensão da “questão social” predominante nas produções de conhecimento do Serviço Social na UEPB durante o período do regime militar, que compreende as décadas de 1960 e 1970, está calcada numa perspectiva conservadora. Os escritos dos TCCs, expressando o já situado arranjo teórico-doutrinário do Serviço Social, mesclam um ideário de cariz confessional, buscando referências nas encíclicas papais e até mesmo na Bíblia, a uma predominância do positivismo em sua vertente estrutural-funcionalista enquanto principal matriz teórico-metodológica, identificada através de fragmentos textuais e, ainda, pelo referencial bibliográfico — sobretudo nas produções da década de 1970, com os documentos de Araxá e Teresópolis, resultantes dos Seminários de Teorização do Serviço Social ocorridos em 1967 e 1970.

Nesse sentido, seja orientada por uma perspectiva religiosa, seja positivista, a apreensão da “questão social” pelos TCCs expressa uma direção conservadora, que tem seus traços mais centrais assentados na defesa de uma moral, social ou religiosa, que contribui para ocultar a estrutura que produz e reproduz a “questão social” nas suas mais variadas expressões.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. 4. ed. Campinas: Vide Editorial, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM, Leila Netto. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Cleomar Campos; NOBREGA, Mônica Barros da; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. A formação acadêmica em Serviço Social no Município de Campina Grande: gênese e desenvolvimento sócio-histórico. *In*: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (org.). **O curso de Serviço Social na UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico- metodológica**. Campina Grande: EdUEPB, 2014.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: 2009. p. 701-718.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 7. ed. São Paulo, 1991.

MARTINELLI, Maria Lucia. **A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**: 30 anos de Congresso da virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse. Brasília, DF: Edição CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. O movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, [s. l], n 84, nov. 2005.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários**. Roma, 15 de maio de 1891, no décimo quarto ano do Nosso Pontificado. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Josiane Soares. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. **Cadernos Especiais**, v 13, n. 42, jan./fev. 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto pedagógico de Curso (PPC)**: Serviço Social (Bacharelado). Campina Grande: EDUEPB, 2016.

PARTE II

**SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL E PESQUISA**



## CAPÍTULO 7

# OS CONHECIMENTOS INDISSOCIÁVEIS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DETERMINANTES PARA UMA AUTOIMAGEM ANTIRRACISTA DO SERVIÇO SOCIAL

*Eliane Santos de Assis*

### **Introdução**

As profundas mudanças operadas na formação, na organização e no exercício profissional do Serviço Social foram iniciadas em meados da década de 1960 e consolidadas ao final dos anos 1990. Essa nomeada renovação crítica<sup>1</sup> legou-nos a compreensão

---

1 Para Netto (2005, p. 131), a renovação seria: “o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”. Em Yamamoto (2019, p. 442), temos que: “As forças acadêmico-profissionais acumuladas pelo Serviço Social latino-americano e assistentes brasileiros são decisivas nessa ‘virada’ do Serviço Social. Elas remontam ao movimento de reconceituação do Serviço Social (1965 e 1975), que cria bases materiais, intelectuais e políticas à sua renovação. Recusa-se [sic] o assistencialismo

de que tanto a profissionalização quanto o objeto de intervenção de assistentes sociais derivam necessariamente do envolver da sociedade forjada a partir do modo de produção capitalista. Assim, para compreender essa renovação, foi necessário ampliar o horizonte de análise, a fim de abarcar uma perspectiva de totalidade, uma vez que “a formação profissional tem na questão social sua base de fundação sócio-histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social” (Iamamoto, 2007, p. 183).

Se por um lado esse alargamento da base analítica direcionou nossa análise no sentido de compreender o evoluir do capitalismo, por outro, não conseguimos abarcar as dimensões atinentes às sociedades constituídas pela colonização, etapa tão necessária à constituição do capitalismo. Da maneira como essa trilha teórica foi seguida, deixamos pelo caminho as particularidades da formação social brasileira legadas pelo empreendimento colonial.

É necessário que se afirme que não se invade uma terra com as extensões do Brasil, se reduz a população local a um sexto<sup>2</sup> do que ela era originalmente e se sequestra mais de quatro milhões<sup>3</sup> de pessoas de um continente para as submeter ao trabalho escravizado, sem uma ideologia que justifique esse modo de organização da sociedade. Ou seja, “a escravidão não nasceu do racismo: pelo

---

e a benemerência, questiona-se [sic] os fundamentos positivistas da tríade do Social Work norte-americano: o Serviço Social de casos, o Serviço Social de grupo e a organização/desenvolvimento de comunidade difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria”.

- 2 “Segundo a Funai, a população indígena no Brasil, em 1500, equivalia a aproximadamente 3 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2 milhões estavam estabelecidos no litoral. Por volta de 1650, esse número caiu para 700 mil, e em 1957 chegou a 70 mil indígenas, número mais baixo registrado” (Genocídio [...], 2021).
- 3 “O Brasil recebeu 43% do tráfico (4.800.000 africanos) e 600.000 portugueses (Alencastro, 2014 apud Assis, 2022, p. 38).

contrário, o racismo foi consequência da escravidão” (Williams, 2012, p. 34).

Convém reforçarmos esse ponto: a sociedade colonial brasileira perdurou por quase quatro séculos, período durante o qual tivemos um modo de organização da vida na sociedade completamente dependente do escravismo. A base de sustentação ideológica era a compreensão da desigualdade natural existente entre as raças, segundo a qual se compreendia que o negro era inferior ao branco e por isso deveria ser submetido ao trabalho escravizado. A abolição da escravatura determina o fim do sustentáculo legal dessa relação. No entanto, isso foi insuficiente para determinar o fim do alcance cultural e social do racismo.

Nossos estudos nos levam à compreensão da centralidade do racismo na ordenação da sociedade burguesa na qual hoje vivemos. Na relação entre capitalismo e racismo, identificamos mecanismos similares de configuração da sociedade, submetendo toda a vivência humana aos desígnios para o atendimento de seus propósitos. O propósito maior do capital é expandir-se, elevar a exploração sempre ao nível mais alto para que a produção de mais-valia cresça continuamente. O racismo não se contrapõe a essa premissa, ao contrário, é ele quem ordenará a composição do pauperismo, que é o “asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores” (Marx, 2008, p. 747). O que se afirma aqui é que o racismo é elemento potencializador da acumulação capitalista. A modernização operada com o fim da colonização em nada é incompatível com o racismo. Portanto, ele é elemento central para a compreensão da questão social brasileira. Essas implicações não estão evidenciadas como acreditamos que deveriam estar nas recuperações feitas na profissão sobre a formação social brasileira.

Ao se constituir um projeto profissional que se erige sobre bases ambiciosas, nas quais estão a liberdade como valor ético

central e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, entre outros princípios (CFESS, 1993), é fundamental que se tenha em perspectiva em que sociedade se pretende seguir tais princípios. Quais são os valores que a orientam? Sobre quais bases estão constituídas suas políticas públicas? E, principalmente, quem são os sujeitos que a constituem?

Por sorte, o projeto profissional que se erigiu após a renovação crítica se “propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 2009, p. 155). Assim, neste texto propomos uma reflexão sobre o racismo por entender tal temática como um dos *conhecimentos indissociáveis da formação profissional em Serviço Social*. E, compreendendo a urgente necessidade de incorporarmos a discussão sobre o racismo em nossa formação, sugerimos alguns caminhos para isso.

## **Desenvolvimento**

Defendemos que, para que o projeto ético-político se efetive da maneira como foi idealizado – garantindo todas as bases que buscam romper com a sociabilidade burguesa –, é essencial que as relações raciais sejam discutidas de maneira transversal (Rocha, 2014; Silva, 2017) em toda a formação acadêmico-profissional. Uma premissa para a efetivação desse propósito é repensar a articulação entre o capitalismo e o racismo no Brasil. A nosso ver, a limitação na apreensão do que é o capitalismo racista brasileiro desdobrou-se na dificuldade de assimilar que todas as dimensões da vida social estão igualmente conformadas pelo capitalismo e pelo racismo, o que, no Serviço Social, impactou diretamente a compreensão do que seria seu esteio maior após a renovação crítica: a questão social e suas expressões.

Afinal, para a devida compreensão da questão social no Brasil, parece-nos necessário lançar luzes sobre um sem-número de

homens negros e mulheres negras recém-libertos que, quando da generalização do modo de produção capitalista brasileiro e conseqüentemente do trabalho livre, não tiveram sua força de trabalho formalmente comprada pelos empregadores. Esses homens e mulheres, nas análises correntes mais comumente utilizadas sobre a gênese da questão social (Iamamoto; Carvalho, 2005; Netto, 2005)<sup>4</sup>, foram quase que sumariamente ignorados, bem como as marcas profundas deixadas por nosso passado colonial. “Provavelmente diluídos na amorfa e acrômica classe trabalhadora” (Assis, 2022, p. 234).

Enquanto a questão social central para o Serviço Social não estiver prenhe das determinações sociais advindas do período que antecedeu o trabalho livre no Brasil e que segue determinando a configuração do trabalho na atualidade, as possibilidades de compreensão de suas múltiplas expressões e conseqüentemente de atuação nestas estarão seriamente comprometidas. O elo que, nos parece, levará a desvendar a formação social brasileira e conseqüentemente a ampliar nossa concepção de questão social, a fim de que ela expresse as particularidades da sociedade brasileira, é o racismo. É a categoria que se apresenta de maneira presente/ausente na questão social brasileira.

Sobre o entendimento da questão social e suas manifestações como objeto de trabalho do Serviço Social, ergue-se todo o projeto profissional a partir do qual se formam os profissionais até a atualidade. Se às definições de questão social faltam as determinações impostas pelo racismo que ordenam a sociedade

---

4 Na 4ª edição de “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (Netto, 2005), encontra-se no Apêndice o famoso texto “Cinco Notas a propósito da questão social”. Já no texto da biblioteca básica “Questão Social” particularidades no Brasil” (Santos, 2012), a autora usa a mesma definição de Iamamoto e Carvalho (2005), que nos parece ainda bastante utilizada, especialmente nos cursos de graduação.

brasileira, padece da mesma fragilidade, a nosso ver, o projeto profissional que a partir delas se funda. Se assim tomado, este não será capaz de seguir seus princípios fundamentais, e menos ainda de manter transversalmente a questão racial, ou a de gênero ou outra que constitua a sociedade pós-colonial brasileira na qual vivemos. Registre-se que essas reflexões não são incompatíveis com o que se delineou sobre o projeto até o presente momento, uma vez que:

O projeto de formação profissional no Brasil reconhece a dimensão contraditória das demandas que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nela incidem: tanto o movimento do capital, quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores (Iamamoto, 2007, p. 182).

Sabemos do papel central que têm as instâncias político-organizativas da profissão, a saber o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Estaduais de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As principais dimensões da vida social que se constituem como área de atuação profissional das assistentes sociais são alvos de preocupação, de interesse e de debate para melhor orientação da categoria e para a formação profissional. “É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (Braz; Teixeira, 2009, p. 8).

No conjunto CFESS/CRESS, eles são chamados de “eixos temáticos”, como aparecem no Relatório da Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020 (CFESS, 2020b). Na ABEPSS, a nosso ver, estão muito bem representados pelos oito Grupos Temáticos de Pesquisa

(GTPs)<sup>5</sup>. Aqui os apresentamos em forma de tabela para que possamos identificar melhor as convergências entre as duas entidades.

**Quadro 1** – Eixos do Debate no Conjunto CFESS/CRESS e na ABEPSS

Conjunto CFESS/CRESS	ABEPSS – GTPs
Administrativo-Financeiro	
Comunicação	
Ética e Direitos Humanos	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
Orientação e Fiscalização Profissional	
Formação Profissional	Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Seguridade Social	Política Social e Serviço Social
	Trabalho, Questão Social e Serviço Social
	Movimentos Sociais e Serviço Social
	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades
	Serviço Social, Geração e Classes Sociais

**Fonte:** elaboração própria (2023).

Entendendo que nosso projeto profissional se constitui também da “produção de conhecimentos no interior do Serviço Social” (Braz; Teixeira, 2009, p. 8) e que estes são elaborados a partir da reflexão sobre âmbitos da vida social que atravessam o fazer e a formação profissional, alguns dos quais são oportunamente organizados em temas/eixos de discussão em torno dos quais as

5 De acordo com a entidade, os grupos: “[...] congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, c2024).

entidades se organizam, cabe reforçarmos aqui nossa compreensão de que todas as dimensões e áreas de atuação e formação das assistentes sociais estão assentadas sobre as desigualmente racializadas relações sociais brasileiras.

A necessidade de identificar e pautar as relações raciais e o racismo em todas as dimensões da vida social é já uma preocupação de inúmeras estudiosas do Serviço Social brasileiro. Uma diversa e densa produção teórica que reflete a “dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teórico-críticas do pensamento social” (Braz; Teixeira, 2009, p. 8) crítico que orienta este projeto desde seu nascedouro.

Para fins desta exposição e com base nos eixos/temas do CFESS e da ABEPSS, escolhemos expor aqui uma pequena parte de nossos achados para demonstrar o quanto as intelectuais negras da profissão estão alinhadas com os debates que ocorrem no seio da categoria. Objetivamos ainda instrumentalizar estudiosos, pesquisadores e professores para que suas disciplinas, pesquisas e orientações que tratam de temáticas fundamentais para a formação e o exercício profissional se efetivem sem invisibilizar 56% da população brasileira<sup>6</sup>, contribuindo, assim, para “formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” (Netto, 2009, p. 156).

Dessa forma, optamos por apresentar neste texto parte<sup>7</sup> de nossos achados sobre dos seguintes *temas*:

- Trabalho;

---

6 Porcentagem de negros na população do Brasil, segundo o IBGE (Jornal Nacional, 2022).

7 Em Assis (2022), estão expostos todos os achados da pesquisa sobre esse assunto.

- Movimentos Sociais;
- Ética e Direitos Humanos;
- Formação Profissional;
- Política Social;
- Relações de Exploração/Opressão e Geração.

## **Sobre o Trabalho**

A provocativa tese de doutorado de Souza (2019) nos convida a pensar algumas categorias marxianas a partir da indagação: “Como podemos estudar a luta de classes num país de passado escravocrata – com as dimensões que ocorreu no Brasil – sem trazer para o cerne do debate os impactos desse passado no presente?” (Souza, 2019, p. 30).

As formas de apropriação da terra, somadas à ideologia do racismo, criam as condições particulares para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O assento da autora em sua tese se dá sobre a impossibilidade da discussão sobre o trabalho livre no Brasil sem considerar as bases escravagistas que o antecederam.

## **Sobre Movimentos Sociais e Relações Exploração/Opressão**

A dissertação de Lira (2019) problematiza o lugar das mulheres negras não apenas como objetos de estudo, mas “como protagonistas da história, formuladoras de conhecimento e estrategistas, além de articuladoras em importantes movimentações sociais e políticas” (Lira, 2019, p. 23). A autora também afirma a pouca existência de estudos acerca das relações étnico-raciais, em especial com relação às mulheres negras, que “estão na base da pirâmide social e econômica” (Lira, 2019, p. 97), de acordo com inúmeros dados demonstrados pela autora.

## **Sobre a Ética e os Direitos Humanos**

A dissertação de mestrado da assistente social, professora e mulher negra Marcia Campos Eurico, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 2011, apresenta, entre as suas palavras-chaves, a ética profissional. No texto, Eurico (2011) se ancora em autores majoritariamente estudados nos cursos de Serviço Social para apontar para outra direção o estudo da ética profissional. “A efetivação do Código de Ética de 1993 requer sim o conhecimento da questão racial se pretendemos dar centralidade ao sujeito, homens e mulheres, negros e negras nesta sociedade profundamente desigual” (Eurico, 2011, p. 126-127).

## **Sobre a Formação Profissional**

A tese de doutorado de Roseli Rocha apresenta dados que comprovam que há alguns avanços, mas também que ainda há muito por se fazer, no que se refere ao debate sobre o racismo no Serviço Social. Sua pesquisa identifica que existe uma diversidade de modelos de organização curricular que apresentam conteúdos fundamentais para a formação profissional. Compreende que os cursos vêm tentando superar a fragmentação na análise dos sujeitos sociais, o que se pauta nas diretrizes curriculares. Contudo, Rocha (2014) traz à luz os limites dos currículos de Serviço Social e nos provoca, ao afirmar que:

Mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social, o importante nesse processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, *saia dos porões acadêmicos* e assumo espaço de visibilidade e importância político-acadêmica (Rocha, 2014, p. 181, grifo nosso).

## **Sobre o Trabalho Profissional**

O trabalho de assistentes sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é o objeto de estudo de Santos (2020). O estudo tem como “objetivo central conhecer como a profissional de Serviço Social desenvolve estratégias de combate ao racismo em seu cotidiano de trabalho” (Santos, 2020, p. 16). Para tanto, a autora opta por “analisar de que modo os/as assistentes sociais identificam o racismo em sua prática profissional e que mecanismos utilizam para combatê-lo no seu cotidiano de trabalho” (Santos, 2020, p.16). A autora questiona o porquê de, mesmo após a Reconceitualização, o Serviço Social carregar “[...] o racismo na sua formação e na sua atuação profissional” (Santos, 2020, p. 17).

## **Sobre as Políticas Sociais**

A discussão que Ferreira (2020) nos apresenta oferece elementos para pensarmos qual era o lugar do indivíduo negro logo após a escravidão até o trabalhismo varguista. Questiona a inspiração bismarckiana sobre origem da política social, e demonstra, com base na pesquisa realizada em documentos históricos, que, antes mesmo da institucionalização da política social pelo Estado brasileiro, os trabalhadores já se organizavam para prover seus cuidados em caso de doenças ou invalidez, de tal modo que essas iniciativas foram capturadas pelo Estado e incorporadas ao seu projeto eugenista.

Quando o Estado assume a questão social, ele a assume levando em conta os conflitos racializados de classe. Mas não o fez de modo a superá-las produzindo melhor condição de vida e trabalho aos trabalhadores, sobretudo os negros muitos ex-escravizados. O fez de modo a tentar neutralizar

a existência das desigualdades balizadas por determinantes econômicos, raciais, regionais, de gênero etc. que interagem permanentemente. Ao contrário os subsunuiu no discurso de Brasil mestiço: o local onde todos têm as mesmas oportunidades, independente da raça/cor, condições econômicas, origem territorial etc. (Ferreira, 2020, p. 255).

A autora deixa exposto que não há a possibilidade de realizar algum debate sobre a intervenção estatal, que ofereceu suporte ao capitalismo, sem considerar as relações e tensões raciais instauradas no país. E, ainda mais central, o Estado reconhecia essas tensões e direcionava sua ação não para dirimi-las, mas para neutralizá-las, por meio de sua força policial que incidia sobre o grupo que se queria eliminar: os negros!

A proposta aqui é ampliar as possibilidades para o fortalecimento de um projeto profissional antirracista de fato. Encerrar os debates sobre as relações raciais no GTP de *opressões* da ABEPSS ou no eixo dos direitos humanos do CFESS não instrumentaliza a profissão e não potencializa uma formação antirracista. Por isso, aqui buscamos demonstrar que em todas as dimensões que compõem o Projeto Ético-Político existem fundamentadas discussões sendo realizadas nas quais as racializadas relações sociais brasileiras estão colocadas em questão. Essas bibliografias, ao serem utilizadas nas diferentes disciplinas, nas orientações, podem contribuir para o fortalecimento de um projeto profissional antirracista.

Destaque-se que o que se oferece nestas linhas vem no lastro de iniciativas muito promissoras que, se potencializadas, podem nos conduzir a uma perspectiva contrária a *todas as formas de opressão*. Parte destas vem ocorrendo nas entidades da categoria e merecem nossa atenção, pois se inscrevem na perspectiva de construção de projeto profissional capaz de tornar-se antirracista.

Como exemplos, podemos citar as seguintes campanhas e publicações do CFESS: “O Serviço Social: mudando o rumo da história”, de 2003; o posicionamento em favor das políticas de ações afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social aprovada pelo 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS; o lançamento da campanha de gestão do conjunto (2018-2021): *Assistentes Sociais no combate ao racismo*; as edições do CFESS Manifesta, sobre o Dia da Consciência Negra comemorado nacionalmente em 20 de novembro.

Vale citar ainda a publicação do CFESS de 2016, a série “Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito”, cujo volume 3, com o título “Racismo”, expõe didaticamente seu significado e conceitos fundamentais para o debate como raça e etnia, além de sugerir interessantes bibliografias dentro e fora do Serviço Social.

Cabe destacar a campanha de Gestão (2017-2020) do Conjunto CFESS-CRESS, *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria em 2017<sup>8</sup>, que, segundo o *site*:

[...] tem o intuito de debater o racismo no exercício profissional de assistentes sociais. Ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo (CFESS, 2018).

Vitorio (2019) realizou uma consistente problematização acerca dessas iniciativas, reconhecendo por um lado sua validade

---

8 Com o tema “Vamos, levante e lute, senão a gente perde o que já conquistou”, o 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS foi realizado em Brasília (DF), no período de 7 a 10 de setembro de 2017.

e por outro chamando a atenção para o risco de elas ficarem limitadas apenas àqueles profissionais e/ou pesquisadores que realizam estudos na área, fomentando, assim, uma setorização dos debates. Destacou ainda o perigo de essa determinante dimensão ficar restrita a publicações feitas somente em datas especiais ou comemorativas, como o 20 de novembro, por exemplo.

No que concerne à ABEPSS, uma iniciativa que requer nossa atenção são os “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, documento lançado no ENPESS de 2018 no final da gestão 2016-2018. O texto de aproximadamente vinte e cinco páginas se pauta no fato de que o debate sobre a questão étnico-racial e sua inserção nos currículos é um dos desafios postos ao Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 10):

Com o objetivo de construir coletivamente para o aprofundamento do debate étnico-racial com as Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) e demais espaços formativos na graduação, pós-graduação e na perspectiva da educação permanente, o material ora apresentado oferecerá aos profissionais, docentes e discentes, elementos iniciais para a implementação de ações concretas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2018, p. 11).

O texto oferece uma interessante base teórica e uma série de pistas e indicações para a inserção do debate no seio da profissão. Mesmo com todos os limites que uma iniciativa desse tipo tende a carregar, é necessário que se reconheça seu ineditismo e sua potencialidade.

Por fim, para que mantenhamos a esperança, é importante registrar que as novas gerações estão bastante sintonizadas com a importância da questão racial para o Serviço Social. A Executiva

Nacional de Estudantes do Serviço Social (ENESSO) traz essa preocupação expressa em seu estatuto:

Fomentar a discussão como eixo central a [sic] questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões (ENESSO, 2019, p. 13).

A Executiva ainda realizou, no ano de 2020, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS)<sup>9</sup>, cujo título “A Virada Agora é Preta – 40 anos do congresso da virada por uma práxis antirracista” é quase tão poético quanto o vídeo de divulgação. Entre os oito eixos nos quais foram distribuídos os trabalhos para apresentação, somente em um deles não consta nenhum artigo cujo título não contenha alguma alusão ao racismo ou à questão racial. A entidade conta ainda com setoriais de combate às opressões, entre elas a Frente Étnico-Racial da ENESSO: SANKOFA.

O convite que se fez aqui foi o de impregnar de enegrecidas determinações a permanente construção do projeto profissional. Não nos interessa propor a criação de um Serviço Social Preto ou

---

9 O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS) é um encontro que acontece a cada dois anos e serve de espaço político para discussão acerca da formação profissional e do movimento estudantil, reunindo estudantes de todo o país. No ano de 2020, a UFF sediou esse evento em comemoração aos 40 anos do Congresso da Virada, reivindicando uma virada antirracista. O evento ocorreu de 15 a 18 de janeiro e, além da importante temática, foi fundamental a presença das/os discentes por ter sido um evento de caráter expressamente formativo e também por ter gerado a abertura de um espaço nacional para que alunos pudessem apresentar seus trabalhos (DAMK, 2019).

algo equivalente. A ideia é oferecer o maior número possível de determinações que possam tornar esse projeto mais condizente com a realidade brasileira, entendendo que “mantendo seus eixos fundamentais, ela [a estrutura básica do projeto] é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios” (Netto, 2009, p. 155). Um terreno capaz de fazer florescer uma formação acadêmica e uma atuação profissional mais alinhada com as questões que envolvem os 56% da população brasileira, segundo o IBGE (Jornal Nacional, 2022). “Ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais” (Rocha, 2014, p. 109).

### **Considerações finais**

Se, por um lado, o Serviço Social tradicional, com todo o seu conservadorismo e seu silêncio acerca de questões fundamentais da emergente sociedade capitalista, deve ser alvo de nossa crítica, uma vez que sua superação exigiu a construção de um projeto de profissão que se ancorasse na atenta defesa das liberdades e igualdade, por outro lado, foram, em parte, motivações (que se pretendiam) humanitárias que moveram aquelas mulheres nessa direção. Não há aqui o objetivo de defender ou mesmo reivindicar o Serviço Social tradicional, mas cabe registrar que eram boas as intenções, aquelas mesmas que também pavimentam a estrada para o inferno, que conduziram aquelas mulheres a formar essa profissão.

O projeto que se erigiu sobre a questão social foi gestado nas mais ingratas trincheiras da luta contra a ditadura. Quando parecia que as liberdades democráticas permitiriam uma trégua na

guerra contra o capital, esse projeto precisou voltar a empreender esforços para se levantar contra o neoliberalismo, a atomização do humano e o desmonte do que sequer havia sido construído. Novamente, não há aqui nenhuma tentativa de justificar o porquê de ignorar as relações raciais, que se tornaram cada vez mais antagônicas sob o manto da democracia racial.

Contudo, mais uma vez, comparecem as boas intenções e direcionam-se as miras de alguns sujeitos profissionais (e praticamente de todos os protagonistas) para o fortalecimento da classe trabalhadora, na busca de uma igualdade na qual a raça e o gênero seriam apenas *diferenças*, uma vez que, no horizonte da profissão, a desigualdade de classe estaria eliminada.

Se, no que se refere ao esteio teórico, político e ideológico, o Serviço Social tradicional e o renovado apresentam gritantes e incompatíveis divergências, ambos tinham em seu interior algo que movimenta essa profissão até os dias atuais: esperança! A esperança cega e teológica de que a fé seria capaz de levar a todos alento e ajustamento. A esperança revolucionária de que a luta de classe tornaria toda e qualquer diferença, o que ela de fato deveria ser, apenas uma diferença e não mais um marcador de desigualdade.

Na contramão do mar de individualismo e insensibilidade ante aos dilemas da coletividade, os assistentes sociais preservaram sua capacidade de indignação diante das desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos (Iamamoto, 2014, p. 613).

Entre as publicações que tratam das relações raciais ou étnico-raciais sobre as quais nos debruçamos até aqui, identificamos o esforço de superar o silenciamento acerca do racismo que grassa no Serviço Social brasileiro. Esforço válido e fundamental

empreendido por intelectuais e militantes valorosas da nossa categoria profissional. Nas teses e dissertações aqui recuperadas, estão contidos produtos de pesquisas que não só comprovam a incipiente produção acerca das relações raciais, como apresentam caminhos viáveis para seu adensamento. A quase totalidade dessas publicações reivindica a compreensão de que o racismo é estrutural, reconhece e lança luzes sobre seu protagonismo na formação social brasileira, além de oferecer alternativas e/ou pistas de como inserir tal discussão na formação de assistentes sociais.

Após o estudo dessas obras e de outras que se debruçam sobre as relações étnico-raciais no Serviço Social, ainda que consigamos identificar boas sementes no sentido da apreensão das relações raciais no seio da categoria, é importante que se reafirme aqui nosso compromisso com essa profissão e nosso desejo de contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, além de nossa eterna esperança na revolução e nossa certeza de que somente por meio da derrocada do capitalismo poderemos construir uma sociedade de fato justa e igual. Porém, por considerarmos o racismo como algo estrutural e estruturante, compreendemos que essa sociedade está formada também por ele, e que ele alcança todos, vítimas e algozes. Sendo assim, dedicarmo-nos à compreensão, problematização e superação do racismo é construir um futuro em que todas as pessoas possam ser apenas diferentes, jamais desiguais, e no qual a força do capitalismo estará seriamente infirmada.

Reconhecer no racismo o determinante central que permite conferir à questão social a concretude que ela requer é agenda necessária e permanente. Assim, o desvendar de seus modos de operação nas diferentes *áreas de atuação* é tarefa central para o Serviço Social, se desejamos manter nosso “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população” (CFESS, 1993, p. 24) e fortalecer um projeto profissional compatível com os princípios

defendidos em nosso código de ética, numa compreensão de que ou enegrecemos o projeto ético-político ou ele poderá perder as cores dos valores nos quais se apoia. Mais do que nunca, precisamos de esperança. É preciso nos mantermos atentos e fortes, resistir para reexistir. E nenhum povo no planeta fez mais isso do que o povo negro.

## Referências

A VIRADA AGORA É PRETA - NITERÓI 2020. **40 anos do Congresso...** Facebook, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=348551939206055>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ASSIS, E. S. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social.** 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **GTPS.** c2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 13 out 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Subsídios para o debate étnico-racial na formação do Serviço Social.** Vitória: ABEPSS, 2018. Disponível em [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 14 out. 2023.

BRAZ, M. TEIXEIRA, J. B. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 185-200.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Assistente social no combate ao preconceito**. Brasília, DF: CFESS, 2016. v. 3: Racismo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Brasília, DF: CFESS, 2018. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS disponibiliza o Relatório Final do 46º Encontro Nacional**. 8 nov. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1427>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP1993.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS**. Tic: novas tecnologias para a velha exploração do trabalho. Relatório Final Brasília, DF: CFESS, 2020.

DIRETÓRIO ACADÊMICO MARIA KIEHL - SERVIÇO SOCIAL/UFF (DAMK UFF). O que é o SNFPMESS? **Facebook**, 16 dez. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/sesochapa2/posts/1484209421751423:0>. Acesso em: 19 jun. 2022.

EURICO, M. C. **Questão racial e serviço social**: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DO SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social**. Curitiba: ENESSO, 2019. Disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em: 14 out 2023.

FERREIRA, G. C. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GENOCÍDIO indígena: entenda os riscos e preocupações que a população nativa do Brasil enfrenta. **Humanista**, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/09/24/genocidio-indigena-entenda-os-rios-e-preocupacoes-que-a-populacao-nativa-do-brasil-enfrenta/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPjjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JORNAL NACIONAL. Total de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas cresce no Brasil, diz IBGE. **G1**, 22 jul. 2022. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclararam-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 out 2023.

LIRA, P. L. **Movimento de mulheres negras e o serviço social**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. livro 1, 2 v.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, R. F. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, J. S. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, K. F. **Combate e reprodução do racismo no trabalho das assistentes sociais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, A. P. P. **O contrário de casa-grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, C. L. S. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

VITORIO, K. L. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## CAPÍTULO 8

# **CAPITALISMO DE PLATAFORMAS, ENSINO REMOTO E O SOLAPAMENTO DE DIREITOS SOCIAIS**

*Géssica Tamires da Silva Anselmo  
Mônica Barros da Nóbrega*

### **Introdução**

Nos últimos anos, a gestão e o próprio acesso a diversas políticas sociais passaram a ser intermediados, em algum nível, pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Em um mundo cada vez mais “digital”, torna-se crucial discutir a maneira pela qual os recursos tecnológicos têm sido utilizados como ferramentas na expropriação de direitos sociais. Um exemplo notável dessa questão pode ser observado no contexto do ensino remoto durante a pandemia da covid-19. Embora o ensino remoto tenha permitido a continuidade das atividades educacionais em momento de grave crise sanitária, também revelou profundas disparidades de acesso e oportunidades de aprendizado, prejudicando ou até mesmo inviabilizando a efetiva participação de estudantes nas aulas.

O presente artigo discute o chamado “capitalismo de plataforma” e seus desdobramentos na sociedade, examinando como as

plataformas digitais estão reconfigurando as relações de trabalho e minando os direitos sociais, com um foco especial no direito à educação, que foi afetado com a adoção do ensino remoto. O artigo contempla alguns aspectos da dissertação de mestrado “Implicações do ensino remoto na formação acadêmico-profissional dos(as) estudantes de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba no contexto da pandemia da Covid-19”, apresentada em 2023 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

O presente artigo, está organizado em três seções. Na introdução, contextualizamos o tema e apresentamos brevemente o que será discutido. Na segunda seção, exploramos o conceito de “capitalismo de plataforma” como uma nova forma de exploração capitalista baseada em plataformas digitais. Discutimos as alterações nos padrões de acumulação e organização do trabalho, destacando os desdobramentos da automação e a substituição do trabalho humano por algoritmos. Abordamos a precarização do trabalho nas plataformas digitais, através de remuneração instável e falta de proteção trabalhista. Além disso, discutimos a utilização das tecnologias digitais pelo Estado para reduzir gastos, com exemplos nas áreas de assistência social, saúde e educação, e refletimos sobre como isso afeta a população e ratifica o aparato estatal como necessário à reprodução capitalista. A terceira seção aborda os complexos desafios enfrentados durante o ensino remoto emergencial. A discussão envolve aspectos como a perda da interação presencial, a falta de preparo tecnológico, a questão da acessibilidade e a desigualdade de gênero, além das implicações do uso de plataformas digitais privadas.

Por fim, são discorridas nossas considerações finais e apresentamos as referências utilizadas.

## Plataformização do trabalho e retração de direitos

Uma profusão de plataformas digitais surgiu para atender a diversas finalidades, abrangendo setores que vão desde o *delivery*, *streaming* e *e-commerce* até a comunicação e a hospedagem, entre outros. Sob o pretexto da agilidade, comodidade, eficiência e produtividade, essas plataformas invadiram praticamente todos os aspectos de nossas vidas. Estamos vivenciando uma verdadeira “plataformização”, que modifica a maneira como trabalhamos, comunicamo-nos, consumimos e relacionamo-nos com o mundo ao nosso redor.

A expressão “capitalismo de plataforma<sup>1</sup>” vem sendo utilizada para descrever uma nova forma de exploração capitalista, ancorada nas plataformas digitais. O capitalismo de plataforma envolve alterações nos padrões de acumulação e organização do trabalho, com uma dinâmica de trabalho via aplicativos que vem se disseminando em diversos setores da economia, como no transporte de pessoas e nas entregas.

O processo tecnológico tem sido crescente nas operações e produção de várias empresas, resultando na automação e, conseqüentemente, na diminuição de postos de trabalho. É evidente que as empresas não optarão por introduzir mais maquinaria preservando empregos. Isso, por sua vez, implica em uma redução quantitativa de postos de trabalho, à medida que o trabalho humano é substituído por automação, levando a uma ampliação da subsunção real do trabalho.

Estamos atualmente ingressando em uma era em que o trabalho humano está sendo substituído por algoritmos, uma tendência que, de maneira semelhante à substituição da manufatura pela

---

1 Expressão cunhada em 2017 pelo canadense Nick Srnicek (Rios Neto, 2022).

maquinofatura no passado, está contribuindo para um aumento no desemprego.

Em 2021, em plena pandemia, o faturamento combinado de apenas cinco grandes empresas de tecnologia (Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft) atingiu US\$ 1,4 trilhão (The secrets [...], 2022). Nesse mesmo ano, os trabalhadores de uma dessas empresas – a Amazon – fizeram uma série de greves e protestos. Através de uma ação coordenada, os trabalhadores da Amazon de pelo menos 20 países promoveram o “*Make Amazon pay*” (Faça a Amazon pagar), exigindo melhoria nos salários e condições de trabalho dignas. Esse é um caso ilustrativo do descompasso que gira em torno do capitalismo de plataforma, no qual verifica-se o aumento da lucratividade apoiada no vili-pêndio do trabalho.

Conforme aponta o relatório produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2021), os Estados Unidos e a China, sozinhos, representam 90% da capitalização de mercado das maiores plataformas digitais do mundo. Vale salientar que o domínio e a concentração da exploração de dados por essas nações aumentam a submissão e a dependência econômica e tecnológica de países como o Brasil, pois os que não possuem capacidade de processar os próprios dados tornam-se apenas fontes de conteúdo bruto e meros clientes na compra de serviços digitais.

Na esteira da economia de plataformas, está a precarização do trabalho. Sem que haja regulamentação estatal que defina as bases em que devem se dar as relações de trabalho nesse meio, muitas empresas se colocam apenas como intermediadoras que prestam serviços de tecnologia. Para evitar vínculo com os trabalhadores, estes são convidados a se tornarem “parceiros” autônomos que irão usufruir das plataformas. Assim, as plataformas servirão apenas como uma ponte entre a oferta de serviços (motoristas,

entregadores etc.) e a captação de clientes. Mas e se esses “parceiros” necessitarem de indenizações ou auxílio-previdenciário? Não terão, afinal, não existe proteção trabalhista que os cubra, pois o trabalho é feito sem a necessidade de formalização das relações com as empresas.

É certo que já faz alguns anos que o mundo do trabalho convive com a precarização. Quando a pandemia de covid-19 chegou ao Brasil, já existia um cenário com alta taxa de desemprego e informalidade. Em 2019, por exemplo, a taxa média de desemprego era de 11,7% e a informalidade atingia 41,6% dos trabalhadores (IBGE, 2020). E foi em meio a esse contexto de enorme desemprego, onde já convivíamos com o trabalho informal, terceirizado e intermitente, que acabamos desembocando no trabalho “plataformizado”.

A pandemia intensificou ainda mais a precarização das relações de trabalho. Além da falta de proteção trabalhista, no trabalho exercido através das plataformas digitais, os trabalhadores convivem com uma constante incerteza, pois podem ser descadastrados da plataforma a qualquer momento, sem prévia justificativa formal que os comunique.

No que diz respeito à remuneração, esta também é um entrave para os trabalhadores, pois recebem apenas uma parcela do trabalho realizado. As taxas de pagamento não são repassadas integralmente aos trabalhadores, já que parte é direcionada à plataforma. Um levantamento feito com as maiores plataformas digitais em atuação no Brasil revelou que, na maioria delas, os trabalhadores não conseguem alcançar sequer um salário mínimo. Apenas uma das empresas (a 99) conseguiu evidenciar que os trabalhadores ganham pelo menos o salário mínimo, de R\$ 5,50 por hora, o que resulta em R\$ 1.212 por mês (2021), descontados os custos para a realização do trabalho (Fairwork, 2022).

Ademais, os trabalhadores ainda precisam assumir para si todos os custos de manutenção de seu trabalho: veículo, combustível,

dispositivos eletrônicos, internet, alimentação etc. Além disso, a remuneração é instável. Também é preciso destinar uma parcela do que foi ganho à própria realização do trabalho. Ou seja, é um verdadeiro “pagar para trabalhar”.

Com as proposições do discurso empreendedor – que é um discurso subjacente ao neoliberalismo –, as empresas que operam as plataformas digitais buscam inculcar a retórica de que o trabalhador é o seu próprio chefe, possui vantagens em ter flexibilidade, liberdade em fazer seu próprio horário e escolher se vai querer executar tal tarefa ou não. Mas, na prática, essas supostas vantagens caem por terra. O que se tem é um tipo de relação instável e enorme esforço ativo do trabalhador, que termina realizando jornadas exaustivas e recebendo baixas remunerações.

E não é apenas o setor privado que se utiliza das plataformas digitais para solapar direitos: o Estado também vem se utilizando dessas ferramentas. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação se insere no contexto de contrarreformas do Estado, trazendo impactos diretos nas políticas sociais, principalmente nos setores mais pauperizados da população. De acordo com Valentim e Paz (2022), a política de saúde já contava com sistemas de informação desde 1990; a Assistência Social introduz a informatização a partir de 2008; e a Previdência Social, apesar de possuir base de dados anterior, promoveu incremento tecnológico importante a partir de 2016. A adoção da tecnologia pelo Estado está vinculada à redução dos gastos, sobretudo na esfera da reprodução social, em face dos interesses do capital.

O acesso ao Auxílio Emergencial foi feito por meio das plataformas digitais – os requerentes precisavam baixar um aplicativo e se cadastrar para solicitar o benefício. Além de tornar a população refém dos serviços digitais e do capital financeiro, quando o governo federal resolve centralizar a operacionalização do benefício por meio de um aplicativo, deixou de utilizar o importante

acervo de conhecimento acumulado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que dispõe de dados sobre os territórios, perfis e demandas do público prioritário para o benefício.

Dessa forma, em meio a uma grave crise humanitária, o capital se utiliza da tecnologia para expropriar a classe trabalhadora, ao estabelecer um aplicativo – recurso ao qual parcela significativa da população não possui acesso ou tem pouca ou nenhuma habilidade em utilizar – como meio de requerer um benefício social. Conforme levantamento realizado pelo Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas, 23% dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora incluídos nas classes D e E não conseguiram acessar o Auxílio Emergencial por terem limitações de acesso à internet. Em relação aos motivos, 28% não conseguiram usar o aplicativo, 18% não sabiam baixar o *app*, 22% tinham limitação de internet e 20% não tinham celular (Gonzalez; Araújo, 2021).

No âmbito da Previdência Social, durante a pandemia de covid-19, os requerimentos de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio-Doença passaram a ser feitos de forma virtual. As perícias médicas presenciais também foram suspensas. Dessa forma, os usuários que precisassem solicitar a prorrogação do Auxílio-Doença teriam que baixar o aplicativo Meu INSS e prosseguir com a solicitação de forma virtual, caso contrário, o benefício seria encerrado. Nos casos em que fosse necessário realizar a prova de vida, os beneficiários tiveram que utilizar a câmera do celular para fazer a captação das imagens de seu rosto e fazer a prova de vida por meio de biometria facial. Não é difícil imaginar que grande parte da população foi duramente penalizada por não possuir acesso a esses recursos digitais.

O direito à educação durante a pandemia também foi duramente abalado. Há um grande abismo entre ter equipamentos, ter serviço de internet e ter disponibilidade para acompanhar as

atividades propostas pelas escolas e professores. A precariedade da infraestrutura de *home office* e a falta de domínio de recursos e competências digitais para projetar ou aprender no ensino digital se apresentaram como grandes obstáculos.

Como as atividades não estavam sendo realizadas presencialmente, em decorrência da exigência do isolamento social, houve uma redução das despesas provenientes da não utilização das instalações físicas das instituições de ensino e, nesse sentido, os gastos com pacote de dados de acesso à internet e com conta de energia elétrica, entre outras, passaram a onerar os profissionais e estudantes, que tiveram que arcar com esses aumentos em suas despesas.

Mesmo em meio às incertezas e angústias relacionadas às questões sanitárias, algumas universidades privadas reduziram o quadro de docentes através de demissões em massa, como foram os casos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), da Universidade Nove de Julho (Uninove) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que até o terceiro trimestre de 2020 haviam demitido mais de 1.600 professores (Vieira, 2020).

Em meio a tantas demissões, a rede de ensino Laureate começou a testar um programa de inteligência artificial para corrigir provas dissertativas dos alunos. O teste foi realizado sem que eles soubessem e os professores foram instruídos a não compartilhar essa informação com os alunos (Domenici, 2020). O *software* utiliza ferramentas de *Learning Tools Interoperability* (LTI), que permitem, por meio de um banco de dados, identificar quais aspectos deveriam estar presentes nas respostas (uso de palavras-chave, por exemplo), e a partir daí estabelecer uma nota a ser atribuída.

Assim, podemos perceber a utilização capitalista da tecnologia para substituir trabalhadores, diminuir custos e aumentar lucros, em detrimento do seu potencial de contribuição para a realização

das atividades educacionais no contexto da pandemia. A tecnologia poderia estar sendo mais bem empregada se o objetivo fosse diferente da mercadorização da educação.

**Impactos do ensino remoto no direito à educação:** um enfoque sobre o ensino remoto na graduação em Serviço Social

Em 16 de julho de 2020, foi publicada pelo Ministério da Educação, a Portaria nº 544, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação da pandemia de covid-19. Nesse documento, ficou autorizada, excepcionalmente, a suspensão ou substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizassem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais (Brasil, 2020, art. 1º).

Com a adoção do ensino remoto emergencial, a vivência acadêmica foi prejudicada. As discussões e trocas de conhecimento que são proporcionadas pela interação direta e presencial foram inviabilizadas. As Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social de 1996 sugerem a importância de “uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABEPSS, 1996, p. 9). Nesse sentido, o ensino remoto representa uma perda no que diz respeito à dimensão pedagógica que a relação presencial possibilita no processo formativo.

Conforme mencionado anteriormente, o presente artigo é desdobramento de uma pesquisa de mestrado. A pesquisa teve como objetivo analisar as inflexões provocadas pelo ensino remoto no processo formativo dos/as estudantes de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, no contexto da pandemia da pandemia de covid-19. Os principais achados da pesquisa revelam uma série de desafios significativos enfrentados tanto

pelos estudantes quanto pelos docentes durante o período de ensino remoto.

O primeiro aspecto que destacamos em relação ao que os dados da pesquisa nos revelaram não é uma grande surpresa, tendo em vista o perfil discente e profissional do Serviço Social, que é, na grande maioria, formado por mulheres, como já foi detectado por vários pesquisadores. A quase totalidade das respondentes (discentes e docentes) é composta por mulheres, e muitas destas são mães. Por terem que exercer o cuidado com os filhos, a quebra de fronteira entre o local de estudo/trabalho e o local de moradia foi ainda mais difícil de ser efetivada. Dessa forma, a desigualdade de gênero também atravessa a questão do ensino remoto. No cenário da pandemia, as mulheres foram desafiadas a encarar jornadas duplas e triplas como trabalhadoras, estudantes e mães.

Em uma sociedade patriarcal, na qual incumbe às mulheres os cuidados com os seus filhos e os afazeres domésticos, é preciso levar em conta que, devido à necessidade de distanciamento social, houve a interrupção do funcionamento de creches e escolas, fazendo com que as mulheres não pudessem contar com uma rede de apoio. Além disso, muitas mulheres tiveram que aderir ao trabalho e ensino remotos. Todo o acúmulo dessas tarefas de trabalho, estudo e cuidados familiares passou a se concentrar em casa, deixando as mulheres ainda mais sobrecarregadas. Como concentrar-se nas atividades acadêmicas tendo que administrar tantas tarefas ao mesmo tempo?

A maioria das discentes é trabalhadora e contribui no sustento da família. A disponibilidade de tempo para realizar as atividades acadêmicas em concomitância com as demandas do espaço domiciliar é outro fator que afetou as condições para o acompanhamento do ensino remoto. Além disso, a falta de local adequado para a realização dos estudos também foi apontada pela maior parte das estudantes.

A pesquisa apontou que a qualidade da internet foi um obstáculo para o acesso e a permanência dos/as estudantes nas atividades e aulas síncronas. Eventualmente surgem problemas de conexão com a rede de internet, que acaba “travando” o áudio e o vídeo de quem está falando, comprometendo a qualidade da chamada e o entendimento do que está sendo dito.

Vale salientar que, apesar de ser interessante saber manejar as ferramentas tecnológicas – levando em consideração que elas podem, sim, ser vistas como um recurso a serviço da prática profissional e da formação –, o(a) assistente social necessita de outras competências (teóricas, políticas, técnicas e éticas), estas, de fato, fundamentais e imprescindíveis para a prestação de serviços de qualidade em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

É preciso reconhecer que as TDIC podem trazer benefícios ao processo de ensino-aprendizagem, servindo como ferramentas que subsidiam e dinamizam esse processo. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas na formação e prática profissional são bem-vindas, desde que utilizadas de forma articulada com as competências fundamentais do fazer profissional. Caso contrário, corre-se o risco de se cair no tecnicismo.

Em relação às condições de trabalho docente, a intensificação do trabalho foi um dos itens destacados na pesquisa. A intensificação do trabalho não é um acontecimento novo e tampouco pode ser considerado simples; possui múltiplos determinantes que se entrelaçam e se aprofundam. Porém, a pandemia agravou esse quadro, trazendo novos encargos e sobrecargas, principalmente para as professoras mães, que viram sua jornada de trabalho triplicada. Para a implementação do ensino remoto, foi preciso estudar, preparar material pedagógico e participar de eventos acadêmicos *online*, enfim, atividades que consumiram o tempo das docentes, levando a uma redução do tempo de descanso disponível.

Tendo em vista a excepcionalidade da crise pandêmica, o ensino remoto tornou-se um desafio tanto para docentes quanto para discentes, que tiveram que aprender a lidar com ferramentas virtuais, independentemente de prévio treinamento tecnológico. Os resultados da pesquisa apontam que muitos docentes e discentes apresentaram certas limitações em relação ao uso das tecnologias. Além disso, foi mencionado como motivo de cansaço emocional e físico o fato de estarmos 100% conectados, seja para realização de demandas pessoais, seja para atividades e trabalhos acadêmicos, como aulas síncronas. As discentes relataram um maior número de atividades em curtos períodos, tornando, nesse sentido, o ensino remoto mais cansativo, se comparado ao presencial.

Esse foi um contexto propício para que as desigualdades educacionais se sobressaíssem, tendo em vista a exigência de se adequar a um formato de ensino que trazia enormes desafios relacionados às condições materiais (acesso a equipamentos de informática e à internet, espaço adequado para a realização das atividades remotas) e psicológicas de professores e alunos que se viram imersos no cenário de uma doença que matou mais de 700 mil pessoas no Brasil.

Todas essas adversidades apontadas, somadas à solidão e à frieza de um processo de ensino realizado sem o contato físico humano, e aos sentimentos e emoções negativas no que se refere ao medo da contaminação, da morte e da perda de entes queridos, evidentemente impactaram a saúde mental de discentes e docentes.

Com tantos desafios que limitaram o acesso às aulas, para onde foi o direito à educação? Esse formato de ensino está na contramão do projeto de educação e formação defendido pelo Serviço Social, que preza por um ensino superior democrático, que considere a diversidade social e econômica dos que frequentam a universidade pública, bem como a necessidade de condições que favoreçam a garantia de acesso e de permanência.

Outro aspecto muito relevante que os dados da pesquisa trazem diz respeito à participação dos/as alunos/as. É fato que a pandemia demandou o isolamento social, mas o relato dos/das docentes apontou para mais um isolamento: o isolamento virtual durante as aulas.

A participação (ou melhor, a falta dela) dos/das alunos durante as aulas remotas foi um dos itens mais destacados pelos/pelas docentes. Câmeras fechadas e microfones desativados aumentaram ainda mais a distância entre os/as professores e os/as alunos/as, impactando a qualidade e a interação do processo de ensino e aprendizagem. Na sala de aula presencial, há uma maior possibilidade de construção de vínculos e diálogos entre docentes e discentes, mais espaço para as reflexões conjuntas, mais opções de formas de exposição de conteúdos, de condução de debates e de espaço para a socialização de conhecimentos, tendo em vista que todos possuem conhecimentos e experiências para compartilhar, ensinar e aprender. Executar essas tarefas em um ambiente virtual torna-se ainda desafiador, porque exige que fiquemos expostos a uma tela por longos períodos. Manter-se atento e concentrado nesse ambiente é uma tarefa difícil.

Segundo Saviani e Galvão (2021), é necessário levar em consideração a singularidade que cada indivíduo possui na apropriação do conhecimento, sendo importante organizar formas que facilitem sua apropriação. E as formas – procedimentos, tempos, espaços – que podem ser adotadas dependem muito das condições objetivas de sua efetivação. Os autores destacam que as aulas remotas restringem muito as formas de ensinar e de aprender, pois oferecem poucas alternativas ao trabalho pedagógico, concentrando-se nas atividades síncronas (que ocorrem de forma simultânea, nas quais professores e alunos precisam estar conectados em tempo real no mesmo ambiente, através de ferramentas de webconferência e *chats*, por exemplo) e assíncronas (que dispensam a

simultaneidade, não sendo necessário que professores e alunos estejam conectados ao mesmo tempo, como, por exemplo: leitura das referências bibliográficas indicadas, sínteses das aulas e estudos dirigidos). Para Saviani e Galvão (2021, p. 42):

O esvaziamento do ensino remoto [...] se expressa na impossibilidade de se realizar um trabalho pedagógico sério com o aprofundamento dos conteúdos de ensino, uma vez que essa modalidade não comporta aulas que se valham de diferentes formas de abordagem e que tenham professores e alunos com os mesmos espaços, tempos e compartilhamentos da educação presencial.

Vale ressaltar que a formação acadêmico-profissional ocorre para além da sala de aula. Ela acontece também a partir do convívio com os/as professores/as em grupos de estudo, na realização de pesquisas e atividades de extensão, na inserção em movimentos estudantis, na participação em eventos etc. Concordamos com Mészáros (2008, p. 10), quando afirma que “a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo”. O simples fato de estar no ambiente acadêmico oportuniza ganhos extremamente relevantes em vários aspectos da vida. A formação acadêmico-profissional é também “[...] um dos muitos espaços de formação cultural, política e de exercício e luta pela cidadania” (Santos, 2006, p. 60).

Para realizar as atividades remotas de forma adequada, seria necessário que todos possuíssem equipamentos tecnológicos e um espaço reservado para a execução das tarefas educacionais ou profissionais. Como as atividades não estavam sendo realizadas presencialmente, houve uma redução das despesas provenientes da não utilização das instalações físicas das instituições de ensino.

Nesse sentido, os custos com o pacote de dados de acesso à internet e com a conta de energia elétrica, entre outros, passaram a onerar os profissionais e estudantes, que tiveram que arcar com esses aumentos em suas despesas.

Cabe destacar que não atribuímos à educação a função de ser a alavanca da transformação social, tendo em vista que ela não tem, em sua essência, a função de construir uma nova realidade social. Porém, entendemos que, mesmo a educação sendo utilizada para a manutenção da reprodução capitalista, ela também cria elementos para a negação desse sistema.

O fato é que, apesar de todos esses limites, o ensino remoto foi adotado em nome do cumprimento do calendário letivo, mesmo que alunos e professores não possuíssem as condições mínimas para essa modalidade de ensino. Consideramos que a formação acadêmico-profissional não deveria estar à mercê do mero cumprimento de calendário, tendo em vista o importante papel da formação em contribuir para o desenvolvimento intelectual de uma profissão.

### **Considerações finais**

O projeto do grande capital avança sobre a sociedade e, em especial, sobre a educação, transformada efetivamente em mercadoria, viabilizando o aumento do lucro das grandes corporações nacionais e internacionais. É fundamental lutar pelos espaços coletivos onde a vida política se realiza e, neste aspecto, destacamos a importância que a universidade pública possui no processo de construção da consciência de classe na perspectiva de superação das mazelas impostas pelo capitalismo em direção a uma sociedade mais justa e menos desigual.

O ensino remoto emergiu como uma solução temporária e necessária durante a pandemia de covid-19. No entanto, as

experiências e desafios enfrentados revelaram a complexidade e as limitações desse formato de ensino. A falta de preparo pedagógico, o acesso limitado a recursos tecnológicos e bibliográficos, a comercialização de dados e a desigualdade educacional são questões cruciais que precisam ser abordadas.

É necessário reconhecer que as interações presenciais desempenham um papel fundamental na construção de vínculos, no diálogo e na reflexão conjunta. Por fim, é importante lembrar que a formação acadêmico-profissional vai além da sala de aula. Experiências práticas, interações sociais e oportunidades de aprendizado fora do ambiente virtual são essenciais para o desenvolvimento completo dos estudantes.

## Referências

ANSELMO, Gécica Tamires da Silva. **Implicações do ensino remoto na formação acadêmico-profissional dos (as) estudantes de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba no contexto da pandemia da Covid-19**. 2023. 139f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC Nº 544, de 16 de junho 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de

pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DOMENICI, Thiago. Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam. **Agência Pública**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FAIRWORK. **Fairwork Brazil ratings 2021**: towards decent work in the platform economy. Porto Alegre: Fairwork, 2022. Disponível em: <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/Fairwork-Report-Brazil-2021-PT-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GONZALEZ, Lauro; ARAÚJO, Marcelo. Efeitos da exclusão digital no acesso ao auxílio emergencial. **Blog Impacto**, FGV, 27 maio 2021. Disponível em: [https://www.impacto.blog.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Auxilio\\_InclusaoDigital\\_VersaoFinal\\_2505.pdf](https://www.impacto.blog.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Auxilio_InclusaoDigital_VersaoFinal_2505.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIOS NETO, Antônio Sales. Capitalismo de vigilância e o novo ser-patriarcal. **Outras Palavras**, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/capitalismo-de-vigilancia-e-o-novo-ser-patriarcal/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas:** mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 309 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db-72641d4ada\\_1609774477.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db-72641d4ada_1609774477.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

THE SECRETS of big tech. **The Economist**, Londres, 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/business/the-finance-secrets-of-big-tech/21808956>. Acesso em: 4 jun. 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Digital Economy Report 2021:** Cross-border data flows and development: For whom the data flow. New York: United Nations Publications, 2021. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/der2021\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/der2021_en.pdf). Acesso em: 27 ago. 2023.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 25, n. 1, p.

114-124, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/82538/48240>. Acesso em: 15 set. 2022.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante pandemia. **G1 SP**, São Paulo, 2 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2021.



## CAPÍTULO 9

# **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROFISSIONAIS EGRESSOS DO ENSINO A DISTÂNCIA E PRESENCIAL**

*Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas  
André Monteiro Moraes*

### **Introdução**

O perfil profissional de assistentes sociais expresso nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996), coerente com o Projeto Ético-Político da profissão, pretende uma formação profissional generalista, com ênfase em um rigoroso aprofundamento teórico, histórico e metodológico. Esses princípios buscam formar o assistente social como sujeito competente para a compreensão crítica da realidade social na qual está inserido, bem como das políticas públicas e de seus usuários, em suas determinações e complexidades sócio-históricas. Caso contrário, “a intervenção profissional tende a circunscrever-se à lógica e rotina da instituição, expressas em seus projetos, programas, objetivos e cronogramas” (Ortiz, 2007, p. 184), posto que

se observa, em muitos casos, que “o próprio profissional identifica as demandas institucionais como suas, fazendo da proposta de seu empregador, seu projeto de trabalho” (Ortiz, 2007, p. 185).

Para este perfil profissional se materializar, é preciso um processo formativo capaz de aprofundar o estudo da Economia Política, Filosofia, Ciência Política e Sociologia, além da Psicologia, Antropologia, Direito, Pesquisa, Política Social, Fundamentos do Serviço Social e tantos outros campos. Ademais, torna-se fundamental a articulação do ensino com a extensão e, sobretudo, com a pesquisa, formando uma dimensão investigativa indispensável para a definição de estratégias profissionais; uma experiência de estágio supervisionado que proporcione ao estudante a reflexão crítica sobre o exercício profissional e a apreensão dos conteúdos debatidos em sala de aula, levando-o a assimilar as contradições e desafios da realidade; uma rica vivência acadêmica que inclua a participação nos eventos da categoria, o acesso ao rico material bibliográfico produzido pela profissão e seus debates contemporâneos, e o contato com os movimentos sociais e suas agendas políticas, destacando-se o movimento estudantil.

Por conseguinte, constata-se que o perfil de formação profissional pretendido pelo Serviço Social antagoniza com as atuais tendências de precarização da Educação Superior brasileira. Não por acaso, isso tem sido tema de estudos da categoria e alvo de debates das entidades representativas do Serviço Social. Existe uma necessária atenção à dinâmica de expansão do Ensino Superior, pois suas tendências apontam para o sentido de contribuir densamente para a reconfiguração do perfil profissional da categoria, já que a Educação a Distância (EaD), que em seu formato é incapaz de oferecer a formação pretendida nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), possui hoje maior número de matrículas do que o ensino presencial.

Em primeiro lugar, consideramos que esse cenário encontra seus fundamentos mais contemporâneos no conjunto de transformações da política de educação brasileira, sobretudo no século XXI, sob o Governo Lula, que se enquadra na lógica dos organismos internacionais, destacadamente o Banco Mundial, com suas diretrizes para o ensino superior nos países da periferia (Barros, 2015; Cislaghi, 2011; Leher, 1999; Lima, 2013).

Essas diretrizes promoveram profundas mudanças, entre as quais se destaca o forte investimento público no ensino privado, tornando-se este um campo de mercado altamente lucrativo; e, nesse mesmo sentido, efetivou-se uma diversificação do conteúdo e das modalidades de ensino, com forte incremento no ensino técnico-profissionalizante e do ensino a distância, promovendo um aprofundamento do histórico empobrecimento da ciência e do conhecimento no país, banalizando o Ensino Superior, distanciando-o da lógica universitária baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Em segundo lugar, no mesmo período histórico e no cenário constituído pelo agravamento da “questão social” na crise do capital, ganham lugares de destaque a consolidação e a ampliação da política de assistência social, que passa a requerer profissionais com competências para o desenvolvimento de tal política, onde se insere o assistente social. Isso faz com que cresça o mercado de trabalho do Serviço Social e, como dinâmica paralela, o crescimento dos cursos de graduação na área.

E, em terceiro lugar, como decorrência desse processo, passa-se a requerer um determinado tipo de profissional, coerente com a lógica das políticas sociais e antagônico à lógica das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), configurando-se uma tensão entre a expansão dos cursos de graduação na área e o projeto de formação profissional constituído nos marcos do Projeto Ético-Político. Aqui se insere, também, a forte precarização das condições de trabalho, que repercute na formação

profissional igualmente no sentido de requerer profissionais mais adeptos da aceitação das relações de trabalho então colocadas, o que dialoga com a dinâmica mais geral do mundo do trabalho neste século. Entende-se que é parte desse cenário o enquadramento particular da expansão do Serviço Social a distância.

Também nesse cenário as graduações presenciais, onde se incluem as IES públicas, passam por inúmeros desafios na perspectiva de uma formação profissional crítica, o que muitas vezes as afasta das condições objetivas necessárias para alcançar o perfil dos formandos previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Entretanto, partimos do entendimento de que, no quadro geral de precarização do Ensino Superior, o ensino à distância apresenta-se como modalidade onde a precarização da formação se expressa em uma de suas máximas formas. Por isso, a inserção desses profissionais no mercado de trabalho é destacadamente um produto, mas também um produtor dos desafios colocados à profissão, que merece atenção especial na análise do Serviço Social na contemporaneidade.

O processo de desqualificação da formação universitária afeta a formação em Serviço Social e ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares. Rebaixa a qualidade da formação em um tempo histórico cada vez mais complexo, que requisita dos profissionais maior domínio da teoria crítica para seu entendimento e elaboração de estratégias profissionais coerentes com o Projeto Ético-Político. Como afirma Mota (2003):

Nesse sentido, o rebaixamento da formação em Serviço Social, sobretudo pela via do Ensino à Distância, que se multiplica em rápida velocidade e é hoje responsável pela formação de um enorme contingente profissional, representa uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão. Na medida

em que não é garantida uma formação crítica, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e tende a reforçar uma visão que remete ao conservadorismo.

Todos os elementos até aqui apresentados levaram à realização da pesquisa que fundamenta o presente artigo, cujo objetivo é analisar aspectos da formação profissional e da inserção no mercado de trabalho de assistentes sociais em exercício profissional no estado da Paraíba, percebendo as diferenças entre egressos do ensino a distância e do ensino presencial. A pesquisa que ora apresentamos realizou-se por meio da análise documental acerca das características da expansão do Serviço Social no âmbito da formação superior brasileira, tendo sido considerados os dados dos anos de 2006, 2011 e 2016. Foi realizada, ainda, uma pesquisa empírica, por meio de aplicação de questionário, com 241 assistentes sociais da Paraíba, entre 2018 e 2019.

Dessa forma, propomo-nos, neste artigo, a apresentar alguns aspectos revelados pela pesquisa, com ênfase na apreensão das mediações postas entre trabalho e formação profissional dos assistentes sociais egressos de diferentes modalidades de ensino.

### **A expansão do Ensino Superior brasileiro no contexto de contrarreforma da educação: impactos para a formação em Serviço Social**

O solo teórico que constitui o fenômeno que propomos analisar articula-se, aqui, aos processos mais gerais postos à educação brasileira, na quadra de crise estrutural do capital, que impõe sérias mudanças ao ensino superior dos países periféricos, com suas expressões mais concretas, que rebatem na particularidade da formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade.

Partimos, ainda, do entendimento de que o processo que vive a educação é condicionado pelas mudanças no mundo do trabalho, na medida em que, como situa Neves (1994, p. 26), a “socialização do saber para o capital é uma decorrência do processo de intensificação da racionalização do trabalho, e a abrangência dos sistemas educacionais está condicionada ao nível de produtividade do trabalho exigido”.

Ou seja, o desenvolvimento das políticas educacionais está, em larga escala, articulado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, mediado pelas necessidades do capital para a produção e a reprodução de sua sociabilidade (Neves, 2000).

Desse modo, a expansão do Ensino Superior brasileiro nos últimos anos tem sido parte de um projeto de contrarreforma do Estado a serviço das condições de reprodução da dominação do capital. Orientada pelos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), é parte do projeto neoliberal de transformar em mercadorias os direitos conquistados nas décadas anteriores. Outra dimensão importante na análise das mudanças da política de educação situa-se no marco do processo de busca pelo consenso no seio da ideologia neoliberal, como resposta à larga expansão da miséria e da desigualdade social, sobretudo nos países dependentes.

Assim, desde os anos 1990, a universidade brasileira tem passado por uma profunda crise, “gerada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos do país, entre esses, a educação” (Lima, 2013, p. 7).

Importante expressão da heteronomia brasileira, marca da política educacional do período, foi o conteúdo aprovado na Lei de Diretrizes de Base para a Educação (LDB), em 1996, visivelmente influenciada pelas diretrizes aprovadas no Consenso de Washington (1989) (Maués, 2006, p. 82). As orientações eram dar prioridade de

investimento estatal à Educação Básica, pois essa esfera da educação teria “taxa de retorno muito maior do que a do ensino superior e a da educação tecnológica. Desde então, os governantes latino-americanos afinados com o Consenso de Washington excluíram a universidade de suas prioridades” (Lucas; Leher, 2001, p. 258).

Concomitante ao processo de adequação do ensino à lógica capitalista do custo-benefício, a LDB regulamenta a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, ao afirmar, em seu artigo 7º, que a oferta do ensino é livre à iniciativa privada. Com a emissão de outras diretrizes vinculadas ao Ensino Superior, o Banco Mundial orienta aos governos latino-americanos uma política de fomento ao mercado da educação superior, incentivando o desenvolvimento das instituições privadas, bem como a diversificação do financiamento das instituições públicas.

Essas orientações se expressam no Ensino Superior brasileiro, sob a bandeira da democratização do acesso, através de um projeto de contrarreforma que redesenha o modelo de educação no país. Iniciado no Governo Cardoso (1995-2002), esse projeto ganha novas formas a partir de 2003, através de um conjunto de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos indicando que o projeto de Reforma Universitária foi, de fato, uma prioridade na pauta de ação política do Governo Lula (Lima, 2013).

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária, alguns merecem destaque. São eles a Medida Provisória Nº 213/2004, que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni); os Decretos Nº 5.622/2005 e 5.800/2006, que instituem e regulamentam o Ensino a Distância e o consórcio de instituições que oferecem essa modalidade, a Universidade Aberta do Brasil (UAB); e o Decreto Presidencial Nº 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Paralelamente ao processo de sucateamento das universidades federais, através de uma expansão sem o devido investimento, o orçamento público foi cada vez mais destinado às Instituições de Ensino Superior privadas. O principal projeto do Governo para a expansão do Ensino Superior, o ProUni, se deu através do incentivo ao mercado educacional, de acordo com as orientações do Banco Mundial.

Assim, a contrarreforma da educação implementada pelos governos petistas tem como marca a expansão do acesso ao Ensino Superior através da ampliação do setor privado, do empresariamento da educação e da certificação em larga escala, em um aumento quantitativo do acesso ao Ensino Superior pela via do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica.

Segundo Barros (2015), entre 2001 e 2010, as matrículas no Ensino Superior mais que dobraram (indo de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010). Esse crescimento foi quantitativa e proporcionalmente maior no setor privado, que passou de 68,9% em 2001 para 74,2% das matrículas em 2010.

De forma diametralmente oposta aos rumos do Ensino Superior brasileiro, encontra-se o projeto de formação profissional do Serviço Social. Nos dados pesquisados no Censo da Educação Superior apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), de 2006 a 2016, verifica-se o aumento de cerca de 93,33% do número de cursos de Serviço Social no país. Do total de cursos ofertados, 93,56% correspondem à modalidade presencial, porém, desse montante, apenas 16,55% são pertencentes às IES públicas. Apesar do percentual de cursos aparentemente reduzido, é relevante ressaltar que as IES na modalidade EaD contam com diversos polos espalhados por todo o país, o que lhes garante um número de vagas absurdamente superior à modalidade presencial.

Com a oferta massiva de vagas nos cursos a distância, as matrículas realizadas são predominantes nessa modalidade. No ano de 2016, elas representam 58,32% das matrículas nos cursos de Serviço Social. É importante destacar que, de acordo com o Censo, apenas 10,85% dos matriculados em 2016 estão no ensino presencial público. Em 2016, enquanto formaram-se 13.877 assistentes sociais pelo ensino presencial, sendo 2.698 da esfera pública, o que representa um percentual de 9,17%, no ensino a distância concluíram 15.526 estudantes.

Ou seja, do ponto de vista da formação superior em Serviço Social, a realidade demonstra que existem mais vagas sendo ofertadas pela EaD, mais estudantes se matriculando na EaD, e, mesmo considerando as altas taxas de evasão do ensino a distância, há também mais graduados em Serviço Social pela modalidade a distância do que presencial no país. Cabe assinalar que essa segue sendo uma tendência em crescimento, encontrando-se este fenômeno ainda em curso.

Nesse sentido, a contrarreforma do Ensino Superior afeta diretamente o projeto de formação profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. É importante destacar que a precarização no processo formativo atinge também as Instituições Públicas de Ensino. Como já explicitado, essas instituições passam por um forte sucateamento que tem reflexos na formação profissional, conforme trabalhos de Spotorno (2011), Cislighi (2011) e outros, que tratam diretamente do tema da precarização da universidade pública e da formação em Serviço Social.

### **A expansão dos cursos de Serviço Social na Paraíba: análise das dinâmicas do ensino presencial e a distância**

A princípio, situamos que o estudo da expansão do Ensino Superior na particularidade estadual encontra-se parcialmente

limitado, posto que o Ministério da Educação (MEC) não fornece dados muito detalhados por estado. Ainda assim, algumas informações obtidas em nível estadual podem ser ilustrativas para o entendimento da realidade da formação profissional em Serviço Social na Paraíba.

No que diz respeito às instituições públicas de ensino, o curso de Serviço Social é ofertado por todas as universidades públicas existentes no estado (duas federais e uma estadual), a saber: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Estas dividem-se geograficamente de forma equilibrada: o curso de Serviço Social da UFPB é ofertado na capital, João Pessoa, região da Mata Paraibana, no leste do estado; a UEPB oferece o curso na segunda maior cidade do estado, Campina Grande, situada no Agreste Paraibano, na região central do estado; e, por fim, a UFCG oferta o curso de Serviço Social em seu *campus* avançado na cidade de Sousa, no Sertão da Paraíba, no extremo oeste do estado.

Os cursos ofertados pela UEPB e pela UFPB são mais antigos, dado que a UFCG é uma instituição de ensino nova, criada em 2002, a partir de um desmembramento da UFPB. A criação do Curso de Serviço Social no *campus* de Sousa se deu durante a execução do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), durante o Governo Lula, em 2009. A pesquisa revelou algumas informações sobre os cursos, entre estas, o número de vagas autorizadas pelo MEC a serem ofertadas pelas referidas instituições de ensino, que juntas somaram a oferta de 374 vagas.

No que diz respeito às instituições particulares de ensino que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial, nota-se a disparidade em relação às instituições públicas, sobretudo no que diz respeito à quantidade de vagas autorizadas pelo MEC, posto que juntas ofertam 1.568 vagas.

Outras observações sobre essas instituições podem ser sumariamente notadas: a primeira delas diz respeito ao fato de que nenhuma das instituições privadas que oferecem o curso de Serviço Social no estado da Paraíba são universidades, o que significa que concentram suas atividades em uma única área de ensino e não têm obrigação de desenvolver pesquisa e extensão, entre outros fatores. Nota-se, ainda, que todos os cursos foram criados entre os anos de 2006 e 2018 e que, juntos, ofertam muito mais vagas que o Ensino Superior público, expressando a forte tendência de privatização da Educação Superior no século XXI, com importante protagonismo das políticas educacionais petistas, nas quais se destaca o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Assim, enquanto existem apenas três universidades públicas ofertando, juntas, 374 vagas, há 11 IES privadas, que oferecem 1.568 vagas. E note-se ainda que no mesmo período em que todas essas instituições privadas passaram a oferecer o curso de Serviço Social, no âmbito público houve o surgimento de apenas um curso novo, da UFCG, ofertando 50 vagas anuais. Esse dado coaduna-se com a tendência de que a Educação Superior pública viveu um importante crescimento durante os governos petistas, mas esse crescimento é completamente desproporcional em relação à avalanche instituída pelas instituições privadas, sobretudo por meio de financiamento público.

Os dados tornam-se ainda mais alarmantes quando tratamos da abertura dos cursos de Serviço Social na Paraíba por meio da modalidade de Educação a Distância: nada menos que 27 cursos têm permissão do MEC para oferta de 1.762 vagas. Através da pesquisa, identificou-se que os cursos a distância surgiram a partir do ano de 2004 e seguem se multiplicando. É importante destacar que grande parte das IES que dispõem do curso a distância oferece, também, o curso presencial, geralmente em um único município do Brasil. Por isso, em muitos casos, as instituições

estão registradas no MEC enquanto universidades, pois se trata de instituições que têm cursos também na modalidade presencial.

Embora as IES ofereçam polos de apoio em 63 municípios, a maior parte das vagas é ofertada nas maiores cidades do estado, João Pessoa e Campina Grande, que possuem cursos presenciais, públicos e privados. Ou seja, demonstra-se que o discurso construído em torno da EaD, de que seria um recurso fundamental para que a Educação Superior chegasse aonde as universidades presenciais – principalmente públicas – não poderiam chegar, é, na verdade, uma falsa ideia.

Trata-se, então, de níveis diferenciados de educação para diferentes tipos de estudantes (e para um posterior tipo de profissional também): a “democratização” do Ensino Superior no Brasil tem reforçado a histórica segregação do conhecimento e o elitismo das instituições públicas de qualidade e prestígio, constituindo o que Pereira (2012) nomeia como “dualização discriminatória”. Essa dualização irá se reproduzir nas formas de inserção no mercado de trabalho, como veremos a seguir.

### **Formação profissional e condições de trabalho de assistentes sociais egressos do ensino presencial e a distância na Paraíba**

A pesquisa empírica, realizada com 241 profissionais em exercício do estado da Paraíba, revelou que 77% dos assistentes sociais são egressos de universidades públicas, majoritariamente de instituições federais de ensino, enquanto 22% são oriundos de instituições de ensino particulares, presenciais ou a distância. Observa-se, assim, que, apesar da oferta de cursos de graduação em Serviço Social na Paraíba ser maior no setor privado, a ocupação dos postos de trabalho não se dá de forma coerente com essa realidade. Apesar disso, parte desses profissionais (egressos do

ensino privado e, especialmente, do ensino privado a distância) conquistou sua inserção no mercado de trabalho.

Na realidade particular da Paraíba, segundo os dados apresentados por Melim (2016), em 2013, entre os profissionais com inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social do estado (CRESS/PB), 8,88% do montante total de 3.219 assistentes sociais eram graduados pela modalidade a distância, totalizando um quantitativo de 286 profissionais. Pouco mais de três anos depois, segundo dados fornecidos pelo CRESS/PB, havia no estado da Paraíba 4.485 profissionais inscritos, dos quais 567 eram graduados pela modalidade a distância. Ou seja, houve, no período entre 2013 e 2017, um crescimento não apenas quantitativo, mas também proporcional. Em 2017, 12,6% dos profissionais inscritos no CRESS/PB eram egressos da modalidade de ensino a distância e encontravam-se em pleno exercício profissional ou em condições para tal.

Nossa pesquisa demonstrou um alargamento dessa realidade, na medida em que 83% dos profissionais participantes eram graduados pela modalidade presencial e os demais 17%, pela modalidade semipresencial e a distância, demonstrando que estes profissionais têm tido um crescimento na ocupação dos postos de trabalho do Serviço Social.

Aos profissionais participantes da pesquisa foi perguntado sobre como avaliam sua formação profissional. Nesse quesito, os egressos da EaD são os que menos avaliam seu processo de formação como bom ou ótimo (82%), contra 90% dos egressos do ensino público e 100% do ensino presencial privado. Ou seja, entre os egressos das IES privadas que cursaram Serviço Social na modalidade presencial, a avaliação é exclusivamente positiva e divide-se igualmente entre ótimo e bom. E, por fim, os egressos das instituições públicas avaliam, também, sua formação como positiva, posto que apenas 10% não escolheram a atribuição de bom ou ótimo para a sua graduação.

Os assistentes sociais foram também perguntados sobre seu processo de formação continuada. No quesito de realização de cursos de pós-graduação, 71% dos profissionais têm esse tipo de estudo concluído; 14% estão cursando; e apenas 15% não realizaram pós-graduação, nem estão cursando. Entre os profissionais que têm pós-graduação, 45% a cursaram em instituições particulares, pagando integralmente a mensalidade; 37% a realizaram em IES públicas federais; 12% em IES públicas estaduais; 5% em IES privadas, sendo bolsistas parciais ou integrais; e, ainda, 1% em IES públicas municipais. Acerca da modalidade de ensino utilizada para realização da pós-graduação, 84% dos assistentes sociais optaram pelo modo presencial, 12% pelo modo semipresencial e, ainda, 4% fizeram através de EaD.

Entre os assistentes sociais que fizeram a graduação na modalidade presencial – seja ela pública ou privada –, identificamos que 51% possuem especialização, enquanto entre os egressos da EaD, esse percentual é de 37%. Observamos ainda que, entre os egressos do ensino presencial, 20% têm mestrado; entre os egressos da EaD, esse número é de 2%; entre os egressos do ensino presencial que não têm pós-graduação, o percentual é de 11%, enquanto entre os egressos da EaD o percentual é de 37%. Não há, entre os profissionais egressos da EaD, assistentes sociais com curso de pós-graduação em residência multiprofissional ou doutorado, sendo possível afirmar que os assistentes sociais que fizeram sua graduação na modalidade presencial ocupam mais e de forma mais diversificada o âmbito da pós-graduação.

Nota-se, também, que as formas de acesso à pós-graduação são diferenciadas entre esses profissionais, tanto no que diz respeito à natureza da instituição em que fizeram o curso quanto também acerca da modalidade de ensino. Entre os profissionais graduados pelo ensino presencial, as naturezas institucionais da pós-graduação mais incidentes são a particular, com 46%, seguida

da pública federal, com 40% e da pública estadual, com 12%. A modalidade de ensino da pós-graduação entre esses profissionais foi majoritariamente presencial (86%). Entre os profissionais graduados pela modalidade a distância, a natureza institucional da pós-graduação mais incidente é a particular, que soma 83%, e 59% deles fizeram na modalidade presencial. Ou seja, percebe-se que, independentemente da modalidade da graduação, todos os profissionais recorreram a pós-graduações privadas e a distância. Entretanto, há uma incidência muito maior entre os profissionais graduados via EaD para seguirem no âmbito privado e na mesma modalidade de ensino.

Esses dados demonstram um fenômeno que tem se constituído como uma forte tendência na profissão, fruto, também, de um forte investimento das instituições de ensino – sobretudo particulares – em pulverizar cursos de pós-graduação, principalmente os cursos de especialização, que geram baixos custos para a instituição e, em geral, encontram-se articulados à demanda da empregabilidade, com ênfase em determinadas políticas sociais ou dimensões da profissão, como a técnico-operativa.

Entretanto, apesar da propaganda mercadológica em torno da capacitação profissional para o mercado de trabalho através da pós-graduação, que aparecem também como uma resposta à crescente requisição por parte dos entes contratantes de especializações em determinada área de atuação para algumas seleções públicas para contrato de trabalho, nossa pesquisa demonstrou que esses cursos possuem baixa relevância para a inserção no mercado de trabalho e para os salários recebidos pelos profissionais, sendo sua principal consequência a melhoria na qualidade do trabalho dos assistentes sociais, segundo sua própria avaliação.

Ademais, uma das mais importantes mediações na relação entre trabalho e educação revelada por nossa pesquisa foi a comparação das relações e condições de trabalho entre os profissionais

egressos do ensino presencial e a distância. Esse comparativo possibilita o entendimento de que existe uma precarização generalizada no mercado de trabalho dos assistentes sociais, mas com uma relação particular constituída entre essa precarização e a precarização da formação profissional, como veremos a seguir.

**Tabela 1** – Comparativo das áreas de atuação

	Assistência Social	Saúde	Educação	Outros
Presencial	39%	22%	22%	17%
EaD	67%	18%	7%	8%

**Fonte:** Elaboração própria (2019).

Conforme demonstra a tabela acima, os profissionais egressos da EaD atuam, prioritariamente, na política de assistência social. Observa-se que essa política, em virtude de seu crescimento na última década, tem ocupado o protagonismo no mercado de trabalho de maneira geral. Entretanto, o comparativo demonstra que ela possui maior importância como área de atuação para os profissionais com formação mais precarizada. Nota-se, ainda, que a diversidade de áreas de atuação para os profissionais da EaD é menor, visto que é bem menor a proporção de profissionais atuando em outras áreas. Os 8% de profissionais egressos da EaD que ocupam “outras” áreas de atuação, conforme sinalizado na tabela, atuam, todos, na política de saúde mental. Em contrapartida, os 17% de profissionais egressos do ensino presencial que ocupam “outras” áreas de atuação, dividem-se entre o judiciário e as políticas de previdência e habitação, judiciário, entre outras.

Outro elemento analisado no comparativo de dados diz respeito às faixas salariais correspondentes aos profissionais com diferentes modalidades de formação. A tabela a seguir demonstra que os egressos da EaD possuem salários menores. Embora a média salarial da categoria seja baixa de maneira geral, os poucos

profissionais que recebem salários melhores são exclusivamente egressos do ensino presencial. Não há, entre os profissionais graduados via EaD na Paraíba, o registro de remunerações que ultrapassem quatro salários mínimos.

**Tabela 2** – Comparativo das faixas salariais

	1-2 SM	2-3 SM	3-4 SM	4-5 SM	5-6 SM	6-7 SM	7-8 SM	8-9 SM	10 - SM
<b>Presencial</b>	51%	12%	14%	5%	5%	4%	5%	2%	2%
<b>EaD</b>	74%	21%	5%	-	-	-	-	-	-

**Fonte:** Elaboração própria (2019).

Também no sentido do entendimento das condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais egressos do ensino a distância, comparamos o tipo de vínculo empregatício que possuem. A pesquisa demonstrou que o tipo de vínculo predominante entre eles é o contrato (52%), seguido dos cargos comissionados (15%). Apenas 13% desses profissionais possuem vínculo empregatício estatutário, enquanto entre os profissionais egressos do ensino presencial, esse percentual é de 53%. Esse dado possibilita que apreendamos, também, as formas de inserção dos profissionais no mercado.

Observou-se, ainda, que a predominância de inserção dos assistentes sociais egressos da EaD ocorre na esfera municipal (81%) – o que não surpreende, posto que é nessa esfera que se encontram os piores salários e os piores vínculos empregatícios. Verifica-se, ainda, que não há inserção desses profissionais no âmbito do serviço público federal.

Por fim, analisamos a participação política e sindical, bem como a vinculação às entidades da categoria. Os dados demonstram que, apesar de a participação sindical e política dos assistentes

sociais ter se demonstrado baixa de maneira geral, ela é menor entre os profissionais egressos da EaD.

**Tabela 3** – Comparativo de participação sindical e política

	Sempre	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Presencial	10%	17%	24%	20%	29%
EaD	5%	5%	32%	29%	29%

**Fonte:** Elaboração própria (2019).

Nesse sentido, concordamos inteiramente com Iamamoto (2011, p. 441), ao avaliar que:

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, do isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. [...] É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional.

Ou seja, entre as dimensões relevantes para que se pense a interface entre a precarização da formação e do trabalho profissional, encontram-se a despolitização, a não experiência em lutas sociais e a não vinculação aos movimentos políticos e sindicais. Isso constitui-se como um fenômeno generalizado na classe

trabalhadora como um todo, e também entre os assistentes sociais, no tempo presente. Mas, certamente, a formação universitária precária e a conseqüente inserção em vínculos empregatícios instáveis afastam, ainda mais, o profissional da possibilidade de aproximação dessas experiências tão fundamentais para que se pense o projeto profissional.

Também nesse mesmo sentido o comparativo de vinculação às entidades da categoria é elucidativo, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 4** – Comparativo da frequência de vinculação às entidades da categoria

	Sempre	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<b>Presencial</b>	20%	15%	26%	21%	18%
<b>EaD</b>	5%	10%	37%	24%	24%

**Fonte:** Elaboração própria (2019).

Há que se considerar, nesse item, que a luta fundamental travada pelas entidades da categoria contra a expansão do ensino a distância no Serviço Social gerou inúmeras fissuras nas relações entre parte dos profissionais egressos dessa modalidade de ensino e as entidades da categoria, sobretudo o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais. Também enquanto uma expressão da despolitização, a luta contra a precarização do ensino foi entendida como um combate contra um determinado setor que compõe a profissão, levando a calorosos debates e duras críticas, que fazem, ainda hoje, com que muitos profissionais egressos da EaD tenham certa resistência ou mesmo desconfiança com relação às entidades da categoria. Essa desconfiança se demonstrou, também, em alguns momentos da realização de nossa pesquisa.

## Considerações finais

Ao falarmos de rebaixamento na qualidade do Ensino Superior, há que se considerar que a política de educação no Brasil é historicamente precarizada, visto que, ao ocupar um determinado papel “operacional” na divisão internacional do trabalho, este país não se constituiu como polo de desenvolvimento tecnológico e científico. Coube a nós, na divisão do trabalho (e, portanto, da ciência) em nível mundial, o lugar da operacionalização do conhecimento lá desenvolvido. Coube a nós fazermos aquilo que eles “sabem-fazer”.

Ou seja, ao falarmos de precarização da educação no país, consideramos que essa se constitui como um agravamento dos problemas historicamente existentes, do ponto de vista quantitativo ou qualitativo (Neves, 2000). Quantitativo no sentido de entender a exclusão de grande parte da classe trabalhadora do acesso ao conhecimento, à educação escolar, mas, sobretudo, à ciência do Ensino Superior. Mesmo com a expansão recente das IES no Brasil, permanece inexistente a possibilidade de inserção de grande parte dos jovens na educação universitária. E, por outro lado, mesmo quando esse acesso ocorre, há um problema qualitativo sobre o que se ensina e para que se ensina. Agregue-se a isso o como se ensina, ao pensarmos na expansão do ensino no Brasil pela modalidade a distância.

O tema em questão expressa desafios que vão além de um possível antagonismo entre as IES públicas e privadas. Trata-se de uma modalidade de ensino em especial cada vez mais latente que, no bojo de uma precarização geral da Educação Superior, tende a ser absolutamente incapaz de proporcionar uma formação em Serviço Social de qualidade.

Frente a essa formação, está o marco ideológico neoliberal que fragiliza a consciência crítica e favorece a reatualização do

conservadorismo já conhecido do Serviço Social. Incorporam-se, assim, a incompreensão das políticas do trabalho profissional do assistente social; o pragmatismo e o empirismo que esperam da teoria como um “guia para a ação”; e, na medida em que não encontram tais aspectos na teoria crítica, desprezam-na e passam a uma supervalorização da prática, do cotidiano; um apreço cada vez maior pelos saberes técnicos e instrumentais e uma prática cada vez menos reflexiva, que assolam o núcleo profissional, sendo capazes de reproduzir o *éthos* burguês.

Desse modo, conclui-se, então, que há uma intrínseca relação entre a expansão- precarização do mercado de trabalho e a expansão- precarização da formação profissional, que possui repercussões diretas no perfil profissional pretendido pelo Serviço Social, assim como em seu Projeto Ético-Político. Soma-se a isso o atual cenário sociopolítico instalado no país, que se fez revelar um sem-número de movimentos conservadores, que possuem, também, expressão no Serviço Social.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABESS, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 131, p. 361- 390, abr./jun., 2015.

**BRASIL. Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

**BRASIL. Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

**BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

**BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

**BRASIL. Medida Provisória Nº 213, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula.

**Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5mw6hqgWr4n4GRLcsvMYypz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: Inep, c2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação?: A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LIMA, Kátia. Expansão da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 1-26.

LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, a. XXII, n. 77, p. 255-266, 2001.

MAUÉS, Olgaíses. A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização? **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, a. XV, n. 37, p. 81-92, 2006.

MELIM, Juliana Iglesias. Educação a distância e a distância da educação: apontamentos para o debate sobre exercício e formação profissional em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 155-178, 2016.

MOTA, A. E. As dimensões da prática profissional. **Revista Presença Ética**, Recife, n. 3, 2003.

NEVES, M. L. W. **Educação e Política no limiar do século XXI**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ORTIZ, Fátima Da Silva Grave. **O serviço social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.

SPOTORNO, Débora. A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. 2011. 284 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

## CAPÍTULO 10

# **A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: VINCULAÇÃO ORGÂNICA ENTRE A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO**

*Risoneide Soares da Silva  
Sandra Amélia Sampaio Silveira*

### **Introdução**

A pesquisa em Serviço Social possibilitou uma significativa e reconhecida produção de conhecimento, não só na sua área específica, mas também nas demais áreas e subáreas das ciências sociais e humanas. Trata-se de expressão de uma trajetória determinada pelo movimento histórico da sociedade e das relações sociais capitalistas contemporâneas, que tem colocado para a profissão inúmeros desafios, que impulsionaram a aproximação a diferentes matrizes do pensamento social, tanto para analisar quanto para intervir na realidade social.

Assim, o presente artigo tem por objetivo discutir a pesquisa na formação em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a partir da relação entre graduação e pós-graduação, destacando a importância dos grupos e núcleos de estudos e pesquisas nesse processo de articulação entre os dois âmbitos da formação,

no que diz respeito ao desenvolvimento e fortalecimento da pesquisa acadêmica, ao longo dos 10 anos de existência do mestrado.

Para tanto, o artigo traz elementos decorrentes da Pesquisa de Iniciação Científica (Pibic, cota 2012-2013) intitulada “A Pesquisa na Formação Profissional das(os) Discentes do Curso de Serviço Social da UEPB: a contribuição dos grupos de pesquisa”<sup>1</sup>, realizada no período compreendido entre a aprovação e a implantação da primeira turma do Mestrado Acadêmico de Serviço Social da UEPB, bem como dados do levantamento realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para obter informações sobre os grupos e núcleos de pesquisa vinculados ao Departamento de Serviço Social da UEPB, bem como na página do Programa de Pós-Graduação da citada universidade, para coletar os dados acerca dos/as discentes que ingressaram na Pós ao longo dos seus 10 anos de funcionamento, considerando o ingresso da primeira turma em 2013 até a atual, em 2023. Também foram acessados os Currículos Lattes desses/as discentes na Plataforma Sucupira Lattes/CNPq, com o intuito de identificar quais participaram de algum grupo de pesquisa, ainda na graduação.

No artigo, inicialmente, aborda-se a pesquisa na formação em Serviço Social no Brasil, tecendo algumas considerações sobre sua importância e trajetória na constituição da graduação e da pós-graduação, e os desafios encontrados nesse processo. Em seguida, discute-se a articulação entre esses dois momentos da formação no âmbito da UEPB, no desenvolvimento e na consolidação da pesquisa em Serviço Social, identificando a contribuição

---

1 Vinculada ao Programa de Iniciação Científica da UEPB (PIBIC, cota 2012-2013), a pesquisa foi coordenada pela Professora Sandra Amélia S. Silveira e contou com a participação de Neyde Jussara G. A. Rodrigues, Berenice L. da Silva e Liliane S. Tobias, estudantes de graduação na época.

dos grupos e dos núcleos de pesquisa. Nas considerações finais, são apontadas algumas sínteses aproximativas sobre o tema.

## **A pesquisa na formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação no Brasil**

As Diretrizes Curriculares de Serviço Social em vigência estabelecem as dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condições centrais da formação profissional e da relação entre teoria e realidade (ABESS, 1997). Nesse sentido, a pesquisa passa a ser concebida como um dos princípios e condição da formação profissional, devendo perpassá-la.

A atitude investigativa é uma dimensão fundamental no processo de formação e no cotidiano do trabalho do/a assistente social, já que é a partir dela que são levantados questionamentos sobre a realidade social, possibilitando problematizá-la e buscar explicações e respostas para os desafios e demandas que são colocados para o exercício profissional. As questões da investigação são, portanto, relacionadas a interesses e determinações sócio-históricas e decorrem da inserção na vida concreta, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Decorrente da atitude investigativa, a pesquisa constitui-se como uma mediação fundamental para a apreensão e análise da vida social em sua totalidade dialética, o que possibilita responder a questionamentos levantados pelo/a pesquisador/a, permitindo a produção do conhecimento, assim como o atendimento de necessidades concretas postas pela realidade, ao se referenciar na teoria crítica. Assim, é através da pesquisa que se materializa a produção do conhecimento.

O Serviço Social tem como traço característico de sua constituição, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, “uma dimensão de interferência imediata no real, de

ação na sociedade” (Iamamoto, 1992, p. 194). Se por um lado, historicamente, essa característica tenha levado a uma postura empiricista e pragmática na formação e na prática dos/as assistentes sociais, por outro, não impediu que, impulsionando-se pelas contradições da ordem burguesa e pela aproximação a uma teoria crítica, investisse-se em pesquisa, possibilitando a produção de conhecimentos que têm contribuído para o reconhecimento intelectual da profissão no campo das ciências sociais e humanas, após a década de 1970, quando tem início a pós-graduação na área.

Na verdade, a prática da pesquisa, enquanto elemento constitutivo da profissão, tornou-se cada vez mais uma exigência para o Serviço Social, tanto na formação quanto na intervenção profissional, na medida em que fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, propiciando a produção de conhecimento, bem como a elaboração e execução de projetos de intervenção, num contexto de alterações constantes das relações sociais, do mercado de trabalho, das configurações da questão social e dos seus enfrentamentos, frente às redefinições da ordem capitalista (Guerra, 2009; Yazbek; Silva, 2005).

A investigação e a intervenção são elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, expresso nas competências e atribuições profissionais. Há uma unidade e ao mesmo tempo uma distinção entre o âmbito da formulação intelectual e o da sistematização e atuação prático-operativa. As produções teórico-intelectivas do Serviço Social, segundo Mota (2016, p. 175):

[...] têm incidência sobre a ação profissional, mas não se restringem ao horizonte da intervenção direta e imediata, embora mantenham uma unidade dialética e contraditória [...] [que] se faz ao converter os

objetos de intervenção, originários das demandas profissionais, em objetos de conhecimento, submetendo-os ao exame da crítica numa perspectiva de realidade.

No entanto, a relação dialética entre essas duas dimensões estava longe de ser compreendida e vivenciada na origem da profissão no país. Sabe-se que a pesquisa foi inserida como disciplina no primeiro currículo mínimo dos cursos de Serviço Social, por determinação da Lei Nº 1.889, de 1953, que dispunha sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais (Setubal, 2007). Porém, a disciplina se voltava ao trato da empiria, enfatizando os procedimentos metodológicos, sem uma preocupação efetiva com a perspectiva analítica. Referenciada no que Iamamoto e Carvalho (1998) denominaram como “arranjo teórico-doutrinário”, ocorreu uma junção do ideário católico (doutrina social/neotomismo) com o suporte técnico-científico da teoria social positivista, visando alcançar maior legitimidade para a profissão.

Na década de 1960, a inserção dos cursos de Serviço Social no âmbito das universidades, em razão da reforma universitária empreendida pela autocracia burguesa, contribuiu para a laicização da profissão e, principalmente, para a aproximação com outras áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia, fator positivo para o desenvolvimento de uma postura intelectual e investigativa na profissão. De acordo com Netto (1994), até os anos 1960, o Serviço Social aparece como um desaguadouro das produções das ciências sociais, dando escassa atenção à pesquisa e à investigação. Tal inserção trouxe um novo fôlego à profissão, já que a formação acadêmica passou por um redimensionamento, podendo contar com professores com carreira docente e, como mencionado anteriormente, ter contato

com outras áreas do saber, ampliando seus campos de análise. Assim, nessa década, o segundo currículo mínimo, aprovado em 19 de outubro de 1962, reafirmou a importância da pesquisa na formação profissional (Setubal, 2007).

No início da década de 1970, o terceiro currículo de Serviço Social recomendado no Parecer Nº 242/1970, retira a pesquisa do elenco das matérias obrigatórias, sendo “substituída pela atitude investigativa, relacionada estritamente à extensão universitária e consolidando o saber resgatado do fazer como critério para a eficiência e produtividade” (Nogueira, 2010, p. 101). Esse currículo acentuou a formação tecnicista requisitada pela ditadura militar e pelo mercado de trabalho, no âmbito da modernização conservadora promovida pelo Estado, que necessitava, portanto, de um “profissional moderno”.

Contudo, a pesquisa assumiu relevância nas discussões do Serviço Social a partir da segunda metade da década de 1970, quando a profissão buscou redefinir posições do ponto de vista ideocultural, teórico-metodológico e prático-operativo, no âmbito do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (circunscrito no Movimento de Reconceituação). Nesse período, frente ao contexto histórico de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, motivadas pela crise do capitalismo mundial e da autocracia burguesa, segmentos progressistas da profissão, influenciados pela aproximação com os movimentos sociais e, no meio acadêmico, com o marxismo, passam a questionar e construir alternativas ao conservadorismo na profissão, dando início ao que se afirmou, a partir dos anos de 1980, como ruptura com o Serviço Social Tradicional.

A aproximação com a teoria crítica marxista resultou em avanços quanto à maturidade intelectual e à ruptura com o pragmatismo e o conservadorismo historicamente presentes na profissão. Isso significou, sobretudo, o rompimento com a postura positivista de

separação entre o pensar e o agir, que durante décadas manteve os/as assistentes sociais como meros sujeitos da intervenção profissional e execução de políticas públicas, e consumidores de teorias elaboradas por outras disciplinas profissionais (Carvalho; Silva, 2007). A apropriação desse referencial teórico-metodológico permitiu compreender o movimento da realidade em suas contradições, historicidade e totalidade, bem como o significado social da profissão no processo ampliado de reprodução das relações sociais. No tocante à pesquisa, propiciou a construção de um estatuto intelectual crítico e, por consequência, a produção de conhecimento socialmente referenciado, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, numa perspectiva de resistência à ordem burguesa.

Assim, em 1982, foi aprovado um novo currículo para o Serviço Social, no qual se identifica a “[...] pesquisa como instrumento fundamental para uma sólida formação científica dos docentes e dos assistentes sociais na sua prática profissional” (Setubal, 2007, p. 68). Com a aprovação do currículo mínimo de 1982, a pesquisa se tornou matéria básica, ou seja, componente curricular obrigatório nos cursos de Serviço Social.

Ao adentrar a década de 1990, a organização político-corporativa e o debate acadêmico, enriquecido na interlocução com a teoria social crítica, constituíram para o Serviço Social um novo projeto ético-político profissional, materializado na nova lei que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

As Diretrizes Curriculares de 1996 orientam que a pesquisa apresente um caráter de transversalidade no currículo, enfatizando o desenvolvimento da dimensão investigativa ao longo de toda a formação. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

De fato, a pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho. Aliás, a principal via para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática, requalificando a ação profissional e preservando a sua legitimidade (ABEPSS, 1996, p. 152).

No lastro da trajetória da formação em Serviço Social, no qual se delinearam linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica e de referenciais interventivos para a profissão, foram constituídas nos anos de 1970 e 1980 as pós-graduações, com o surgimento dos programas de mestrado e doutorado na área de Serviço Social no Brasil, vinculadas às instituições de fomento à pesquisa existentes no país, no caso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o CNPq, ambas criados em 1951. Em 1972, foi aberto o primeiro mestrado em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), seguindo-se, no mesmo ano, a criação do mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No Nordeste, em 1978 e 1979, respectivamente, foram iniciados os mestrados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 1981, iniciou-se o primeiro doutorado em Serviço Social da América Latina, na PUC-SP (Kameyama, 1998; Silva, Davi, Nóbrega, 2020).

O avanço da pós-graduação no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990 marcou a consolidação e legitimação da pesquisa em seu âmbito, que atingiu a maturidade intelectual, levando ao seu reconhecimento por parte do CNPq e da Capes, enquanto área de conhecimento e de produção científica,

fortalecendo a sua inclusão na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no país (Mota, 2013; Sposati, 2007; Netto, 1996).

Além das pós-graduações, merece destaque a criação de programas institucionais, como o Programa de Iniciação Científica (Pibic) nas universidades, que também tem contribuído para o fortalecimento da pesquisa na formação dos(as) estudantes da graduação. O Pibic foi criado em 1988, pelo CNPq, voltado à concessão de bolsas de iniciação científica para instituições superiores no país, o que até então era repassado apenas ao pesquisador (Nóbrega-Therrien *et al.*, 2009).

A criação do Pibic fortaleceu também a organização de grupos e núcleos de pesquisa, que se configuram como “uma das estratégias mais favoráveis para a iniciação científica e campo fértil para germinar o espírito investigativo e a *expertise* em Serviço Social” (Nogueira, 2010, p. 106). Destacam-se, portanto, como importante recurso pedagógico, ao propiciar “[...] vivência da pesquisa na perspectiva de garantir desde a graduação que o processo de investigação se materialize no cotidiano da formação através do envolvimento de professores e estudantes” (Lewgoy; Maciel; Reidel, 2013, p. 7).

De acordo com os dados da Plataforma Sucupira (Capes, c2022), atualmente existem 59 cursos de pós-graduação na área de Serviço Social, sendo 37 de mestrado e 22 de doutorado, todos de caráter acadêmico, indicando a posição de resistência política em defesa da formação generalista e crítica, em contraposição à tendência ao aligeiramento e ênfase na capacitação instrumental presente nas pós-graduações profissionalizantes.

No relatório quadrienal da Capes (2021), é ressaltado que os programas acadêmicos da área (mestrados e doutorados) vêm atendendo efetivamente às demandas profissionais por formação pós-graduada, tanto dos/as profissionais que desejam seguir a vida acadêmica, quanto de profissionais que desejam se capacitar para

o aperfeiçoamento do exercício profissional em órgãos públicos e privados. Ademais, estudos contendo análises de políticas e programas sociais e de processos interventivos em Serviço Social e políticas públicas já se constituem como objetos de atenção da área, o que pode ser verificado por meio das teses e dissertações elaboradas em seus PPGs e pela produção bibliográfica e técnica da área. Além disso, as produções bibliográficas, de uma maneira geral, vêm contribuindo para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais no âmbito internacional, nacional, regional e local.

É importante destacar que a maturidade intelectual da profissão tem desdobramentos nos eventos científicos nacionais e internacionais e congressos da categoria realizados no país; na ampliação da referência às produções bibliográficas do Serviço Social, nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no país; na abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais; e no aumento da procura de profissionais de áreas afins pelas pós-graduações em Serviço Social, motivado pela busca de conhecimento crítico, de inspiração marxiana (Mota, 2016; Silva; Matias; Nóbrega, 2018).

Contudo, não podemos deixar de mencionar que os avanços na pesquisa, na produção do conhecimento no Serviço Social e no reconhecimento acadêmico da profissão deram-se em meio a inúmeros desafios impostos pelo neoliberalismo instalado no Brasil desde a década de 1990 e intensificados pelas contrarreformas do Estado nos governos ultraneoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro, expressos na mercantilização da educação superior, na precarização do trabalho docente, na ausência de investimento na relação entre ensino, pesquisa e extensão, no sucateamento e aligeiramento da formação profissional através dos cursos a distância, no anticientificismo, no corte de bolsas e recursos, bem como na afirmação da perspectiva de “universidade operacional”, que

submete a pesquisa e a produção do conhecimento às demandas e regras do mercado (Mota, 2016; Silva, Matias, Nóbrega, 2018).

### **A articulação entre graduação e pós-graduação no desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social na UEPB**

Em conformidade com as Diretrizes Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação da UEPB definiu como objetivo: “Formar profissionais habilitados com capacitação teórica, metodológica, ética e política, que permita uma ação crítico-propositiva, investigativa e interventiva na realidade social”. (UEPB, 2016, p. 39). O empenho em nortear a formação profissional pelas orientações da referida entidade é um traço marcante da trajetória histórica desse curso, que, na década de 1990, expressa-se, por exemplo, no fato de ter sido um dos primeiros a implantar as diretrizes curriculares aprovadas em 1996.

No PPC do Curso de Serviço Social da UEPB, a partir do qual se definiu o currículo em vigência desde 2016, a pesquisa é diretamente discutida nos componentes curriculares: Metodologia Científica, Pesquisa e Serviço Social, Pesquisa e Serviço Social II, Oficina de Elaboração de Projetos de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II. Todas estão inseridas no Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional. Além destas, é importante destacar os componentes de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III e Oficina de Estágio I, II e III, nos quais ocorre mais frequentemente a transversalidade da pesquisa, não só pela necessidade de conhecer a realidade e qualificar as ações realizadas no campo de estágio, mas também pela opção de alguns estudantes de definirem seus objetos de estudo relacionados com essa experiência, resultando na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso.

A transversalidade da pesquisa na formação passa não só pela articulação das disciplinas de pesquisa com os demais componentes curriculares do Curso de Serviço Social, mas pelo estímulo à atitude investigativa em todos os momentos da formação, pois, como afirma Setubal (2007, p. 70): “Não adianta, ainda, haver várias disciplinas de pesquisa se a preocupação com o questionamento da realidade, com o conhecimento ontológico e a construção epistemológica verifica-se apenas nelas mesmas”.

Nesse sentido, além das disciplinas mencionadas, a aproximação com discussões teóricas e a prática da pesquisa tem sido viabilizada pela inserção dos/as discentes nos grupos e núcleos. Segundo dados registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq ([c2024]), o Departamento de Serviço Social da UEPB conta atualmente com três grupos de pesquisa e três núcleos de pesquisa certificados: Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS); Grupo de Estudos, Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS); Grupo Flor e Flor Estudo de Gênero e Sexualidade (Flor e Flor); Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS); Núcleo de Pesquisa e Extensão com Infância e Juventude (NUPECIJ); e Núcleo de intervenções e Investigações em Tecnologias Sociais (NINETS).

Três desses grupos e núcleos de pesquisa foram criados na década de 1990: o Grupo Flor e Flor, o NUPEPSS<sup>2</sup> e o NUPECIJ. Na década seguinte, foram estruturados os demais. Destaca-se o fato de que, com exceção do NINETS, todos estes grupos e

---

2 Quando foi criado na década de 1990, era chamado Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS). Posteriormente o nome do grupo e as suas linhas de pesquisa foram redefinidos, passando a ser registrado no Diretório de Grupos do CNPq como Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS).

núcleos existiam<sup>3</sup> antes da instalação do mestrado em Serviço Social da UEPB em 2013. A criação desses grupos e núcleos de pesquisa foi impulsionada pelo ingresso, através dos dois concursos públicos realizados no início dos anos 2000, de docentes titulados, com perfil acadêmico investigativo, bem como pelo investimento da UEPB em programas de incentivo à pesquisa, como o Pibic, que teve início nos anos de 1990, sendo fortalecido na década de 2000 com a criação do Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ) da UEPB, em 2008. Mais recentemente, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) tem destinado recursos para fomento de pesquisas na universidade.

Vale ressaltar que a existência de tais grupos e núcleos de pesquisa no Curso de Serviço Social e a produção acadêmica de seus pesquisadores contribuíram favoravelmente para a aprovação do mestrado em Serviço Social da UEPB pela Capes, no ano de 2012 (Silveira *et al.*, 2014). Também foram importantes para essa conquista: a política de capacitação docente adotada pela instituição no início da década de 2000; a política de expansão e interiorização do ensino superior proposta pelo governo Lula em 2003; e o V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) (Rodrigues; Nóbrega, 2023; Santiago *et al.*, 2014).

O Curso de Serviço Social da UEPB contava com 55 anos de existência quando foi aprovado o Programa de Pós-Graduação pela Capes, em 2012. Esse fato, segundo Santiago *et al.* (2014, p. 133), “[...] coroa um trajetória histórica de lutas, resistências, desafios e conquistas, numa conjuntura marcada pela submissão da Universidade aos interesses mercantis [...]”.

---

3 Também existia o Núcleo de Estudos Rurais (NER), fundado no início da década de 2000 e extinto em 2022.

No contexto de contrarreformas do ensino superior e precarização do trabalho docente, é importante destacar o esforço das pesquisadoras vinculadas aos referidos grupos e núcleos, para assegurar o desenvolvimento da pesquisa na formação em Serviço Social da UEPB, através de projetos submetidos a editais publicados pela instituição, como o PROPESQ e o Pibic, e também editais de agências de fomento como o CNPq (Editais de Ciências Sociais, Universal, Transversal) e a FAPESQ, visando ampliar a captação de recursos, inclusive para a viabilização de bolsas para discentes da graduação e pós-graduação.

Esses grupos e núcleos de pesquisa são constituídos por discentes da graduação e da pós-graduação e pesquisadoras do Departamento de Serviço Social, mas contam também com componentes de outras áreas, o que tende a enriquecer as discussões, a propiciar intercâmbios acadêmicos e o trabalho interdisciplinar. Todas as docentes da Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB estão vinculadas a, pelo menos, um desses grupos e/ou núcleos.

Assim, os grupos e núcleos de estudos e pesquisas se constituem num espaço privilegiado de articulação entre a graduação e a pós-graduação, ao envolver estudantes de ambos os momentos da formação em Serviço Social na UEPB na realização de pesquisas e produção do conhecimento. De acordo com Iamamoto (2010, p. 453):

A pesquisa possibilita uma fecunda integração entre o ensino de graduação e pós-graduação e contribui para imprimir padrões de excelência acadêmica à instituição universitária no exercício de suas funções precípuas, que não podem ser reduzidas à transmissão de conhecimentos e à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

Nesse processo, destaca-se a articulação intrínseca entre as linhas de pesquisa dos grupos e núcleos, bem como as da pós-graduação, com as linhas definidas no PPC da graduação em Serviço Social. Estas também estão alinhadas com os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)<sup>4</sup> da ABEPSS, na perspectiva de identificar, articular e fortalecer a produção do conhecimento no Serviço Social. Há, portanto, uma sintonia com a exigência colocada pelas agências de fomento à pesquisa para a formação profissional, desde a década de 1990, de que “[...] as produções, tanto do corpo docente como do discente, estejam vinculadas às linhas de pesquisa do curso, e que as pesquisas sejam integradas, com a participação de alunos de doutorado, mestrado e graduação” (Kameyama, 1998, p. 26).

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB tem como área de concentração “Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais” e possui duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social; e Gênero, Diversidade e Relações de Poder. De acordo com Rodrigues e Nóbrega (2023), no período de 2015 a 2019, foram defendidas, no referido programa, 49 dissertações de mestrado, mas até o momento estão disponíveis para consulta 45, das quais: 22 dissertações estão relacionadas com a área temática Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade; 11 dissertações foram desenvolvidas na área temática Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; 9 dissertações ligam-se à

---

4 Os GPTS estão estruturados em torno de sete eixos temáticos: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social; e Ética, Direitos e Serviço Social.

área temática Política Social e Serviço Social; e na área temática Trabalho, Questão Social e Serviço Social, houve 3 dissertações<sup>5</sup>.

Durante os 10 anos do mestrado, ingressaram 132 discentes no programa, considerando as turmas de 2013 a 2023, oriundos tanto da UEPB quanto de outras instituições, com diversas graduações. Desse total, 79 discentes do PPGSS/UEPB foram egressos/as da graduação em Serviço Social da UEPB, dentre os/as quais 43 participaram dos grupos de pesquisas vinculados ao Departamento de Serviço Social antes de ingressarem na Pós, em pesquisas de iniciação científica, evidenciando que essa experiência tem estimulado o ingresso dos/as discentes na pós-graduação.

O funcionamento dos grupos/núcleos é organizado com enfoque no fortalecimento do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, o que tende a possibilitar aos/às discentes da graduação e da pós-graduação participarem de uma série de atividades que os/as capacitam não apenas para o desenvolvimento da pesquisa, mas também para a realização de ações que vão desde a organização de eventos científicos, palestras, minicursos e produção de artigos para publicação até a articulação com os movimentos sociais em lutas na defesa de direitos, seja através da realização de projetos de extensão, seja pela militância dos seus integrantes em espaços coletivos de organização da sociedade civil.

Embora neste artigo tenhamos enfatizado a pesquisa, é importante destacar que vários/as estudantes de graduação e da pós-graduação têm participado de projetos de extensão desenvolvidos pelos grupos e núcleos de pesquisa do Departamento de Serviço Social da UEPB, a exemplo dos seguintes projetos, que articulam docentes dos diferentes grupos, tanto da graduação

---

5 Na apresentação desses dados, Rodrigues e Nóbrega (2023) optaram por agrupar as dissertações com base na classificação adotada pela ABEPSS nos GTPs.

quanto da pós: Brasil em tela, sob nova direção: a formação sócio-histórica brasileira retratada no cinema nacional; e Educação permanente para assistentes sociais atuantes na área da saúde no estado da Paraíba<sup>6</sup>.

As diversas atividades anteriormente mencionadas, expressam iniciativas de inserção social do PPGSS da UEPB, o que, como afirmam Silva, Davi e Nóbrega (2020, p. 459), faz com que tal programa assuma:

[...] relevância frente às expressões da questão social do Nordeste, particularmente no estado da Paraíba, contribuindo com a formação de recursos humanos qualificados para a produção do conhecimento, para a docência e para a atuação nas políticas sociais e assessorias aos movimentos sociais, dentre outros.

Assim, consideramos que a pesquisa em Serviço Social na UEPB tem alcançado muitos avanços, especialmente após a criação do Programa de Pós-Graduação, contribuindo para uma formação crítica e para uma qualificada produção do conhecimento na área, apesar dos inúmeros desafios para a realização e consolidação da pesquisa numa universidade estadual de um dos estados mais pobres da federação, e num contexto de crescentes ataques ao ensino superior no Brasil.

---

6 Esse projeto de extensão está na sua terceira edição e decorre de uma parceria do Departamento de Serviço Social da UEPB com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PB), realizada nas cotas de 2021-2022, 2022-2023 e 2023-2024 do Programa de Extensão Universitária, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

## **Considerações finais**

A graduação e a pós-graduação em Serviço Social da UEPB têm dado passos significativos na direção de ampliar e consolidar a pesquisa na formação dos/as discentes, como instrumento para a apreensão da realidade social na qual a profissão atua, possibilitando evidenciar a relação indissociável entre teoria e prática e a proposição de respostas mais pertinentes aos desafios postos a tal área de conhecimento, considerando as expressões da questão social nos contextos do município de Campina Grande, do estado da Paraíba e da Região Nordeste.

Nesse processo, os grupos e núcleos de pesquisa têm um papel importante na articulação das linhas de abordagem da graduação e da pós-graduação às quais se vinculam, ao contribuir para despertar o interesse pela busca científica e espírito investigativo, ampliando a produção e socialização do conhecimento no meio acadêmico e junto à categoria profissional e à sociedade. Também colaboram para a formação de profissionais qualificados e críticos, indo além do perfil requerido pelo mercado de trabalho, que tem preconizado uma lógica instrumental para o ensino superior, reforçando a perspectiva focalista e fragmentada da atuação profissional diante da realidade.

Frente às contrarreformas do Estado, faz-se necessário o fortalecimento do ensino superior de qualidade e a defesa da pesquisa como princípio e prática efetiva na formação continuada dos/as assistentes sociais, pautada no projeto ético-político profissional que dá a sua direção social, inclusive como um ato de resistência aos ataques do capital e do conservadorismo à ciência e ao conhecimento crítico.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer Nº 242, e 13 de março de 1970**. Aprova o currículo pleno do curso de Serviço Social, destinado a formar assistentes sociais.

BRASIL. **Lei Nº 1.889, de 13 de junho de 1953**. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11889.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11889.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP1993.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes**. Brasília, DF: CNPq, [c2024]. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 6 out. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Diretoria de Avaliação. Plataforma Sucupira. **Relatório de Avaliação Quadrimestral-Serviço Social**. Brasília, DF: Capes, 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Plataforma Sucupira. **Cursos avaliados e reconhecidos (área de conhecimento: Serviço Social)**. Brasília, DF: Capes, c2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=32>. Acesso em: 27 set. 2023.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, 1998.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lucia Suarez; REIDEL, Tatiana. A formação em Serviço Social no Brasil: contexto, conformação e produção de conhecimento na última década. **Temporalis**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 91-111, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria *et al.* A pesquisa na graduação: o perfil dos bolsistas de Iniciação Científica da área de saúde da Universidade Estadual do Ceará. *In*:

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar de; ANDRADE, João Tadeu de. **Formação diferenciada: a produção de um grupo de pesquisa**. Fortaleza: EDUECE, 2009.

NOGUEIRA, Vera M. Ribeiro. Elementos para pensar a pesquisa como princípio formativo em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 19, 2010.

RODRIGUES, Neyde Jussara G. Abdala; NÓBREGA, Mônica Barros da. Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 90-115, 2023.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima *et al.* A pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e os desafios de sua implantação no contexto de mercantilização do ensino superior. *In*: FERRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (org.). **O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

SETUBAL, Aglair. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**: Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

SILVA, Alessandra Ximenes da; DAVI, Jordeana; NÓBREGA, Mônica Barros da. A inserção Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 452-463, set./dez. 2020.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros da. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 35, 105-118, 2018.

SILVEIRA, Sandra A. Sampaio; SILVA, Berenice Lira da; RODRIGUES, Neyde Jussara G. Abdala; TOBIAS, Liliane S. Grupos e núcleos de pesquisa: contribuições para a formação profissional em Serviço Social. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)*, 14., 2014, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Serviço Social (Bacharelado)**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em: <https://uepb.edu.br/download/projeto-pedagogico-do-curso-de-servico-social-campus-i/?wpdmdl=4846&refresh=65418e34017ef1698795060.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. *In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). Serviço Social pós-graduação e a produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.



## CAPÍTULO 11

# **CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE EAD NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA (PB)**

*Francisco Alyson de Lima Silva*  
*Mônica Barros da Nóbrega*

### **Introdução**

Este artigo tem como escopo apresentar alguns apontamentos sobre a formação acadêmico-profissional em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EaD), a partir de aproximações sucessivas com a realidade da supervisão de estágio, no município de Itaporanga (PB). O presente texto tem por base os resultados obtidos a partir de uma dissertação de mestrado, em que se propôs analisar a formação acadêmico-profissional de assistentes sociais por meio do recorte da supervisão direta de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social nas instituições de Ensino Superior na modalidade de EaD do município em tela.

Para a apreensão do movimento desse objeto, foi importante considerar que a formação acadêmico-profissional em Serviço

Social vivenciou nos últimos anos um momento histórico permeado por desafios para a categoria e suas entidades organizativas e para as universidades públicas, no contexto de contrarreformas do Ensino Superior e do forte ataque à ciência e à produção de conhecimento crítico por parte da extrema-direita no Brasil. Essa determinação econômica parte de um lastro ideológico que é muito funcional para a sua realização.

A supervisão direta do estágio obrigatório em Serviço Social deve ser apreendida como elemento constitutivo do processo de formação e do trabalho profissional de assistentes sociais. Trata-se de um processo de reflexão, elaboração e síntese acerca da relação entre teoria e prática, fundamental ao desenvolvimento das competências profissionais.

O caminho metodológico do estudo teve como referência o materialismo histórico-dialético marxista, valendo-se da realização de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo realizada com supervisores acadêmicos e estudantes de Serviço Social envolvidos no processo de supervisão direta de estágio de instituições privadas de Ensino Superior na modalidade de Ensino a Distância no município de Itaporanga, a partir da aplicação de entrevista semiestruturada<sup>1</sup>.

Buscando proporcionar ao leitor uma aproximação inicial das abordagens aqui elencadas, o texto está estruturado em dois itens. No primeiro, apresentamos a supervisão de estágio e as implicações de como a expansão da modalidade EaD afeta esse processo, destacando os desafios postos para a efetivação da formação de qualidade, frente à incompatibilidade que uma formação a distância apresenta e como isso se expressa no processo de supervisão de estágio. No segundo item, problematizamos o

---

1 Em respeito ao anonimato dos sujeitos, utilizamos nomes fictícios na apresentação de suas falas.

processo de supervisão de estágio em Serviço Social na modalidade de EaD em Itaporanga, ressaltando as reflexões desenvolvidas, a partir da análise dos resultados da pesquisa, demonstrando as particularidades das instituições de Ensino Superior que atuam na realidade do referido município, evidenciado a necessidade de apreensão da qualidade da formação profissional no contexto da Educação a Distância.

Nesse sentido, os resultados permitiram identificar como essa formação vem ocorrendo na particularidade destacada, podendo, assim, somar-se à denúncia assumida pelas entidades da categoria na defesa de uma Educação Superior pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, que garanta uma formação crítica e capaz de compreender a realidade em que se insere.

### **Supervisão de estágio em Serviço Social na modalidade de EaD: uma experiência pesquisada**

Esta abordagem parte dos instrumentos normativos que materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social – Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Código de Ética Profissional de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão (Nº 8.662/1993) – e que norteiam o perfil profissional que se pretende formar. Essa perspectiva, portanto, requer criticidade e reflexão, de modo a se alinhar aos interesses da classe trabalhadora na luta por direitos, sendo capaz de apreender as múltiplas expressões da questão social para atuar, assim, em consonância com o projeto profissional hegemônico.

Tomando essa referência como base, situamos o processo de supervisão direta de estágio, espaço indispensável na formação acadêmico-profissional, como um momento privilegiado e uma atividade obrigatória, perfazendo um total de 15% da carga horária total do curso. Nesse importante momento, estão

envolvidos três sujeitos: supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a). Buscaremos abordar como se processa esse momento de supervisão de estágio na realidade do município de Itaporanga, captando as devidas mediações com os instrumentos normativos, a exemplo das Diretrizes Curriculares de 1996, que materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP).

O primeiro ponto a ser considerado nesta análise é a concepção dos(as) entrevistados(as) sobre o estágio supervisionado na formação acadêmico-profissional do(da) assistente social, entendendo que esse entendimento poderá também contribuir na compreensão de como esse processo vai se desenvolver na prática. Sendo assim, temos as seguintes falas:

*O Estágio Supervisionado ele é de grande relevância na formação acadêmica do aluno, é através do estágio que vai possibilitar ao aluno uma aproximação com as futuras práticas enquanto profissional (Supervisora Acadêmica - Hermione).*

*Eu acho essencial essa oportunidade que o estudante tem de poder ter acesso ao campo profissional e conhecer realmente toda a prática, conhecer realmente todas as demandas, todas as situações. [...] acho essencial para a formação, pra que a pessoa consiga assimilar realmente a teoria com a prática (Supervisora de Campo 1 - Minerva).*

*É importante esse momento também para essa concepção, essa relação entre teoria e prática porque o aluno fica muito preso à teoria, aos livros, e acaba tirando muitas dúvidas que nós temos (Estagiária 1 - Luna).*

*Eu acho que o que a gente estuda na faculdade, pelo menos pra mim, eu não aprendi muita coisa não, nos livros não. Eu aprendi muito quando eu vim pro estágio (Estagiária 2 - Bellatrix).*

Percebe-se, nas falas dos sujeitos acima destacadas, que existe concordância em um ponto: a importância do estágio. É nítido que, entre os entrevistados, o estágio supervisionado é, pois, um rico momento na formação acadêmico-profissional. De acordo com Guerra (*apud* Forti; Guerra, 2016), “a experiência do estágio supervisionado é única”, onde se entende que, independentemente das condições curriculares – que são importantes –, o estágio tem potencial de apresentar a realidade. Resta saber se o estudante como sujeito desse processo terá maturidade teórico-metodológica para apreender as determinações da realidade e os caminhos para o seu conhecimento.

Porém, percebemos entre os sujeitos entrevistados, mesmo que de maneira tímida, uma valorização da dimensão técnico-operativa e, em contrapartida, uma negação ou afastamento da dimensão teórico-metodológica e ético-política. Isso se reflete principalmente nas falas de Bellatrix, enquanto estagiária, mas também nas demais falas transcritas anteriormente. Conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

Nessa mesma direção que aponta o documento, ratificamos a importância desse espaço como algo indispensável à formação.

Esse momento fomenta a análise crítica, além da capacidade interventiva e investigativa do/da estudante, porém, é necessário ainda que o estágio busque superar a dissociação das demais dimensões, rompendo esse caráter mecânico, imediato, burocrático, descontínuo e apenas técnico-operativo. Podemos visualizar nas falas que os sujeitos entrevistados dissociam a prática da teoria e acabam caindo no famoso jargão: “na prática, a teoria é outra?”.

[...] se trata de um dos principais (falsos) dilemas da formação e do exercício profissional do assistente social. Isso porque, para nós, é evidente que ao profissional cabe o papel de buscar responder às necessidades sociais, sendo portador de fundamentos que não lhe permitem limitar-se ao senso comum e, portanto, não admitem que ele se deixe influenciar por esse falso dilema. A discussão profissional sobre uma questão e/ou pertinência de determinado procedimento não pode limitar-se ao universo do senso comum [...] (Forti; Guerra, 2016, p. 11).

Cabe salientar neste estudo como se desenvolve tal processo de formação e, conseqüentemente, o momento do estágio, especificamente na modalidade a distância. Aqui reside o grande desafio de se promover uma formação sólida sem a garantia da presencialidade. Como defendem Forti e Guerra (2016, p. 10), para “atender aos requisitos do mercado de trabalho não se limitando a eles, cabe uma sólida formação teórica (ético-política) e metodológica”. Sabemos que, além da relevância teórica, as possibilidades práticas são necessárias, pois a teoria por si só não garante alteração na realidade concreta, mas a prática necessita de reflexões sobre a realidade para que se possa idealizar e fornecer os meios de transformá-la.

Foi possível percebermos que a compreensão de algum dos sujeitos segue na direção de que a teoria é apreendida durante o curso (disciplinas) e a prática no momento do estágio. Novamente chamamos a atenção para como os sujeitos dissociam a teoria da prática, o que é um grande equívoco, conforme elucidamos anteriormente. Assim, observemos as falas a seguir:

*Esse é o momento de o aluno refletir sobre a teoria adquirida ao longo do curso e colocá-la em prática (Supervisora Acadêmica - Hermione).*

*O estágio expressa, sim, essa teoria e prática, se for bem conduzido, se o estudante vem bem preparado da academia, se tem interesse, eu acho que sim, é exatamente pra isso o estágio, pra que expresse essa unidade, teoria e a prática (Supervisora de Campo 1 - Minerva).*

*É justamente essa parceria de teoria e prática que vai fazer com que a gente possa atuar de maneira mais adequada, pra que a gente consiga garantir os direitos dos usuários e também a gente poder tá embasado com a teoria pra fazer a prática (Supervisor de Campo 2 - Harry).*

*Quando você vem pra prática, não é quase nada daquilo que a gente vê no livro, que a gente vê nas aulas, então, assim, quando a gente vem pra prática, é uma realidade diferente daquilo que a gente estuda (Estagiária 2 - Bellatrix).*

Essa unidade entre teoria e prática deveria ser percebida e se expressar no estágio, já que a teoria é o movimento do pensamento e a realidade é construída por meio da vida prática. Conforme Santos (2010, p. 5), “teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira, o da possibilidade e o da segunda, o da efetividade”.

Cabe destacar na fala do Supervisor de Campo 2 - Harry que a prática/atuação profissional é entendida como garantidora de direitos<sup>2</sup>, porém, Iamamoto (2009, p. 16) aponta que “o trabalho do(a) assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos”. Esse entendimento é uma das expressões das lacunas da formação que apontamos acima.

Acerca da supervisão direta de estágio, enquanto uma estratégia de ensino sistemática e capaz de qualificar a formação, destaca-se a Resolução CFESS n.º 533. Ela foi instituída em 2008, regulamentando, assim, a supervisão direta de estágio no Serviço Social. O conteúdo das falas registradas evidencia as reflexões dos participantes entrevistados quanto à supervisão direta de estágio, o que pode ser percebido nas transcrições abaixo:

Então essa supervisão direta ela aproxima o aluno com o supervisor acadêmico pra mostrar ao aluno que ele não está sozinho, que ele tem o suporte pedagógico, que ele tem um suporte, onde vai instruí-lo no seu estágio (Supervisora Acadêmica - Hermione).

---

2 “O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual [sic] o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do(a) assistente social pode representar uma ‘invasão da privacidade’ através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social.” (Iamamoto, 2009, p. 19).

É uma responsabilidade muito grande, também muito importante não só para o estagiário, mas também como para o profissional, porque supervisionar estágio como eu falei no início é uma responsabilidade muito grande (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

É o momento que o aluno de Serviço Social passa a ter contato com a prática, com o supervisor acadêmico e com o supervisor de campo, que pode auxiliar essa prática (Estagiária 1 - Luna).

Na modalidade EaD, podemos identificar que o processo de estágio é permeado por fragilidades que estamos analisando nesta seção. É um dado de realidade, que a responsabilidade de procura por instituições de ensino para o estágio tem sido delegada aos próprios estagiários, pois as condições de trabalho dos supervisores acadêmicos das referidas instituições são marcadas por precarização e sobrecarga na quantidade de alunos para acompanhamento.

Os diversos sujeitos envolvidos no processo de estágio demonstraram entender a grande importância da supervisão direta do estágio, além de perceberem que existem papéis bem definidos nessa relação, na qual cada um tem suas responsabilidades e competências. Segundo a Resolução CFESS n.º 533/2008, em seu artigo 6º: “Ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio consoante o plano de estágio”. É o(a) assistente social enquanto supervisor(a) de campo que irá acompanhar o(a) estagiário(a) no cotidiano profissional da instituição.

Na mesma resolução encontramos também o papel do Supervisor Acadêmico: “Art. 7º: [...] orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando à qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão”. O supervisor acadêmico é assistente social na condição de professor

que está responsável por orientar o(a) aluno(a) quanto à prática do estágio, sendo, então, um momento de reflexão sobre aquilo que se vivencia no campo de estágio. Podemos identificar que, na modalidade EaD, o cumprimento dos papéis atinentes a cada sujeito é perpassado por falhas, sobrecarregando de responsabilidades determinados sujeitos.

No processo de estágio, o(a) estagiário(a) é parte integrante, que está em busca de aprender, mas que também tem capacidade de ensinar, pois sua presença no campo de estágio leva junto de si a unidade entre teoria e prática que vem aprendendo e que poderá ali ser mediada com a experiência da supervisão de campo. Conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS:

E ao(à) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (ABEPSS, 2010, p. 20).

Questionamos ainda se os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no processo de supervisão de estágio constroem juntos o plano de estágio. Dos 5 (cinco) entrevistados, apenas 1 (um) respondeu não existir a construção coletiva do plano de estágio por parte dos sujeitos envolvidos. Assim, uma supervisora de campo respondeu:

Quem constrói o plano de estágio é, no caso atual, a estagiária, porque não foi construído esse plano junto [...]. Já vem pronto, nem contato com a orientadora acadêmica eu ainda tive (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

Apresentamos a transcrição a seguir das falas dos sujeitos que relataram sobre quem constrói o plano de estágio coletivamente:

O plano de estágio ele é construído com a participação dos três. Porque é instruído ao aluno a primeira parte, onde o aluno vai pra o campo de estágio pra saber se o supervisor de campo tem a possibilidade de acolhê-lo, questão de horário, questão de dados do supervisor de campo, e a disponibilidade dele pra logo em seguida o estagiário informar ao supervisor acadêmico sobre os dias e datas disponíveis pra que possamos juntos de acordo com esses dados colhidos formar o plano de estágio. É uma ponte nessa questão da elaboração do plano, é uma ponte supervisor acadêmico, estagiário e supervisor de campo (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Na maioria das vezes só o supervisor e o estagiário. Aliás, o estagiário e o supervisor de campo. Ele já leva pronto. O de estágio vem às vezes só pra observar se o estagiário tá vindo pro estágio (Supervisor de Campo 2 - Harry).

Somente eu e o supervisor acadêmico, o supervisor de campo ele não participa (Estagiária 2 - Bellatrix).

É possível perceber que os sujeitos, em suas falas, apontam que existe construção coletiva (podemos notar principalmente na fala da supervisão acadêmica), mas destaca-se a contradição das respostas pelo fato de que eles apontam que apenas um ou dois sujeitos participam da construção, quando sabemos que esse processo deve ser constituído pelos três sujeitos.

Aqui, evidenciamos mais uma fragilidade existente na relação entre os sujeitos, principalmente entre as supervisões de campo e acadêmica. A ausência de uma acaba sobrecarregando a outra, dificultando, assim, um melhor acompanhamento dos/as alunos/

as, haja vista que é um gargalo não só na educação presencial, mas que se agrava na Educação a Distância. Para Prêdes (2019, p. 134),

O plano de estágio é um importante instrumento para balizar as supervisões, para definir mudanças de rota nas atividades planejadas, para monitorar o desenvolvimento do estágio e para elaborar um cronograma ao longo do que, quase sempre, é um breve período de estágio.

O plano de estágio encontra-se previsto tanto na Lei Federal n.º 11788/2008 quanto na Resolução CFESS n.º 533/2008, além de estar presente na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que define que tal plano deve ser elaborado conjuntamente pelos/ (as) supervisores(as) e estagiários(as). Quanto ao cumprimento do plano de estágio, todos responderam que era cumprido. Por fim, perguntamos sobre quais elementos eram essenciais para um plano de estágio: a supervisora acadêmica respondeu; apenas um(a) dos(as) supervisores(as) de campo respondeu; e apenas um(a) dos(as) estagiários(as) respondeu, o que veremos a seguir:

Dias, horários, atividades propostas, principalmente esses itens que têm no plano de atividade é de suma importância porque ali o estagiário já especifica o dia e o horário em que ele irá cumprir o estágio, as atividades propostas durante o estágio que ele vai executar juntamente com o supervisor de campo (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Aqui onde a gente trabalha mais com essa questão *de garantia de direitos*, então é importante isso aí colocar no plano de estágio pra que o aluno possa ter um embasamento melhor e até fazer os trabalhos (Supervisor de Campo 2 - Harry).

Acredito que seja as três principais competências que é a do estagiário, a de supervisor acadêmica, a de campo. Quais as atribuições que ele deve desenvolver enquanto estagiário (Estagiária 1 - Luna).

As respostas apresentadas evidenciam total desconhecimento sobre o plano de estágio e os elementos essenciais que devem estar presentes no referido documento:

Identificação da instituição, supervisores/as e discentes; introdução (apresentação do plano, justificativa para o estágio, articulação com o plano do Serviço Social); caracterização/problematização da realidade; objetivos (geral e específicos); metodologia (ações, procedimentos, instrumentos); supervisão, acompanhamento e avaliação; referências bibliográficas; anexos e apêndices (quando necessários, como regulamentações, projetos de intervenção, documentos institucionais, dentre outros) (Prédes, 2019, p. 134-135).

Compreendemos a importância da construção coletiva desse instrumento, e ainda mais do seu cumprimento para o correto aproveitamento do estágio. Trata-se de um momento de encontro dos sujeitos enquanto atividade político-pedagógica, buscando-se uma aprendizagem permeada pelos desafios da experiência do estágio.

Sobre o conhecimento dos instrumentos normativos que orientam o projeto de formação acadêmico-profissional defendido pela ABEPSS, apenas 1 (um) \*/participante da pesquisa respondeu não conhecer as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Estagiário 2 - Bellatrix), e dois participantes afirmaram não conhecer a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (Supervisora de Campo 1 – Minerva e Estagiário 2 - Bellatrix). A maioria respondeu que possui conhecimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, da Lei n.º 8.662/93, do Código de Ética Profissional, da Resolução CFESS n.º 533/2008 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Questionados, então, se eles acreditam que tais instrumentos normativos orientam, de fato, a realização do estágio supervisionado em Serviço Social, os entrevistados foram unânimes, como podemos ver nas falas dos entrevistados (tanto supervisora acadêmica quanto supervisores de campo e estagiários) abaixo transcritas:

Eles contribuem na formação do aluno, na orientação, inclusive eu sempre nas minhas reuniões de supervisão sempre falo muito da Resolução 533, do Código de Ética Profissional, das atribuições privativas do assistente social. Então, eles vão nortear o aluno a seguir o estágio, a executar o estágio (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Realmente esses instrumentos dão um norte para a realização do estágio supervisionado, dar direcionamentos com relação à quantidade de estagiários, com relação à carga horaria, ajudam o profissional a ter um certo controle com relação ao estágio (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

Nos orienta na nossa caminhada, sabemos que estamos resguardados em uma lei que é a Política Nacional de Estágio (Estagiária 1 - Luna).

Conforme Lewgoy (2016), “os instrumentos normativos são referenciais balizadores na condução das nossas intervenções na supervisão de estágio, teórico-metodológica e ético-política”. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social não são apenas leis, mas se apresentam como um projeto que chamamos Projeto Ético-Político e que assumem a direção social da nossa profissão. O debate que se faz sobre os instrumentos que norteiam o trabalho dos(as) supervisores(as) nos coloca na constante defesa de uma formação de qualidade, e também do exercício profissional de qualidade.

A operacionalização do estágio supervisionado é afetada pelas condições de trabalho dos/as assistentes sociais que, enquanto trabalhadores assalariados, vivenciam a precarização das condições laborais e das políticas sociais. Nesta intenção de apreender esse movimento da realidade no cotidiano dos(as) assistentes sociais, indagamos sobre a realização do estágio supervisionado, buscando perceber sob quais condições são realizadas a supervisão de campo e a supervisão acadêmica na realidade pesquisada.

Com relação à supervisão acadêmica, para uma melhor análise, apresentamos na íntegra os dados obtidos:

Ocorre semanalmente de forma sistemática, horários estabelecidos, duas vezes por semana, um dia sempre atendemos os alunos via *e-mail* institucional, e outro dia ocorre por meio da plataforma do Google Meet, as nossas reuniões. E trazendo esse instrumento que foi o Google Meet que veio desde a pandemia, esta foi uma forma bem participativa dos alunos, porque quando as reuniões eram presenciais, a gente sentia a dificuldade do aluno na instituição, então, trazendo para o Google Meet, a participação foi mais ativa em relação às reuniões que antigamente eram presenciais no polo. Ela ocorre pelo Google Meet, tendo duas horas de duração, onde o estagiário pode tirar dúvidas com o supervisor acadêmico, e o supervisor acadêmico instrui o aluno pra diante das dúvidas, diante das demandas pertinentes (Supervisora Acadêmica - Hermione).

A supervisão acadêmica deve ser realizada semanalmente tanto em sala de aula quanto no próprio campo de estágio, podendo ocorrer de forma individual ou grupal, e até conjuntamente com a supervisão de campo. A duração deve ser de no mínimo 3

horas-aulas semanais, segundo a Política Nacional de Estágio – PNE (ABEPSS, 2010, p. 29). Cabe salientar que a supervisão acadêmica busca envolver as três dimensões do exercício profissional, além de considerar as demandas advindas do espaço onde está sendo realizado o estágio.

É possível visualizar a lacuna que a forma de condução da supervisão na modalidade a distância ocasiona na formação, uma vez que não há essa relação entre os sujeitos. E aqui destacamos, com base nas informações obtidas, que, durante a pandemia, optou-se pelo modelo remoto, mas anteriormente, quando ocorriam reuniões presenciais, muitos alunos não compareciam. Então, precisamos considerar a realidade socioeconômica dos estudantes e até mesmo o objetivo da EaD, que é levar o acesso a longínquos recantos. No entanto, na prática, vê-se que tal processo não democratiza o acesso, pois, pelo contrário, fragiliza-o ainda mais.

No que diz respeito à supervisão de campo na realidade pesquisada, apresentamos a fala a seguir:

Fazemos questão que eles participem de todos os procedimentos, desde o atendimento até as visitas, observação da construção dos relatórios. Existe um espaço adequado, transporte para a realização das visitas, temos material disponível, temos computadores, para que o trabalho seja realizado de maneira adequada (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

Não existe um espaço nessas unidades, você chega pega o público e faz as orientações, os trabalhos, lugar específico não tem, porque já estão ocupados por outros profissionais e não criaram ainda esse espaço, o único espaço que a gente tem é esse ambiente aqui, que a gente usa pra fazer reuniões, fazer os nossos trabalhos burocráticos (Supervisor de Campo 2 - Harry).

Nesse processo de supervisão de campo, é importante haver planejamento para que se crie um momento específico com horário e também dias preestabelecidos para a reflexão dos conteúdos do estágio e da formação profissional, de modo a evitar que a supervisão aconteça apenas em momentos de dúvidas que porventura surjam no cotidiano.

A vivência da supervisão de estágio como um processo de aprendizagem pressupõe a busca do sentido dos acontecimentos, devendo ser destacados e explicitados [sic] as aprendizagens significativas, rompendo com a lógica meramente instrumental dos relatórios de ações pontuais e repetitivas sobre o dia-a-dia [sic] do estágio (Alves, 2019, p. 191).

O(a) estagiário(a) tem na figura do supervisor de campo uma referência para sua futura atuação. Esse contato direto ajudará a moldar a identidade profissional desse sujeito, mas não se limita e tampouco se encerra nele e no processo de estágio, pois é uma construção contínua e dinâmica.

No processo de supervisão de estágio na modalidade de EaD, no que diz respeito à responsabilização do(a) estagiário(a) pela sua formação, encontramos contradições entre as falas apresentadas pelas Supervisões Acadêmica e de Campo e estagiários.

A supervisora acadêmica apontou que:

A abertura do campo de estágio geralmente começa com a parceria do município com a instituição. [...] Esse primeiro momento parte da coordenação da instituição e do supervisor acadêmico. No segundo momento, o aluno ele busca o campo de estágio que estão credenciados [...]. Quando o aluno não consegue esse campo de estágio, aí o supervisor acadêmico

também faz essa procura de abertura de campo de estágio (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Destacamos o que a supervisora de campo ressaltou:

Geralmente, o estudante vem até a instituição. Ele mesmo procura os profissionais, [...] então quem realiza é o estagiário e o supervisor de campo junto à coordenação da instituição de campo (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

Em algumas situações é o supervisor acadêmico que entra em contato com a gente e em outras é o próprio estagiário. A maior parte é o estagiário, porque ele é quem vem buscar, é quem vai atrás da questão da documentação (Supervisor de Campo 2 - Harry).

Por último, apresentamos as falas dos(as) estagiários (as) sobre tal questão:

Nós passamos a ter contato com o supervisor de campo, mostrar a nossa documentação, se precisar nós recorremos à unidade que nós queremos estagiar, falamos com a assistente social e ela assina nossa documentação. Nós, estagiários, ficamos responsáveis por essa documentação e pelo envio também (Estagiária 1 - Luna).

Quem corre atrás do campo de estágio sou eu mesma, o estagiário. Eu que vim (Estagiária 2 - Bellatrix).

É consenso entre estagiários(as) e supervisores(as) de campo que esse processo de responsabilização do(a) aluno(a) acontece na modalidade de EaD, conforme demonstrado nas falas expostas. Já a supervisora acadêmica destacou cumprir o seu papel, porém não podemos considerar que de fato isso ocorra, diante do que apreendemos dos demais sujeitos. Diante do exposto, faz-se necessário recorrer ao que está disposto na Resolução CFESS Nº 533/2008:

Art. 8º. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

- I. Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;
- II. Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º;
- III. Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;
- IV. Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório;
- V. Realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio;
- VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota.

A Resolução Nº 533/2008 é resultado de um esforço coletivo da categoria e das suas entidades para estruturar a supervisão de estágio, tendo como objetivo assegurar que o(a) estagiário(a)

tenha um ambiente adequado e a supervisão de um(uma) assistente social durante seu percurso.

As informações que ora apresentamos retratam uma realidade que já vem sendo denunciada pelas entidades representativas da categoria profissional. O momento da operacionalização do estágio não consegue articular os três sujeitos, o que está distante do previsto nos instrumentos normativos do estágio e do projeto de formação defendido pela ABEPSS. É importante que as supervisões acadêmicas e de campo aconteçam de forma conjunta e com planejamento.

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva do desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2010, p. 10).

Outro ponto que salientamos ser importante diz respeito à supervisão conjunta entre supervisão acadêmica e supervisão de campo, que deve ser direta e conjunta, baseada no plano de estágio, elaborado em conjunto, tendo como referência a Lei Nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão), o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996. Tendo em vista essa supervisão conjunta, articulada e sistemática, questionamos sobre a existência de periodicidade de encontros entre supervisores acadêmicos e de campo:

Essa aproximação nós tínhamos antes da pandemia um encontro, uma visita, na verdade, com os supervisores de campo e acadêmico e durante a pandemia esse encontro ele foi suspenso pela instituição e agora nesse semestre ele está retomando essas visitas aos campos de estágio. Geralmente acontece uma vez semestral (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Não há uma periodicidade entre supervisores, todo esse contato é feito via estagiário. Não houve ainda esse contato, de o supervisor acadêmico procurar saber como o estagiário está se saindo (Supervisora de Campo 1 - Minerva).

Não existem encontros periódicos (Estagiária 1 - Luna).

Ficou evidente que outra grande dificuldade observada foi o distanciamento entre os supervisores acadêmicos e de campo, e aqui ratificamos que essa relação é primordial para a consolidação do processo de supervisão. É necessário distinguirmos entre o presencial e o não presencial, pois as dificuldades não se igualam, por serem projetos distintos, ainda que os sujeitos envolvidos sejam comprometidos. Inúmeras questões perpassam por esse distanciamento, como o grande volume de trabalho de ambos os supervisores, o número excessivo de estagiários, as distâncias dos campos de estágios e a falta de condições de trabalho nas unidades de ensino, no caso, aqui em questão, da modalidade EaD. Esses aspectos têm relação com a proposta do não presencial, sendo montado para funcionar assim, ou seja, são limitações estruturais.

Questionamos também sobre a existência de algum suporte oferecido pela instituição de ensino para a realização do estágio:

Por se tratar de Educação a Distância o nosso polo está diretamente ligado a São Paulo, então, essa troca e esse suporte é

sempre dado, através de reunião no Google Meet e *e-mails* institucionais, onde os nossos professores orientadores estão à disposição para tirar dúvidas e nos orientar quanto a alguma demanda existente (Supervisora Acadêmica - Hermione).

Não existe esse suporte oferecido pela instituição para a supervisão. Não existe nenhum outro tipo de suporte, a gente sente que o estagiário fica nas nossas mãos. Não tem essa contrapartida do supervisor acadêmico (Supervisora de Campo 1 - Minerva)

Para a supervisão de campo, eu não conheço esse suporte (Estagiária 1 - Luna).

É notável que a instituição de ensino não oferece suporte aos(às) supervisores de campo. A ausência de uma formação permanente como suporte à supervisão de campo é uma estratégia eficaz para ajudar no processo de supervisão, mas foi possível percebermos que não existe, não é proporcionada. Desse modo, a impressão da lógica mercadológica predomina, nos fazendo apreender as distorções que são vivenciadas nesse tipo de formação. Para Oliveira e Walhers (2023, p. 126):

Inegavelmente, o estágio supervisionado realizado nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais de atuação da profissão tem nesse desafio uma expressiva contribuição. No entanto, considerando o agravamento da precarização das condições de trabalho dos/as profissionais, em especial devido à pandemia, a experiência de estágio pode ser deficitária e até incoerente ao que é preconizado. Daí a necessidade premente de fortalecimento dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão – estudantes, supervisores/as acadêmicos/as e de campo – de compreender seus diferentes papéis, o significado e fundamentos do estágio, e de buscar em

um esforço coletivo a superação de dificuldades e limites que o exercício dessa atividade curricular apresenta no interior das unidades de formação acadêmica e dos campos de estágio.

Conforme prevê a Política de Educação Permanente<sup>3</sup> do Conjunto CFESS-CRESS (2012, p. 13), essa atividade “extrapola a formação voltada para a qualificação do exercício profissional, podendo alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria”. Portanto, vale pontuar que uma estratégia de enfrentamento dessa formação fragilizada é a educação permanente, âmbito no qual destacamos, como importante espaço de diálogo, formação e qualificação, os Fóruns de Supervisão de Estágio, além dos cursos ofertados pelas entidades como, por exemplo, o Curso “Ética em Movimento” realizado pelo CFESS/CRESS, entre outros<sup>4</sup>.

## **Considerações finais**

Pesquisar as condições em que se dá a formação acadêmico-profissional, com recorte no estágio supervisionado na modalidade de EaD no município de Itaporanga foi um grande desafio. Foram

---

3 A Política de Educação do Conjunto CFESS/CRESS (2012) ressalta a dimensão da educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional, sinalizando o panorama nacional da educação superior no Brasil e seus rebatimentos na formação de assistentes sociais, apresentando as diretrizes, objetivos e estratégias para a materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS. O documento foi fruto de muita discussão e trabalho coletivo e recebeu contribuições de duas gestões do CFESS, além da ABEPSS e do ENESSO.

4 “O Conjunto CFESS-CRESS, articulado às demandas políticas e profissionais impostas à categoria, vem desenvolvendo ações de Educação Permanente há muitos anos, dentre as quais podemos destacar: os Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os(as) conselheiros(as) dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes(as) também trabalhem e realizem atividades de formação com as(as) assistentes sociais” (CFESS, 2012, p. 14-15).

inúmeras as contradições encontradas que fragilizam a realização do estágio, conseqüentemente, o perfil profissional formado. Enveredar pela busca das instituições de EaD foi um dos maiores desafios da pesquisa, pois fizemos diversas tentativas de contato, como também recebemos recusas de participação da pesquisa.

Ressaltamos como desafios para uma formação de qualidade, entre outros: a ausência de articulação entre os sujeitos partícipes do processo de estágio; a responsabilização dos alunos pela busca e realização do estágio; as supervisões acadêmicas realizadas de maneira remota; a falta de suporte à supervisão de campo por parte das Instituições de Ensino Superior (IES); e o desconhecimento de legislações básicas sobre o processo de supervisão de estágio.

É preciso reafirmar, no processo de formação acadêmico-profissional, especificamente no estágio, que supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a) são os sujeitos imprescindíveis no processo de supervisão. Cada um desempenha um papel essencial nesse processo. É crucial que haja essa interconexão, tornando possível a supervisão de estágio de forma crítica, ética e competente.

Enfim, os dados desta pesquisa desvelam como vem ocorrendo a formação acadêmico-profissional na realidade da Educação a Distância, buscando, assim, elucidar e reafirmar que não é possível uma formação de qualidade nos moldes da EaD. Desse modo, as informações adquiridas através desta pesquisa poderão contribuir para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento de tal problemática, e se apresenta como uma valiosa contribuição acadêmica, que busca adentrar nessa realidade para apresentar as inúmeras contradições que são camufladas para que se lucre com a oferta dessa modalidade de ensino. Todavia, a pesquisa não se esgota aqui, pois o processo de conhecimento se faz de modo dinâmico e contínuo, possibilitando novos estudos e questionamentos.

## Referências

ALVES, E. M. **Supervisão de Campo**. In: MESQUITA, Andrea Pacheco; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes. (org.) **Diocionário Crítico: estágio supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 186-192.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP1993.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2016. p. 3-22.

IAMAMOTO, M. V. Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional. *In*: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

OLIVEIRA, C. A. H. S; WALHERS, M. L. S. Estágio Supervisionado em Serviço Social: resistências e estratégias da formação profissional. *In*: PONTES, R. N; BRAGA, C. S. C.; OLIVEIRA, C. A. H. S. **Serviço Social brasileiro em tempos regressivos: formação e trabalho profissional em debate**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

PRÉDES, Rosa. Plano de Estágio. *In*: MESQUITA, Andrea Pacheco; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes. (org.). **Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social**. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 133-136.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?:** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



PARTE III

**SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E  
MERCADO DE TRABALHO**



## CAPÍTULO 12

# **A FUNCIONALIDADE DO DIREITO PARA O CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO**

*Isaura Barbosa de Oliveira Lanza  
Nivea Maria Santos Souto Maior*

### **Introdução**

São três grandes marcos que expressaram o processo de construção da legislação do trabalho, a saber: a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/1943) enquanto referência fundamental da proteção do trabalho; a promulgação da Constituição Federal (CF/1988) como experiência democrática e desenvolvimento de valorização social do trabalho; e a implantação da Reforma Trabalhista, através da Lei Federal nº 13.467/2017, que materializa a flexibilização e desregulamentação da legislação protetiva do trabalho no Brasil (Souto Maior, 2020, p. 60-61).

O dia 12 de maio de 2016 marcou a história do Brasil por ter iniciado a atual fase de desregulação das relações de trabalho;

nessa data, o Senado autorizou a abertura do processo de *impeachment* e afastou Dilma Rousseff da Presidência da República. Dali em diante, o capital, que tem como viga mestra arregimentar estratégias para obter lucros, não mais encontrou obstáculos para a maximização da exploração da classe operária. Ou seja: após o golpe de 2016, os instrumentos jurídicos reconfiguraram os termos da crise para tornar a reforma trabalhista uma pauta contínua que permanece até os dias atuais.

E o recrudescimento da crise estrutural tem como uma das principais consequências o trabalho informal, pois o Direito é funcional para o capitalismo na medida em que seleciona quem irá assujeitar-se às garantias legais e quem ficará na marginalidade. Se o capital anseia que a carteira de trabalho (CTPS) seja uma peça de museu, a hipótese sustentada é a de que o enfraquecimento dos sindicatos foi a estratégia escolhida para fragmentar a classe operária, fato que se acirrou a partir da reforma trabalhista de 2017.

A citada reforma foi promulgada pela Lei nº 13.467 e chancelou novas formas da organização de trabalho que subvertem a lógica protecionista, a exemplo do desfinanciamento das entidades sindicais, da despadronização da jornada, do contrato intermitente, como também autorizou a “quarteirização” como estágio mais precarizado da terceirização, entre outras medidas expropriatórias. Logo, o trabalho juridicamente protegido tem se tornado uma minoria dentro da classe operária, num processo crescente de uberização: um trabalhador excluído do ambiente de pertencimento e gozo de direitos.

Para a construção deste artigo, a metodologia utilizada envolveu revisão bibliográfica sistematizada em três eixos: a crítica marxista ao Direito por este legitimar o trabalho informal; a uberização como continuidade da crise estrutural do capital; e a insurgência dos trabalhadores pelos novos movimentos sociais. Isso significa que, se os sindicatos estão gradativamente perdendo

espaço na vida democrática do país, a insurgência coletiva dos trabalhadores está sendo reorganizada pelos novos movimentos sociais, a exemplo da marcha paredista dos #BrequeApp.

E em decorrência disso, através das aproximações conclusivas infere-se que os novos movimentos sociais são a prova de que a insurgência dos trabalhadores – embora desafiadora nos tempos atuais – não está morta e que os impulsos de solidariedade fazem ressurgir a identidade coletiva ameaçada desde a Reforma Trabalhista de 2017.

## **O direito na sociabilidade do capital**

A relação entre Estado e Direito é uma sobreposição quase que total, pois são duas formas que derivam da matriz que é a mercadoria. E a principal mercadoria é o trabalho, que o capitalismo monopolista revestia como forma assalariada. Em vista disso, a crítica marxista ao Direito se faz necessária por moldar a luta de classes e por legitimar – na atualidade - o trabalho informal e uberizado.

### ***Crítica marxista à concepção conservadora do Direito***

Conforme anunciado na introdução, é importante esclarecer que o Direito, dentro de sua complexidade, mantém vínculos com a sociabilidade do capital e, por isso, apresenta características que suas teorias de tradição liberal, com Kelsen (1998), Dworkin (2002) e Rawls (1997) não incorporam, pois estão preocupadas em ser uma simples interpretação – alegadamente neutra – da realidade jurídica. Assim sendo, o presente tópico objetiva apresentar uma breve sistematização de leituras críticas sobre a teoria de matiz conservadora do Direito, por compreender a ruptura

entre seus estudos e pensamentos e a concretude vivenciada na sociedade burguesa.

As concepções jusnaturalistas e positivistas do Direito, bem como as correntes dominantes atuais, têm compromissos claros com os interesses da classe hegemônica, o que denota a parcialidade e o desinteresse em críticas contundentes a partir de demonstrações das relações do Direito com as relações sociais materiais e a luta de classes com suas reivindicações. Esses pensadores adstritos à corrente conservadora entendem que seria algo eterno a exploração de classe. Compreendem as leis como algo posto, alheias aos conflitos, ao tempo e ao espaço, legitimando, a partir da normatização, a defesa da propriedade privada dos meios de produção e da livre iniciativa privada, possibilitando que a classe que domina os meios de produção material também determine as concepções hegemônicas de mundo.

A crítica marxista ao Direito, lado outro, é uma concepção teórica que, comprometida com a luta dos trabalhadores, atua na defesa resoluta dos direitos sociais – conquistados a partir do tensionamento da luta de classes. Não obstante situados no mesmo período histórico de alguns teóricos conservadores, Marx e posteriormente Gramsci (2011) e Poulantzas (1985) buscaram sobrepujar o pensamento normativista a partir da inserção do Direito na realidade concreta e material – e não idealista/formalista – da divisão da sociedade em classes e suas complexidades. Dessa maneira, demonstraram as questões inerentes às relações de produção, as consequentes formações econômicas e sociais, as lutas de classes, a transformação das relações sociais em relações jurídicas a partir do crivo do Estado e de suas instituições.

Diante das investigações dos pensadores marxistas e do pensamento marxiano, verifica-se forte comprometimento com a

crítica e com a contextualização histórica do Direito enquanto fenômeno social. Assim, conseguem desenvolver seus conceitos calcados no estudo da realidade material e concreta das relações sociais existentes num contexto de classes com interesses opostos e, muitas vezes, naturalizados, retirando da lei burguesa o caráter intransponível atribuído pelo capitalismo.

Defendem a análise indissociável da inserção do Direito na vida social humana, na sua própria organização dentro de cada contexto histórico e temporal e as relações de classe. Por isso, o caráter do Direito é – diferentemente do que asseguram os conservadores – parcial, posicionando-se como defensor estratégico da classe hegemônica constituída sob a égide do capital.

A forma do direito não será uma instância neutra operacionalizada politicamente, vale dizer, não se trata de domínio estatal, mas, antes, da própria concepção do Estado como Estado burguês, e da legalidade como legalidade burguesa. Assim, dar-se-á, tal qual no pensamento marxista, um paralelo entre a forma jurídica e a forma mercadoriana. [...] A transformação do trabalho, o fim das relações de classe, é o fim da própria forma do direito (Mascaro, 2019, p. 73-75).

Importante seria que a teoria jurídica do Direito confrontasse a norma jurídica com a base material da vida em sociedade em que aspectos econômicos, sociais e políticos sejam fundamentais e postos para sua análise a partir de conflitos de interesses, sempre através de uma complexa relação dialética entre estrutura econômica e superestrutura jurídica e política, assentada numa clivagem do ser, do real, em detrimento da visão idealista do dever-ser dos teóricos liberais. Isso posto, sem essa profunda inspeção na sociedade, no modo em que está organizada, em suas classes

sociais e suas formas de exploração e expropriação do trabalho humano, a visão que se terá será ilusória e descomprometida com a realidade, possibilitando a manutenção do *status quo* burguês através de um Direito ensimesmado.

É preciso, pois, que se compreenda que o Direito precisa ser analisado enquanto fenômeno histórico e social, proveniente da práxis das relações existentes numa sociedade regida pelo modo de produção capitalista que precisa, para a sua contínua produção e reprodução, da perpetuação da desigualdade de classes.

Não tem como, destarte, o Direito estar imune às dinâmicas e pressões sociais, num ambiente supostamente de neutralidade e imparcialidade. As lutas de transformação social não são jurídicas, tampouco estatais; o socialismo impõe o fim do trabalho assalariado (não a sua melhoria), o fim da mercadoria (exploração do trabalho) e o fim do Direito.

### ***Aspectos funcionais do Direito do Trabalho***

Por ser um ramo do Direito e, portanto, seguindo a lógica burguesa, pode-se afirmar que a menor ou a maior difusão do Direito do Trabalho na realidade dos trabalhadores varia conforme os ditames do padrão de acumulação capitalista, a cada momento histórico. Dessa maneira, conforme Delgado (2012), resta clarividente que os períodos de maior retração, sucedidos por fases de maior abonaça, estão em constante movimento, e serão sempre, na sociabilidade do capital, presentes.

Assim, sob a égide do padrão de acumulação capitalista e, por consequência, a partir dos limites por ela impostos, a tentativa de universalização do Direito do Trabalho é o meio de se tentar assegurar um patamar mínimo de civilização e dignidade para as pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho. Essa necessária

intervenção do Estado na economia, através da imperatividade das normas trabalhistas, é o mecanismo que busca viabilizar uma menor discrepância na tão distante relação entre capital e trabalho.

No entanto, o final do século XX e início do século XXI trouxeram, em razão das crises capitalistas, uma grande fragilização para o mundo do trabalho. Reconhece-se que, durante o Estado de bem-estar social, os sujeitos sociais possuíam meios para a “consolidação de verdadeiros sujeitos coletivos, capazes de se unirem e de se organizarem para a defesa de direitos e interesses comuns” (Delgado, 2012, p. 16), enquanto, no Estado de cunho neoliberal, mínimo, o processo de ruptura de direitos é latente, dificultando essa organização.

Assim, o neoliberalismo – não obstante as conquistas e os avanços obtidos anteriormente com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e da Constituição Federal (CF) em 1988 – vem transformando o Direito do Trabalho de maneira tal que ele se adéque aos interesses do capital, intento cujo recrudescimento ocorre através da reforma trabalhista (2017) sem dimensão social e infringindo seus postulados teleológicos, repetindo a fórmula acima retratada da seara jurídica, através da utilização de práticas dissimuladas, eivadas de fraude à lei e flexibilização de forma que se alterem as funções do Direito do Trabalho criado para a proteção dos trabalhadores.

Ocorre, outrossim, a banalização e a naturalização de práticas ilegais, retirando desse ramo jurídico a efetividade, oportunizando, com isso, a existência de trabalhos degradantes e informais, juridicamente desprotegidos, seja a partir da criação de regras menos favoráveis para os trabalhadores formais celetistas, como os subocupados em trabalho de tempo parcial e a facilitação na adoção do banco de horas, por exemplo, seja mediante a utilização de estratégias de contratação que promovem a burla do próprio

Direito, como a terceirização e também a fraude à lei com a contratação de efetivos empregados como trabalhadores autônomos, prática que será retratada a seguir.

### **Crise do capital e os impactos para o mundo do trabalho**

Daqui em diante, os debates objetivam analisar a reforma trabalhista de 2017 como sendo um desdobramento da crise estrutural do capital. Essa crise se retroalimenta e gera novas ondas de precarização do trabalho, cujo aprofundamento ocorreu a partir de 2008 em níveis até então impensáveis e com rumo à desconstrução da identidade coletiva do trabalhador.

#### ***Reconstrução do padrão de acumulação capitalista a partir da ofensiva neoliberal: novas modalidades de precarização da força de trabalho***

As crises capitalistas eram – costumeiramente – cíclicas e ocorriam por superprodução ou por rentabilidade, a exemplo da depressão econômica de 1929, que trouxe o esgotamento do liberalismo e o *Welfare State* como solução adotada. Naquela época, um novo padrão de desenvolvimento foi estabelecido: o keynesianismo aliado ao fordismo, que tinham como principal medida o aumento dos gastos governamentais e o assalariamento de massa para combater o desemprego e ao final promover um crescimento econômico.

No período de trinta anos do pós-guerra, os Estados cumpriram três importantes funções na sustentação do regime fordista, o que pode caracterizá-los como Estados fordistas. Pelo lado da oferta, coube ao Estado o investimento em infraestrutura para a ampliação da produção e circulação de bens de consumo duráveis, carro-chefe da indústria tipicamente fordista. Pelo lado da

demanda, o Estado adotou políticas keynesianas para garantir uma demanda efetiva sempre próxima ao pleno emprego. [...] Pelo lado do controle social, a regulação dos conflitos se realizou tanto pela garantia estatal a acordos corporativos que constituíram um compromisso salarial de vincular aumento de salários a inflação e produtividade, quanto pela ampliação da proteção legal ao trabalhador dado pela legislação trabalhista e pela formação de um sistema de Seguridade Social ao trabalhador e por políticas sociais aos cidadãos (Arienti, 2003, p. 607).

Sendo assim, a crise de 1929 foi solucionada com a adoção do trabalho regulado como meio de circulação de riquezas para o operariado sobreviver com alguma proteção social, a exemplo da criação da CLT de 1943 no Brasil. Ratifica-se, então, a funcionalidade do Direito em promover uma regulamentação da relação entre o trabalho e o capital, com vistas ao processo de consolidação da industrialização.

O reverso aconteceu na crise de 1970, que teve como consequência a flexibilização das leis e a precarização das condições de trabalho. Adotou-se o modelo toyotista para adaptar-se às “pluri-tarefas exigidas pela nova tecnologia e organização da produção, por um mercado de trabalho mais flexível com maiores possibilidades de reduzir os custos diretos e indiretos da mão-de-obra” (Arienti, 2003, p. 618).

A refuncionalização do Estado é tensionada no início da década de 1990, porque foi um período esquizofrênico, ao ter-se como “letra morta” uma grande parte das garantias sociais que foram conquistadas com a promulgação da CF de 1988:

A legislação trabalhista contida no texto constitucional encontra fortes obstáculos em sua efetividade até a presente data e suas conquistas sofreram retração com a ascensão do governo de Fernando Collor

de Melo – no qual se instala um período de gradativa desregulamentação dos direitos sociais e de flexibilização da jornada de trabalho, inclusive o (des)respeito à regra das 8 horas diárias em virtude da habitual sobrejornada, as horas extras perdem sua característica de excepcionalidade (Souto Maior, 2020, p. 81).

E o tripé das políticas neoliberais (Netto, 2012, p. 417) acirrou-se em 2008, ano no qual se deflagrou uma grande recessão global iniciada no setor imobiliário norte-americano. Não foi mera coincidência a emergência das reformas trabalhistas em todo o planeta – “643 alterações na regulamentação do mercado de trabalho entre 2008 e 2014 [ocorreram] em 111 países” (Adascalitei; Morano, 2015, p. 3) – e posteriormente aqui no Brasil.

Conforme estudo do Centro de Estudos Sindicais (Cesit, 2017, p. 31), a reforma trabalhista de 2017 teve como principais eixos que modificaram substancialmente o Direito do Trabalho: 1) Formas de contratação mais precárias e atípicas; 2) Flexibilização da jornada de trabalho; 3) Rebaixamento da remuneração; 4) Alteração das normas de saúde e segurança do trabalho; 5) Fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva; e 6) Limitação do acesso à Justiça do Trabalho. E, entre outros efeitos nocivos à classe trabalhadora, as alterações de centenas de artigos da CLT pela lei da reforma trabalhista trouxeram como consequência uma elevação de quase 90% no contingente de desocupados no Brasil, aumentando de 6,7 milhões para 12,6 milhões entre 2014 e 2019 (Dieese, 2020), realidade completamente diversa daquela assegurada pelos parlamentares e defensores da reforma, posto que propalavam ser a solução para o desemprego.

Portanto, ao substituir o ideário do *Welfare State* para a implantação das ideias neoliberais, houve um desestímulo para a contratação de trabalhadores via carteira assinada e,

consequentemente, o desemprego e a informalidade atingiram estatísticas recordes.

### ***A perda da identidade individual e coletiva pela uberização do trabalho***

A partir da Lei 13.467/2017, intensificou-se a ideia que o Direito do Trabalho é um custo de produção, principalmente em seu aspecto coletivo, razão pela qual se retiram gradativamente os direitos sociais via desregulamentação e despolitização da classe em si.

Isso acontece, principalmente, em razão do deslocamento da regulação do trabalho dado pelo “negociado sob o legislado” ao promover uma desinstitucionalização do Direito que deixa de ser tarefa do Estado e passa a ser de responsabilidade dos entes sindicais, agora fragilizados pelo esvaziamento de suas funções (dispensa da homologação sindical nos atos de demissão individual e em massa) e sem recursos financeiros (fim do imposto sindical). A queda vertiginosa das filiações aos sindicatos brasileiros corrobora a difícil operacionalização dessa clássica forma de organização coletiva: 16% da população ocupada era sindicalizada no ano de 2012, cenário bem diferente em 2019, quando apenas 11% dos trabalhadores estavam associados a sindicatos (Cardoso, 2021).

Não fosse o bastante, o fenômeno da uberização como nova forma de gestão controlada de trabalho a partir do uso das tecnologias de informação (TIC) dificulta ainda mais a organização coletiva em virtude da informalidade de seus vínculos, pois as agremiações de trabalhadores sequer se revestem da figura jurídica dos sindicatos<sup>1</sup> em razão da ausência de formalização da carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho.

---

1 No Brasil, já existem algumas entidades que representam formalmente alguns uberizados. Recente estudo apontou 15 (quinze) sindicatos de motoristas

Logo, o capitalismo de plataforma, para além de negar a condição de assalariamento dos uberizados, captura a subjetividade deles ao defini-los como clientes das plataformas digitais, de modo a mascarar a relação de emprego ali existente, naturalizando a ausência da formalização do vínculo com a anotação na CTPS.

Essa criação de espaço de não incidência do Direito é funcional para o capitalismo de plataforma na medida em que o trabalho informal passa a ser forjado na figura do empresário de si próprio, do empreendedorismo, constituindo uma lógica inédita de exploração da força de trabalho.

O Brasil vai na mão contrária: cresce o trabalho informal e o batalhão dos MEI – os microempresários individuais. Criada em 2008 com o objetivo de reduzir a informalidade, a categoria MEI prevê uma rede mínima de proteção social aos trabalhadores, mas com menos benefícios que a CLT. Tornou-se uma saída [fraudulenta] para as empresas que querem reduzir custos com empregados, assim como para os brasileiros precarizados que buscam algum direito. Hoje, 58% das empresas registradas no Brasil são, na verdade, MEIs. [...] Entre janeiro e abril de 2023, 1 milhão de MEIs abriram empresas no país. Ao todo, já são 12 milhões em atividade. O número é quase 50% maior do que era em 2019 (Mazza; Tavares; Buono, 2023).

---

de aplicativo no nosso país (Leme, 2022, p. 39), porém “são organizações coletivas que possuem registro em cartório de pessoas jurídicas e se auto-denominam sindicatos” (Leme, 2022, p. 30), ou seja, não possuem o registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Portanto, a uberização foi uma nova estratégia capitalista para aumentar o trabalho informal, inaugurando formas desreguladas da relação de trabalho que rebaixam o poder de barganha coletiva, alcançando ao fim uma intensificação na precarização sem garantia de um mínimo necessário para a reprodução social. Sendo assim, quem seria o novo porta-voz capaz de expressar as reivindicações coletivas dos trabalhadores?

### **Movimentos e resistências dos trabalhadores: a atuação dos protagonistas**

A contínua retórica promovida pelas plataformas de trabalho que busca persuadir os trabalhadores de que às tecnologias foram transferidas as decisões gerenciais, na tentativa de convencê-los de uma suposta autonomia, tem como escopo evitar a luta de classes, agudizando a subsunção do trabalho pelo capital. No entanto, toda a cruel condição de trabalho a que são submetidos ilumina a organização coletiva e o processo de resistência. Esse será o ponto fulcral do presente item que, no Brasil, partiu do movimento do #BrequeApp.

#### ***Um novo – e desafiador – ciclo de organização da classe trabalhadora***

Sob a ótica mundial, Antunes (2020) destacou, como pioneira no desenvolvimento de embates contra a imposição de um mundo do trabalho ainda mais precário, fragmentado e heterogêneo, a cidade de Milão, na Itália, cujo exemplo foi *San Precario*, que luta pelos direitos do precariado. Mencionou que, na própria Itália, teve vigência o movimento denominado *Clash City Workers*, luta oriunda da juventude precarizada e sem direitos. Em virtude da grande precarização dos trabalhadores italianos, houve a criação

de novas formas de representação sindical, como proposta alternativa ao sindicalismo tradicional e oficial. Em Portugal, foi essa mesma realidade de precarização, de juventude sem trabalho e de trabalhadores imigrantes que desencadeou na organização do movimento denominado Precári@s Inflexíveis.

Em 2020, conforme Amorim, Cardoso e Bridi (2020), os entregadores e motoristas ampliaram sua organização internacional. Com a participação de 23 países, os trabalhadores de empresas-plataforma fundaram a *International Alliance of App-Based Transport Workers* (IAATW). “Os motoristas em plataformas de trabalho se uniram como uma aliança ampla e global para se apoiar, coordenar e organizar internacionalmente, com o objetivo de impedir práticas exploratórias e prejudiciais [...]” (Amorim; Cardoso; Bridi, 2022, p. 11) e, com isso, demonstraram a importância da cooperação entre os trabalhadores no enfrentamento e na busca de melhorias.

Esses trabalhadores, no Brasil, carregam consigo a impressão histórica de grande informalidade e precariedade e, diante disso, Ricardo Antunes elencou alguns questionamentos frente ao desafio que é a organização de uma efetiva confrontação ao capital:

Como mobilizar esse novo proletariado (que, na Europa, vem se autodenominando precariado)? Como organizar sindicalmente essas amplas parcelas jovens da classe trabalhadora, que ingressam no mundo digital, às vésperas da Indústria 4.0, com relações de trabalho em franco processo de corrosão e enorme retrocesso?

Como os sindicatos conseguirão ressoldar esses laços de pertencimento de classe? Como poderão se contrapor, de modo solidário, orgânico e como classe, à uberização, à individualização, ao

falso “empresariamento”, às falácias do empreendedorismo e à impulsão para a intermitência, a qual, esta sim, se mostra como o futuro mais próximo da classe-que-vive-do-trabalho? (Antunes, 2020, p. 18).

Para esses trabalhadores que não possuem um local de trabalho certo e de encontros físicos rotineiros e cotidianos, por não terem uma jornada de trabalho pré-fixada, como os entregadores e os motoristas de empresas-plataforma, a dispersão é mais notória, acarretando maior fragmentação da categoria.

No entanto, em conformidade com Santos Souza (2023), essa condição não tem impedido sua articulação. Para o autor, observa-se que, neste primeiro quarto do século XXI, tem-se a retomada das greves no país, enquanto ferramentas fundamentais dos trabalhadores, ainda que, muitas vezes, não organizadas por entidades representativas dos próprios trabalhadores.

Nesse novo ciclo, a organização do coletivo dos trabalhadores vem sendo articulada através do uso das TIC. “São elas o grande meio utilizado para reorganizar o controle laboral neste movimento de uberização do trabalho, mas também o caminho para que muitas greves e protestos protagonizados pelos setores precarizados do proletariado sejam organizados” (Santos Souza, 2023, p. 207).

Assim, a utilização das redes sociais como Instagram, WhatsApp, YouTube e Facebook ou plataformas como Meet e Zoom, através de reuniões *online*, tem sido seu “chão de fábrica” e o “ponto de encontro”, ainda que os encontros físicos também ocorram. Nesses fóruns, os trabalhadores discutem, além de amenidades, seus direitos, suas condições de trabalho, suas reivindicações, suas contrariedades e sua precarização. Ainda que se percebam os limites geográficos, a dispersão e os discursos empreendedores

nesses grupos, que acabam por nublar, muitas vezes, o foco dos trabalhadores, tudo isso não tem impedido a sua organização.

Um exemplo dessa nova fase de lutas sociais se deu com o movimento paredista dos trabalhadores uberizados intitulado como “Breque dos Apps” (Entregadores [...], 2020) – que foi antecedido por outros movimentos mais locais no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília que unificaram os trabalhadores, sobretudo, por intermédio das redes sociais –, responsável pela organização da greve dos entregadores de empresas-plataforma, principalmente dos trabalhadores de entrega de alimentação, em 1º de julho de 2020.

Os entregadores foram protagonistas de uma greve nacional, agora, de grande repercussão no país, com adesão significativa dos trabalhadores dessas plataformas de trabalho em busca de melhores condições de trabalho. Na pauta de reivindicação, constavam pleitos como aumento no valor das taxas recebidas que foram sofrendo grande queda com a expansão dos aplicativos e a entrada de novos trabalhadores (que, na realidade, não são taxas, mas, sim, salário), fim dos bloqueios indevidos e imotivados, seguros contra acidentes e equipamento de proteção contra a covid-19, além de melhores condições de trabalho e segurança.

### **Considerações finais**

O Direito do Trabalho nunca desejou a igualdade plena, pois ela implicaria romper com um sistema do qual ele é filho – um filho rebelde, mas não desnaturado (Viana, 2014, p. 746).

Tendo em vista o processo histórico de formação e consolidação do Direito e, entre suas áreas, do Direito do Trabalho, é notório que a funcionalidade de sua constituição – ainda que

eivada de tensionamentos – não permitirá uma real modificação da realidade concreta capitalista. Esse percurso apresenta ganhos e avanços, mas permite, a partir do interesse da classe hegemônica, o retrocesso e o espraiamento da superexploração.

Todas as crises do padrão de acumulação capitalista, aqui brevemente apontadas, demonstraram essa relação de subserviência e de legitimação pelo sistema jurídico da exploração dos trabalhadores cada vez mais agudizada. O que agrava, ainda mais, tal contexto é a perda do senso de coletividade da classe trabalhadora – orquestrada, no Brasil, pela reforma trabalhista de 2017, sendo esse um dos problemas sociais mais urgentes do capitalismo contemporâneo.

Viu-se que, hodiernamente, os uberizados vêm buscando alternativas e possibilidades de reinvenção de seus movimentos e lutas. Grande exemplo vivenciado foi iniciado com o Breque dos *Apps*, momento em que a classe trabalhadora se insurgiu contra as condições de trabalho impingidas pelas plataformas de trabalho, mesmo que em um contexto sindical desfavorável e garantido pelo Direito do Trabalho com as alterações em sua legislação.

## Referências

ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences.

**Working Paper**, Geneva, n. 5, 2015.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0 in Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Cláudia Moreira; BRIDI, Maria Aparecida. **Capitalismo Industrial de Plataforma:**

externalizações, sínteses e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-15, 2022.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 604-621, out. 2003.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. Os sindicatos em meio ao temporal. **Outras Palavras**, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/os-sindicatos-em-meio-ao-temporal/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS (CESIT). **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: Unicamp, 2017.

DELGADO, Gabriela Neves. Os paradigmas do Estado Constitucional Contemporâneo. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (org.). **Constituição da República e Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012. p. 15-30.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim de conjuntura número 23**: Brasil em crise: qual será o futuro? São Paulo: Dieese, 2020.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENTREGADORES de aplicativos fazem manifestações pelo país. **G1**, 1º jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/01/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacoes-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. Tradução de: João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. **De vidas e vínculos**: as lutas dos motoristas plataformizados por reconhecimento, redistribuição e representação no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

MAZZA, Luigi; TAVARES, Pedro; BUONO, Renata. O país dos MEI. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-pais-dos-mei/>. Acesso em 21 jun. 2023.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rimoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS SOUZA, Lucas. O “Breque dos Apps”: resistência dos entregadores de aplicativos à precarização plataformizada. **Temporalis**, [s. l.], v. 23, n. 45, p. 201-216, 2023.

SOUTO MAIOR, N. M.S. **A contrarreforma trabalhista brasileira e a (des)padronização da jornada de trabalho: expressões da flexibilização irrestrita**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

VIANA, Márcio Túlio. Direito Civil e Direito do Trabalho: caminhos que se cruzam. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 65, p. 745-755, jul./dez. 2014.

## CAPÍTULO 13

# **O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL: A PARTICULARIDADE DA INSERÇÃO DOS/AS EGRESSOS/AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA PARAÍBA**

*Anna Raquel Andrade Gonzaga*

*Mikaele de Vêras Matias*

*Moema Amélia Serpa*

*Risoneide Soares da Silva*

### **Introdução**

É consensual entre os autores que discutem o mercado de trabalho numa perspectiva crítica que a desregulamentação e a flexibilização da legislação que ampara os/as trabalhadores/as é um fenômeno que tem atingido todas as profissões. Nesse sentido, as reflexões apresentadas a seguir têm a intenção de colocar em discussão o processo regressivo do direito ao trabalho que tem afetado sobremaneira o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

A crise capitalista mundial vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho no Brasil. A devastação dos direitos decorrente da reestruturação produtiva

em curso desde a década de 1990 vem fortalecendo o processo regressivo de direitos e promovendo o aumento exponencial da exploração de trabalhadores/as, bem como o rebaixamento de suas condições de vida.

Esse cenário foi agudizado pela crise sanitária ocasionada pela pandemia de covid-19 e pelo governo Bolsonaro com sua política ultraneoliberal, favorecendo um contexto de absoluta precarização das condições de trabalho no Brasil. Assim, tem-se vivenciado o desemprego em larga escala, o subemprego e a informalidade, somados à redução da intervenção estatal na proteção social, cenário que possibilita analisar elementos que configuram as características do mundo do trabalho em contexto de acumulação flexível.

Como desdobramento desse cenário e seguindo uma tendência comum à classe trabalhadora como um todo, o cotidiano profissional do/a assistente social vem sendo perpassado pelo aumento expressivo da precarização das suas relações e condições de trabalho. Nesse sentido, as reflexões aqui propostas buscam problematizar o processo regressivo dos direitos do trabalho e os impactos para o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais a partir dos resultados da pesquisa “O mercado de trabalho profissional: as atuais requisições para os/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social”, desenvolvida no contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (cota 2022/2023), como parte das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPs).

O eixo central da referida pesquisa foi analisar a dinâmica de inserção dos/as assistentes sociais egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UEPB no mercado de trabalho, frente ao processo de contrarreforma das relações

laborais no Brasil. Esse estudo teve como orientação teórico-metodológica o método crítico dialético, possibilitando uma análise crítica da realidade. Resulta de uma pesquisa documental e bibliográfica tendo como fontes de coleta de dados os registros de acompanhamento dos/as egressos/as do PPGSS/UEPB, através dos dados da Plataforma Lattes (CNPq), da Plataforma Sucupira (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes), e da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. O lapso temporal do estudo compreendeu o período do último quadriênio 2017-2020, considerando alguns aspectos da última Avaliação Quadrienal da Capes. Dessa forma, também utilizamos o relatório de Avaliação do PPGSS publicado em 2022.

Destacamos a relevância desse debate, que agora apresentamos em forma de artigo, na medida em que visa adensar conhecimento crítico referente à área do Serviço Social sobre as particularidades da profissão, notadamente na realidade paraibana, buscando o aprofundamento teórico das tendências que assume o trabalho no contexto atual e o processo de inserção dos/as assistentes sociais no mercado laboral, trazendo para o debate as particularidades de uma demanda por profissionais qualificados/as, egressos/as da pós-graduação, e de sua incorporação numa realidade de avanço e agravamento da precarização, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

### **Determinantes da ofensiva contra o trabalho: reflexões preliminares**

O recurso das atuais formas de apropriação da força de trabalho tem como substrato o novo modo de produzir bens e serviços, que implica a “superação” de uma produção em massa, permitindo, com a introdução de mecanismos gerenciais e inovações tecnológicas, a redução do tempo e do trabalho necessários à produção.

A estratégia de superação do modelo rígido de organização produtiva, que passa a predominar ainda nos anos 1990, toma como imperativa a adoção de um modelo de flexibilização<sup>1</sup> dos processos de trabalho e de produção que possibilitou uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho, adotando-se uma racionalidade mais intensa, geral e pluralizada, baseada no que veio a se denominar de organização flexível do trabalho e da produção. Nessa lógica, o processo produtivo potencializa a exploração, através da expulsão do trabalho vivo da sua atividade como uma estratégia de valorização do capital, bem apropriada à produção flexível, investindo em processos com maior domínio da tecnologia.

Aliado ao processo de economia de força de trabalho, o capitalismo contemporâneo mantém os patamares de desemprego, o que se constitui como um fenômeno de caráter estrutural que atinge todos trabalhadores e trabalhadoras, agravando as condições dos menos qualificados. Como afirma Mészáros (2006, p. 32):

A necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos

---

1 Como argumenta Harvey (1994), no momento atual, o modelo de produção industrial fundamentado no princípio taylorista/fordista de produção em massa perde sua exclusividade. Assim, iniciam-se novas tentativas para superá-lo, tendo em vista que a rigidez inerente ao fordismo impede a flexibilidade das relações de trabalho. Neste sentido, as décadas de 1970 e 1980 representam um agitado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (Harvey, 1994).

de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da produção.

É na direção de sua autoexpansão que o capital submete parcela significativa dos/as trabalhadores/as à exclusão do processo de trabalho, produzindo a miséria desumana do desemprego e do trabalho precário. Seguindo essas tendências a força de trabalho assume uma nova conformação, expressa na intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho que a expõem ao aumento da degradação de suas condições de atuação, da precarização e fragilização do emprego, do salário e da organização política.

Segundo Antunes (2010), a expansão da crise capitalista, em escala mundial, tem determinado a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, e, conseqüentemente, tem colaborado para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, que repercute também na esfera das profissões, expressando-se através da ampliação de contratos temporários e da subcontratação, do pluriemprego, da polivalência, da desespecialização, da informalidade etc.

No Brasil, esse processo de deterioração tem seu coroamento na Reforma Trabalhista de 2017<sup>2</sup>. Essa nova legislação carrega uma lógica eivada de modernização do mundo laboral que desonera o capital dos custos com o trabalho e remete ao/a trabalhador/a

---

2 No início do ano de 2017, foi sancionada a Lei Nº 13.429, que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado, alterando dispositivos da Lei Nº 6.019/1974, que regulamenta o trabalho temporário nas empresas urbanas. A continuidade do projeto de desestruturação do trabalho cristaliza-se através da aprovação da Lei Nº 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista, que altera a CLT, modificando cerca de 200 dispositivos e passando a rever pontos específicos de outras legislações que continham interpretações favoráveis aos/às trabalhadores/as.

uma suposta liberdade de empregabilidade e empreendedorismo, mas que não o desvincula do assalariamento, produtor de mais valor, só que agora desprovido da proteção social. As modificações na legislação trabalhista agudizam a tendência contrarreformista na medida em que anulam, restringem e flexibilizam o acesso à proteção ao trabalho.

Esse dito “pacto de modernização da CLT” impõe uma lógica de adequação que restringe direitos como limite contratual de jornada de trabalho, o intervalo de almoço, o período de concessão de férias, bem como estabelece novas regras para a negociação coletiva, propondo que o negociado deve prevalecer sobre o legislado, permitindo a redução de direitos trabalhistas pela via da negociação direta com o empregador (Dieese, 2017).

Frente aos acontecimentos da conjuntura histórica brasileira – com destaque para a ocorrência da pandemia de covid 19 e o governo Bolsonaro, em especial nos anos de 2018 a 2021 – Alves (2023) acrescenta que o projeto da classe dominante brasileira envolve a produção da ignorância no aspecto cultural, por onde é possível se reproduzir a dominação política e a superexploração da força de trabalho, traço estrutural da precariedade cronicamente estrutural do Brasil. Dessa forma, para o autor, o mundo do trabalho na atualidade envolve, por um lado, baixas remunerações e incipiente organização sindical; e, por outro, o alastramento da uberização, a nova precariedade salarial e a nova face de manifestação da superexploração da força de trabalho.

Essa conjuntura, somada ao conjunto de “inovações legislativas”, concretizou o desmonte dos direitos sociais, sobretudo os trabalhistas, implicando num significativo comprometimento nas condições de vida e de trabalho. Dessa forma, essa dinâmica de precarização atinge também o mercado de trabalho profissional, pois os/as assistentes sociais estão submetidos/as às atuais restrições legislativas da Reforma Trabalhista brasileira, sendo

atingidos/as pela incorporação da flexibilização das relações de trabalho no serviço público, que os/as submete a subcontratações precárias, que envolve os vínculos terceirizados e de prestadores de serviços, aspecto associado aos baixos salários, configurando a precarização e exploração no campo profissional na atualidade.

### **As atuais configurações do mercado de trabalho profissional no Brasil**

O mercado de trabalho dos/das assistentes sociais tem como elemento determinante as tendências atuais de gestão da força de trabalho, seja no âmbito público, seja no privado. As exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do atual modelo da produção capitalista vêm produzindo uma flexibilização predatória do mercado, que se reflete também no âmbito da profissão. Simultaneamente ocorrem importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as através da terceirização de serviços públicos por meio da subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras. Isso se reflete no âmbito da profissão através da ampliação do exercício profissional privado autônomo, temporário e fragmentado em projetos e tarefas, como também das parcerias público-privadas em diversas modalidades e áreas das políticas sociais (Raichelis, 2018).

A atual configuração do mercado de trabalho dos/das assistentes sociais precisa ser refletida, considerando-se dois aspectos: a sua inserção no mercado de trabalho de uma forma geral e as mudanças ocorridas no mercado de trabalho profissional, que correspondem ao que Raichelis (2018) aponta como a nova morfologia do trabalho dos/as assistentes sociais nos serviços públicos.

A inserção da profissão nesse mercado de trabalho pode ser acompanhada e analisada a partir de alguns estudos publicados

nas duas últimas décadas, a exemplo das pesquisas do CFESS, de 2022 e do Dieese, de 2013. São estudos que retratam um perfil de profissão que se insere no mercado, a partir de novas e antigas requisições e demandas sociais. Segundo o Dieese (2013), que acompanhou a evolução do mercado formal de trabalho, o número de assistentes sociais inseridos/as no mercado profissional apresentou um crescimento significativo, passando de 96.535 no ano de 2004, para 204.747 em 2013, demonstrando que, num intervalo de 10 anos, o número de profissionais duplicou, “muito acima do crescimento verificado no mercado de trabalho como um todo” (Dieese, 2013, p. 4).

Nesse mesmo estudo, evidencia-se que o movimento de expansão das políticas públicas bem como do terceiro setor na primeira década dos anos 2000 impactou o mercado de trabalho profissional, expressando-se num crescimento dos níveis de ocupação da profissão no mercado, refletindo-se de forma significativa na região Nordeste, que passou de 17,4% em 2004 para 29,4% em 2013, apontando uma desconcentração desse mercado, que, em 2004, apontava a região Sudeste com 48,8% dos/as assistentes sociais ocupados no país (Dieese, 2013).

Alguns dados sinalizam que a inserção da categoria profissional nesse mercado já demonstra maiores níveis de qualificação e aperfeiçoamento. Os dados da pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022) evidenciam que 83,11% apresentam algum tipo de qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho. Nesse universo, as especializações *lato sensu* compõem com 63,47%, ficando os cursos *stricto sensu*, como mestrados acadêmicos e doutorados, com apenas 9%. Há outras modalidades de aperfeiçoamento, como as residências e os mestrados profissionais em áreas afins, mas com menor expressão. Verifica-se que há uma expressiva concentração nas especializações, que são majoritariamente de financiamento privado, de

curta duração, e que têm possibilitado um leque de temáticas que, de alguma forma, responde às requisições das áreas de atuação profissional. No Nordeste os/as especialistas representam 67,74% de profissionais.

Na disputa pela ocupação de postos de trabalho, a qualificação via especialização comparece de forma significativa, inclusive para fazer frente à concorrência que vem privilegiando, mesmo no serviço público, análise de currículos como forma de ingresso em detrimento de concursos públicos.

Seguindo a pesquisa do CFESS (2022), no que se refere à inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho, os dados demonstram a prevalência de formas públicas de acesso, a exemplo do concurso público, com 40,30%, seleção pública simplificada, com 10,91%, e editais públicos, com 1,74%, que somados perfazem 52,7% de profissionais com inserção pública. Em que pese termos um percentual significativo de colocações através dessa forma de inserção no mercado, é importante particularizar que a seleção simplificada e os editais públicos podem não assegurar vínculos trabalhistas com estabilidade e as garantias dos planos de carreira das instituições públicas. Cabe destacar, ainda, uma outra tendência que comparece de forma crescente, que são as outras formas de ingresso, como convite, indicação, cargo comissionado, pregão, e outros, que, somadas, atingem 47,05% de profissionais. Esse é um dado preocupante, considerando que essas modalidades de ingresso expõem ainda mais o trabalho profissional às condições de precarização.

Seguindo a lógica de uma nova morfologia do trabalho nos serviços públicos, fundamentada por uma nova legislação, aos/às assistentes sociais se impõe um mercado de trabalho que oferece contratos temporários, pela ausência de concursos públicos, implicando em vínculos vulneráveis, incapazes de garantir direitos trabalhistas e assegurar uma atuação qualificada. Isso revela a

presença de uma inserção precária nesse mercado por meio da expansão dos contratos flexíveis e da restrição dos direitos trabalhistas como férias, licenças remuneradas e 13º salário, bem como a extensão da jornada de trabalho, a rotatividade e maior requisição de seletividade e imediatividade das ações profissionais.

O mercado de trabalho profissional vem sendo marcado pela ausência de garantias do trabalho protegido, com graves repercussões sobre as ações profissionais. Como destaca Raichelis (2010, p. 759): “[...] as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários”.

Guerra (2010) enfatiza que esse mercado profissional passa a requisitar exigências de qualificação profissional, apresentando uma tendência de expansão que conjuga flexibilização e precarização, expressando-se, entre outros aspectos, nas “[...] mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários” (Guerra, 2010, p. 719).

A presença de um baixo padrão salarial tem sido outra marca nesse mercado, que, ao incorporar profissionais, impõe-lhes a busca por formas de complementação salarial, demonstrando, pois, o sobretrabalho dos/as profissionais que passam a atuar em mais de um espaço sócio-ocupacional, constituindo, portanto, uma ampliação do mercado de trabalho profissional determinado por uma expansão precarizada. Cabe destacar que a expansão da terceirização no mercado profissional dá-se transvestida de assessoria, com profissionais inseridos em cooperativas multiprofissionais para prestarem serviços, assim como através de empresas prestadoras de serviços, que mantêm vínculos precários com as instituições públicas e/ou privadas.

Raichelis (2018, p. 52), aponta que:

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e adoecimento do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida.

Essas reflexões preliminares apresentam alguns aspectos do movimento de contrarreforma, que ao mesmo tempo em que investe contra o trabalho socialmente protegido, também direciona sua ofensiva para as políticas sociais brasileiras, campo majoritário de inserção profissional. É no interior desse debate que precisamos situar a inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho, problematizando alguns aspectos da particularidade da inserção de uma força de trabalho mais qualificada.

### **Egressos(as) da Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB:** uma inserção particular no mercado de trabalho

A realidade brasileira vem impondo novos desafios ao Serviço Social, especialmente no que diz respeito à formação e ao trabalho profissional, suscitando um permanente debate frente ao desmonte dos direitos sociais, da precarização do trabalho e do avanço do conservadorismo. O que se atesta é que tanto o ensino superior

em serviço social quanto seu mercado de trabalho vêm sofrendo as inflexões do processo de expansão e precarização capitaneado pela lógica do mercado.

Na realidade paraibana, universo de preocupação desta síntese, acreditamos que esse movimento se faz presente, principalmente, quando nos aproximamos de dados que revelam as particularidades da formação pós-graduada em Serviço Social em uma universidade estadual, no nosso caso, a UEPB, e ao apreendermos as formas de inserção de seus/suas egressos/as no mercado de trabalho.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB, iniciado em 2013, emergiu num contexto de expansão do ensino superior brasileiro, fortemente marcado por um processo de flexibilização e aligeiramento da formação profissional que atingiu a graduação e a pós-graduação no Brasil, resultado do projeto em curso da contrarreforma do Estado. É nesse contexto que se dá a expansão das pós-graduações em Serviço Social, registrando-se que “[...] na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos Programas de Pós-graduações nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34)” (Capes, 2019, p. 5). Atualmente existem 38 programas de pós-graduação na área 32, como é denominado o campo de Serviço Social, com oferta de 38 cursos em nível de mestrado e de 21 em nível de doutorado.

Acompanhando essa expansão, o PPGSS da UEPB assumiu o desafio da formação de novos/as pesquisadores/as e docentes no Nordeste, capacitados a desvendar a realidade social e nela intervir com qualidade. Sua proposta pedagógica está alicerçada nas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que carrega uma trajetória histórica de lutas, resistências, desafios e conquistas frente a essa proposta de educação mercantilizada, através da reafirmação de uma direção

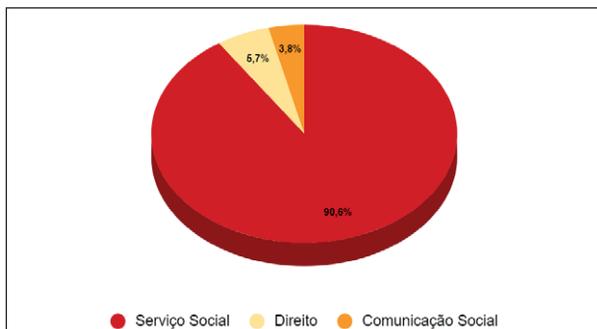
para a formação profissional que se opõe ao direcionamento assumido pela política educacional brasileira.

O Programa vem fortalecendo a interiorização do ensino da pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, proposta evidenciada pela presença sistemática de inscrições de candidatas/as provenientes de diversas cidades do interior da Paraíba, como também de residentes nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, entre outros. Essa demanda confirma a visibilidade do Programa na região, incorporando discentes provenientes das instituições de ensino públicas e privadas das cidades do interior do estado e do Nordeste (Capes/Sucupira, 2018).

No ano de 2023, o PPGSS completou dez anos de implantação, sendo submetido à segunda Avaliação Quadrienal da Capes (2017-2020), mantendo-se com o conceito 3, embora tenha consolidado significativos avanços. Segundo dados do Relatório Sucupira Capes (2020) e da Secretaria do Programa, o PPGSS contabiliza atualmente 53 egressos/as, que se titularam entre os anos de 2017 e 2022, universo que compõe o acompanhamento de egressos/as, para fins deste estudo. Esse acompanhamento inclui o envio de formulário específico preenchido pelo/as egressos/as, contatos telefônicos para coleta de informações e permanente monitoramento dos *Currículos Lattes*. As informações coletadas permitiram identificar algumas particularidades desse universo acompanhado pelo PPGSS.

O primeiro aspecto a ser destacado é relativo à formação profissional desse universo, formado, majoritariamente, por assistentes sociais, representando 90,6% dos/as egressos/as. Entretanto, o Programa tem incorporado profissionais de áreas afins, como graduados em Direito e Comunicação Social, muito embora não ultrapassem 10% do total da demanda. O Gráfico 1 é ilustrativo da composição de assistentes sociais no Programa.

**Gráfico 1** – Formação acadêmica dos/as egressos/as do PPGSS da UEPB

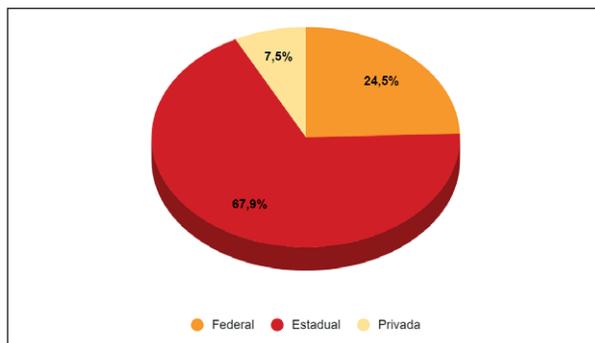


**Fonte:** Elaboração própria (2023).

Acompanhando o forte traço de gênero presente no Serviço Social, constatamos a prevalência do sexo feminino, tendência que vem sendo apontada historicamente no processo de formação profissional. O número de mulheres representa 84,9% do total, enquanto o de homens apenas 15,1%. Essa tendência também é confirmada pelos dados da pesquisa realizada pela ABEPSS (gestão 2017-2018), que teve como objetivo traçar o perfil dos/as discentes da pós-graduação em Serviço Social no país, ao demonstrar que 83% de indivíduos desse universo são mulheres e apenas 17% são do sexo masculino (ABEPSS, 2018).

Seguindo ainda uma tendência nacional, o perfil dos/as egressos revela também um universo de discentes provenientes do ensino público. No Nordeste, em especial na Paraíba, a formação em Serviço Social pública e presencial tem constituído um caminho para o ingresso no ensino de pós-graduação. Nossos dados revelam que 67,9% são oriundos de instituições públicas estaduais, 24,5% vêm de entidades públicas federais e 7,5% de instituições privadas. Entretanto, a soma total dos egressos advindos das universidades públicas em porcentagem seria de 75,4% e das privadas 2,4%. O Gráfico 2 ilustra as informações a esse respeito.

**Gráfico 2** – Caráter das instituições em que os/as egressos/as do PPGSS da UEPB se graduaram



**Fonte:** Elaboração própria (2023).

Nesse universo de instituições públicas, identificamos um significativo percentual de discentes oriundos da UEPB, ainda que nem todos sejam provenientes da graduação em Serviço Social.

Outro aspecto relevante, seguindo os dados coletados, é o intervalo entre a conclusão da graduação e a titulação de mestre, o que tem revelado uma demanda cada vez mais precoce por uma melhor qualificação profissional. Identificamos que os/as profissionais procuram cada vez mais cedo a pós-graduação, pois 49,1% concluíram a graduação entre os anos de 2011 e 2015 e 30,2% entre 2016 e 2020. Essa busca por qualificação pode estar relacionada à possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, de forma que a titulação seja um agregador no currículo no momento da concorrência. Outro dado importante e que mostra a procura dos profissionais por qualificação é a inserção significativa no doutorado, pois 18,1% dos/as egressos/as estão no processo de doutoramento nas áreas de formação em Serviço Social, Política Social e Educação, em sua maioria, inseridos nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

A rigor, isso pode indicar uma busca maior pela qualificação profissional, mesmo diante da desvalorização da força de trabalho no mercado. Frente à diminuição dos postos de trabalho, à ausência de concursos públicos e ao avanço dos vínculos temporários e precários, egressos/as das pós-graduações em nível de mestrado vêm buscando dar continuidade à formação profissional qualificada.

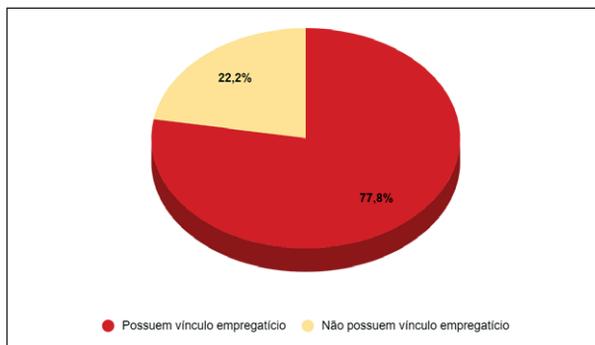
O mercado de trabalho tem impulsionado de forma significativa a procura por uma formação pós-graduada, mas nem sempre a titulação significa uma inserção direcionada para a docência. O acompanhamento dos/as egressos/as do PPGSS vem revelando que, apesar do papel significativo que o Programa tem na formação de novos quadros docentes na região, isso não vem se concretizando, principalmente, pela ausência de concursos nas instituições públicas de ensino superior na região, sobretudo para o nível de mestrado, que pudessem incorporar essa demanda. É importante destacar também o fechamento de cursos de Serviço Social em duas instituições privadas da Paraíba, a Faculdade Católica da Paraíba (FAFIC) e a Faculdade Santa Terezinha, fato que também colaborou com o quadro atual de inserção restrita de egressos no campo da docência.

É importante destacar que identificamos uma inserção precária no mercado de trabalho da docência, por conta de os/as egressos/as atuarem como professores/as substitutos/as, com vínculos temporários, e também pela presença de outro vínculo de trabalho no âmbito das políticas sociais. Como já aponta Guerra (2010), trata-se de uma inserção socioprofissional marcada pelo pluriemprego, em duas ou mais políticas sociais, ou em duas ou mais atividades, vivenciando a rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, a jornada de trabalho extensa e os baixos salários.

Os resultados coletados também permitiram identificar que a inserção dos/as egressos/as, especificamente de assistentes sociais, no âmbito das políticas sociais tem sido expressiva, pois

77,78% possuem algum vínculo empregatício e 22,22% não registraram nenhum tipo de vínculo, o que demonstra, em princípio, uma relevante incorporação pelo mercado de trabalho de profissionais pós-graduados. Entretanto, a docência, como apontamos, não tem se colocado como uma requisição expressiva desse mercado de trabalho. O Gráfico 3 a seguir auxilia nas reflexões sobre as particularidades dessa inserção.

**Gráfico 3** – Inserção dos/as egressos/as assistentes sociais do PPGSS da UEPB no mercado de trabalho profissional



**Fonte:** Elaboração própria (2023).

Os/as egressos/as estão inseridos/as em instituições públicas, exercendo, majoritariamente, a função de assistente social, trabalhando em políticas sociais, nas áreas de assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente, previdência social e recursos humanos, desenvolvendo ações no âmbito de planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

Analisando o conjunto das informações obtidas no processo de coleta e análise dos dados, verifica-se a presença de uma inserção precarizada no mercado de trabalho, revelada pela manutenção de vínculos temporários – acarretados, na maioria das vezes, pela ausência de concursos. Evidencia-se o forte traço da precarização,

considerando que os vínculos trabalhistas predominantes são de professor substituto e de contratos temporários, prestadores de serviços e/ou cargos comissionados em programas e projetos no âmbito das políticas sociais.

O cenário posto revela as condições de trabalho cada vez mais precarizadas, indicadores que comprometem a inserção dos/as profissionais no mercado de trabalho, mesmo que disponham de melhor qualificação a partir de uma formação pós-graduada.

### **Considerações finais**

Compreende-se que os limites e possibilidades dos resultados apresentados indicam as tendências gerais do mercado de trabalho profissional e as condições de atuação profissional a que os/as assistentes sociais estão submetidos/as. A análise exposta evidencia que a desregulamentação e a flexibilização do trabalho vêm atingindo todos os setores e áreas, entre elas, a de atuação do/a assistente social, uma vez que este/a se encontra inserido/a, predominantemente, no âmbito das políticas sociais da esfera pública. Os dados das pesquisas analisadas demonstram os impactos do processo contrarreformista e das concretas modificações na legislação trabalhista para o mercado de trabalho em geral e os retrocessos para o mercado de trabalho do/a assistente social.

A síntese das análises realizadas nas duas últimas cotas do Pibic (2020-2021; 2021-2022) permitiu identificar as particularidades da inserção de egressos/as no mercado de trabalho, com predomínio de vínculos temporários e precários, seja no exercício da docência, como professor/a substituto/a, seja no exercício profissional no âmbito das políticas sociais. São evidências de que os investimentos em melhor qualificação profissional não resguardam esses/as profissionais pós-graduados/as das ofensivas da precarização do trabalho.

O acompanhamento de egressos/as realizado pelo PPGSS nos permite reafirmar que o programa vem atendendo aos requisitos de formar recursos humanos qualificados para o exercício da docência e da atuação profissional nas diversas políticas sociais, entretanto, a inserção no mercado de trabalho corresponde a uma lógica que submete trabalhadores/as, ainda que sejam qualificados/as, aos interesses da supressão de direitos e de desvalorização da força de trabalho. Nesse sentido, os investimentos em qualificação profissional não distanciam a força de trabalho das ofensivas da precarização do trabalho.

No atual contexto, o processo de contrarreforma no país tende a acentuar-se em todas as esferas, em virtude da expansão de políticas neoliberais que têm promovido o desmonte das políticas sociais e dos direitos sociais, principalmente por meio de cortes nos investimentos nessas áreas, para assegurar os interesses do capital. Assim, lutar pelas políticas sociais é uma forma de resistência aos retrocessos dos direitos da classe trabalhadora.

É consensual entre os autores que discutem o mercado de trabalho numa perspectiva crítica que a desregulamentação e a flexibilização da legislação que ampara os/as trabalhadores/as são fenômenos que têm atingido todas as profissões. Dessa forma, os estudos sobre o mercado de trabalho profissional assumem relevância como objeto de análise e de produção de conhecimento.

## **Referências**

ABEPSS. **Relatório da pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 08 abril. 2024.

ALVES, Giovanni. **Capitalismo à deriva: A era do sociometabolismo e da barbárie**. 1. ed. São Paulo: Práxis, 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974**. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16019.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13. 467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área do Serviço Social**. São Paulo: Capes, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES); PLATAFORMA SUCUPIRA. **Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. Brasília: Capes, 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES); PLATAFORMA SUCUPIRA. **Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. Brasília, Capes, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Anuário dos Trabalhadores 2016**. São Paulo: Dieese, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Quem são os assistentes sociais no Brasil?** São Paulo: Dieese, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, 2010.

RAICHELIS Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares.; ALBUQUERQUE, Valéria. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. P. 25-65.

SERPA, Moema Amélia. **O mercado de trabalho profissional: as atuais requisições para os/as egressos/as da Pós-Graduação em Serviço Social/UEPB – período 2022-2023**. Campina Grande, 2023. (Relatório Final do Pibic 2022/2023).

## CAPÍTULO 14

# **SERVIÇO SOCIAL E RELATIVA AUTONOMIA: OS LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

*Maria Clara Ezequiel Marinho*

### **Introdução**

O presente estudo situa-se no âmbito das discussões acerca do trabalho do/a assistente social, tendo como recorte o estudo da autonomia profissional. Com a aproximação do Serviço Social da teoria social crítica, o debate no interior da profissão é norteado pela apreensão da autonomia em sua condição relativa, que considera os limites e tensões impostos pela condição de trabalhador assalariado do/a assistente social no capitalismo.

Desse modo, o entendimento da relativa autonomia profissional se insere na literatura especializada do Serviço Social por meio do processo de aprofundamento teórico-metodológico, mediante aproximação fecunda com a teoria social crítica, a partir do movimento de renovação da profissão no Brasil.

Consideramos que, embora esteja presente na agenda da categoria, o debate da autonomia ocupa, ainda, pouca centralidade na produção teórica do Serviço Social. Nesse contexto, o presente

ensaio visa revisitar elementos importantes para a discussão da relativa autonomia, destacando os determinantes que incidem na efetivação desse fator no trabalho profissional de assistentes sociais.

Salientamos que o *método crítico dialético* e suas categorias de análise – tais como contradição, movimento e totalidade – foram o caminho do pensamento pelo qual buscamos nos aproximar e reproduzir idealmente nosso objeto de estudo. A opção pelo método marxista se deu pelo fato de considerar que só é possível compreender o Serviço Social, para além de sua aparência imediata, inserindo-o no *movimento* histórico da sociedade e analisando-o no interior do processo de reprodução da *totalidade* das relações sociais capitalistas. Entende-se que a *contradição* é ineliminável no cotidiano do trabalho profissional, que não se encontra imune à polarização de interesses das classes fundamentais.

O conceito de “autonomia” tem diferentes contornos a depender da teoria social que o embasa. Neste ensaio, buscaremos expor algumas reflexões acerca desse conceito na teoria social crítica e na filosofia idealista, dialogando, sobretudo, com as formulações de Karl Marx e Immanuel Kant. As reflexões, embora não tenham pretensão de esgotar a discussão dos autores referidos, visam ressaltar as tensões que perpassam por esse debate.

Os apontamentos que se seguem apresentam considerações sobre o debate posto na literatura profissional que trata a questão da autonomia profissional em sua condição relativa, entendendo-a como um traço constitutivo do Serviço Social que revela o nítido caráter de classe que permeia o trabalho profissional.

### **Notas introdutórias sobre o conceito de autonomia**

O desenvolvimento da autonomia dos indivíduos sociais, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, está diretamente

vinculado à construção de uma sociedade livre, onde todos são reconhecidos enquanto sujeitos universais. No ano de 1845, Marx e Engels empreendem a tarefa de realizar uma crítica à filosofia alemã, especialmente à filosofia da autoconsciência, à forma como essa vertente compreende tanto a realidade quanto a relação entre os homens. A crítica dirigida à forma como a filosofia, em seu desenvolvimento, trata a questão da consciência é sintetizada e publicada na obra *A ideologia alemã*.

Para a corrente filosófica que tem seu ápice no idealismo alemão, a consciência é o ponto de partida para compreensão do mundo, e, portanto, é tratada como autônoma frente ao mundo material. Entre os filósofos idealistas que tratam da questão da autonomia, ganha destaque Immanuel Kant, que, segundo Abbagnano (2007), foi o responsável pela introdução desse conceito na filosofia.

O termo autonomia de Kant foi utilizado para “[...] designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão” (Abbagnano, 2007, p. 97). Para o autor, o ser racional se distingue dos demais seres naturais pela sua capacidade de liberdade quanto à sua própria vontade. A autonomia, para esse filósofo, consiste, portanto, na capacidade da razão humana de se autodeterminar por uma lei moral por ela mesma estabelecida.

Em Kant (1985), o princípio da autonomia está relacionado com a saída dos indivíduos de um estágio de “minoridade”. Para o referido autor, “A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (Kant, 1985, p. 100). Desse modo, ter autonomia consiste em “pensar com a própria cabeça”, ter independência, não depender da tutela de outros indivíduos para pensar ou agir de acordo com uma lei moral. Para o filósofo idealista Kant, a autonomia é algo acessível a todo ser

humano, devido a sua capacidade racional. Segundo essa filosofia, os indivíduos podem definir qual direção a sua vida tomará.

Marx e Engels (2007), no entanto, apontam que os indivíduos são determinados, estando a construção de sua consciência diretamente entrelaçada às condições materiais e determinada pelos elementos postos na realidade em que vivem. Em outras palavras, na perspectiva materialista, a construção da consciência dos indivíduos sociais é resultante da sua vivência na realidade e, portanto, não é autônoma.

Nesse sentido, Marx e Engels (2007) realizam uma crítica à filosofia alemã idealista, que “desce do céu à terra” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Para essa filosofia, o mundo das ideias precede a realidade objetiva, e a consciência dos indivíduos determina a sua realidade. A crítica marxista a essa concepção parte de uma perspectiva dialética e materialista da história. Para Marx e Engels (2007, p. 94):

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência.

Como afirmamos anteriormente, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos sociais não pode ser concebido como algo desvinculado da construção de uma sociedade livre, onde os indivíduos sejam reconhecidos enquanto sujeitos universais, uma sociedade que supere a atual ordem capitalista. Dito de outra forma, a autonomia dos indivíduos implica, necessariamente, na sua emancipação humana e social. Tendo a teoria social crítica como

base de sustentação, compreendemos que é primordial examinar o exercício da autonomia circunscrita nos limites e determinações estruturais na sociedade capitalista contemporânea.

Trilhando suas análises no materialismo histórico-dialético, Marx caminha na contramão da abordagem anterior. Para ele, o elemento que distingue o homem dos demais seres naturais é o trabalho. As reflexões de Marx (2013) acerca da categoria trabalho explicitam que, em seu sentido ontológico, a ação humana é orientada a produzir valores de uso. É o processo no qual o homem, em relação com a natureza, produz os bens necessários para a sua subsistência. O trabalho distingue o homem dos demais seres naturais, uma vez que ele é o único capaz de projetar em sua mente os resultados que almeja alcançar e orientar as suas ações de acordo com seus objetivos.

A capacidade teleológica do trabalhador, no entanto, sempre estará em confronto com as causalidades, fazendo com que o resultado final do trabalho às vezes não seja o esperado e planejado. Sua autonomia frente às decisões tomadas estará sempre condicionada pelas causalidades que não se encontram sob seu controle.

No entanto, no marco do modo de produção capitalista, o trabalhador é expropriado dos meios e do objeto produzido, restando para ele somente sua força de trabalho. Desse modo, o trabalho passa por um processo de degradação que torna a capacidade de ação do trabalhador mera mercadoria, utilizada para produzir outras mercadorias. Nesse sentido, seja no âmbito da reprodução social, seja no da produção direta da mais-valia, o trabalhador se insere nos processos de assalariamento e alienação, decaindo à condição de mercadoria, que se torna seu meio de subsistência.

Tendo seu fundamento na propriedade privada, a estrutura social e econômica da sociedade do capital pressupõe uma consciência alienada, ao passo em que também comanda a autonomia

dos indivíduos sociais e mascara os mecanismos de exploração e reprodução das mais-valias absoluta e relativa. A divisão do trabalho nessa sociedade, fundada em relações extremamente desiguais entre capitalistas, aqueles que detêm os meios de produção, e trabalhadores assalariados, que detêm tão somente sua força de trabalho a ser vendida, é um determinante que não pode ser desconsiderado quando nos propomos a analisar a autonomia em uma perspectiva crítica. Nessa divisão social do trabalho,

[...] o indivíduo é limitado num universo de atividades exclusivamente determinadas. Diante dessa condição estabelecida, os indivíduos sociais se deparam com a impossibilidade de mudar ou escolher suas atividades livremente, devido ao risco iminente de não terem os meios de subsistência. Pelo caráter limitador e alienante, esse processo de trabalho está muito distante de atividades práticas reflexivas e de transformações reais, de ascensão da autonomia. (Taborda, 2017, p. 43).

Diante do exposto, podemos observar que a autonomia, enquanto capacidade de autodeterminar-se e não ser determinado, não se materializa a partir de escolhas individuais. Os determinantes socioeconômicos influenciam e determinam a liberdade e a autonomia dos sujeitos nos seus processos de trabalho. “O sistema atual de dependência econômica dos indivíduos sociais em relação aos detentores do capital, assim como o modo de controle estatal, tende a suprimir a autonomia dos trabalhadores” (Taborda, 2017, p. 51)

Embora Marx não utilize explicitamente o termo “autonomia”, por meio das suas análises podemos inferir que, na sua perspectiva, na sociedade capitalista, marcada pelo conflito entre as classes sociais, a liberdade e a autonomia não se efetivam. Lukács

(1997) ratifica a análise marxiana de que o ser social só alcançará a liberdade e desenvolverá a autonomia plena em uma forma de sociabilidade que supere a capitalista. O autor aponta que:

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (Lukács, 1997, p. 40).

Diante do exposto, podemos observar que o conceito de autonomia possui particularidades nas diversas correntes filosóficas. Se no debate kantiano o conceito está associado à independência da subjetividade individual que decorre da capacidade da razão humana de autodeterminar-se, nas formulações de Marx, o exercício da autonomia precisa ser pensado considerando-se os limites e determinações estruturais da sociedade capitalista contemporânea, uma vez que a consciência dos indivíduos está diretamente vinculada à atividade material. Com a aproximação do Serviço Social da teoria social crítica, o debate no interior da profissão é norteado pela apreensão da relativa autonomia, que considera os limites e tensões impostos pela condição de trabalhador assalariado do/a assistente social.

### **A reflexão teórico-crítica da relativa autonomia do/a assistente social**

O entendimento da relativa autonomia profissional se insere na literatura especializada do Serviço Social por meio do processo

de aprofundamento teórico-metodológico, mediante aproximação fecunda com a teoria social crítica, a partir do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil.

A relativa autonomia profissional é um traço constitutivo do Serviço Social e revela o nítido caráter de classe que permeia o trabalho do/a assistente social. Essa discussão é imprescindível em uma conjuntura de acirramento das relações sociais capitalistas e regressão nos direitos da classe trabalhadora mediante ofensiva neoliberal. Tais elementos atingem o exercício profissional dos/as assistentes sociais e as estratégias político-profissionais em defesa das demandas efetivas da classe que vive do trabalho.

A introdução da reflexão teórico-crítica sobre a relativa autonomia profissional pode ser encontrada na emblemática obra de Yamamoto e Carvalho (2013) que apresenta uma análise da profissão no contexto de aprofundamento do capitalismo no Brasil, inserindo o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais capitalistas como um dos instrumentos utilizados pela classe dominante no exercício do controle social e na difusão da sua ideologia.

A institucionalização da profissão está, portanto, relacionada à criação de um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho. A inserção do agente profissional na relação de assalariamento, elemento determinante para o processo de profissionalização do Serviço Social, é importante para pensar a relativa autonomia do/a assistente social.

Inserido no contexto de reprodução da totalidade das relações sociais, o Serviço Social não está imune à polarização de interesses entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, uma vez que tal contradição está nitidamente presente no cotidiano do trabalho profissional. Segundo Yamamoto (2013), o próprio caráter contraditório das relações sociais é a base de sustentação da relativa autonomia profissional. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2013), o/a assistente social:

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 81, grifos dos autores).

Essa compreensão é fundamental, uma vez que revela a capacidade da profissão de se posicionar e estabelecer estratégias político-profissionais que fortalecem os interesses do capital ou do trabalho. Ainda que a polarização entre as classes não possa ser suprimida no âmbito do trabalho do/a assistente social, esse elemento apresenta a possibilidade de os/as profissionais se colocarem no horizonte dos interesses da classe trabalhadora.

Iamamoto e Carvalho (2013) afirmam que entender o Serviço Social inserido na totalidade das relações sociais capitalistas implica compreender a profissão sob dois ângulos ou dimensões: enquanto uma atividade socialmente determinada e uma realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais. Iamamoto (2013) aponta que a primeira dimensão, de caráter objetivo, diz respeito às

[...] determinações históricas da prática profissional, isto é, a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e/ou ultrapassa

a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (Iamamoto, 2013, p. 103).

A segunda dimensão tem caráter subjetivo, uma vez que se refere à consciência dos/as agentes profissionais, ou ao seu modo de pensar, que irá incidir diretamente nas respostas político-profissionais frente às demandas sociais manifestadas. Apesar de as requisições postas ao agir profissional não dependerem de sua consciência, e as exigências profissionais ultrapassá-la, ressaltar essa dimensão, que segundo Yamamoto (2013) se expressa no discurso teórico ideológico da categoria, implica reconhecer que o trabalho também é atravessado pela intenção do/a assistente social. Nas palavras de Raichelis (2018), é preciso compreender que:

[...] as profissões são constituídas por sujeitos sociais dotados de teleologia e intencionalidade, capazes de imprimir direção ético-política coerente com o projeto profissional, às atividades que desempenham nas políticas sociais e demais espaços ocupacionais em que se inserem como trabalhadores/as assalariados/as. É isso que permite que [...] resistam à subsunção real do seu trabalho às imposições do poder do capital e/ou dos seus representantes nas esferas estatais (Raichelis, 2018, p. 39).

Tais dimensões são indissociáveis e se constituem em uma unidade contraditória, colocando a possibilidade de divergência entre as intenções profissionais e os resultados efetivos do seu trabalho. Esses elementos são importantes para que sejam refutadas teses unilaterais, que ora superestimam as determinações sociais, acentuando o caráter conservador do trabalho profissional, ora assumem a tese oposta, que desconsidera tais determinantes e entende a atividade do/a assistente social como transformadora ou revolucionária. Yamamoto e Carvalho (2013)

condensam essas teses unilaterais nas afirmativas mecanicistas e voluntaristas, afirmando:

Não se esgota a análise da profissão na *afirmativa mecanicista* que, sustentando ser o Serviço Social um dos instrumentos a serviço de um poder monolítico, conclui estar a profissão necessariamente fadada a constituir-se num reforço exclusivo do mesmo. Por outro lado, o *voluntarismo* que impregna a posição oposta, ao considerar o Assistente Social como “agente da transformação”, não reconhece, nem elucida, o verdadeiro caráter dessa prática na sociedade atual. Ao superestimar a eficácia política da atividade profissional, subestima o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos da história; por outro lado, parece desconhecer a realidade do mercado de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 80, grifos nossos).

Tais perspectivas unilaterais e dicotômicas não dão conta de compreender o significado social da profissão, que, conforme já salientamos, possui um caráter contraditório no contexto das relações sociais. Para compreender esse caráter, é necessário reafirmar a tese de que o trabalho do/a assistente social é polarizado por interesses de classe que convivem em constante tensão.

Iamamoto (2009) ressalta que a relativa autonomia profissional, sua ampliação ou retração, se encontra intimamente ligada com aspectos da dinâmica macrossocietária, que extrapolam o âmbito da profissão. Desse modo, é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade, permeadas pelos interesses das classes sociais antagônicas. A inserção do Serviço Social e o papel

destinado ao profissional no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho permitem que o/a assistente social seja partícipe desse movimento de tensão.

Para compreender a dimensão que assume a concepção da relativa autonomia profissional no interior do debate crítico, também é importante considerar o estatuto de profissão liberal. O Serviço Social é classificado pela Portaria nº 35 de 19 de abril de 1949 do Ministério do Trabalho como uma das profissões liberais, sendo uma das primeiras a obter regulamentação oficial no Brasil, ainda no ano de 1957 (Raichelis, 2018).

Vale salientar que a noção de trabalhador liberal não se confunde com a de trabalhador autônomo. A ideia do senso comum de que trabalhador liberal é aquele que “trabalha por conta própria” deve ser refutada, considerando como liberais aqueles profissionais que dispõem de uma formação técnica ou superior específica, reconhecida legalmente. Desse modo, o seu exercício profissional pode se realizar mediante vínculo empregatício ou não. O fato é que essas profissões são regulamentadas por órgãos fiscalizadores e seus profissionais gozam (ou deveriam gozar) de liberdade e autonomia (Simões, 2012).

Carlos Simões (2012) ressalta que a legislação profissional deve sempre prevalecer em detrimento das regras emitidas pelo órgão ou instituição em que o/a assistente social trabalhe, caso sejam contraditórias. Independentemente dos compromissos estatutários ou contratuais que assuma em sua vida profissional, o/a assistente social sempre está comprometido primeiramente com aquilo que está previsto na legislação profissional e no Código de Ética. Considerando a autonomia do exercício profissional, o autor aponta que a atual legislação conecta o princípio da autonomia ao exercício das competências e atribuições profissionais, afirmando que: “A autonomia do exercício profissional (isto é, de suas competências e atribuições privativas) configura-se, então,

como condição de sua eficácia; mas simultaneamente, para que seja exercida, segundo o interesse público, tem sua conduta submetida ao controle ético-institucional” (Carlos Simões, 2012, p. 543).

Iamamoto e Carvalho (2013) apresentam alguns traços do Serviço Social característicos de uma profissão liberal. Os autores destacam a existência de uma deontologia, expressa no Código de Ética da categoria (Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 273/1993), que apresenta uma base ético-normativa para o exercício da relativa autonomia e inspira direitos e deveres formalizados que devem ser respeitados. Outro traço apresentado diz respeito ao caráter não rotineiro da sua intervenção, que possibilita ao profissional uma determinada margem de liberdade na execução de suas funções institucionais. Por fim, os autores destacam também a relação que o/a assistente social estabelece com seus usuários através do contato direto, âmbito no qual o controle institucional não é total e há possibilidade de redefinir os rumos da ação profissional.

Raichelis (2018) soma a esses traços outra característica de profissões liberais: a existência da lei que regulamenta o trabalho profissional (Lei nº 8.662/1993), que define requisitos, competências e atribuições e estabelece a presença de fóruns para disciplinar e defender o exercício da profissão.

Além desses traços, Iamamoto e Carvalho (2013, p. 87) apontam que “a indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou do ‘que faz’ o Serviço Social” também é um traço de profissões liberais peculiar que merece atenção, uma vez que abre para a profissão a possibilidade de estabelecer estratégias sócio-profissionais, apresentar propostas de trabalho que excedam a mera demanda institucional e ampliar seu campo de atuação de acordo com suas atribuições privativas e competências profissionais regulamentadas. Os autores apontam que esse traço, por vezes compreendido como um estigma, pode ser orientado no sentido de ampliação do campo de

autonomia. Acerca desse elemento, Silva e Serpa (2017) trazem uma consideração relevante, apontando que:

[...] a fluidez do trabalho do/a assistente social é também condicionada por elementos externos à profissão e encontra desafios político-operacionais, uma vez que a programática institucional, muitas vezes, restringe o exercício profissional a intervenções e ações imediatistas, pragmáticas e despolitizadas, confrontando diretamente com as finalidades da profissão (Silva; Serpa, 2017, p. 406).

Silva e Serpa (2017) apontam que esses traços ou características de práticas liberais estão no âmbito da dimensão educativa e política da profissão, apresentando possibilidades de ampliação da relativa autonomia que ressaltam a mediação subjetiva para o seu exercício.

Todavia, apesar de estar regulamentada enquanto profissão liberal e apresentar restritas experiências de exercício independente, os/as assistentes sociais, em geral, não têm se configurado como profissionais liberais no desempenho de seu processo de trabalho, uma vez que não dispõem de todos os meios necessários para um exercício profissional livre e se encontram subjugados ao peso do poder institucional. Com isso, é importante sinalizar que a inserção integral da profissão como atividade liberal passa longe de alcançar uma unanimidade. Nesse caso, embora existam considerações que aproximam a profissão de um perfil liberal, há uma condição determinante: o assalariamento pela vinculação institucional.

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um

assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, *não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula*, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 86 grifos dos autores).

Nesse sentido, os limites que recaem no trabalho profissional encontram-se ligados a determinações estruturais, tais como a contrarreforma do Estado e das políticas sociais e a reestruturação produtiva. Esses determinantes não podem ser desconsiderados, uma vez que incidem diretamente no trabalho do/a assistente social e limitam o exercício de sua autonomia relativa. Tais elementos são fundamentais para uma análise do terreno denso de tensões e contradições em que se encontra a profissão.

Raichelis (2018) destaca duas concepções de autonomia profissional: a noção de autonomia conferida pelas teorias atributivistas-funcionalistas e a noção de autonomia relativa. A autora estabelece uma crítica à concepção de autonomia atribuída pela vertente atributivista-funcionalista, apontando que se coaduna com uma visão endógena e reforça as perspectivas deterministas e voluntaristas anteriormente mencionadas. Para essa vertente, a autonomia profissional refere-se à prerrogativa de que membros de uma categoria podem proceder, sem nenhuma interferência externa, na delimitação de critérios de admissão, normas de conduta e procedimentos profissionais, entre outros aspectos.

Na perspectiva atributivista-funcionalista, são suprimidas as determinações sociais, econômicas, políticas e culturais que incidem no trabalho profissional, como se os/as profissionais possuíssem autonomia integral e estivessem imunes a tais determinantes.

Ao analisarmos a relativa autonomia e o modo como ela se expressa no desempenho das atribuições e competências profissionais dos/as assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município de Campina Grande (PB), identificamos alguns apontamentos importantes<sup>1</sup>.

Os limites e desafios à materialização da autonomia profissional não tiveram destaque no relato das profissionais entrevistadas por ocasião da pesquisa, mesmo tratando-se de uma realidade de trabalho assalariado em que estão sujeitas a relações precárias de trabalho e que atuam em uma política que vem sendo constantemente atacada nos últimos anos. Nesse estudo, a maioria das profissionais não destacou nenhuma limitação para a efetivação da autonomia profissional no tocante ao desempenho das atribuições e competências profissionais, algumas até colocaram que detêm total liberdade para atuar e que possuem plena autonomia. Essas colocações não se coadunam com a concepção de relativa autonomia posta na literatura profissional, que tem por base a teoria social crítica. Nesse sentido, apreendemos que a concepção conferida pelas assistentes sociais entrevistadas à autonomia profissional se aproxima mais das teorias atributivistas-funcionalistas do que da concepção crítica, contida na compreensão da autonomia relativa (Marinho, 2023).

O entendimento da autonomia relativa, construído no Serviço Social mediante aproximação com a teoria social crítica, rompe

---

1 O estudo foi realizado por ocasião da construção de uma dissertação de mestrado, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Na ocasião, foram entrevistadas sete assistentes sociais que atuavam nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em Campina Grande. A pesquisa teve o objetivo de analisar os determinantes que incidem na efetivação da relativa autonomia profissional desses/as profissionais.

com as perspectivas unilaterais e dicotômicas anteriormente mencionadas, uma vez que permite aos sujeitos profissionais “se apropriar da dinâmica contraditória dos espaços institucionais e poderem formular estratégias que escapem da reprodução acrítica das requisições institucionais” (Raichelis, 2018, p. 36)

Raichelis (2018), analisando o trabalho do/a assistente social no capitalismo contemporâneo, ressalta que a profissão de Serviço Social, assim como outras profissões, atua no campo dos serviços, principalmente naqueles operacionalizados no âmbito das políticas sociais estatais, apresentando algumas particularidades. Vale ressaltar, no entanto, que a autora apresenta postulados que devem subsidiar a reflexão do trabalho na área do Serviço Social, concluindo em síntese que:

[...] o trabalho em serviços, como trabalho em processo, não se autonomiza do trabalho desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores assalariados, em sua relação de subsunção formal ou real do trabalho ao capital, ainda que com particularidades, dependendo da forma que assume nas distintas áreas e nas diferentes relações concretas em que se insere. (Raichelis, 2018, p. 49).

Nogueira e Tumelero (2015) contribuem para esse debate ao analisarem a inter-relação de dois elementos que permeiam a ação profissional: a relativa autonomia do Estado capitalista e a apreensão da ação profissional como um trabalho em serviço. Nogueira e Tumelero (2015, p. 221) compreendem o/a assistente social (com vínculo de trabalho no Estado) como “agente implementador estatal de serviços no campo da política social”, apontando que os aspectos que explicam ou favorecem a relativa autonomia podem ser encontrados também na inter-relação entre

o trabalho em serviço<sup>2</sup> e as particularidades dessa ação no plano estatal.

Para compreender tais aspectos, Nogueira e Tumelero (2015) afirmam a necessidade de pensar o Estado como uma forma política constituída no âmbito das relações sociais capitalistas, rompendo com a compreensão de que ele se constitui como uma esfera neutra, voltada para o bem comum, e rompendo também com a ideia de que ele se configura como uma instância unicamente funcional para os interesses da classe dominante.

Em suma, Nogueira e Tumelero (2015) apontam o Estado como um espaço político contraditório, que possui certa margem de autonomia em relação à dominação capitalista. E desse modo, a ação dos servidores estatais, sejam técnicos ou dirigentes, também apresenta uma relativa autonomia.

As atividades de serviço também apresentam uma lógica própria, que pode ajudar a compreender a relativa autonomia profissional, uma vez que possuem “características que dificultam seu controle intensivo, ocorrendo assim um espaço de liberdade em que o profissional imprime seus valores, sua cultura e seu ideário profissional” (Nogueira; Tumelero, 2015, p. 224). Além de destacar as particularidades do trabalho no âmbito dos serviços, Nogueira e Tumelero (2015) ressaltam elementos acerca da sua materialização na sociedade capitalista, apontando a relação com o regime de assalariamento. Nas palavras das autoras:

---

2 “As atividades de serviços compreendem um conjunto muito grande de ações que possibilitam a circulação e o consumo, além de um conjunto enorme de outras atividades a elas agregadas e de natureza diversa” (Dal Rosso, 2014, p. 76) Desse modo, para o autor, as atividades desempenhadas pelos servidores no âmbito da esfera estatal, quando prestadas diretamente aos cidadãos, são compreendidas como atividades de serviços. Atividades de serviços, quando monetarizadas, transformam-se em trabalho. Disso decorre a nomenclatura “trabalho em serviço”.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, os serviços são realizados via instituições e sob o regime de assalariamento, isto é, há a sua monetarização e, por conseguinte, o estabelecimento de relações contratuais entre os agentes envolvidos na ação idêntica às trabalhistas. [...] O serviço, no mundo capitalista, tende a ser medido e “cobrado” pelo mesmo parâmetro do trabalho produtivo industrial, olvidando-se que o primeiro tem uma racionalidade diferente e não se enquadra na racionalidade do processo produtivo das organizações industriais. (Nogueira; Tumelero, 2015, p. 219).

Nesse sentido, as autoras destacam que, apesar de o trabalho em serviços possuir especificidades que concedem um maior espaço de manobra ou autonomia (quando o comparamos ao trabalho industrial), ele também sofre as inflexões do assalariamento e está submetido a requisições institucionais.

A subordinação das ações profissionais às programáticas institucionais, como resultado da condição de trabalhador assalariado, implica em impasses para o campo profissional, que também são sinalizados por Nogueira e Tumelero (2015). Primeiro, esvai-se a direção social estratégica do Serviço Social, construída arduamente nas últimas décadas, uma vez que retoma padrões tecnicistas, pragmáticos e acríticos.

Tal subordinação também impossibilita a transformação de objetos postos no movimento do real em objetos para a produção do conhecimento em uma perspectiva crítica. Além disso, acarreta um distanciamento progressivo dos valores e princípios defendidos no Código de Ética Profissional (Nogueira; Tumelero, 2015).

No entanto, as autoras, ressaltando a contraditoriedade ineliminável do trabalho dos/as assistentes sociais, destacam também as potencialidades do fazer profissional, apontando que:

É no caráter não rotineiro do trabalho profissional que o assistente social desenvolve uma ação ideológica, política e educativa e apresenta-se como um agente político por excelência. Tais características associadas ao domínio teórico-político acerca da direção de seu trabalho permite que exerça a relativa autonomia que lhe cabe no espaço profissional, para além do perfil meramente executor de políticas públicas e pode lançar sementes da luta pela emancipação humana. Ou seja, gerar fissuras numa relação fetichizada de trabalho, que produz igualmente o trabalhador estranhado. (Nogueira; Tumelero, 2015, p. 222).

Hespanhol Simões (2012), em sua dissertação de mestrado, apresenta outros elementos para a discussão do relacionamento entre autonomia profissional e trabalho assalariado. Nesse estudo, a autora compreende a relativa autonomia profissional enquanto autonomia técnica, afirmando que, se ela não existisse, a autonomia profissional seria nula. A autora considera a autonomia técnica em um sentido amplo:

A “autonomia técnica” não se restringe ao direito do profissional de exercer com liberdade a sua atividade profissional, apenas em sua dimensão técnico-operativa, mas o termo “técnica” se refere ao conhecimento especializado do assistente social, à sua expertise, que envolve as três dimensões do exercício profissional (Hespanhol Simões, 2012, p. 23).

Hespanhol Simões (2012) pontua que as determinações do capital e o atual modelo do Estado neoliberal ameaçam a autonomia técnica do/a assistente social, de modo diferenciado, de acordo com as relações sociais que permeiam cada espaço sócio-ocupacional.

Diante do exposto, podemos constatar que o estatuto assalariado da profissão, conforme salientado anteriormente, apresenta desafios para a efetivação do projeto ético-político da categoria, construído coletivamente nas últimas décadas, que renova a profissão nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e a coloca em sintonia com valores e princípios radicalmente humanistas.

No entanto, podemos afirmar que a construção do projeto profissional só foi, e é possível, por conta da relativa autonomia e, ao mesmo tempo, da adesão a tal projeto que a potencializa, na medida em que se apreende que a ação profissional não é mera subordinação, uma vez que também é resultado dos agentes que a executam. Compreender a relação tensa entre estatuto assalariado e projeto profissional significa:

[...] por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade [...] Por outro lado [...] a mercantilização da força de trabalho, pressuposto do trabalho assalariado, subordina esse trabalho e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral

implementação do projeto profissional (Iamamoto, 2009, p. 348).

Desse modo, entendemos que desvendar os limites impostos pela condição de trabalhador assalariado é extremamente necessário, ao passo que também é fundamental ressaltar a relativa autonomia profissional.

Em síntese, a presente argumentação teórica sustenta-se na concepção de que a relativa autonomia do/a assistente social é um traço constitutivo do Serviço Social e encontra-se presente no fazer profissional. Consideramos que a autonomia, na sua condição relativa, rompe com perspectivas unilaterais e dicotômicas, que não compreendem a profissão em sua totalidade. No entanto, consideramos também que a inserção do/da assistente social no regime de assalariamento constitui-se no principal elemento que tensiona e limita a autonomia profissional, que pode se ampliar ou retrain, a depender, também, da dinâmica macrossocietária, mantendo sempre sua condição de relativa.

### **Considerações finais**

Na literatura especializada do Serviço Social, o debate acerca da autonomia do/a assistente social é norteado pela compreensão de sua condição relativa. Desse modo, consideramos que se trata de uma relativa autonomia profissional, traço constitutivo do Serviço Social e expressão do caráter de classe que permeia o trabalho profissional.

A concepção crítica da autonomia profissional permite que seja refutada uma visão endógena da profissão, que reforça perspectivas deterministas e voluntaristas. A autonomia profissional, em uma compreensão crítica, não se trata da prerrogativa dos sujeitos profissionais de desenvolverem suas atividades laborativas sem nenhuma interferência externa. A condição de trabalhador

assalariado é um determinante fundamental para pensar a relativa autonomia profissional, pois submete o trabalho e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes objetivos à efetivação da relativa autonomia profissional.

Diante disso, ressalta-se a necessidade de defesa da relativa autonomia profissional nos espaços sócio-ocupacionais, afirmando que para tal o/a assistente social pode dispor: da sua qualificação acadêmico-profissional especializada; da legislação que regula o exercício profissional e estabelece, entre outras coisas, as suas atribuições e competências profissionais; do Código de Ética Profissional; e da articulação com outros trabalhadores e com as forças políticas das organizações de trabalhadores.

Compreendemos que não se trata de uma tarefa idílica e que tais esforços não serão suficientes para eliminar as tensões postas no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais, tensões essas que decorrem diretamente da forma como se organiza a sociedade capitalista. No entanto, apesar de árdua, a defesa e construção coletiva da relativa autonomia profissional é fundamental para a preservação da direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social.

O fortalecimento do projeto profissional crítico, que potencializa e é potencializado pela relativa autonomia da profissão, não é, no entanto, uma tarefa individual. A defesa das prerrogativas profissionais e da autonomia profissional deve ser uma iniciativa coletiva, para a qual são cruciais os espaços coletivos de luta e de organização da categoria e da classe trabalhadora.

## **Referências**

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em 20 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS N.º 273/93 de 13 março 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_273-93.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf). Acesso em 20 mar. 2024.

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/LNyXcnzg953bTSgV6Lc7Jrw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 341-376. Disponível em: [http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/at\\_download/file](http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/at_download/file). Acesso em: 15 jul. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? *In*: KANT, I. **Textos seletos**. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In*: NÚCLEO DE ESTUDOS E APROFUNDAMENTO MARXISTA. **Ontologia social, formação profissional e política**. São Paulo: PUC-SP, 1997. v. 1. p. 8-44.

MARINHO, M. C. E. **A relativa autonomia e as atribuições e competências profissionais**: uma análise do trabalho do/a assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Campina Grande-PB. 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4607/2/DS%20-%20Maria%20Clara%20Ezequiel%20Marinho.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I: Crítica da economia política: o processo de produção do capital).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, V. M. R.; TUMELERO, S. M. A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos. **O Social em Questão**, [s. l.], n. 34, p. 205-228, 2015. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_34\\_9\\_Nogueira\\_Tumelero.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_9_Nogueira_Tumelero.pdf). Acesso em: 19 ago. 2021.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, J. A.; SERPA, M. A. A relativa autonomia na Literatura Profissional do Serviço Social: elementos constitutivos do debate. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 2, v. 16, p. 403-413, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/26658/16420/#:~:text=Conforme%20a%20auto-ra%2C%20o%20exerc%C3%ADcio,problematizar%20as%20express%C3%B5es%20cotidianas%20e>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 3)

SIMÕES, Nanci Lagioto Hespanhol. **Autonomia profissional x trabalho assalariado**: exercício profissional do assistente social. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2021/1/nancilangiotohespanholsimoes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TABORDA, E. **Autonomia em Marx, Gramsci e Lukács:** análise a partir do projeto ético-político do Serviço Social. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182607/349069.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jun. 2022.



## CAPÍTULO 15

# OS TENSIONAMENTOS AO EXERCÍCIO DA RELATIVA AUTONOMIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

*Milca Oliveira Clementino*

### **Introdução**

Compreendendo o Serviço Social como uma profissão construída historicamente e mediada pelas relações sociais presentes na sociabilidade capitalista, o trabalho profissional não está alheio às mudanças em curso, que se apresentam nas formas de enfrentamento das expressões da “questão social” e na contemporaneidade se dão via restrições ao acesso às políticas e direitos sociais, padronização e tecnificação de ações e serviços, reformulação do Estado e precarização do mercado de trabalho.

Esse contexto regressivo impõe tensionamentos entre o projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado do/a assistente social inserido em uma dinâmica macrossocietária, que, de acordo com Guerra (2009) e Miotto e Nogueira (2013), exige respostas a partir de princípios e desenhos institucionais preestabelecidos, que na atualidade se configuram como limitados, focalizados e centralizados.

Nesse sentido, o debate sobre a relativa autonomia se faz relevante considerando que tal condição “[...] assegura ao profissional agir em conformidade com as suas prerrogativas legais, previstas na legislação profissional e, no caso do Serviço Social, na direção do projeto ético-político, superando a concepção meramente técnica da profissão” (Simões, 2012, p. 48).

Seguindo essa orientação, a intenção neste presente artigo é sistematizar algumas análises acerca da relativa autonomia, destacando os principais tensionamentos ao seu exercício. As reflexões aqui sistematizadas resultam das discussões produzidas na dissertação de mestrado<sup>1</sup> apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em outubro de 2018, que buscou identificar e analisar as demandas e respostas profissionais dos/as assistentes sociais que atuam nos serviços de assistência especializada em HIV/aids do município paraibano de Campina Grande, buscando revelar a relativa autonomia profissional.

A pesquisa de cunho empírico teve como lócus os três serviços de assistência especializada em HIV/aids localizados na cidade de Campina Grande: o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), o Serviço de Assistência Especializada em HIV/aids e hepatites virais (SAE), e o Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC). Do CTA e do SAE, foram incluídas todas as assistentes sociais, totalizando três profissionais: uma do CTA e duas do SAE. Do HUAC a seleção dos profissionais respeitou o critério de aproximação no atendimento aos usuários com HIV/aids. Para tanto foram

---

1 Pesquisa intitulada: *O trabalho profissional do/a assistente social: as demandas, as respostas e a potencialidade da relativa autonomia nos serviços de assistência especializada em HIV/AIDS do município de Campina Grande/PB*, realizada sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Moema Amélia Serpa Lopes de Souza.

incluídas quatro profissionais, sendo três que atuam no ambulatório e enfermarias e uma que trabalha no Pronto Atendimento (PA). O universo total da pesquisa, contou, portanto, com sete assistentes sociais. O estudo foi realizado no período de 28 de abril a 8 de maio de 2018<sup>2</sup>. Para a coleta de dados empíricos, fez-se necessário utilizar um roteiro de entrevista semiestruturada com uso de gravador, procedimento de gravação devidamente autorizado pelas entrevistadas.

A análise dos dados, referente ao momento de construção da exposição das sínteses, deu-se a partir de sucessivas aproximações na interpretação das informações colhidas no processo de investigação. Lançamos mão de quadros-sínteses visando agrupar as informações, de modo a facilitar a sua interpretação.

A partir dos resultados da dissertação, o enfoque do recorte no presente artigo centra-se na relativa autonomia e no modo como os/as profissionais a vivenciam. Desse modo, traremos algumas falas que expõem e reafirmam esses tensionamentos. Assim, reiteramos a necessidade de refletir sobre as formas de conduzir a relativa autonomia profissional e a busca de estratégias que contribuam para a sua expansão nos espaços sócio-ocupacionais em que o/a assistente social se insere.

### **A relativa autonomia do/a assistente social em debate**

As aproximações sucessivas realizadas durante o processo investigativo para a dissertação de mestrado demonstraram que

---

2 Por se tratar de uma abordagem envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido às exigências éticas e científicas, tendo recebido a apreciação e a aprovação do Comitê de Ética da UEPB, por estar de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa definidas pelo Conselho Nacional de Saúde, através das Resoluções Nº 466/2012 e nº 510/2016.

o debate sobre a relativa autonomia refletida/discutida à luz das vertentes marxistas é inaugurado por Iamamoto e Carvalho na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, cuja perspectiva de análise “[...] implicou no esforço de inserir a profissão no processo de reprodução das relações sociais” (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 15) na especificidade da produção capitalista.

Desse modo, estabelece-se uma relação intrínseca entre a condução do trabalho profissional e as determinações da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista.<sup>3</sup> Isso supõe considerar a profissão sob dois ângulos indissociáveis, ou duas expressões do mesmo fenômeno:

Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 73).

Os esforços das reflexões teóricas de Iamamoto e Carvalho (2008) supõem afastar o Serviço Social da tese unilateral que situa a profissão no caráter conservador – como mera apoiadora do poder

---

3 Conforme aponta Silva (2016, p. 22), “embora a relativa autonomia apareça como uma característica intrínseca ao serviço social, ela não foi incorporada pela profissão desde o início, seu exercício só se tornou alvo de discussão no interior da categoria profissional no decorrer do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, quando os sujeitos profissionais passam a compreendê-la como um direito e mediação do exercício profissional, no que diz respeito, a construir suas intervenções a partir da projeção ético-político e profissional, adquirida com a intenção de ruptura”.

vigente – em direção à tese oposta, que atribui a tal campo uma dimensão transformadora e revolucionária – agente de transformação social. Assim sendo, o empenho está em apreender o Serviço Social no processo social, cujas relações sociais são mediatizadas por condições históricas e assumem duas dimensões, a da consciência da situação; e a do sentido e direção objetiva que assume.

É relevante considerar que o/a assistente social no exercício de suas atividades não dispõe de um controle completo do seu trabalho (financeiro, técnico e humano). Isso posto, já que, embora o Serviço Social brasileiro seja regulamentado como uma profissão liberal<sup>4</sup>, não tem tradição de prática liberal na acepção do termo, uma vez que, predominantemente, o/a assistente social não tem exercido a profissão como autônomo/a (Iamamoto; Carvalho, 2008). Por outro lado, alguns traços não excluem o Serviço Social da inclusão do rol de profissões liberais, entre os quais os autores destacam:

[...] a reivindicação de uma deontologia (Código de Ética), o caráter não rotineiro da intervenção [...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – os “clientes” – o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção [...]. A isso se acresce outro traço peculiar ao serviço social: a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o serviço social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente

---

4 Pela Portaria Nº 35, de 19 de abril 1949, do Ministério do Trabalho, Industrial e Comércio. Citando Mills (1969), os autores destacam que “a característica básica de profissional liberal tradicional é a independência no exercício de suas atividades”. (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 80).

a demanda institucional (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 80).

Para os autores, os aspectos indicados refletem-se no sentido de uma ampliação do campo da autonomia profissional. A deontologia como base ético-normativa sinaliza pensar o trabalho e suas ações tendo como referência uma direção social estratégica que aponta no sentido da defesa dos interesses dos usuários com quem se mantém uma relação singular no contato direto.

As reflexões sobre a relativa autonomia, pensada na perspectiva do direcionamento das atividades profissionais condizentes com os interesses coletivos do proletariado, requerem apreender a profissão centrada nessa contraditoriedade:

Se o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável [sic] pelo rumo imprimido às suas atividades e pela forma de conduzi-las (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 120).

É importante destacar que as análises de Iamamoto (2007; 2015) e Iamamoto e Carvalho (2008) que fazem referência à relativa autonomia profissional enfatizam e reforçam o jogo de forças sociais presentes no exercício profissional. Nesse sentido, a relativa autonomia profissional é constantemente tensionada por um conjunto de determinações conjunturais e estruturais que culminam em desafios para os profissionais, e na contemporaneidade se expressam na reestruturação das condições de trabalho, na precarização das políticas sociais e na retirada de direitos resultando em perdas para a categoria e para os usuários dos serviços sociais.

Nessa linha argumentativa, Mota (2014) situa a relativa autonomia profissional nesse conjunto de transformações que se relacionam com os rumos da realidade, determinando o surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais e competências profissionais. É nesse ambiente que o exercício da sempre relativa autonomia situa-se, caracterizando-se como um esforço contínuo que evidencia limites e possibilidades para a intervenção profissional.

A autora alerta que a natureza da relativa autonomia técnica e teórico-política requer mediações afora das relações de trabalho, ou seja, exige mediação da consciência individual e coletiva; domínio das categorias ontológicas e reflexivas dos fenômenos; conhecimento das manifestações objetivas dos fenômenos; domínio institucional e legal dos processos relacionados, “[...] cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações [...] são uma exigência teórica e operativa” (Mota, 2014, p. 700). Para tanto, faz-se indispensável o conhecimento crítico e aprofundado da realidade e dos aspectos que envolvem o exercício profissional cotidiano.

Somente problematizando as expressões cotidianas e imediatas da realidade e que se constitui em demandas às instituições e ao Serviço Social pode o profissional exercer uma relativa autonomia intelectual que oriente suas propostas de intervenção com bases nas condições objetivas existentes (Mota, 2014, p. 700).

Ao enfatizar o exercício da relativa autonomia relacionando-o à competência intelectual, a autora fornece elementos que apontam para a necessidade de o profissional exercer sua capacidade de análise da realidade concreta, postura que lhe permite problematizar os aspectos contraditórios que tensionam as respostas

profissionais, indispensáveis para a compreensão dos limites e para a busca de estratégias.

No conjunto das reflexões acerca da autonomia profissional, encontram-se as sínteses de Simões (2012), que situa tal fator frente à precarização do trabalho e à formação profissional. Em seu entendimento é a autonomia técnica que caracteriza a autonomia como relativa, tendo em vista que o profissional não dispõe das condições e meios necessários para a realização de suas atividades, dada a sua condição de trabalhador assalariado.

Adverte que “[...] o profissional dispõe de uma autonomia relativa, que abre as possibilidades para que o assistente social possa imprimir no seu trabalho os valores do projeto ético-político ao qual está vinculado” (Simões, 2012, p. 23). Para tanto, resguardar a relativa autonomia profissional na condução das ações profissionais

[...] supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com a sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade (Iamamoto, 2015, p. 219).

Desse modo, ainda que relativa, a autonomia diz respeito ao direito e ao dever profissional de exercer suas competências e atribuições privativas previstas legalmente, considerando que, uma vez direcionadas aos interesses da coletividade, imprimem uma direção social às suas ações, conforme a valoração ética hegemônica da profissão.

Essa compreensão remete às evidências empíricas de Vasconcelos (2009). Em pesquisa realizada na área da saúde, a autora atesta que os assistentes sociais, de forma complexa, inter-relacionada e mais ou menos consciente, renunciam à autonomia

profissional, ainda que se encontre na condição de ser conquistada, quando consentem/delegam aos demais profissionais a definição da demanda a ser atendida pelo Serviço Social, submetendo e/ou restringindo as demandas espontâneas e asseverando a ausência de estratégias de ações coletivas que coloquem como prioridade as necessidades dos usuários.

Assim, a relativa autonomia, como “um traço constitutivo da profissão, [...] possibilita ao/à assistente social construir sua intervenção profissional, tendo como referência a compreensão de seu papel profissional na reprodução contraditória das relações sociais” (Silva, 2016, p. 9).

Nessa perspectiva, revela-se a importância dos componentes ético-políticos na tomada de decisões e no estabelecimento de estratégias de ação. Para Yamamoto (2007, p. 79), “esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente”. Mais ainda, “supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este ao ‘dever ser’ [...]” (Yamamoto, 2007, p. 80). Assim, dados a direção social estratégica e o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, a defesa da relativa autonomia profissional do/a assistente social passa pelo conhecimento especializado, que exige um aprimoramento e uma qualificação críticos e continuados.

Outrossim,

*A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal [...]; as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias*

*públicas de controle democrático [...], que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempos de capital fetiche (Iamamoto, 2015, p. 220, grifos do autora).*

Por essa razão, ainda que a atividade profissional resulte em todos os espaços da necessidade de intervir nas expressões concretas da “questão social”, o/a assistente social atua com aspectos singulares dessas expressões: moradia, educação, relações familiares, violência, infraestrutura e saúde, entre outros que apresentam racionalidade e finalidades singulares dadas pela natureza das instituições empregadoras. Nesse sentido, os tensionamentos e os consequentes limites ao exercício da relativa autonomia passam por esse processo de universalidade e particularidade da inserção profissional.

Nessa perspectiva, ressalta-se que as configurações contemporâneas do atual quadro sócio-histórico permeiam e conformam o cotidiano do trabalho do/a assistente social, impondo limites ao exercício profissional.

### **O trabalho do/a assistente social no marco da intensificação da precarização do trabalho e retirada de direitos: tensionamentos à relativa autonomia**

Inseridos na totalidade do trabalho coletivo, o/a profissional de Serviço Social também sofre as inúmeras interferências da reorganização do sistema capitalista, cujos impactos recaem diretamente sobre a classe trabalhadora. Na condição de trabalhador/a assalariado/a, o/a assistente social vivencia os impactos das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e no papel do Estado, cuja defesa das privatizações e a redução da responsabilidade pública no atendimento às necessidades sociais vêm cada vez mais desarticulando direitos sociais e provocando a

radicalização da “questão social” (Morani; Hora, 2015), repercutindo no campo profissional através dos usuários das políticas e de precárias condições de trabalho (Boschetti, 2017; Guerra, 2016; Iamamoto, 2007; 2015).

As transformações em curso decorrem da recessão generalizada que eclode na década de 1970 e faz emergir novas estratégias de conter os impactos da crise estrutural do capital. No Brasil, as mudanças societárias daí decorrentes são intensificadas a partir de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais, a reformulação do Estado<sup>5</sup> e a predominância do capital financeiro<sup>6</sup> (Behring, 2003). Para Mota e Tavares (2016), o processo de restauração capitalista, com densidades e intensidades particulares em cada país e região, a depender da formação e conjuntura sócio-histórica, materializa-se em alguns processos que se interrelacionam, entre eles:

a) os novos mecanismos de exploração da força de trabalho afetando diretamente os processos, as relações e as condições de trabalho, no âmbito da reestruturação

---

5 No Brasil, a expressão mais evidente da reformulação do Estado é o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), elaborado em pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare) em setembro de 1995. Esse plano justifica-se na retórica segundo a qual o Estado teria se afastado de suas funções precípuas para atuar na esfera produtiva (Behring, 2003). De acordo com o PDRE, a crise que se instaurava era uma “crise fiscal de Estado”, dessa forma, fazia-se necessário “reformar o Estado brasileiro”, proposta que teria repercussão em todas as políticas públicas, entre elas a de saúde.

6 O capital financeiro favorece ainda mais os privilégios das grandes potências imperialistas mundiais que têm maior liberdade de deslocamento de capitais, subordinando as demais economias (periféricas e dependentes) a explorar e expropriar ainda mais a força de trabalho humana. No fim, reafirma-se a premissa marxiana de que a riqueza é fruto do trabalho explorado, pondo abaixo a ilusão de que dinheiro gera dinheiro (Mota; Tavares, 2016).

produtiva. b) As mudanças na atuação do Estado – via (des)regulamentação do trabalho, supressão de direitos sociais e privatização/mercantilização de públicos (Mota; Tavares, 2016, p. 231).

Desse modo, os novos mecanismos de exploração da força de trabalho têm sido destacados por Antunes (2006), a partir de uma processualidade no universo do mundo do trabalho, atingindo todos os países, do centro à periferia, evidenciando a ampliação do assalariamento no setor de serviços; e uma subproletarização intensificada pela expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado que marca a sociedade atual.

Isso remete ao que Mészáros (2002) aponta como duplo ataque à classe trabalhadora. O primeiro está relacionado ao desemprego crônico que cresce em todos os países e campos de atividades, mesmo quando disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis”, e o segundo diz respeito a uma significativa redução do padrão de vida até mesmo da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações integrais.

Esse movimento do capital tende a tomar dimensões ainda mais complexas em países de capitalismo periférico, cuja realidade de formação social e econômica repercute nas condições de vida e trabalho. No Brasil, as diferentes formas de precarização do trabalho, como são exemplos o subemprego, a informalidade e a ausência de um sistema de proteção social, já eram traços marcantes, antes mesmo da onda neoliberalizante de ajuste estrutural (Antunes, 2006).

De acordo com Mota e Amaral (2010), as marcas da reestruturação produtiva no país são a redução dos postos de trabalho que gera desemprego, e a transformação desses trabalhadores em “empreendedores”, via atuação sem carteira assinada, de

modo precário e desprotegido. Desse modo, “[...] encarrega-se de excluí-lo da proteção social que, em tese, ainda conforma a lógica do assalariamento” (Mota; Tavares, 2016, p. 241). Ademais, até para os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho tem-se presenciado um contexto de desproteção social, evidenciando o segundo processo de restauração capitalista destacado por Mota e Tavares (2016). Disso, advém que:

As mudanças na relação entre Estado, sociedade e mercado materializam-se em um conjunto de ajustes econômicos e de reformas institucionais cujos destaques são os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho (Mota; Amaral, 2010, p. 37).

No âmbito das “reformas”<sup>7</sup> produzidas pelo Estado, as mudanças nas legislações visam suprimir mecanismos de proteção social e trabalhistas. No Brasil, a aprovação da Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), que alterou mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expressa um nítido ataque do capital ao operariado.

Entre outras consequências, essas alterações na CLT restringem o acesso à Justiça do Trabalho; retiram poderes e atribuições sindicais; ampliam a negociação entre patrão e empregado; adotam novos modelos de contrato de trabalho (autônomo e intermitente);

---

7 Ao utilizarmos o termo “reformas”, lançamos mão das aspas para evidenciar a sua apropriação indébita e o caráter ideológico da ideia reformista, uma vez que, em decorrência das transformações em curso, essas reformas são destituídas de qualquer mudança progressista. Estamos em um contexto de “reformas” que retira direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, convém chamá-las de contrarreformas (Behring, 2003).

retiram o tempo de deslocamento despendido pelo empregado até a empresa na computação da jornada de trabalho; e permitem o trabalho de grávidas ou lactantes em ambientes insalubres<sup>8</sup>.

Essas mudanças atestam a diminuição da ação do Estado na proteção social do trabalho, ao mesmo tempo em que se presencia uma hipertrofia das ações favoráveis aos interesses do capital, enquanto estratégias neoliberais. Como consequência, as transformações societárias em curso têm implicado “[...] na direção de um novo barbarismo” [...] (Netto, 1996, p. 102), cujas respostas dadas às novas expressões da “questão social” sinalizam as velhas práticas punitivas, “[...] mantendo um Estado de exceção no interior de um Estado democrático [...]” (Barroco, 2015, p. 627). Nessa linha argumentativa, atesta Netto (2012, p. 428):

De fato, à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as várias iniciativas – estatais, privadas e estatal/privadas, mediante as chamadas parcerias público-privado – que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980-1990 para enfrentar o quadro de pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”.

O direcionamento da política social assume duas características principais: a assistencialização, focalizada na pobreza absoluta através dos programas de transferência de renda; e a mercantilização, expressa nas políticas de saúde, educação e previdência, uma vez que transforma usuários em consumidores dos serviços sociais através de previdência complementar, planos de saúde privados e ensino superior particular. Pela via da lógica gerencialista, a política de assistência tem sido executada à base de consórcios,

---

8 Sobre a Reforma Trabalhista, consultar o estudo de Nívea Maria Santos Souto Maior (2020): *A despadronização da jornada de trabalho: expressões da Reforma Trabalhista brasileira*.

e as demais (saúde e educação, por exemplo) são geridas via empresas e fundações de direito privado (Guerra, 2016).

Toda essa conjuntura de intensificação da precarização do trabalho e retirada de direitos pretendida e aplicada pelo grande capital determina o aprofundamento da “questão social” que requer um conjunto de intervenções socioinstitucionais que busque novas formas de controle e subordinação da classe trabalhadora. Ou seja, determina um conjunto de mudanças na organização e consumo da força de trabalho, provocando “[...] impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais” (Mota; Amaral, 2010, p. 24), em especial, na área da saúde.

É no marco da precarização trabalhista e da retirada de direitos sociais no qual se encontra a articulação entre a repressão da classe trabalhadora e a minimização dos direitos e políticas sociais, onde majoritariamente atuam os assistentes sociais. Nesse sentido, as atuais tendências do mercado de trabalho do/a assistente social atestam o paradoxo das demandas no campo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se verifica o aprofundamento da precarização das condições em que essa atividade profissional se realiza (Raichelis, 2013).

Quanto à intensificação da precarização das condições de trabalho, ela fica evidente nos espaços que incorporam mais profissionais, como as políticas de saúde e assistência. Particularmente em relação à saúde, para Morani e Hora (2015), essa política tem sido alvo de privatizações e de montagem de modelos privatizantes de gestão pautados na precarização dos contratos de trabalho, sem garantias legais.

Com o processo de contrarreforma na saúde em detrimento do marco da conquista do SUS, antigas e novas contradições emergem, acarretando, no cotidiano dos serviços, questões de ordem

operativa que se expressam, por exemplo, na “[...] demora no atendimento, precarização dos recursos, burocratização, ênfase na assistência médica curativa, problemas com a qualidade e quantidade de atendimentos, não atendimento aos usuários” (CFESS, 2009, p. 24), fatores que têm repercussão direta nas demandas que chegam ao Serviço Social.

Ou seja, o assistente social no interior do SUS é o profissional cujo exercício profissional está permeado pelas tentativas de equacionar direitos, reivindicações e necessidades da população demandante à falta de resolutividade do setor desde os procedimentos mais simples até os mais complexos (Bezerra; Araújo, 2007, p. 206).

Na prática, os usuários e profissionais enfrentam desafios quanto ao que não é assegurado pela própria legislação. Por exemplo, o princípio da universalidade da política de saúde, que tem sido substituído pelo caráter seletivo e excludente.

Esse modelo de políticas sociais passa a exigir uma intervenção pela via da normatização através de procedimentos predefinidos, segundo um modelo de atendimento racional formal-abstrato. “Surgem atribuições no âmbito de controle e monitoramento da população pobre, inaugurando novas e recuperando velhas formas de controle, pela mediação das políticas e dos serviços sociais” (Guerra, 2016, p. 99). O aumento da participação de entidades de cunho privado e filantrópico na prestação de serviços sociais expõe os assistentes sociais à situação de

[...] operarem em lógicas bastantes contraditórias. Ao mesmo tempo em que se colocam diretrizes, parâmetros emanadas [sic] a partir da “garantia de direitos sociais” pautadas pelo Estado, as referidas

entidades buscam atender às respectivas lógicas que sustentam a sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais (Miotto; Nogueira; 2013, p. 67).

Nessa conjuntura “o desafio profissional consiste em uma atuação na realidade por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas que lhe são dirigidas [...]” (Forti; Guerra, 2010, p. 42). Essa exigência, que ao mesmo tempo se porta como um desafio, relaciona-se a uma necessidade, por conta da nossa direção social estratégica e compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

Sinaliza, contudo, a necessidade de recuperar um elemento fundamental no debate da profissão, a *relativa autonomia* profissional, que se revela na condução do exercício da atividade. As transformações no âmbito da sociedade vêm restringindo a relativa autonomia, exigindo estratégias que possibilitem o seu exercício.

Assim, recorrendo aos dados empíricos da pesquisa, os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas<sup>9</sup> reforçam os tensionamentos sobre a relativa autonomia que vem sendo problematizados:

A gente pode ter autonomia de resolver um problema de uma medicação [...] de um deslocamento de um paciente pra um canto, mas de uma participação como eu gostaria [...] nas questões políticas, sociais que dizem respeito ao HIV/Aids no estado, no município, não! (Entrevista nº 2).

---

9 Seguindo as orientações éticas de pesquisa envolvendo seres humanos, foram preservadas as identidades dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, lançamos mão de identificar as falas a partir da ordem das entrevistas.

[...] pode até ser uma relativa autonomia, acredito que possa até ter em algumas situações, mas eu acredito que seja muito raro, porque [...] muitas vezes a gente tenta se adequar a uma resposta que a gente tem [...] (Entrevista nº 4).

Resguardar a relativa autonomia profissional requer potencializá-la mediante um projeto profissional coletivo de luta pela ampliação dos direitos e, portanto, não se revela sem tensionamentos. A discussão da relativa autonomia se dá exatamente pelos condicionantes que operam para os seus tensionamentos, ou seja, das relações que interferem decididamente no exercício profissional por se tratar de uma atividade assalariada (Jamamoto, 2015).

Compreender a condição de trabalhador assalariado requer ter clareza de que a autonomia sempre será relativa e sua realização não vai depender exclusivamente do/a profissional. Assim sendo:

“Nós temos uma autonomia relativa, e essas respostas elas dependem de todos os fatores, das políticas de maneira geral [...]” (Entrevista nº 7).

O exercício da relativa autonomia exige conhecimento crítico do real de um ponto de vista de totalidade que exige reflexão, análise e ação em situações concretas. Torna-se um “componente de resistência da profissão” (Silva, 2016, p. 101), que exige justamente os enfrentamentos dos desafios e limites a partir das dimensões que sustentam a formação e o fazer profissional.

A interpretação majoritária das profissionais confirma que o atual contexto de precarização das políticas sociais, estabelece desafios e limites que são indicadores do cerceamento da relativa autonomia. Nesse sentido:

Muitas vezes a gente se pega com situações de paciente com necessidade de vaga pra internar e que já vem de outras cidades, muitas vezes sem

encaminhamento médico, sem ter sido atendido em outro serviço de saúde na própria cidade [...]. E a gente fica limitado, é uma coisa que a gente não tem autonomia pra estar resolvendo [...] porque toda a articulação é feita de médico pra médico pra internar e a gente vê que a política pública de saúde tá interferindo nisso [...] (Entrevista nº 5).

As tendências atuais, que apontam para a regressividade das políticas sociais frente à desresponsabilização do Estado, inviabilizam a autonomia profissional diante da precarização das condições de direcionar as ações que sempre esbarram em falta de alternativas para as necessidades dos usuários. Dessa forma, sinalizam como os tensionamentos ao exercício da relativa autonomia se revelam e se aprofundam na contemporaneidade, sendo ratificados nos depoimentos dos/as profissionais entrevistados/as:

[...] a gente fica de mãos atadas, tentando resolver e sem poder; [...] porque eu acho que nós temos muito pouco apoio das secretarias diversas [...] (Entrevista nº 2).

A questão do quadro que é reduzido, acaba que a gente não dá respostas satisfatória por conta disso, porque a gente podia ter uma intervenção bem melhor (Entrevista nº 6)

[...] a gente vê que antes da EBSERH a gente tinha um pouco mais de voz e de vez, conseguia umas outras coisas, hoje em dia eles insistem em burocratizar e dar o mínimo de resposta possível (Entrevista nº 4).

Somam-se às configurações das políticas sociais, entre elas a de saúde, os tensionamentos advindos da falta de intersectorialidade dos serviços, do quantitativo de profissionais, bem como das particularidades dos serviços pesquisados – no caso específico, há

gerência do HUAC realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).<sup>10</sup>

A parceria com a iniciativa privada e com organizações não governamentais e a criação das organizações sociais inserem no serviço público a lógica da produtividade e também a da lucratividade. Para tanto, reeditam-se antigas estratégias gerenciais visando à eficiência administrativa e à redução com os custos da força de trabalho e dos serviços prestados (Serpa, 2009), limitando ainda mais o exercício da relativa autonomia, conforme explicitado no presente estudo.

### **Considerações finais**

A autonomia profissional, ainda que relativa, precisa ser tematizada, problematizada e difundida entre os integrantes da categoria de assistentes sociais, sobretudo diante do atual contexto regressivo, que limita as ações profissionais, repercutindo no trabalho profissional, tanto nas suas demandas como nas possibilidades de dar respostas às necessidades dos usuários.

O compromisso coletivo da categoria para a defesa da relativa autonomia, no que concerne à articulação das dimensões do fazer profissional – tais como a ético-política, a teórico-metodológica e a técnico-operativa – faz-se cada vez mais necessário, dada a atual conjuntura de complexos sociais, que requerem o enfrentamento profissional na acirrada tarefa de pertencer e defender os interesses da classe trabalhadora.

---

10 A EBSERH foi criada pela Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011, empresa pública de direito privado, criada para reestruturar os hospitais universitários.

## Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestrutura do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEZERRA, S. de O.; ARAÚJO, M. A. D. As (re)configurações das demandas ao Serviço Social no âmbito dos serviços públicos de saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p.187-209, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6583/5167>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0054.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.** Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3680>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm). Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Industrial e Comércio.  
**Portaria Nº 35, de 19 de abril 1949.**

CLEMENTINO, Milca Oliveira. **O trabalho profissional do/a assistente social:** as demandas, as respostas e a potencialidade da relativa autonomia nos serviços de assistência especializada em HIV/AIDS do município de Campina Grande/PB. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3583/2/DISS%20-%20Milca%20Oliveira%20Clementino.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS).  
**Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde.** Brasília, DF: CFESS, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FORTI, V. GUERRA, Y (org.). **Serviço Social: temas, textos e contexto**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2010.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais Contemporâneas. *In*: BAPTISTA, M. V; BATTINI, O. (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria , ação , construção do conhecimento**. São Paulo, Veras, 2009. v. 1.

GUERRA, Y. Transformações societárias e Serviço social: repercussão na cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. *In*: MOTA, A. E; AMARAL, A (org.). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortes, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, I. A ativação dos limites absolutos do capital. *In*: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MORANI, C. do. N. S.; HORA, S. S. da. O Serviço Social no âmbito das políticas sociais: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado. **O social em questão**, a. 18, n. 34, p. 351-366, 2015.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

MOTA, A.; AMARAL, A. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. *In*: MOTA, A. E (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A.; TAVARES, M. A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Cenários, contradições e pejeas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 87-132, 1996.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SERPA, M. A. S. de. **O trabalho em saúde: os fios que tecem a (des)regulamentação do trabalho nos serviços públicos**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9180/1/arquivo2584\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9180/1/arquivo2584_1.pdf). Acesso em: 3 jun. 2018.

SILVA, J. A. **A relativa autonomia profissional do/a assistente social: mediações éticas, culturais e políticas para seu exercício**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, 2016.

SIMÕES, N. L. H. **Autonomia Profissional X Trabalho assalariado: exercício profissional do assistente social**. 2012.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2021/1/nanci-langiotohespanholsimoes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

SOUTO MAIOR, Nívea Maria Santos. **A despadronização da jornada de trabalho**: expressões da Reforma Trabalhista brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2009.

## **SOBRE OS AUTORES**

**ANDRÉ MONTEIRO MORAES** – Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [andre.monteiro063@gmail.com](mailto:andre.monteiro063@gmail.com)

**ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA** – Mestranda e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br](mailto:anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br)

**BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS** – Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente no Curso de Serviço Social e na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [barbara@servidor.uepb.edu.br](mailto:barbara@servidor.uepb.edu.br)

**CLARA EMANUELLY SANTOS VICTOR** - Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. *E-mail:* [claraesvictor@gmail.com](mailto:claraesvictor@gmail.com)

**ELIANE SANTOS DE ASSIS** – Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente social e docente do Instituto Nacional do Câncer (Inca).  
*E-mail:* [eliane.s.assis@gmail.com](mailto:eliane.s.assis@gmail.com)

**FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA** – Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Assistente social e professor substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).  
*E-mail:* [souza.flavio@servidor.uepb.edu.br](mailto:souza.flavio@servidor.uepb.edu.br)

**FRANCISCO ALYSON DE LIMA SILVA** – Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (Fafic). Assistente social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Itaporanga (PB). *E-mail:* [francisco.alyson@aluno.uepb.edu.br](mailto:francisco.alyson@aluno.uepb.edu.br)

**GÉSSICA TAMIRES DA SILVA ANSELMO** – Mestre e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [gessica\\_anselmo@hotmail.com](mailto:gessica_anselmo@hotmail.com)

**ISAURA BARBOSA DE OLIVEIRA LANZA** – Doutora e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista e bacharela em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ). Coordenadora pedagógica e professora de

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Curso de Direito na Faculdade Metodista Granbery. *E-mail:* [zazaadv@hotmail.com](mailto:zazaadv@hotmail.com)

**JAMERSON MURILLO ANUNCIÇÃO DE SOUZA** – Doutor, mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* [jamer-son.souza@academico.ufpb.br](mailto:jamer-son.souza@academico.ufpb.br)

**LILIANE SANTOS TOBIAS** – Mestra e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* [lilianetobias.pd@gmail.com](mailto:lilianetobias.pd@gmail.com)

**MARIA APARECIDA NUNES DOS SANTOS** – Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [cidanunes@servidor.uepb.edu.br](mailto:cidanunes@servidor.uepb.edu.br)

**MARIA CLARA EZEQUIEL MARINHO** – Mestra e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). Assistente social no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* [claraezequiel@hotmail.com](mailto:claraezequiel@hotmail.com)

**MIKAELE DE VÉRAS MATIAS** – Mestranda e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) e do Núcleo de Pesquisas e Extensão Comunitária Infantojuvenil (NUPECIJ). *E-mail:* [mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br](mailto:mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br)

**MILCA OLIVEIRA CLEMENTINO** – Bacharela e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Assistência Social e Políticas de Saúde pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Assistente social da Associação Comunitária de Várzea Alegre (ACOMVA). *E-mail:* [milcaclementino@gmail.com](mailto:milcaclementino@gmail.com)

**MOEMA AMÉLIA SERPA** – Bacharela, mestra e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Docente no Curso de Serviço Social e na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [moemaserpa@servidor.uepb.edu.br](mailto:moemaserpa@servidor.uepb.edu.br)

**MÔNICA BARROS DA NÓBREGA** – Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Curso de Serviço Social e na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [monicabnobrega@yahoo.com.br](mailto:monicabnobrega@yahoo.com.br)

**NÍVEA MARIA SANTOS SOUTO MAIOR** – Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em

Direito pela Universidade Estácio de Sá. Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharela em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). *E-mail:* [niveamaior.prof@gmail.com](mailto:niveamaior.prof@gmail.com)

**RISONEIDE SOARES DA SILVA** – Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). Assistente social na Secretaria de Saúde de Cubati (PB). *E-mail:* [risoneide.splpb@gmail.com](mailto:risoneide.splpb@gmail.com)

**SANDRA AMÉLIA SAMPAIO SILVEIRA** – Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) e do Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS). *E-mail:* [sandra-silveira@servidor.uepb.edu.br](mailto:sandra-silveira@servidor.uepb.edu.br)

**THAUAN JOSÉ PASTRELLO SILVA** – Mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Nove de Julho. Assistente social. *E-mail:* [thauan\\_jps@hotmail.com](mailto:thauan_jps@hotmail.com)

**YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO MORAIS** – Bacharela e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). Assistente Social e Coordenadora da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac). *E-mail:* [yancavirginiaas@gmail.com](mailto:yancavirginiaas@gmail.com)

### **Sobre o livro**

**Projeto Gráfico e Diagramação** *Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes*

**Formato** *15 x 21 cm*

**Mancha gráfica** *10,5 x 16,8 cm*

**Tipologia Utilizada** *Cadalea 12/14 pt*

Essa coletânea registra o esforço de construção e consolidação de um grupo de pesquisa numa universidade pública estadual do Nordeste, a Universidade Estadual da Paraíba. Depois de 10 (dez) anos, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS enfrenta o desafio de trazer à comunidade acadêmica uma publicação que espelha o produto de sua produção bibliográfica. A produção **“10 anos de pesquisas do GETRAPS: diálogos sobre formação, trabalho e fundamentos do Serviço Social”**, busca adensar a produção do conhecimento na área do Serviço Social, com artigos que versam sobre os fundamentos do Serviço Social, a formação profissional e o trabalho na cena contemporânea.



ISBN 978-65-268-0030-0



9 786526 800300



eduepb